UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

FREDERICO CASTELO BRANCO TEIXEIRA

**Contato com a polícia e legitimidade policial na cidade de São
Paulo**

Versão corrigida

São Paulo

2019

FREDERICO CASTELO BRANCO TEIXEIRA

**Contato com a polícia e legitimidade policial na cidade de São
Paulo**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Ciência, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. José Álvaro Moisés

Versão corrigida

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

T266c Teixeira, Frederico Castelo Branco Teixeira
Contato com a polícia e legitimidade policial na
cidade de São Paulo / Frederico Castelo Branco
Teixeira Teixeira ; orientador José Álvaro Moisés
Moisés. - São Paulo, 2019.
190 f.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Ciência Política. Área de
concentração: Ciência Política.

1. Polícia Militar. 2. Polícia Civil. 3.
Legitimidade. 4. Segurança Pública. 5. Democracia. I.
Moisés, José Álvaro Moisés, orient. II. Título.

fflch

FACULDADE DE F

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Frederico Castelo Branco Teixeira

Data da defesa: 28/08/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): José Álvaro Moisés

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 25/10/2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

TEIXEIRA, Frederico Castelo Branco. **Contato com a polícia e a legitimidade policial na cidade de São Paulo**. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.Dr:_____Instituição:_____

Julgamento:_____Assinatura:_____

Prof.Dr:_____Instituição:_____

Julgamento:_____Assinatura:_____

Prof.Dr:_____Instituição:_____

Julgamento:_____Assinatura:_____

Prof.Dr:_____Instituição:_____

Julgamento:_____Assinatura:_____

Prof.Dr:_____Instituição:_____

Julgamento:_____Assinatura:_____

Para Marina e Mario

Agradecimentos

Ao professor José Álvaro Moisés, meu orientador, pela confiança depositada em mim.

À CAPES pela concessão da bolsa que resultou nessa tese. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor não necessariamente refletem a visão da CAPES.

Ao Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP) pelos disponibilização dos dados usados nessa pesquisa. Em especial aos professores Sérgio Adorno, Paulo Sérgio Pinheiro, Nancy Cardia, Marcos César Alvarez e Fernando Salla e aos colegas de NEV/USP, Thiago Oliveira, André Oliveira, Ariadne Natal, Viviane Cubas, Renato Alves, Gorete Marques, André Zanetic, Sérgia Santos, Marcelo Nery, Damião Medeiros, Vitor Blotta, Renan Theodoro de Oliveira, Juliana Siegmann, Giane Silvestre, Edmara Lucia de Souza Lima, Gustavo Higa, Camila Dias, Aline Mizutani, Bruna Gisi, Debora Piccirillo, Bruno Paes Manso, Caren Ruotti, Alan Felipe e Emerson Fragoso, pelo suporte sem o qual essa tese não teria sido possível.

Ao Departamento de Ciência Política, representado por todos seus professores e funcionários, pela organização com que conduz o programa de pós graduação e pela estrutura oferecida. Aos professores Eduardo Marques e Emmanuel Nunes de Oliveira, pela leitura atenta e comentários no exame de qualificação.

Ao meu irmão Antonio, minha cunhada Alessandra, minha irmã Vanessa e meu cunhado, Silvio, pelo afeto e estímulo. Aos meus sobrinhos queridos, Vitor, Miguel e Leonardo, pela alegria contagiante.

Aos meus pais, Antonio e Lourdes, pelo estímulo e incentivo ao longo dessas mais de três décadas de vida.

À Marina, minha companheira, pela infinita compreensão e apoio incondicional ao longo desses quatro anos. Sem você não consigo imaginar esse trabalho realizado.

E por fim, dedico essa tese a meu pequeno Mario, que com seus sorrisos (voluntários e/ou involuntários) me enchia de energia e disposição para terminar essa tese.

Resumo

TEIXEIRA, Frederico Castelo Branco. **Contato com a polícia e legitimidade policial na cidade de São Paulo**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

O contato de cidadãos e cidadãos com a polícia é um dos momentos mais paradigmáticos da relação fundamental entre indivíduo e Estado. Afinal de contas, é quando o indivíduo está diante das autoridades a quem é delegado o poder que fundamenta o pretendido e requerido monopólio do uso da força para a aplicação da lei e garantia da ordem dentro de determinado território. Sendo a pretensão de legitimidade por parte das agências policiais importante para governos democráticos – pois implicaria em maior adesão e cooperação para com as autoridades – a presente tese investiga o impacto do contato com a polícia sobre a legitimidade da polícia aos olhos dos cidadãos. Com base em dados de pesquisa de opinião conduzida com habitantes de São Paulo em 2015, a tese revela os efeitos dos julgamentos (positivos e negativos) da experiência vivida com a autoridade policial sobre as percepções acerca da atividade policial – justiça procedimental, eficácia e legalidade – e sobre a legitimidade da polícia. O destaque fica para por conta dos indicativos de que as experiências negativas têm um impacto maior em diminuir as percepções de legitimidade da polícia do que as interações julgadas como positivas. A partir dos resultados reforça-se a ideia de que a avaliação da atividade policial e das políticas de segurança devem levar em conta a dimensão da interação com os cidadãos. Ainda que o contato com a autoridade policial, seja só um aspecto dentre os muitos apontados pela literatura que tem impacto e contribuição para informar a noção da legitimidade da autoridade, o estudo reforça o entendimento de que vale a pena, que gestores públicos e governos, tenham mais atenção a interação que seus agentes estabelecem com a população nas ruas no dia-a-dia.

Palavras chave: Polícia Militar, Polícia Civil, legitimidade, segurança pública, democracia

Abstract

TEIXEIRA, Frederico Castelo Branco. **Contato with police and police legitimacy in São Paulo.** (Doctoral) Dissertation. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

The contact with the police is one of the most paradigmatic moments of the relationship between citizen and State. Since the claim of legitimacy by police agencies is important for democratic governments – as it would lead to greater adherence and cooperation with the authorities – this thesis investigates the impact of contact with the police on the legitimacy of the police in the eyes of the citizens. Based on opinion polls conducted with inhabitants of São Paulo in 2015, the study reveals the effects of the positive and negative judgments of the experience with the police authority on perceptions about police activity – procedural justice, effectiveness and legality – and on the police legitimacy. The emphasis is on indications that negative experiences have a greater impact on diminishing perceptions of police legitimacy than interactions judged to be positive. The results reinforce the idea that the evaluation of police activity and public security policies must take into account the extent of interaction with citizens. Although the contact with the police authority is only one aspect among the many pointed out in the literature that has an impact and contribution to inform the notion of the legitimacy of authority, the study reinforces the understanding that it is worthwhile that public managers and governments, have more attention to the interaction that their agents establish with the population in the streets on a day-to-day basis.

Keywords: Military police, Civil Police, legitimacy, public safety, democracy

Lista de tabelas, figuras e gráficos

Tabela 1. Dimensões da legitimidade segundo Beetham (1991) e Coicaud (2002)	19
Tabela 2. Estatísticas descritivas acerca de Respeito, Honestidade e Legalidade da PM e da PC (2015).....	55
Tabela 3. Estatísticas descritivas acerca de Respeito, Honestidade e Legalidade da polícia entre aqueles que não sabem identificar PM e PC (2015)	55
Tabela 4. Médias e Intervalo de confiança (Respeito PM e Respeito PM; Honestidade PM e Honestidade PC; Legalidade PM e Legalidade PC).....	55
Tabela 5. Como o(a) sr(a) fez esse contato? (2015).....	57
Tabela 6. Distribuição dos entrevistados segundo características sociodemográficas.....	66
Tabela 7. Modelo de mensuração da “legitimidade da polícia”	73
Tabela 8. Contato com a polícia (2015): por características socioeconômicas.....	82
Tabela 9. Efeitos indiretos de contato e abordagem sobre a legitimidade	96
Tabela 10. Efeitos diretos, indiretos e totais dos contatos sobre legitimidade.....	97
Tabela 11. Sumário das hipóteses testadas	99
Figura 1. Legitimidade da polícia: principais dimensões.....	36
Figura 2. Legitimidade da polícia: modelo alternativo.....	39
Figura 3. Variável latente de legitimidade policial.....	72
Figura 4. Variável latente de “Justiça procedimental”	74
Figura 5. Variável latente de “Eficácia policial”	75
Figura 7. Efeitos dos “contatos” sobre justiça procedimental, legalidade e eficácia	88
Figura 8. Efeito da justiça procedimental, legalidade e eficácia sobre a legitimidade da polícia	92
Figura 9. Modelo teórico com todos os coeficientes	94
Figura 10. Contato com a polícia e legitimidade (efeitos diretos)	95
Gráfico 1. Identificação da diferença entre PM e PC (2015)	54
Gráfico 2. Total de Boletins de Ocorrência, Capital, RMSP e Interior (2005-2017)	58
Gráfico 3. Evolução do número de revistas pessoais, por 100 mil habitantes, em São Paulo, RMSP, Interior e Estado (2005-2017).....	59
Gráfico 4. Modelo teórico dos efeitos do “contato” sobre a legitimidade policial.....	60
Gráfico 5. Distribuição da variável qualitativa de obediência.....	71
Gráfico 6. Variáveis categóricas de Obediência consensual, coercitiva e desobediência por protesto	72
Gráfico 7. Histograma da distribuição da variável latente de “legalidade”	77
Gráfico 8. Média da variável sexo por tipos de contato.....	83
Gráfico 9. Média da variável idade por tipos de contato.....	84
Gráfico 10. Média da variável da cor da pele por tipos de contato.....	85

Gráfico 11. Média da variável escolaridade por tipos de contato	86
Gráfico 12. Média do variável critério econômico por tipos de contato.....	87
Gráfico 13. Proporção dos efeitos positivo e negativo entre legalidade, justiça procedimental e eficácia.....	89
Gráfico 14. Proporção dos efeitos negativo e positivo (não estatisticamente significantes) entre legalidade, justiça procedimental e eficácia	90
Gráfico 15. Efeitos diretos, indiretos e totais do contato iniciado sobre a legitimidade	97
Gráfico 16. Efeitos diretos e indiretos do contato demandado pela polícia sobre a legitimidade	98
Gráfico 17. Qual é o problema mais importante” (Latin America Public Opinion Project, 2008-2016/2017).....	104

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1 – Legitimidade da autoridade: concepções e perspectivas	11
1.1. Legitimidade e medo: perspectiva do poder e do dominado	11
1.2. Legitimidade: crença e justificação	14
1.3. Estabilidade e durabilidade de governos: legitimidade, apoio e confiança	20
1.4. Qualidade dos governos e legitimidade das instituições	25
Capítulo 2 – O estudo da legitimidade policial	29
2.1. A pesquisa sobre legitimidade policial e a teoria da justiça procedimental	29
2.2. Mensuração da legitimidade da polícia	34
2.3. Contato com a polícia e legitimidade policial	40
Capítulo 3 – Contato e legitimidade da polícia em São Paulo: contexto, o estudo, dados e metodologia	49
3.1. Percepções sobre “polícia” em São Paulo: objeto de estudo	52
3.2. Contato com a polícia em SP: panorama geral.....	56
3.3. O estudo: objetivos, estratégia analítica e hipóteses.....	60
3.5. Dados e amostra	64
3.6. Medidas	67
3.6.1. Legitimidade da polícia	67
3.6.2. Justiça procedimental	73
3.6.3. Eficácia policial	74
3.6.4. Legalidade	75
3.6.5. Contato com a polícia	77
3.6.6. Controles.....	78
Capítulo 4 – Resultados	80

4.1. Contato com a polícia: características socioeconômicas	81
4.2. Contato e legitimação: justiça procedimental, eficácia e legalidade	88
4.3. Justiça procedimental, eficácia e legalidade e legitimidade.....	91
4.4. Efeitos diretos e indiretos do contato sobre a legitimidade da polícia	94
Considerações finais	104
Bibliografia	107
Anexos	120

Introdução

Pode ser um policial, um funcionário de repartição pública, uma magistrada, um enfermeiro de hospital público ou outros tipos de funcionários: tais autoridades, baseadas nas diferentes competências e atribuições que a lei lhes lega, exercem poder e decidem sobre a distribuição dos bens públicos envolvidos em uma demanda. Obviamente, há variações e diferenças significativas no exercício de poder¹ por parte dos diferentes agentes públicos. No entanto, especificamente no caso daqueles que atuam no nível de rua, o peso do poder é mais evidente em razão das tarefas e, principalmente, por não haver regras ou guias de procedimento que possam circunscrever todas as alternativas e possibilidades de interação entre autoridade e cidadão. Pelo contrário, na maioria das atividades, não é possível fazer uso de formatos programados, tendo em vista que há atividades que têm de responder à dimensão humana das situações, com sensibilidade e ponderação nos julgamentos. Assim, é diante do caso concreto, em que há uma margem para decisão e para o tratamento, que as autoridades do nível de rua exercem o poder de forma mais evidente (LIPSKY, 2010).

São os policiais que representam, de forma mais dramática e sintética, o exercício do poder estatal no cotidiano, carregando de forma acentuada a bandeira do Estado (DE LINT, 2014). Entre as atribuições e competências específicas, aquela que marca a diferença mais sensível entre a autoridade dos policiais e a de outros agentes públicos é a disposição do uso da força para dirimir as resistências na relação de poder. Afinal, o “policial, e apenas o policial, está equipado, autorizado e é necessário para lidar com toda emergência em que possa ter de ser usada força para enfrenta-lá” (BITTNER, 2003, p. 240).

Nesse sentido, a discricionariedade, disponibilidade da força e ostensividade colocam a polícia como representante paradigmático da “burocracia de nível de rua”. A expressão – consagrada no trabalho de Lipsky (2010)² – é elucidativa ao indicar que, a rigor, a implementação da política de segurança pública, por exemplo, está com aqueles agentes que

¹ Para Weber (2004), a capacidade de imposição da vontade mesmo diante de resistência dá o tom da relação que se estabelece entre dominantes e dominados. Assim, quem detém algum poder avoca a si mesmo o direito de emitir comandos nos termos de suas interpretações e desígnios, ainda que haja oposição.

² A obra *Street-Level Bureaucracy: Dilemmas of the Individual in Public Service*, foi publicada pela primeira vez em 1980. Em 2010 foi reeditada em versão ampliada.

atendem e têm contato direto com os cidadãos, pois nessas atividades dispõem de um amplo poder discricionário.

A experiência direta com a autoridade policial representa momento marcante na relação entre cidadão e Estado, da qual decorrem impactos políticos concretos.³ Objetivamente, a experiência de contato com a autoridade policial pode produzir efeitos diversos e impactar diretamente na vida das pessoas. O resultado de uma investigação policial, a recuperação de um bem subtraído, o acesso a informações, a mediação de conflitos interpessoais diversos, a imposição pela polícia de sanções (multas), a execução de medidas judiciais, a restrição da liberdade através de detenções ou prisões, são exemplos de situações onde a atuação da polícia afeta as chances e oportunidades que as pessoas têm e terão pela frente

No entanto, a experiência direta com a polícia também sugere efeitos subjetivos ao impactar outras atitudes, julgamentos e percepções sobre a autoridade dos policiais, da instituição e mesmo dos governos e regimes políticos. Especificamente quanto ao impacto do contato da polícia nos governos, há dois pontos principais. Em primeiro lugar, a polícia joga um papel importante porque o cumprimento da lei e a manutenção da ordem são tidos como funções primárias dos governos. Os regimes e governos variam de acordo com a visão dos cidadãos quanto à legitimidade das atividades exercidas pelo governo (DICKSON *et al.*, 2015) e, consequentemente, por sua polícia. Nesse sentido, apesar de a legitimidade do governo ser em grande parte determinada por sua capacidade de manter a ordem, a noção de ordem também funciona como critério para determinar se existe de fato algum governo.

Em certo sentido o advento dos regimes democráticos, além de ampliar as atribuições da polícia, requer um controle mais próximo dos limites e das atividades exercidas. No caso, é preciso conciliar a ordem e aplicação da lei com proteção e garantia dos direitos dos cidadãos, particularmente à vida, à liberdade e à igualdade de todos perante a lei (O'DONNELL, 2000; MESQUITA NETO, 2011). Assim, em segundo lugar, a forma como os governos impõem e mantêm a ordem importa e tem impacto na liberdade real dos cidadãos. Para além da

³ Para Bayley (2006), a polícia pode ter influência direta na política quando: 1) no ato de prender, interrogar, investigar etc. determina quem são os atores que podem ou não participar da política; 2) atua regulando, em algum grau, processos políticos (reprimindo ciclos de manifestações, por exemplo); 3) defendendo ou não, o regime político de conspirações e ataques; 3) monitorando e manipulando grupos políticos (características de Estados policiais); 4) quando, de forma corporativa, acoberta a polícia dentro e fora do governo, criando diretrizes dentro dos governos; 4) quando proporciona apoio material ao governo.

aplicação cotidiana da lei, a polícia joga papel importante na estruturação política e proteção das instituições sociais que dão corpo aos princípios democráticos, impactando no caráter do governo, ao passo que o exercício de sua autoridade toca em princípios que sustentam a democracia no país, como a garantia e o respeito a direitos humanos, liberdade de associação, de expressão e segurança.

Por conseguinte, a atuação policial incide também em valores e posicionamentos dos cidadãos perante os governos (BAYLEY, 2006)⁴, principalmente em três aspectos. Primeiro, porque a atuação policial tem influência em valores cívicos da sociedade, podendo reforçar ou subverter os valores do sistema político. Segundo, porque a disponibilidade da força como competência da polícia é central na vida dos cidadãos e dos movimentos políticos, uma vez que a violência e a brutalidade policial podem colocar os cidadãos contra a polícia e contra o governo representado por ela. Não obstante, por sua visibilidade a polícia exerce um papel de demonstração sobre os cidadãos, podendo ser uma vitrine de problemas potenciais da sociedade, como segregação (classes, raças, religião etc.), desonestidade, corrupção e tratamento desigual perante a lei.

São muitos os exemplos de como a interação cidadão e polícia podem ter consequências diversas, gerando protestos e manifestações e impactando a imagem da polícia e dos governos para com a população. Tanto no Brasil como no mundo, casos e eventos mais extremos, que envolvem abuso de poder e violência, são paradigmáticos das consequências de uma relação problemática.

Em 1997, o emblemático episódio da Favela Naval⁵, em Diadema (SP), teve grande impacto na opinião pública, na própria instituição Polícia Militar e no governo do Estado. O fortalecimento e a consolidação da Ouvidoria de Polícia em São Paulo após o caso é um exemplo das decorrências do incidente. Mais recentemente, em 13 de junho de 2013, uma manifestação contra o aumento na tarifa do transporte público na cidade de São Paulo, foi

⁴ O quarto elemento de relação indireta da polícia com a política é, segundo Bayley (2006), a contribuição das agências policiais com o desenvolvimento econômico do país, seja através de auxílio com trabalho, equipamentos físicos, ou demanda por novos equipamentos, técnicas, melhor formação de seus agentes ou especialistas.

⁵ Em 1997, uma gravação amadora exibida num telejornal apresentou imagens de um grupo de policiais militares extorquindo e torturando moradores e transeuntes da favela Naval, na cidade de Diadema, região da Grande São Paulo. As imagens mostram várias pessoas sendo agredidas e um assassinato decorrente do disparo efetuado a esmo, por parte do policial conhecido como “Rambo”, contra um carro e seus integrantes, que, por sua vez, haviam acabado de ser revistados, agredidos e achincalhados pelos policiais.

pesadamente reprimida pela Polícia Militar, conforme amplamente divulgado pela imprensa na época. A repercussão negativa da violência empregada contra o protesto é tida como um dos estopins para o exponencial aumento e difusão das manifestações e protestos, no que veio a ser chamado de “Jornadas de Junho de 2013”⁶.

Em 2014, no âmbito internacional, a morte do jovem negro Michael Brown⁷ por um policial branco na cidade de Ferguson, Missouri, inflamou a sociedade americana, com grande repercussão nos EUA e mesmo no exterior. Como decorrência do caso, houve diversos protestos, incluindo a primeira manifestação de âmbito nacional organizada pelo movimento *Black Lives Matter*⁸, e a criação de uma força tarefa – por ordem do então presidente Barack Obama, em dezembro de 2014 – que, em 2015, publicou relatório com diversas recomendações,⁹ das quais se destacam as inseridas na temática “Construindo a confiança e legitimidade” (COPS OFFICE, 2015, p. 1):

Construir confiança e cultivar legitimidade em ambos os lados da divisão entre polícia/ cidadão é o princípio fundamental subjacente à natureza das relações entre as agências de aplicação da lei e as comunidades a que elas servem. Décadas de pesquisa e prática dão suporte à premissa de que as pessoas são mais propensas a obedecer à lei quando acreditam que aqueles que a aplicam têm autoridade, que é percebida como legítima por aqueles sujeitos à autoridade. O público confere legitimidade apenas àqueles a quem eles acreditam estar agindo de maneira procedimentalmente justa. Além

⁶ Ciclo de manifestações ocorridas em diversas cidades brasileiras no ano de 2013. Inicialmente restrita a milhares de participantes que contestavam o aumento da tarifa nos transportes públicos, cresceu e se difundiu mais após a forte repressão da polícia militar durante o protesto do dia 13 de junho de 2013. Nos dias e semanas seguintes as manifestações se espalharam pelo país, ganharam a adesão de milhões de pessoas e abarcaram temas diversos e difusos, que iam desde a melhoria dos serviços públicos, violência policial ao combate à corrupção.

⁷ Em 9 de agosto de 2014, o jovem negro Michael Brown Jr. (18 anos) foi morto por doze disparos de arma de fogo pelo policial branco Darren Wilson (28 anos). O caso ensejou diversas manifestações na cidade e em outros locais nos EUA e um grande debate sobre brutalidade policial e racismo no país. O júri popular decidiu não indiciar o policial Wilson.

⁸ Movimento ativista que atua na campanha contra a violência direcionada a pessoas negras, especificamente em torno da morte de negros causada por policiais e questões como brutalidade policial, discriminação racial e desigualdade racial no sistema de justiça criminal dos Estados Unidos. O movimento começou em 2013, em mídias sociais, após a absolvição de George Zimmerman, responsável pelos tiros que mataram o adolescente Trayvon Martin. Em 2014, após as mortes de Micheal Brown e Eric Garner (morto por estrangulamento após imobilização policial, em Staten Island, Nova Iorque), o movimento ficou mais conhecido e ampliou sua atuação.

⁹ São seis pilares principais que organizam as sugestões, respectivamente: 1) Construindo a confiança e legitimidade; 2) Política pública e fiscalização; 3) Tecnologia e mídias sociais; 4) Polícia comunitária e redução do crime; 5) Treinamento e educação; 6) Bem-estar e segurança. Disponível em: <<https://ric-zai-inc.com/Publications/cops-p311-pub.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

disso, a aplicação da lei não pode construir a confiança da comunidade se for vista como uma força de ocupação vinda de fora para impor controle à comunidade”¹⁰(*President’s Task Force on 21st Century Policing*”).

A passagem em questão é explícita ao endereçar a importância das pesquisas concernentes à relação entre cidadãos e polícia para pensar as políticas públicas de segurança e justiça criminal. Mais especificamente, ao sublinhar a importância da construção e manutenção da legitimidade das instituições encarregadas de aplicação da lei, se referem a uma ampla literatura que tem se desenvolvido nas últimas décadas, principalmente a partir dos anos 1990. Tais estudos partem da ideia de que a legitimidade, como atributo reivindicado pelas autoridades, indica o consentimento e senso de dever por parte daqueles a quem as ordens são direcionadas (TYLER; JACKSON, 2010).

Em linhas gerais, é possível dizer que a pesquisa sobre legitimidade pode ser colocada na ponta de uma ampla linha de estudos relativos às percepções públicas da atividade policial e de seu impacto nas atitudes de apoio, satisfação, avaliação do desempenho, eficácia e confiança.¹¹ Tais estudos partem de dois pressupostos: a) as percepções derivadas de experiências, diretas ou indiretas, refletem na concepção e na maneira de as pessoas se relacionarem com a polícia; b) a legitimidade da instituição policial, dos governos e até dos regimes políticos também são influenciadas, em algum grau, pela forma como a polícia atua (BRANDL *et al.*, 1997; BROWN; BENEDICT, 2002; FRANK; SMITH; NOVAK, 2005).

Muito embora os estudos relacionados à legitimidade da polícia se localizem majoritariamente na criminologia, são temas caros a pesquisadores que se localizam em campos diversos, como psicologia social, sociologia, direito, uma vez que compartilham o

¹⁰ Tradução nossa.

¹¹ As percepções públicas sobre a polícia foram o tema com que trabalhei na dissertação de mestrado. Mais especificamente, verifiquei quais os aspectos mais influíam na avaliação da polícia (Civil e Militar tomadas como uma só, dado que as pessoas quase não diferenciavam as duas em suas avaliações) com base numa pesquisa de opinião conduzida pelo NEV/USP, nos anos 2001, 2003, 2006, 2008 e 2010. Foram usadas como variáveis independentes um grupo de variáveis sociodemográficas (idade, renda familiar, cor da pele e nível educacional), outro que se refere a aspectos contextuais (vitimização, experiência indireta com o crime e violência, medo/insegurança e desordem no bairro) e percepções institucionais da polícia (educação na abordagem e eficiência em garantir a segurança). Os resultados mais consistentes verificados ao longo do período analisado apontam para vitimização, educação na abordagem e eficiência em garantir a segurança.

entendimento quanto ao impacto da relação entre cidadãos e autoridades do nível de rua no funcionamento das agências encarregadas de aplicar a lei.

Os cientistas políticos, particularmente, têm tido papel mais tímido nesses estudos. Talvez isso se deva ao pouco interesse dos acadêmicos da área pelo estudo da polícia em geral. Para Bayley (2006), a discrepância entre a importância da polícia na vida de uma sociedade e a pouca atenção dada a ela pela ciência política pode ser explicada tanto pela interpretação e pelo julgamento dos acadêmicos acerca do que é a atividade e a natureza do trabalho policial como por obstáculos práticos que a pesquisa de instituições policiais enfrenta.¹² Em reflexão mais recente sobre a academia nos Estados Unidos, Soss e Weaver (2017) pontuam que há um claro desequilíbrio na compreensão de raça e classe na política americana. Enquanto há significativa produção acerca da “primeira face” liberal-democrática do Estado, ainda há um grande caminho a ser percorrido no tocante a “segunda face”, a do controle, em especial em questões relacionadas ao policiamento.

Em parte dos estudos a respeito das percepções que os cidadãos têm da polícia, fica claro que a compreensão das experiências diretas das pessoas com as autoridades policiais é relevante na reflexão de política pública de segurança. Para Skogan (2006; 2012), dos estudos relativos ao contato com a polícia pode se depreender tanto um sentido prático como resultados e indicações relevantes em matéria de política pública. No primeiro caso, como questão prática, tem-se que a cooperação das pessoas com a polícia é aspecto central no dia a dia e na efetividade do trabalho policial. As denúncias, informações, obediência, disposição de ajudar são exemplos de atitudes importantes para viabilizar o trabalho policial. O efeito de experiências problemáticas pode dificultar o engajamento e a confiança das pessoas na polícia.

¹² Mais especificamente com relação à interpretação e julgamento se destacam três hipóteses, segundo o autor. Primeiro, porque há a leitura disseminada de que em grande parte do tempo a polícia exerce uma atividade prosaica, rotineira, com uma clientela comum e presença muito disseminada. É raro o protagonismo da polícia em eventos dramáticos e no destino das nações. Consequentemente temos o segundo ponto em que esse papel coadjuvante e pouco glamoroso decorre de um trabalho maçante, repetitivo, muitas vezes exercido em instalações de mau gosto ou decrépitas, com poucos indivíduos com formação escolar superior, o que dificilmente qualifica as agências policiais e seus membros como parte da elite, esta, por sua vez, centro da atenção de parte relevante da academia. A terceira explicação reside na repugnância moral que a atividade de policiamento causa em parte do meio acadêmico, na medida em que coerção, controle e opressão, apesar de necessários para uma sociedade, não são agradáveis. A atividade policial representa “o uso da força da sociedade contra ela mesma” o que influencia “uma relutância em se associar a forças controladoras, conservadoras, que refletem o *status quo*” (BAYLEY, 2006, p. 18-19). Por sua vez, há também enormes problemas práticos relativos à viabilidade da pesquisa com a polícia. O acesso a instituição e a seus agentes, dados, informações, documentação, entre outros constituem a razão pelo reduzido interesse em ter a polícia como um objeto de estudo acadêmico.

E essa dimensão relacional é um aspecto que está sob a alçada dos administradores públicos e chefes de polícia que, por meio de diversas iniciativas – supervisão adequada, treinamentos periódicos, processo de recrutamento e seleção de policiais, entre outras –, podem moldar o profissionalismo dos agentes, indicando a forma como a instituição espera que o policial lide com o público em geral.

Como política pública, é necessário ter claro que, embora a responsabilidade da polícia seja diretamente associada a prevenção do crime e melhoria na segurança, há outros critérios que são importantes para avaliar o desempenho policial. No entanto, tradicionalmente a avaliação e mensuração da atividade policial, operacionalizada através de indicadores “clássicos” – prisões, estatísticas criminais, crimes reportados, tempo de resposta entre outros –, deixam clara a dificuldade em lidar com a complexidade do trabalho policial. De forma geral, a polícia, além de realizar prisões, processar infratores, executar mandados, dirimir distúrbios, atendem a emergências diversas (desde trânsito a questões de primeiros socorros), lidam cotidianamente com as comunidades, são demandadas como mediadoras de problemas, entre muitas outras coisas e funções que extrapolam a visão difundida de responsável por combater e inibir o crime e prender criminosos.

Por essa razão, é necessário um olhar multifacetado sobre o trabalho policial, que destaque medidas mais compreensivas de mensurar o desempenho policial, usando múltiplas medidas e diversidade na coleta de dados e análises¹³ (USHIDA, 2014). O respeito à lei, a ausência de comportamento imoral, a confiança pública, a capacidade de resolução de problemas gerais, a proteção da integridade dos processos políticos (BAYLEY, 2006), assim como a qualidade do processo decisório e tratamento durante a interação com as pessoas, são exemplos de outras dimensões que importam para observar o trabalho policial e o prestígio da instituição perante a população.

¹³ Milligan *et al.* (2006), por exemplo, identificaram sete dimensões do policiamento que justificavam ser mensuradas: 1) segurança e segurança da comunidade; 2) percepções de segurança; 3) confiança e satisfação; 4) resposta ao crime; 5) prevenção de delitos; 6) melhoria da segurança; e 7) saúde da comunidade.

No Brasil, desde o período de transição para a democracia o crescimento de quase todas as modalidades de crimes contra o patrimônio e contra a vida vem alimentando o sentimento de medo e insegurança. Desde finais dos anos 1970, a intensidade e volume de crimes violentos como roubo, estupro, extorsão mediante sequestro e homicídios, por exemplo, amplificou o problema.¹⁴ Tal crescimento chamou a atenção da opinião pública, passando a figurar diariamente nos noticiários e exercendo pressão em governos da época (CALDEIRA, 2000; ZALUAR, 2004; ADORNO, 2011).

Em paralelo, manteve-se o fenômeno não recente – mas não menos preocupante em termos de um regime em transição para a democracia – das graves violações de direitos humanos como ação de grupos de extermínio, justiceiros (formados por policiais e civis), linchamentos e o uso abusivo da força, muitas vezes justificado institucionalmente e por parte da população, como forma de combate à criminalidade e a violência¹⁵ (CALDEIRA, 2000; ZALUAR, 2004; ADORNO, 2011). Podendo ser considerada alta até os dias atuais, a letalidade da polícia no Brasil e as constantes denúncias de violações de direitos humanos dão suporte ao entendimento de que a filosofia de enfrentamento ainda é uma realidade. Exemplo disso são os altos índices, inúmeros e constantes casos de brutalidade e violência policial,¹⁶ que incidem majoritariamente em homens jovens, negros e pobres¹⁷ (PINHEIRO, 1991; CALDEIRA, 2000; HUGGINS et al, 2002).

Muito embora estudos apontem que o grau de confiança nas forças policiais, no Judiciário e na eficácia das leis não seja elevado, as pessoas parecem crer e estarem dispostas a conceder maior poder de arbítrio às autoridades, a fim de lidar com o problema da criminalidade e da violência.

¹⁴ Soma-se a isso um grande aumento dos conflitos interpessoais e intersubjetivos que, em princípio, são diferentes da criminalidade cotidiana.

¹⁵ Uma hipótese presente nos estudos sobre violência policial no Brasil é o apoio de parte considerável da população às ações de violência policial e às execuções com participações de policiais, o que dá suporte às persistentes violações, mesmo em período democrático. Indício desse apoio encontra-se na divisão existente na opinião pública entre “infratores” e pessoas de “bem”, sendo as últimas aquelas que têm vínculos com o mundo do trabalho e, por essa razão, pessoas dignas de respeito e de terem seus direitos garantidos, enquanto os primeiros são aqueles que, em algum momento da vida, estiveram relacionados a atos ilícitos e, por essa razão, perderam seus direitos.

¹⁶ Por brutalidade policial entendemos agressões, torturas, desaparecimento de suspeitos, prisões arbitrárias, uso excessivo da força letal, atuação de justiceiros e grupos de esquadrões da morte com participação de policiais.

¹⁷ Uma pesquisa da Ouvidoria de Polícia do Estado de São Paulo (2011), com dados de 1999 e 2000, reitera esse diagnóstico, apontando que 54% das vítimas em 1999 e 41,5% em 2000 são jovens do sexo masculino, com destaque para negros. Tal perfil é confirmado em pesquisa recente da Universidade Federal de São Carlos (SINHORETTO *et al.*, 2014a).

Dados de pesquisa de opinião conduzida pelo Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP), em 2013, apontam que grande parte dos paulistanos (68,3%) não se sente protegida pelas leis, bem como acredita que há brechas nas leis que permitem que um grande número de pessoas não sejam presas (68,8%) e que o judiciário se preocupa demais com os direitos do acusados (63%). Quando indagadas se “as autoridades devem ter todo o poder para impor medidas que diminuam a violência”, a percentagem de concordância é 63,2% em São Paulo. É plausível, diante de tais resultados, verificar se a descrença no sistema de justiça criminal (nas leis, Judiciário lento, complacente etc.) pode ser uma variável para entender o suporte a ações abusivas da polícia como resposta à descrença na justiça. Todavia, a mesma pesquisa aponta que 56,9% dos paulistanos confiam “mais ou menos” na polícia, enquanto 28,8% não têm nenhuma confiança nela.

Diante desse quadro, não surpreende que o estudo sobre as polícias brasileiras seja bastante relevante para as ciências sociais do país. Em um amplo mapeamento e balanço de tais estudos, entre 2000 e 2017, Muniz, Caruso e Freitas (2017) sugerem dezenove temas que agregam categorias de pesquisas sobre a polícia.¹⁸ No entanto, segundo os autores, dentre os 400 estudos selecionados somente oito dizem respeito ao tema “confiança, imagem da polícia e relações comunitárias”.

Se considerarmos o quadro brasileiro de difundido sentimento de insegurança, altos índices de crimes, constantes casos de violência policial e falta de confiança nas instituições do sistema de segurança pública e justiça criminal, esse peso menor das abordagens nas percepções gerais dos cidadãos a respeito da polícia indica que há um campo a ser explorado. E é em tal quadro que a presente pesquisa se insere.

O objetivo da tese é analisar o impacto do julgamento dos paulistanos a partir do contato que tiveram com a polícia e qual a legitimidade dela. Com base em dados de uma pesquisa de

¹⁸ Os 400 estudos selecionados foram organizados em dezenove temas: 1) Cultura organizacional e saberes e práticas policiais; 2) Modalidades de policiamento e relações interagências; 3) Formas de controle da ação policial; mecanismos de responsabilização; *accountability* e deontologia policial; 4) Desvios de conduta; 5) Arquitetura e/ou modelo institucional, abordagens administrativas e inovações organizacionais; 6) Mandato policial, força pública e poder de polícia; 7) Reforma das polícias; 8) História das polícias; 9) Condições de trabalho, saúde e segurança ocupacional; 10) Formação e qualificação profissional; 11) Polícia e relações raciais; 12) Polícia, relações de gênero e orientação sexual; 13) Revisão de literatura; 14) Políticas da polícia, governança policial, gestão do conhecimento; 15) Uso da força e armamentos; 16) Confiança, imagem da polícia e relações comunitárias; 17) Padrões de desempenho policial; 18) Sindicatos, associações e ativismos; 19) Policiamentos privados.

opinião realizada com habitantes da cidade de São Paulo, em 2015, pretende-se verificar a relevância e magnitude do efeito de ter vivenciado uma interação com a polícia na percepção de legitimidade da polícia em São Paulo.¹⁹ Mais especificamente verificar a hipótese de que o julgamento positivo e negativo desse contato repercute de forma diferente na legitimidade, uma vez que as experiências avaliadas negativamente têm impacto maior sobre a legitimidade do que as positivas.

A presente pesquisa dialoga diretamente com a literatura internacional relativa à legitimidade da polícia. No Brasil, ainda são poucos e recentes os estudos na linha (ZANETIC, 2017; OLIVEIRA; OLIVEIRA; NATAL, 2018; OLIVEIRA; OLIVEIRA; ADORNO, 2019). Há alguns trabalhos que lidam com a questão da confiança na polícia e que consideram o contato individual com a polícia uma variável importante a ser observada, nos termos da literatura estrangeira (OLIVEIRA JÚNIOR, 2011; LOPES, 2008; SILVA; BEATO, 2013; ZILLI; COUTO, 2017). Todavia, não há estudos que abordem especificamente a experiência do contato com a polícia e seu impacto na percepção de legitimidade dela.

A tese está estruturada em cinco capítulos. No primeiro, apresentamos as diversas abordagens do tema da legitimidade da autoridade relacionando as concepções mais antigas e as mais recentes que fundamentam os trabalhos atuais e pretendem acessar empiricamente o conceito. No segundo capítulo, nos dedicamos à literatura específica sobre a legitimidade policial e contato com a polícia, destacando o debate relacionado à operacionalização da legitimidade da polícia. No terceiro, apresentamos o desenho do estudo aqui proposto, assim como a contextualização, dados, metodologia e operacionalização das variáveis de interesse. No quarto, relatamos as análises realizadas e os resultados. Depois, discutimos os resultados e tecemos as considerações finais.

¹⁹ Em decorrência dos dados usados na presente pesquisa, tratamos polícia de forma geral, sem diferenciar as duas principais forças policiais que atuam nos Estados brasileiros: a Polícia Militar e a Civil. No entanto, consideramos que essa pode ser uma limitação menor do estudo, com base em duas razões: primeiro, a análise dos dados indica que mesmo entre as pessoas que sabem identificar as duas policiais, na média elas tendem a avaliar e julgar ambas as instituições de forma muito semelhante. Em segundo lugar, o presente estudo, na linha das pesquisas conduzidas internacionalmente, é um trabalho sobre percepções, e não uma avaliação direta e objetiva das diferentes forças policiais. Ainda que os indivíduos não tenham um sólido embasamento e conhecimento das diferentes atribuições, competências e limites de atuação das autoridades, eles têm uma opinião, mesmo que bastante difusa, das instituições e, em geral, é isso que os estudos de opinião visam ao formular as questões: acessar sentimentos gerais, atitudes, percepções, valores, opiniões e comportamentos dos indivíduos.

Capítulo 1 – Legitimidade da autoridade: concepções e perspectivas

Apesar de a maior parte ser localizada no campo da criminologia, o estudo sobre a legitimidade de instituições como a polícia é derivado de um problema central para a teoria política e as ciências sociais em geral: “por que as pessoas obedecem às autoridades, às instituições e aos governos?”.

Tendo essa indagação como ponto de partida, nosso objetivo no presente capítulo é percorrer diferentes abordagens do tema da legitimidade que contribuem para pensar a relação entre cidadão e autoridade. Para isso, apresentamos os antecedentes ao debate mais específico, no que concerne à legitimidade da polícia, traçando as linhas que ligam os trabalhos mais antigos – em que os temas de obediência e legitimidade são importantes para a reflexão da relação entre autoridade/indivíduo – às diferentes abordagens da legitimidade mais recentes no campo da ciência política e da criminologia.

1.1. Legitimidade e medo: perspectiva do poder e do dominado

Na história da humanidade, a tentativa de justificar o exercício do poder reivindicando legitimidade é comum²⁰ (FINNER, 1997). Andweg e Aarts (2014) chamam a atenção para o diálogo de Sócrates com Crito, por ocasião de sua prisão e condenação à morte por envenenamento. Resumidamente: Crito tentou convencer o filósofo ateniense – julgado culpado de impiedade e corrupção dos jovens de Atenas – a fugir da prisão e ir para o exílio. Sócrates, por sua vez, recusa a fuga não porque concordasse com a sentença que o condenava, mas por entender que as leis e o governo de Atenas eram justos.

²⁰ “[...] that rulers cannot maintain their authority unless they are legitimated, and that they are legitimated by belief- systems. It would be completely useless for a British monarch today to claim absolute powers on the grounds that these had been conferred on him by God, but this was taken as read in Archaic Egypt and Mesopotamia. Where the claim of the ruler to authority is out of kilter with the prevalent belief system of the society, he must either “change his plea,” that is, make himself acceptable in terms of that belief system, or else delegitimize himself and fall. The belief systems are stronger than the ruling authorities because it is by their virtue that rulers rule” (FINNER, 1997, p. 28-29).

Essa compreensão, mostra que é legítimo aquele poder entendido e reconhecido como justo e apropriado, mesmo que não se concorde com suas ações. Portanto, para Sócrates, se as leis e o governo eram justos, ele não poderia ser injusto contra o que julgava ser injustiça no plano individual, por isso reconheceu o direito do governo de Atenas de impor sua decisão a ele, ainda que considerada injusta.

O diálogo entre Crito e Sócrates ilustra que obediência só indica a legitimidade do poder quando baseada na crença de justiça relativa ao direito de posse e exercício do poder. Isso é importante, pois a obediência legítima é contraposta à obediência motivada pela dissuasão²¹, ou seja, fundada no medo de sanção ou coerção. Esta última, por sua vez, ancora-se numa noção de justificativa do poder pelas autoridades e governantes. Em linhas gerais, é a concepção de que aqueles em posição de submissão (dominados), utilitariamente, obedecem ao poder dos dominantes por temor/medo das consequências da desobediência.

O problema do medo de sanção/coerção como um elemento central na relação entre súdito/indivíduo/cidadão/autoridade é bastante conhecido na teoria política. Maquiavel (1532 [2002]) questionou retoricamente: vale mais ser amado ou temido? Assim, aconselha o soberano a ter equilíbrio entre temor e mínima estima por parte dos homens que lhes servem. Entre as promessas dos homens e o temor, deve o príncipe sempre cultivar o medo, pois, diferentemente da estima, o receio da punição, nunca se extingue.²² Em sentido semelhante Hobbes (1651 [1974], p. 107)²³ afirmou: *“pactos sem a espada, não passam de palavras, sem força para dar segurança a ninguém”*.

²¹ Dissuasão é uma tradução livre para o *deterrence*. No entanto, entendemos aqui que dissuasão, para além de um simples convencimento ou persuasão, carrega consigo um potencial de sanção, que exemplifica a relação desigual entre detentores de poder e dominados.

²² “[...] os homens são ingratos, volúveis, fingidos e dissimulados, avessos ao perigo, ávidos de ganhos; assim, enquanto o príncipe agir com benevolência, eles se doarão inteiros, lhe oferecerão o próprio sangue, os bens, a vida e os filhos, mas só nos períodos de bonança, como se disse mais acima; entretanto, quando surgirem as dificuldades, eles passarão à revolta, e o príncipe que confiar inteiramente na palavra deles se arruinará ao ver-se despreparado para os reveses. Pois as amizades que se conquistam a pagamento, e não por grandeza e nobreza de espírito, são merecidas, mas não se podem possuir nem gastar em tempos adversos; de resto, os homens têm menos escrúpulos em ofender alguém que se faça amar a outro que se faça temer: porque o amor é mantido por um vínculo de reconhecimento, mas, como os homens são maus, se aproveitam da primeira ocasião para rompê-lo em benefício próprio, ao passo que o temor é mantido pelo medo da punição, o qual não esmorece nunca. Todavia o príncipe deve inspirar temor de tal modo que, se não puder ser amado, ao menos evite atrair o ódio, já que é perfeitamente possível ser temido sem ser odiado”. (MAQUIAVEL, 1532 [2002], p. 102-103).

²³ “Porque as leis de natureza (como a justiça, a equidade, a modéstia, a piedade, ou, em resumo, fazer aos outros o que queremos que nos façam) por si mesmas, na ausência do temor de algum poder capaz de levá-las a ser

A concepção de assimetria de poder entre aqueles que detêm o poder e os dominados (ou governantes e governados), indicadas por Maquiavel e Hobbes, são dadas como exemplos da importância de tal efeito dissuasório na manutenção e estabilidade dos governos, assim como justificativa da autoridade. No entanto, o problema também foi formulado a partir da perspectiva dos dominados.

Para Étienne La Boétie (1542 [1982]), há três razões que explicam a servidão e a submissão dos súditos aos tiranos. Afora o temor das pessoas diante dos tiranos – por consequência, da capacidade de intimidação destes –, o autor inovou ao ressaltar o processo de socialização dos súditos numa relação de servidão e estrutura de poder como explicações para a obediência voluntária. No primeiro caso, aponta que conforme os súditos nascem e são criados como servos tendem assim a reproduzir tal comportamento. No segundo, o poder se estrutura numa espécie de rede de indivíduos, ligados ao tirano, que impõem a servidão aos outros, ao mesmo tempo em que se servem do poder que lhes era delegado pelo tirano.²⁴

Ao ressaltar, para além do medo, o processo de socialização e a estrutura do poder²⁵ como fundamentais para viabilizar a dominação, La Boétie propõe pensar as fontes da voluntariedade e obediência pacífica dos homens para com os tiranos, operando, segundo Gros (2015), uma virada copernicana na política ao sustentar que não é o poder que cria a obediência, e sim a obediência que engendra o poder. Tal afirmação corresponde à ideia de que mais do que somente por medo, as autoridades devem contar com uma expectativa razoável de que seus comandos sejam obedecidos com base em certo reconhecimento do direito de exercer o poder.

respeitadas, são contrárias às nossas paixões naturais, as quais nos fazem tender para a parcialidade, o orgulho, a vingança e coisas semelhantes” (HOBBS, 1651 [1974], p. 107).

²⁴ “Não são os bandos de gente a cavalo, não são companhia de gente a pé, não são as armas que defendem o tirano; de imediato, não se acreditará nisso, mas com certeza é verdade. São sempre quatro ou cinco que lhes conservam o país inteiro em servidão [...] esses seis têm seiscentos que crescem debaixo deles e fazem de seus seiscentos o que os seis fazem ao tirano. Esses seiscentos conservam debaixo deles seis mil, cuja posição se elevaram [...]. Grande é o séquito que vem depois e quem quiser divertir-se esvaziando essa rede não verá os seis mil, mas os cem mil, os milhões que por essa corda agarram-se ao tirano servindo-se dela [...]” (LA BOETIE, 1542 [1982], p. 31-32).

²⁵ A ideia de que a obediência ao poder se revela em uma pirâmide é o fundamento da autoridade estatal, na medida em que o “Estado, como divisão instituída da sociedade em um topo e uma base, é o acionamento efetivo da relação de poder”, e que tem “uma capacidade absoluta da divisão na sociedade. Assim, ela é a própria essência da instituição estatal, a figura mínima do Estado. Reciprocamente, o Estado é apenas a extensão da relação de poder, o aprofundamento cada vez mais marcado da desigualdade entre os que mandam e os que obedecem” (CLASTRES, 1987, p. 113).

1.2. Legitimidade: crença e justificação

A expectativa, por parte da autoridade, de consentimento para com seus comandos é desenvolvida por Weber (1922 [2004]) em *Economia e Sociedade*, mais especificamente em suas proposições em torno do problema da legitimidade que, por sua vez, indicam a disposição dos indivíduos em obedecer a um sistema de regras com base numa crença ponderada na validade moral da regra.

Um sistema de regras legítimo consiste numa ordem legítima,²⁶ ou seja, um sistema normativo apoiado pela crença dos atores em sua validade. A garantia desse sistema é fundada em atitudes internas – que podem ser afetivas, racionais referentes a valores ou religiosas – ou em expectativas com relação a consequências externas.²⁷ Nesse sentido, as bases da legitimidade de uma ordem residem na tradição (sempre foi assim), na crença afetiva (emocional), crença racional referente a valores (razões valorativas, normativas e ideais) e na crença da legalidade de um estatuto. A vigência da ordem legítima aumenta a probabilidade de ela servir como orientação para os atores regularem suas ações e condutas. Por sua vez, a crença na legitimidade da ordem é importante, pois produz regularidades sociais as quais, por sua vez, são mais estáveis do que aquelas que resultam da busca do interesse próprio ou do seguimento habitual de regras.

Em outro ponto da obra a questão da regularidade e estabilidade das relações de poder decorrentes da legitimidade é importante para a questão da autoridade. Weber (2004a, p. 139) através do conceito de dominação²⁸ – “probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou todas) dentro de um determinado grupo de pessoas” – marca a diferença da obediência à autoridade a partir de uma visão simplista da relação de poder. Nesse sentido,

²⁶ A ideia de ordem como um sistema que orienta a ação e que determina máximas de conduta. A ação social pode ser determinada de quatro maneiras: 1) de modo racional referente a fins: calculo racional diante de expectativas em relação ao mundo exterior, visando o resultado e fins da ação; 2) de modo racional referente a valores: crença em valores (ético, estético, religioso ou qualquer que seja sua interpretação) independentemente do resultado; (3) de modo afetivo: estado emocionais; 4) de modo tradicional: hábitos e práticas arraigadas (WEBER, 2004a).

²⁷ Como convenções e coações, que limitem as alternativas de escolha, independente das orientações subjetivas “pela situação de interesses, mas: por expectativas de determinado gênero” (WEBER, 2004a, p. 21).

²⁸ De forma mais específica, a dominação é tida como “uma situação de fato, em que uma vontade manifesta (‘mandado’) do ‘dominador’ ou dos ‘dominadores’ quer influenciar as ações de outras pessoas (do ‘dominado’ ou dos ‘dominados’) e de fato as influencia de tal modo que estas ações, num grau socialmente relevante, se realiza, como se os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do mandato a máxima de suas ações (‘obediência’)” (WEBER, 2004b, p. 191).

pontua haver uma diversidade de motivos para a obediência²⁹, que vão “desde o hábito inconsciente até considerações puramente racionais, referentes a fins. Certo mínimo de vontade de obedecer, isto é, interesse (externo ou interno) na obediência, faz parte de toda relação autêntica de dominação” (WEBER, 2004a, p. 139).

No entanto, para Weber, ainda que haja motivações externas a dominação mais estável se baseia na crença da legitimidade daqueles que detêm o poder. A partir dessa crença de que se pode observar três tipos ideais de autoridade legítima, os quais, por sua vez, se ancoram em três tipos puros de dominação: a) a dominação tradicional, fundada no respeito por padrões culturais longínquos, transmitidos através de gerações, gera a naturalidade de uma instituição ou autoridade; b) a dominação carismática derivada da devoção dos subordinados em relação a um líder, que é visto como portador de virtudes e qualidades especiais; c) por fim, a dominação racional-legal, baseada na crença das regras e regulamentos legalmente promulgados, o que combina o respeito à lei com a racionalidade formal na tomada de decisões.

Em cada um desses tipos ideais a submissão à autoridade ocorre de acordo com fórmulas de legitimação distintas, ou seja: o “porque obedecer” em ordens tradicionais se baseia na ideia de que é assim que as coisas são e em sentido de preservação da tradição, como algo sagrado; enquanto em ordens carismáticas a fonte da obediência à autoridade está na liderança e no estatuto especial de uma figura. Já em ordens racionais legais, a lei e o devido processo legal é que fundamentam a autoridade. A ideia de crença é central para Weber tanto como validade de um sistema normativo quanto como fundamento de toda a dominação.

Para Spencer (1970), ao tratar da legitimidade das ordens e a legitimidade da autoridade, Weber lidou com diferentes aspectos de um único fenômeno: as formas que fundamentam todas as instâncias da interação humana ordenada. A interação humana ocorre quando em um determinado contexto, há uma probabilidade de que um significativo número de atores orientará suas ações de acordo com as mesmas normas. Nesse sentido, o autor considera que Weber operou uma distinção entre normas e autoridade: enquanto a norma se refere às regras

²⁹ “Obediência significa, para nós, que a ação de quem obedece ocorre substancialmente como se este tivesse feito do conteúdo da ordem e em nome dela a máxima de sua conduta e isso unicamente em virtude da relação formal de obediência, sem tomar em consideração opinião própria sobre o valor ou desvalor da ordem como tal” (WEBER, 2004a, p. 140).

de conduta diante das quais os indivíduos orientam seus comportamentos, a autoridade trata da relação de comando e obediência que se estabelece entre dois ou mais atores, quando comandos de uns são recebidos como mandatórios/obrigatórios por outros. Portanto, onde há autoridade, existe possibilidade de interação humana ordenada. Nesse sentido, normas e autoridade indicam princípios polares da organização social. Ao passo que as normas orientam para uma regra ou um princípio, a autoridade indica a conformidade aos comandos. O significado da ordem e da autoridade legítimas é, como Weber deixa claro, que a ordem mais estável de conduta é alcançada quando os princípios de ordenação são considerados obrigatórios pelos atores sujeitos a eles.

Sem dúvidas, o pensamento de Weber a respeito da legitimidade foi, e continua sendo, ponto de referência a abordagens que se empenham em descrever a legitimidade de base empírica, ou seja, considerando legítimo aquilo que é socialmente válido em dado contexto, atenta aos processos, resultados e ao grau de reconhecimento pelos atores envolvidos na relação, bem como as suas consequências.

No entanto, Beetham (1991) sublinha que é difundida entre diversos cientistas sociais uma leitura da legitimidade de Weber como se fosse somente crença,³⁰ o que diminuiu/reduziu a explicação das crenças aos processos e agências de sua disseminação e internalização, deixando à parte uma análise dos fatores que dão às pessoas motivos suficientes ou razões para mantê-las. Então a concepção de legitimidade como somente crença prejudica a análise relativa às crenças e à razão das pessoas para mantê-la.

Em primeiro lugar, a “relação de poder não é legítima porque as pessoas acreditam em sua legitimidade, mas porque pode ser justificada em termos de suas crenças” (BEETHAM, 1991, p. 11). A legitimidade apresenta, então, relação com um poder que é exercido de acordo com os valores daqueles que se submetem, dependendo de um julgamento (estabelecido pelos

³⁰ “What is mistaken, it could be said, is to divorce people’s beliefs about legitimacy from their grounds or reasons for holding them: and these are to be found precisely in the actual characteristics of a regime, such as its conformity to their values, its ability to satisfy their interests, and so on. Did not Weber himself explore the different grounds for people’s belief in legitimacy in his analysis of the rational—legal, traditional and charismatic principles of authority? And would not a social scientist who was alert to the actual inadequacies and processes of degeneration of a regime be able, if not to predict, then at least adequately to explain, the erosion of belief in its legitimacy? The mistake, in other words, is not Weber’s, but that of those social scientists who have reduced the explanation of beliefs to the processes and agencies of their dissemination and internalisation, rather than an analysis of the factors which give people sufficient grounds or reasons for holding them” (BEETHAM, 1991, p. 10).

submetidos) a respeito da aproximação (ou distância) entre o sistema de poder e as crenças, valores e expectativas que justificam sua existência. Assim, o poder será considerado legítimo quando suas justificativas se baseiam nas crenças dos dominados. Por exemplo, quando avaliamos a legitimidade de um regime, de um sistema político, ou de uma relação de poder devemos considerar o quanto esta relação pode ser justificada por crenças, assim como se conforma com valores e se satisfaz as expectativas normativas dos envolvidos. Nesse sentido, “nós não estamos fazendo um relatório sobre a crença das pessoas em sua legitimidade (BEETHAM, 1991, p. 12)”. O importante é avaliar se há congruência entre a relação de poder e as crenças, valores e expectativas que fornecem justificativa ao poder, ou seja, se há um alinhamento entre a forma como o poder é conduzido e as crenças da sociedade a ele submetido.

Em segundo lugar, a redução da legitimidade à crença não leva em conta os aspectos de legitimidade que têm pouco a ver com aquela. Por exemplo, a forma como poder é ou não adquirida. O poder é exercido dentro do convencionado e, muitas vezes, é independente somente das crenças das pessoas. Nesse ponto, a legalidade representa um aspecto importante para a legitimidade. Outro ponto consiste no consentimento, ou seja, a expressão por meio de ações que demonstrem a concordância com aquela relação de poder. Para Beetham (1991), legalidade e consentimento não proveem indícios quanto a crença das pessoas, mas indicam ações que conferem legitimidade e contribuem para fazer ou manter o poder legítimo. E é nesse sentido que legalidade e consentimento são importantes para observar a congruência entre as crenças e os valores que fornecem justificativa ao poder. Mais especificamente, o autor considera que a legitimidade tem um caráter multidimensional, sendo três as dimensões importantes. Em primeiro lugar, como já dito, o poder que se pretende legítimo deve ser adquirido e exercido de acordo com as regras estabelecidas, independentemente da forma (legal, informal, convencional, não convencional entre outras). Esse é o nível da legalidade.

No entanto, a legalidade é insuficiente, uma vez que as regras devem ser sustentadas por princípios normativos que as justifiquem, o que indica o segundo nível de análise importante, a justificação. As regras de poder devem ser justificáveis de acordo com as crenças aceitas sob dois aspectos: primeiro como fonte legítima de autoridade, que determina quem está qualificado para exercer o poder e como são designados; segundo, como fins ou

propósitos apropriados de poder e padrões em seu exercício. As posições de autoridade são publicamente reconhecidas e consentidas pelos subordinados relevantes por meio de ações que confirmam sua aceitação e reconhecimento.

Legalidade, justificação e consentimento, juntos, fornecem ao subordinado os fundamentos morais para cumprimento, cooperação e obediência à autoridade. Para Beetham (2011), a prova de que essas dimensões são centrais para o entendimento da legitimidade se faz pela observação das palavras negativas que expressam como o poder pode não ter legitimidade: quando há violação das regras, se usa o termo ilegitimidade; quando as regras são profundamente contestadas ou estão pouco calcadas e suportadas por crenças sociais, se fala de déficit de legitimidade; se o consentimento ou reconhecimento é publicamente retirado ou retido, se usa o termo deslegitimação.³¹

Outro trabalho importante, contemporâneo ao de Beetham, e relevante para pensar a legitimidade das autoridades é o de Coicaud (2002). Com base em uma definição minimalista de legitimidade – como reconhecimento do direito de governar – o autor visa destacar um problema político fundamental: como justificar simultaneamente o poder político e a obediência. Essa definição de legitimidade de Coicaud contribui para a reflexão sobre o tema em três sentidos: primeiramente reafirma o caráter normativo da legitimidade, implícito na pressuposição da existência de um reconhecimento positivo pelos cidadãos acerca do direito moral da autoridade de exercer esse poder; em segundo lugar, porque incorpora à discussão os que se submetem e obedecem ao poder e não somente os que o exercem, reforçando que a legitimidade não é uma relação unilateral; terceiro, e por implicação, a legitimidade dentro dessa definição é vista como necessariamente condicional ou inviável (BOTTOMS; TANKEBE, 2012).

Coicaud (2002), assim como Beetham, também compreende a legitimidade como um constructo multidimensional. O consentimento é central por ser pressuposto da constituição da autoridade que se pretende legítima, na medida em que identificação do poder com o direito só existe enquanto o consentimento existir. Outra dimensão é a relativa a norma e

³¹ "If there is a manifest breach of the rules, we use the term illegitimacy. If the rules are only weakly supported by societal beliefs or are deeply contested, we can talk of a legitimacy deficit. If consent or recognition is publicly withdrawn or withheld, we speak of delegitimation" (BEETHAM, 2011, p. 1495).

valores, uma vez que é esperado que aqueles que comandam e aqueles que obedecem concordem quanto aos valores que a política objetiva promover.

É possível ver isso quando se analisa a conexão entre valores e direitos; ou a vinculação existente entre valores e a identidade de determinada sociedade; e quando se analisa a relação entre o poder político e o aspecto normativo dos valores. Por fim, o autor destaca a legalidade, entendida como conformidade da lei com os interesses da sociedade. Enquanto os valores fundamentais do grupo e o consentimento dos indivíduos determinam a base da origem do poder, a lei, assim entendida, estabelece as condições precisas para o seu efetivo exercício no âmbito de um relacionamento do direito.³² Assim, a lei legítima delimita de maneira concreta os direitos e deveres, limites que não devem ser excedidos, e aparece como uma regra que está acima dos governadores e dos governados, diferentemente do poder nu, baseado somente na força.

Tabela 1. Dimensões da legitimidade segundo Beetham (1991) e Coicaud (2002)

	Beetham	Coicaud
(1) <i>Legalidade</i>	Conformidade com as regras	Conformidade com a lei e interesses da sociedade
(2) <i>Valores compartilhados</i>	Justificam o poder	Conexão entre valores e poder
(3) <i>Consentimento</i>	Expressão de reconhecimento	Reconhecimento da validade do poder

A tabela 1 mostra de forma esquemática como os trabalhos de Beetham e Coicaud, com poucos anos de diferença, chegam a questões próximas quanto à multidimensionalidade do conceito de legitimidade. É relevante que ambos os trabalhos tenham inspirado uma série de abordagens empíricas da legitimidade, principalmente na criminologia.

³² “While the fundamental values of the group and the consent of individuals determine the groundedness of the origin of power, the law, thus understood, establishes the precise conditions for its effective exercise within the framework of a de jure relationship. From this point of view, it provides some stability for the asymmetric relationship constituted by the command relations between the governors and the governed” (COICAUD, 2002, p. 25).

1.3. Estabilidade e durabilidade de governos: legitimidade, apoio e confiança

Não obstante diversos autores reconheçam a importância da legitimidade como categoria central da análise política, a pouca clareza conceitual e, como consequência, a dificuldade de mensuração, são constantemente apontadas como problemas nas análises.

Por exemplo, conforme Pzeworski (1987), o problema da legitimidade não cabe para explicar o colapso dos regimes autoritários. Por isso o autor discorda da concepção de legitimidade como o fator fundamental para a manutenção de uma ordem política.³³ O que importa para a estabilidade do regime não é a legitimidade de um sistema de dominação particular, mas a presença ou a ausência de alternativas preferíveis. Por sua vez, é possível localizar a posição de Huntington (1991) no meio do caminho, uma vez que reconhece que a legitimidade é essencial na compreensão dos problemas enfrentados pelos regimes autoritários, no final do século XX, porém enfatizando que é conceitualmente inconsistente, por isso a análise política faz bem em evitar o seu uso.³⁴ No mesmo sentido Levi (2006), entende o conceito de legitimidade como muito complexo e ainda sem uma base mínima comum de quais dos vários elementos que o compõem são necessários para observação, como medi-lo e possíveis interações. E por fim, Marquez (2015) é mais radical ao defender que a ciência social explicativa deve abandonar o uso de legitimidade para relatos mais precisos acerca do funcionamento dos mecanismos subjacentes à ordem social e política em contextos particulares.

Independentemente das avaliações relacionadas às dificuldades de se trabalhar com o conceito, a importância dos princípios de legitimação e a forma como os sistemas de poder são organizados e se mantêm, refletem na atenção de parte importante da ciência política que lida com problemas como o da estabilidade, durabilidade dos regimes e sistemas políticos.

Categorias como “apoio” e “confiança”, assim como investigações sobre crenças, valores, atitudes e sentimentos diante do regime e suas instituições, são importantes para parte de estudos que relacionaram e relacionam aspectos comportamentais à durabilidade de

³³ “(...) in Lamounier’s definition, the acquiesce motivated by subjective agreement [concordancia] with given norms and values” (PRZEWORSKI, 1991, p. 51).

³⁴ “Legitimacy is a mushy concept that political analysts do well to avoid. Yet it is essential to understanding the problems confronting authoritarian regimes in the late twentieth century” (HUNTINGTON, 1991, p. 46).

sistemas políticos (EASTON, 1965; ALMOND; VERBA, 1963; INGLEHART, 1997; NORRIS, 1999; INGLEHART; WEZEL, 2005; DALTON, 2004; SELIGSON *et al.*, 2006; BOOTH; SELIGSON, 2009).

Lipset (1959) é um dos pioneiros ao destacar que, muito embora o desenvolvimento econômico³⁵ seja condição básica para sistemas democráticos estáveis, torna-se necessário observar também a eficácia e a legitimidade do sistema político. Por eficácia entende o desempenho do sistema político na satisfação das funções básicas de um governo, de acordo com a expectativa da maioria da sociedade e dos grupos e elites poderosos.³⁶ Já a legitimidade – em clara inspiração weberiana – envolve a capacidade do sistema político de gerar e manter a crença de que as instituições políticas existentes são as mais apropriadas ou, no mínimo, serem vistas como existindo em benefício da sociedade. Um governo se torna legítimo somente se a crença de que no geral o desempenho do governo (com relação à promoção de bens públicos, principalmente ao crescimento econômico) é, no mínimo, igual ou melhor a todas as alternativas imagináveis.

Para Easton (1965), o papel das crenças dos cidadãos em relação ao seu sistema político e instituições é um fator importante para a estabilidade do regime político. O apoio às autoridades, ao regime e à comunidade política está relacionado tanto com as experiências das pessoas por meio do contato com as instituições políticas, da participação em processos institucionais dos mais variados, como também com processos longos de socialização dos indivíduos, em que são internalizados – ou não – valores de apoio ou rejeição ao sistema político e suas instituições. Entre experiência e crenças/valores, formula o conceito de apoio ao regime político em duas dimensões: uma específica e outra difusa. A específica se refere à possível satisfação com demandas específicas, a partir da avaliação de desempenho das instituições com base nas experiências de vida. Por contraste, apoio difuso, não significa uma demanda, uma satisfação específica. O difuso compreende uma noção de adesão, até certo ponto, de lealdade à autoridades, ao regime e/ou à comunidade política, que é mais ou menos

³⁵ Considera como indicadores de desenvolvimento econômico a industrialização, urbanização, padrões educacionais e um aumento constante da riqueza geral da sociedade.

³⁶ “The effectiveness of a democratic political system, marked by an efficient bureaucracy and decision-making system, which is able to resolve political problems, can be distinguished from the efficiency of the total system, although breakdown in the functioning of the society as a whole will, of course, affect the political sub-system” (LIPSET, 1959, p. 86).

independente de benefícios específicos, uma vez que é consequência dele. Quase como um reservatório de boa vontade, o apoio difuso não se mostra totalmente esvaziado por desapontamentos com os resultados (apoio específico). Nesses termos, são complementares e se comunicam, influenciando um ao outro.

O senso de legitimidade representa a maneira mais efetiva de regular o apoio difuso dos cidadãos às autoridades. A crença dos cidadãos na legitimidade indica uma convicção que é certo e apropriado que ele aceite e obedeça às autoridades, assim como cumpra as exigências do regime, porque “de alguma maneira vaga ou explícita, ele vê esses objetos como conformados aos seus próprios princípios morais, seu próprio senso do que é certo e adequado na esfera política” (EASTON, 1965, p. 278).³⁷ Nesse sentido, como condição central para o apoio difuso, a legitimidade tem suas raízes na convicção interna da validade moral das autoridades e regime, que, caso estejam presentes, podem ser o suporte do regime mesmo diante de repetidas perdas, falhas e/ou prejuízos atribuídos aos resultados (outputs) decorrentes das ações das autoridades.

Easton propõe uma tipologia da legitimidade. A ideia é que o apoio mobilizado, para e em nome de autoridades e regimes (objetos de legitimidade), deriva de diversas fontes de legitimidade, que vão desde princípios ideológicos subjacentes (ideologia) até ao senso de vinculação e pertencimento a estrutura e normas do regime (estrutura), ou devoção às próprias autoridades em razão de suas características pessoais (qualidades pessoais). Assim, considera a caracterização desses tipos de legitimidade importante para evidenciar as formas por meio das quais podem ajudar a determinar tipos diferenciais de mecanismos de respostas a que um sistema político pode recorrer em caso de instabilidade, tensão ou pressão (EASTON, 1965).

Diversos trabalhos se debruçam mais especificamente no papel das crenças e valores sobre os sistemas políticos, sem tratar diretamente da ideia de legitimidade. É o caso de Almond e Verba (1963), que entendem que capacidade do regime político e de suas instituições em se manterem estáveis é impactada pelo conjunto de valores subjetivos de uma população.³⁸

³⁷ “[...] most stable support will derive from the conviction on the part of the member that is right and proper for him to accept and obey the authorities and to abide by the requirements of the regime. It reflects the that in some vague or explicit way he sees these objects as conforming to his own moral principles, his own sense of what is right and proper in the political sphere” (EASTON, 1965, p. 278).

³⁸ Nesses termos, há três dimensões de orientação política, observáveis por meio de crenças, valores, atitudes e sentimentos, que devem ser analisadas: primeiro, a dimensão cognitiva, que expressa conhecimento e crença no

O ponto central na tese dos autores é que há uma cultura cívica³⁹ que combina a aceitação da autoridade dos governos e a crença na participação nos deveres cívicos. A estabilidade da democracia está relacionada a um tipo de cultura política que sustente certo grau de consenso acerca da legitimidade das instituições democráticas e também ao conteúdo das políticas públicas (MOISÉS, 2011).

Mais recentemente, Inglehart e Wezel (2005) sustentam que as mudanças econômicas e sociais afetam profundamente a tradicional cultura política das sociedades contemporâneas, de tal forma que os indivíduos deixam para trás, com o passar do tempo, seu apego aos valores de sobrevivência e desenvolvem valores de autoexpressão. Tais valores de autoexpressão permitem ter mais autonomia e padrões independentes de relações com as autoridades políticas. Valores parecem ser decisivos para determinar a existência e duração de instituições democráticas, muito embora estas últimas tenham pouca influência ao longo do tempo sobre a capacidade de gerar cultura cívica.

Norris (1999) dialoga diretamente com Easton ao desenvolver a concepção bidimensional de apoio. Para verificar a ascensão do cidadão crítico – expressão que se refere à crescente perda de apoio e confiança em níveis mais específicos, em contraposição com a manutenção do apoio aos princípios dos regimes democráticos – a autora destaca cinco dimensões que apontam para diferentes níveis de suporte político, do mais difuso ao mais específico: a) apoio à comunidade política (vínculo básico à nação, além das instituições governamentais existentes e uma geral boa vontade de cooperar politicamente); b) apoio aos princípios do regime (valores do sistema político); c) apoio ao desempenho do regime (apoio ao quão autoritário ou democrático é o regime político vigente); d) apoio ao funcionamento

sistema político; segundo, a dimensão afetiva, que relata os sentimentos relativos ao sistema político em termos de funções/papel, pessoas e resultados; terceiro, uma avaliativa que remete aos julgamentos e percepções do processo político e de seu desempenho sobre os incumbentes (ALMOND; VERBA, 1968).

³⁹ A cultura cívica combina os tipos participativo e súdito de cultura política. Partindo dessas orientações políticas, Almond e Verba (1963) propõem três tipos puros de cultura política: a) a cultura política paroquial na qual há uma consciência remota concernente à presença de governo e influência dos governos, porém sem expectativa de mudança, sem interesse e conhecimento sobre o sistema político, remetendo a estruturas tradicionais; b) a cultura política súdita, marcada pela passividade em que, cientes da existência de um governo, de instituições e atores, há pouca margem e disposição para dissentir; c) a cultura política participante em que os indivíduos são capazes e se dispõem a afetar, por meio de demandas aos governos, e de ser afetados por estes, diante das respostas do sistema a reivindicações e expectativas.

das instituições (percepções dos cidadãos com base nas expectativas em relação à missão das instituições); e) apoio dado aos atores políticos e autoridades (NORRIS, 1999; DALTON, 2004).

Diversos outros trabalhos vêm se dedicando a verificar as crenças, apoio e confiança nos regimes, instituições e autoridades (CHRISTENSEN, Tom; LÆGREID, 2005; SELIGSON *et al.*, 2006; BOOTH; SELIGSON, 2009; MOISÉS, 1995; 2010; 2011; RENNÓ *et al.*, 2011). No entanto, especificamente sobre a legitimidade, os trabalhos de Gilley (2006a, 2006b; 2009) têm destaque.

A preocupação de Gilley concentra-se na legitimidade dos Estados, entendidos como instituições políticas dominantes dos dias atuais. Assim, ele entende que legitimidade é fundamentalmente outra coisa que não o apoio político ao regime, ao Estado e mesmo às instituições. Se aproximando de Easton, Gilley entende que a legitimidade tem um caráter particular, podendo ser vista como um tipo de apoio político fundado na ideia de bem comum e nas avaliações morais compartilhadas entre indivíduos e autoridades. Assim, o autor compartilha das abordagens de Beetham (1991) e Coicaud (2002), uma vez que compreende que o Estado é legítimo e se detém e exercita o poder político com legalidade, justificação e consentimento. A legalidade significa que o Estado adquiriu e exerce o poder político nos termos das regras, leis e costumes acordados pela comunidade política. O valor moral da legalidade reside na sua previsibilidade e generalidade que, por sua vez, são garantias contra a natureza arbitrária do poder político.

No entanto, a legalidade se mostra insuficiente para observar a legitimidade. Isso porque, apesar de ser esperado que haja crença na submissão e obediência dos Estados às regras, é esperado dos cidadãos uma desconfiança quanto as próprias regras ou a suficiência destas. A limitação da legalidade é evidente em momentos de mudança social quando manter as regras representa um desafio ante sua negação e inadequação.

Nesse sentido, complementando a insuficiência da legalidade, a segunda dimensão consiste na existência de um compartilhamento de normas de conduta, que também é tratado como justificação. A justificação indica a atuação do Estado de maneira consistente com um certo consenso moral da sociedade. Como terceira dimensão da legitimidade, destaca o consentimento: ações positivas que expressam o reconhecimento do direito do Estado de governar e uma concordância geral na vinculação derivada das decisões estatais. Como não é algo trivial que os cidadãos considerem a legalidade e a justificação em todas ações do Estado,

o consentimento é uma dimensão central e mais fácil de acessar, pois “resgata o poder invisível (do Estado) da acusação de ser nefasto” (GILLEY, 2009, p. 7).

É evidente o esforço e a importância da questão da legitimidade para a ciência política. Encontrar uma medida comum e replicável continua sendo um desafio para os estudos comparativos. No entanto, ainda há espaço para um olhar mais detido no âmbito da disciplina no que diz respeito à disposição dos cidadãos em obedecer e reconhecer instituições e organizações específicas. Muito embora as abordagens com base no conceito multidimensional de apoio contemplem questões como apoio institucional e a agentes/autoridades, há diversos estudos no campo da criminologia que, a partir de um enfoque nas instituições do sistema de justiça criminal e segurança pública, desenvolvem medidas e abordagens bastante ricas as quais podem contribuir para um olhar mais focalizado na relação dos cidadãos com o Estado e suas políticas públicas.

1.4. Qualidade dos governos e legitimidade das instituições

Para Rothstein (2009), a ideia de que a legitimidade da autoridade política tem sua fonte na vitória por meio de eleições livres e justas não é o bastante para dar conta do fenômeno. Para além dos *inputs*, a legitimidade é criada e mantida também pelos resultados e pela forma de o governo funcionar (*outputs*). O funcionamento dos governos e a forma como exercem o poder, acessado e validado por processos (eleições) tidos como justos e livres, é aspecto fundamental para se chegar a uma avaliação da qualidade do governo, e consequentemente para a legitimidade da autoridade política.

Por sua vez, a qualidade do governo é definida como a imparcialidade das instituições no exercício da autoridade governamental. A imparcialidade é a ideia de que no processo decisório e implementação das políticas os governos e autoridades não devem levar em consideração aspectos particulares e julgamentos pessoais a respeito do cidadão. Os critérios para ação das autoridades não devem se pautar por aquilo que não seja previamente previsto na política ou nas leis (ROTHSTEIN; TEORELL, 2008). Cabe destacar que há também um sentido moral do agir com imparcialidade, que implica tratar as pessoas e tomar as decisões

de forma equânime, guiado pelo interesse público, e isso é principalmente importante, para os funcionários civis do governo, policiais, juízes, entre outros, que agem ao atuar nos termos do princípio da imparcialidade, refletem o ideal de que o que pauta as decisões é o interesse público e não qualquer outro interesse próprio do burocrata (ROTHSTEIN; TEORELL, 2008).

A centralidade da imparcialidade da autoridade, reforça a ideia de que a forma como o poder é exercido é central para observar a legitimidade dos governos. Especificamente a visão dos cidadãos – sobre como o governo exerce as atividades esperadas – é fundamental para acessar a legitimidade. E a partir dessa compreensão é possível deslocar o olhar do nível dos governos, para relações entre cidadãos e autoridade, instituições, organizações ou políticas públicas específicas.

A investigação das especificidades e particularidades acerca de como o poder é exercido e as decisões são tomadas nos diferentes níveis, instituições e agências dos governos é importante não somente para entender e qualificar os governos, mas pode indicar uma ferramenta importante de análise da política pública, tendo em vista que a implementação da política, como no caso da polícia, por exemplo, depende decisivamente da forma de a polícia atuar e lidar com os cidadãos nas ruas.

À título de exemplo, pode-se destacar o estudo de Grimes (2006) relacionado às percepções da tomada de decisões para a construção de uma ferrovia na Suécia como um exemplo de tal abordagem. Por meio de dois *surveys*, em diferentes anos, com as mesmas pessoas, o objetivo de entender se a percepção de justiça nos processos de decisão pode afetar as avaliações globais dos cidadãos sobre as instituições políticas e até mesmo a sua disposição de aceitar as decisões tomadas por tais instituições.⁴⁰

Muito embora Levi (2006) em um primeiro momento contestou a viabilidade do uso do conceito de legitimidade na ciência política (conforme visto anteriormente), em alguns

⁴⁰ Grimes (2006) considera que legitimidade institucional é composta por dois componentes atitudinais: confiança institucional e aceitação da decisão. Esse é o ponto central da crítica que o trabalho de Grimes recebe de Kaina (2006), que entende que são esses conceitos diferentes, e por tal, que não se confundem. Para Kaina, aceitação de decisão e razões atribuídas a procedimentos constitutivos são consequências de legitimidade: legitimidade institucional é, antes de tudo, a crença dos cidadãos nas instituições, nos termos propostos por Lipset. Quanto à confiança, Kaina (2006) discorda de Grimes destacando que a confiança está sempre baseada nas expectativas daquele que se abstém de agir pessoalmente, delegando seu controle a outra pessoa. Nesse sentido, a confiança equivale à crença de que as instituições agem de acordo com suas expectativas normativas. Em outras palavras: a legitimidade representa uma reflexão sobre normas; confiança diz respeito ao desempenho das instituições à luz de certas normas.

trabalhos posteriores a autora encara o problema e trabalha com o conceito (LEVI *et al.*, 2009; LEVI; SACKS, 2009; LEVI *et al.*, 2012). Nesses trabalhos, considera que valores e crenças impactam no comportamento acerca da disposição de obedecer, entendendo que o conceito de legitimidade capta as crenças que fortalecem a disposição dos indivíduos para obedecer às autoridades.⁴¹

Essa abordagem da legitimidade não é nova para a psicologia social e criminologia. Tom R. Tyler – coautor do artigo, de 2009, com Levi e Sacks – é um dos pioneiros na operacionalização do conceito de legitimidade como expressão da disposição dos indivíduos em se submeterem voluntariamente às autoridades, mais especificamente à polícia e à justiça. A ideia é que quando as pessoas percebem a polícia como legítima, exercendo o poder do Estado de maneira legal e justificada, se mostram mais dispostas a cumprir a lei e a seguir as diretrizes policiais voluntariamente. Uma baixa legitimidade da polícia pode indicar, para além de problemas de apoio do público, dificultar a cooperação (elemento fundamental para o trabalho das agências de justiça criminal e segurança pública), aprofundar os frequentes problemas nas relações entre policiais e comunidades e, em casos mais extremos, ameaçar a estabilidade social e de governos.

Os trabalhos de Grimes (2006) e Levi *et al.* (2009) reforçam o interesse por uma abordagem mais específica acerca da legitimidade das políticas públicas, autoridades e instituições aos olhos da dos cidadãos. Se a qualidade do governo é definida como a imparcialidade das instituições no exercício da autoridade governamental (ROTHSTEIN; TEORELL, 2008), o estudo sobre o processo decisório a partir da interação entre cidadão e autoridade é fundamental para entender a legitimidade das instituições e a qualidade do governo.

Nesse ponto, é inegável que a literatura desenvolvida no campo da criminologia é bastante rica e tem muito a contribuir para pensar futuros estudos relacionados à legitimidade de instituições, organizações e políticas públicas específicas.

⁴¹ Recentemente têm surgido alguns trabalhos na ciência política abordando a legitimidade das autoridades. É o caso do estudo de Dickson *et al.* (2015), cuja abordagem é bem distinta da operada no seio da criminologia, que explora os determinantes institucionais da autoridade legítima (policiais, promotores, burocratas) com base num experimento laboratorial em que a disposição dos cidadãos de ajudar ou atrapalhar a autoridade é interpretada como uma medida comportamental de autoridade legítima.

No presente capítulo: a) introduzimos a questão da legitimidade e obediência à autoridade, demonstrando que a ideia do medo como fundamento da obediência da autoridade é contraposta por uma noção de legitimidade da autoridade; legitimidade envolve uma expectativa de reconhecimento e consentimento, por parte da autoridade, acerca do seu direito de exercer o poder; b) apresentamos a abordagem de Weber sobre a legitimidade, que estabelece a ideia da legitimidade como crença, ideia que vem a ser muito influente nos trabalhos empíricos nas ciências sociais; adicionando ênfase à questão da “justificativa” do poder aos olhos dos cidadãos, Beetham e Coicaud, propõem uma abordagem multidimensional da legitimidade; c) destacamos que na ciência política há um debate relativo aos desafios envolvidos na operacionalização do conceito – tratado principalmente a partir dos trabalhos em torno questão da estabilidade/durabilidade dos regimes e governos – e grande produção sobre crenças, valores e atitudes, mas focados principalmente em categorias como apoio e confiança e menos na legitimidade; d) apresentamos alguns trabalhos mais recentes, dentro do escopo da disciplina, que consideram a forma como o poder é exercido um aspecto central para se acessar a qualidade de governos e políticas, que têm se debruçado na importância de um olhar mais detido nas percepções dos cidadãos acerca das instituições e sua contribuição para o funcionamento e qualidade dos governos.

Capítulo 2 – O estudo da legitimidade policial

A concepção de que o consentimento, a justificação/valores e a legalidade consistem em elementos-chave para observar a legitimidade (BEETHAM, 1991; COICAUD, 2002; GILLEY, 2009) está presente, implícita e explicitamente, nas pesquisas empíricas relativas à legitimidade de instituições, como a polícia e o judiciário, que têm ocupado destaque na pesquisa criminológica nas últimas três décadas. Tendo em vista que a presente pesquisa analisa como a experiência direta com a autoridade impacta dimensões difusas, como a legitimidade, é necessário adentrar e expor mais detidamente a pesquisa relativa à legitimidade da polícia e os estudos do contato da polícia com os cidadãos.

Para isso, organizamos o capítulo em três partes principais. Primeiramente, apresentamos a agenda de pesquisa sobre legitimidade da polícia, qual o debate proposto e as principais variáveis apontadas como centrais para captar a legitimidade. Como segundo ponto, consideramos fundamental discorrer a respeito da operacionalização de um conceito subjetivo como a legitimidade, apresentando as principais proposições de medir legitimidade e debate entre elas. Na terceira parte, nos debruçamos mais especificamente nos trabalhos que tinham interesse nos impactos do contato/interação/experiência direta com a polícia nas percepções acerca da autoridade, principalmente de confiança, desempenho e legitimidade.

2.1. A pesquisa sobre legitimidade policial e a teoria da justiça procedimental

A maior parte dos estudos a respeito da legitimidade da polícia consiste em investigações da formação das percepções a respeito da polícia e de seus efeitos no comportamento dos indivíduos.⁴² Os trabalhos observam tanto o que impacta como o que

⁴² Worden and McLean (2016), em seu artigo sobre o estado da arte da pesquisa da legitimidade, destacam duas linhas de estudos: os originários do debate da psicologia social, majoritários; e os com base numa abordagem do institucionalismo organizacional. Para os autores, umas das principais diferenças reside no fato de que a abordagem institucional entende a legitimidade como variável dicotômica (ou seja, há ou não há legitimidade), enquanto a literatura majoritária entende a legitimidade como variável contínua ou categórica, o significa observar um gradiente de legitimidade. Essa diferença é importante, pois ao tratar o nível, a linha majoritária procura entender quais aspectos ajudam a explicar a maior ou menor legitimidade da polícia, e por consequência diversos outros comportamentos, como a disposição de cooperar, de obedecer às leis, entre outras.

ajuda a explicar o maior ou menor grau de legitimidade e têm apresentado resultados importantes de como a legitimidade é essencial para explicar aspectos como disposição de cooperar com a polícia, disposição para cumprir as leis (TYLER, 1990; SUNSHINE; TYLER, 2003; TYLER; FAGAN, 2008) e até mesmo a aceitabilidade da violência (JACKSON *et al.*, 2013). Por sua vez, entre os determinantes da legitimidade da polícia há um protagonismo da teoria da justiça procedimental como variável explicativa (WORDEN; MCLEAN, 2016).

Porém, em primeiro lugar é importante ter claro o que é a legitimidade da polícia. Se a legitimidade consiste no direito de governar (COICAUD, 2002) e no reconhecimento pelos governados desse direito (BEETHAM, 1991), pensando no esquema multidimensional, a legitimidade da polícia é a percepção pública da conformidade da polícia com um conjunto de regras, da justificativa dessas regras e do consentimento expresso pelo público. Nesses termos, é esperado em primeiro lugar que a autoridade policial exerça o poder de acordo com as regras e instituições (formais ou informais, convencionais ou não convencionais) estabelecidas. Por sua vez, a justificativa dessas regras revela o compartilhamento por parte dos cidadãos das normas/valores que guiam e são protegidas pela polícia, ou seja, há alinhamento normativo entre as partes da relação (polícia e cidadão). E por fim, deve haver uma ação positiva, em relação à autoridade, que denote a existência de consentimento.

A ideia de consentimento é central, pois qualifica a obediência esperada em uma relação legítima e a distingue de outros tipos de obediência, como a obediência por convenção, impulso, ou mesmo por medo de sanção e/ou coerção. A obediência legítima, baseada no consentimento para com a autoridade mais do que somente um ato de voluntariedade, indica um reconhecimento público por parte do subordinado (BEETHAM, 1991). Ao mesmo tempo, revela um mecanismo de reciprocidade, uma vez que, caso a não haja reconhecimento da validade do direito de emanar ordens, não há um caráter propriamente de direito (COICAUD, 2002). Em outras palavras, o consentimento se revela no sentimento de dever, obrigação de obedecer à autoridade, mesmo que não concorde com as razões dela.

Isso posto, fica evidente que na pesquisa de legitimidade da polícia a motivação subjacente à ação de obedecer é derivada principalmente de considerações normativas e menos de incentivos materiais ou não-discursivos. Isso quer dizer que, para os pesquisadores da linha, a obediência não pode ser explicada somente como uma função que dispõe, de um

lado, de incentivos positivos do comportamento criminal (como os bens subtraídos) e, de outro, de incentivos negativos de dissuasão (a possibilidade de ser pego e a severidade da punição) (ZANETIC et al, 2016).

Como consequência, é evidente a existência de duas agendas de pesquisa para pensar a relação entre polícia e cidadão: de um lado, a concepção de um policiamento por consentimento que busca construção, reforço e manutenção da legitimidade (HOUGH, 2010; JACKSON *et al.*, 2012b); de outro, um policiamento baseado na dissuasão (*deterrence theory*) com forte influência e ascendência em políticas e práticas adotadas pelas instituições de controle social em diversos lugares e que parte de um pressuposto de racionalidade instrumental dos indivíduos, que considerariam os riscos potenciais de coerção envolvidos na tomada de decisão no ato de obedecer. Em outras palavras, enquanto as políticas inspiradas pela teoria da dissuasão se baseiam na ideia de que a desigualdade de poder entre autoridade e indivíduos indica para as pessoas que a ação ilegal não é a melhor opção diante da possibilidade de sanções, as pesquisas sobre legitimidade da polícia sustentam que o risco de sanção não é o melhor preditor da disposição de cumprir a lei, pois a legitimidade da autoridade se mostra mais importante (TYLER, 1990; 2004; SUNSHINE; TYLER, 2003; JACKSON *et al.*, 2012a; ZANETIC *et al.*, 2016).

Diversos estudos indicam que o policiamento por consentimento – que procura reforçar a legitimidade da autoridade – tem sua principal fonte nos procedimentos adotados pela polícia durante a interação com os indivíduos (HOUGH et al, 2010). Mais do que somente a certeza da sanção, o processo de tomada de decisão e tratamento por parte da autoridade policial importa para o consentimento e observância da autoridade. E é a isso que se chama de teoria da justiça procedimental (*Procedural Justice Theory*).

A justiça procedimental tem sua origem no trabalho de Thibaut e Walker (1975), que destacam a influência da percepção acerca da justiça em relação aos procedimentos adotados na satisfação das decisões judiciais. A ideia que veio a se desenvolver no seio dos estudos da criminologia é que, dentre os julgamentos dos indivíduos quanto a justiça e polícia, os relativos aos procedimentos usados pela autoridade se mostravam os mais importantes para explicar a legitimidade. Os resultados apontam que a relação de poder baseada no reconhecimento da legitimidade do poder deriva das percepções subjetivas dos cidadãos de que a autoridade se

comporta de maneira justa e procedimental, ou seja: a justiça/justeza dos e nos procedimentos adotados promove e sustenta a crença de que a polícia possui autoridade legítima, sendo digna de ser obedecida (TYLER, 1990; TYLER; HUO, 2002; SUNSHINE; TYLER, 2003; HINDS; MURPHY, 2007; TYLER; FAGAN, 2008; HOUGH et al, 2010).

A justiça procedimental é pensada a partir de um núcleo mínimo de quatro aspectos: *participação*, *neutralidade*, *honestidade* e *respeito* (TYLER, 1990). Os dois primeiros aspectos – *participação* e *neutralidade* – estão dentro daquilo que é chamado por qualidade de tomada de decisão. Já *respeito* e *honestidade* se enquadram na qualidade de tratamento (TYLER, 2006; REISIG; BRATTON; GERTZ, 2007).

Mais especificamente, a *participação* se refere à perspectiva de poder apresentar seus argumentos e ser ouvido pelas autoridades. E mais do que isso: envolve a expectativa de que sua versão será considerada pela autoridade no processo decisório. No caso, a *participação* não envolve uma ilusão de determinar ou influir diretamente no resultado da demanda em jogo. No entanto, é muito importante para o senso de justiça dos indivíduos, pois sinaliza a abertura plena a outras versões do fato no processo de tomada de decisão.

Já a *neutralidade* revela que a autoridade está desprovida de qualquer interesse, preferência ou engajamento durante o processo decisório. Os indivíduos devem crer que todos os casos e todas as pessoas, independentemente de suas características particulares (sexo, idade, etnia, classe social, local de residência, trabalho etc.), receberão um tratamento objetivo e imparcial. Como uma decorrência da neutralidade, a tomada de decisão baseada na objetividade e consistência dos fatos em questão reforça a avaliação da *honestidade* dos detentores do poder.

Quanto ao *respeito*, indica que a percepção de educação e polidez derivadas de um tratamento digno e respeitoso impactam tanto na autoestima das pessoas como na percepção acerca da moralidade e civilidade da autoridade (TYLER, 1990).

Apesar do protagonismo da justiça procedimental para explicar a legitimidade, a eficácia da polícia é uma outra variável de destaque na literatura. A ideia é que o desempenho da polícia em satisfazer minimamente as funções básicas atribuídas a ela, de acordo com as expectativas dos cidadãos, seja um aspecto central para explicar a legitimidade. Apesar de os estudos entenderem que a percepção de eficácia pode aumentar a legitimidade da polícia, há

a tendência entre os teóricos de justiça procedimental de subestimar a importância que as percepções da eficácia têm sobre a legitimidade da polícia e a disposição do público em relação ao comportamento cumpridor da lei (TANKEBE, 2008; 2009a).

No entanto, em contextos democráticos recentes, com um passado autoritário, a eficácia da polícia parece ser central, já que é difundida a ideia de que a polícia não dá conta minimamente das questões de segurança. Os resultados indicam que a percepção da eficácia da polícia exerce um impacto direto na confiabilidade que as pessoas têm nessa instituição. Essa relação é mais forte onde a justiça procedimental é também verificada (TANKEBE, 2008; 2009b).

Os estudos sobre legitimidade têm sido realizados em contextos diferentes, principalmente onde a polícia exige reformas democráticas que deem conta não somente da justiça procedimental, mas também da capacidade da polícia de ser percebida como cumpridora daquilo que em geral se espera dela. Apesar de a maioria dos trabalhos estar concentrada nos Estados Unidos, Reino Unido e Austrália, há trabalhos em outros contextos, por exemplo, Jamaica (REISIG; LOYD, 2009), Trinidad e Tobago (KOCHER; PARKS; MASTROFSKI, 2013), Israel (JONATHAN-ZAMIR; WEISBURD, 2013), África do Sul (BRADFORD *et al.*, 2014), Eslovênia (REISIG; TANKEBE; MESKO., 2014), China (SUN *et al.*, 2017) e Nigéria (AKINLABI, 2017).

No Brasil, são recentes os estudos sobre a legitimidade policial. Zanetic (2017), baseado em uma pesquisa de opinião conduzida em São Paulo em 2013, testou como a justiça procedimental impacta a confiança na polícia e na legitimidade das leis. A eficácia policial e a justiça procedimental são aspectos importantes para explicar a confiança institucional na polícia. Do mesmo modo, mas com efeito menor, o autor destaca também a associação da legitimidade das leis com a dimensão da justiça procedimental.

Já Oliveira, Oliveira e Natal (2018) em discussão metodológica sobre abordagem reflexiva e uso de variáveis latentes com base em dados de *survey*, testam o efeito da percepção de justiça procedimental e eficácia sobre o cumprimento da lei por meio da variável de legitimidade policial. Com base em pesquisa de opinião conduzida na capital de São Paulo

(2015)⁴³, os resultados dos testes confirmam o que a literatura sustenta, destacando o papel dos procedimentos justos como principal preditor da legitimidade.

Por fim, Oliveira, Oliveira e Adorno (2019) apresentam o desenvolvimento da mensuração de legitimidade policial com base em dados representativos de oito regiões da cidade de São Paulo, conduzidos em 2017. Isso feito, analisam o impacto da justiça procedimental e a eficácia no constructo proposto de legitimidade e, em segunda ordem, da legitimidade no comportamento de desrespeito às leis. Os resultados amparam as hipóteses sustentadas pela literatura internacional: a justiça procedimental e eficácia importam para a legitimidade da polícia, com destaque para a primeira. Por sua vez, a legitimidade da polícia é preditor do comportamento de desrespeito às leis.

2.2. Mensuração da legitimidade da polícia

Sendo a legitimidade um conceito de natureza subjetiva, sua operacionalização não deixa de ser desafiante e tem, por sua vez, incentivado um rico debate sobre a mensuração e validade dos constructos elaborados (OLIVEIRA; OLIVERIA; NATAL, 2018). Em resumo, há diversas formas e maneiras de mensurar a legitimidade policial na literatura, porém pode-se resumir o debate entre dois modelos (SUN *et al.*, 2017), que refletem duas concepções e, como consequência, sugerem abordagens diferentes para acessar o que entendem como legitimidade.

De um lado, como decorrência dos primeiros trabalhos de Tom R. Tyler, se situa uma concepção empírica de legitimidade que, apesar das variações, tem como núcleo o sentimento de dever obedecer. De outro lado, Tankebe (2013) apresenta como alternativa uma concepção normativa da legitimidade, considerada como justiça procedimental, justiça distributiva, eficácia e legalidade como dimensões da legitimidade.

Como apontamos anteriormente nesse capítulo, a obediência, indicativa do consentimento, é elemento central na perspectiva majoritária da literatura. Nesse sentido,

⁴³ Os dados usados por Oliveira, Oliveira e Natal (2015) são os mesmos que serão usados na presente pesquisa. Mais informações no capítulo 3.

captar a legitimidade da polícia passa necessariamente pela observação da disposição de consentir com a autoridade, ou seja, as pessoas devem sentir voluntariamente o dever de acatar as decisões e diretrizes da polícia.

Partindo dessa ideia a literatura concentra a operacionalização do conceito a partir de questões que acessam a percepção da obrigação de obedecer à autoridade (TYLER, 2006), por exemplo, através de perguntas que colocam se o respondente entende que “as pessoas devem obedecer à polícia (ou às leis) mesmo que ela(s) contrarie(m) o que eles acham que é certo”.

Já a confiança é uma outra dimensão que aparece com bastante frequência na operacionalização da legitimidade. A ideia é que ela indica uma avaliação geral do desempenho da polícia e o respeito à autoridade. Sua importância decorre de uma compreensão da legitimidade na crença de que as autoridades são confiáveis, honestas e minimamente atentas ao bem-estar das pessoas com quem lidam. Ou seja, indica uma expectativa positiva com relação a ações contingentes da autoridade. No caso, a percepção reversa de insegurança e incerteza com relação a ação e atuação da polícia é o substrato de uma obediência e submissão baseadas no medo, o que exclui o elemento do consentimento, que é central para entender a aceitação da autoridade.

Por essas razões, a confiança na polícia é tipicamente medida explorando as crenças dos entrevistados de que a polícia respeita os direitos dos cidadãos, toma decisões que são boas para a comunidade local, assim como a pergunta direta sobre confiar ou não (TYLER, 1990; 2006; TYLER; HUO, 2002). No entanto, mais recentemente o uso da confiança como dimensão da legitimidade tem sido questionado.

Para Tyler e Jackson (2013), a legitimidade indica as relações de poder e de autoridade moral. Já a confiança indica habilidades e intenções. A partir dessa perspectiva, a legitimidade é uma crença no direito moral da polícia de ter e exercer poder e influência, enquanto a confiança é a crença de como policiais individuais desempenham suas funções. Segundo os autores, as medidas de confiança focam nas intenções e capacidades de cada policial (se são confiáveis para cumprir funções, efetivos etc.), enquanto as de legitimidade se concentram na autoridade da instituição e na validade moral das ações dos policiais.

Como terceira dimensão que tem destaque em diversas análises, está a ideia de alinhamento normativo. Se a legitimidade significa que os cidadãos reconhecem o direito da polícia de existir, de determinar autoridade e de exercer poder, sua mensuração deve ir além

do reconhecimento do poder, medido através do sentimento de obrigação para com a autoridade e da confiança (HOUGH *et al.*, 2010; JACKSON *et al.*, 2012a; 2012b). Isso significa que as pessoas conferem legitimidade às instituições não simplesmente porque estas aderem a padrões de bom comportamento, mas porque as consideram as instituições que representam estruturas normativas e éticas particulares. Nesses termos, a percepção de legitimidade é a expressão de “valores compartilhados” ou de “alinhamento normativo”, ou seja, o compartilhamento entre cidadão e polícia de um senso normativo, moral e ético (HOUGH *et al.*, 2010). Em suma, a importância do alinhamento normativo na operacionalização da legitimidade se deve a seu papel de justificação do poder, através do propósito moral compartilhado na coprodução da ordem social.

Em linhas gerais, mapeando uma abordagem geral na literatura, tem-se que a legitimidade (Figura 1) deve ser observada não apenas a partir da obediência esperada, entendida como prerrogativa de quem detém o poder, e na confiança que reflete uma previsibilidade positiva com relação a autoridade, mas também na crença de que a polícia compartilha os valores daqueles que eles policiam (JACKSON *et al.*, 2012a; 2012b; TYLER; JACKSON, 2014).

Figura 1. Legitimidade da polícia: principais dimensões

Por sua vez, Bottoms e Tankebe (2012)⁴⁴ entendem que obrigação de obedecer não é uma dimensão de legitimidade, pois legitimidade e obediência são coisas distintas. Teoricamente,

⁴⁴ Destacando a legitimidade como um conceito inerentemente relacional, Bottoms e Takebe (2012) sustentam que ela é compreendida como um diálogo contínuo entre os detentores do poder e suas audiências. Por exemplo, policiais reivindicam poder, os cidadãos respondem, muitas vezes ajustando suas reivindicações, e assim por

a obediência é um conceito muito mais amplo do que a legitimidade. Nesse sentido, dois tipos de respostas podem ser dados pelas pessoas quando perguntadas “por que elas devem obedecer a polícia?”.

Algumas pessoas podem responder em algum sentido que obedecem porque acham que a polícia é legítima, ou seja, há o reconhecimento como normativamente válida a reivindicação policial de exercício do poder conferido à sua autoridade. No entanto, muitas pessoas podem relatar outras motivações que envolvam as consequências da não-obediência, por exemplo, o medo, o peso da obrigação, o sentimento de impotência diante das autoridades, a tradição, ou mesmo a ausência de alternativa que não a obediência as normas sociais existentes. Sendo esse o caso da disposição de obedecer, a obediência tal qual como é captada em grande parte da literatura (como parte da legitimidade) pode por vezes ser considerada uma variável dependente, ou seja, pode ser explicada pela legitimidade (BOTTOMS; TANKEBE, 2012; TANKEBE, 2012).

Partindo disso, a proposição de medida de legitimidade proposta por Tankebe (2013) é radical ao sugerir que o que se trata como preditores da legitimidade em grande parte da literatura, na verdade são os componentes que permitem aferir a legitimidade: justiça procedimental, justiça distributiva, eficácia e legalidade.

Pensando as expectativas normativas específicas do policiamento em uma democracia liberal, Tankebe (2013) sugere extrapolar a ideia de valores compartilhados (ou alinhamento normativo) de Beetham (1991) em três direções. Primeiro, a justiça procedimental como qualidade do processo decisório (honestidade dos policiais, oportunidade de representação, correção de erros, imparcialidade) e qualidade do tratamento interpessoal não é uma variável independente que explica a legitimidade. A justiça procedimental representa uma dimensão componente do conceito de legitimidade na medida em que a avaliação da qualidade do processo decisório e do tratamento são aspectos intrínsecos ao exercício do poder. Tratar as

diante. É por meio desse processo dialógico que as agências de justiça criminal e suas audiências (cidadãos) chegam a um entendimento compartilhado sobre o significado de poder legítimo. Tais “diálogos” podem então assumir diferentes formas em variados contextos culturais, o significado do poder legítimo pode diferir entre as sociedades (TANKEBE, 2013).

pessoas com dignidade, respeito e justiça não é um valor em si mesmo, e sim um modo de atuar de uma polícia que se pretende estar numa sociedade democrática.

Tankebe (2013) destaca como segunda dimensão a justiça redistributiva, entendida como percepções dos resultados recebidos e da distribuição dos resultados. No contexto da justiça criminal, recursos concretos podem incluir multas judiciais, multas por trânsito e policiais, enquanto recursos simbólicos incluem respeito, cortesia e dignidade. No caso, a justiça redistributiva pode apontar se os resultados e a alocação de recursos por parte das autoridades são percebidos como justos entre grupos ou indivíduos com reivindicações ou necessidades concorrentes. Por exemplo, as decisões de prender, processar são justas, assim como se a polícia distribui, trata pessoas (ricos, pobres, homens, mulheres etc.) de forma igual. Espera-se que em sociedades democráticas a polícia lide de forma minimamente equitativa com os diferentes grupos existentes (TANKEBE, 2008). A construção da retidão do poder da polícia passa por evitar a discriminação na alocação de recursos ou nos resultados que as pessoas recebem.

Outro ponto caro a Tankebe (2008; 2013) é que o contraste entre modos instrumentais e normativos de obediência não são adequados para acessar a legitimidade. Para Bottoms e Tankebe (2012), a eficácia é um aspecto que faz com que o poder seja legítimo. Para as autoridades legais, estabelecer e manter o poder legítimo passa pela avaliação acerca da sua capacidade de responder às necessidades de segurança dos cidadãos. Assim, quando o público exige que a polícia demonstre sua eficácia na redução do crime e problemas relacionados, está expressando uma condição normativa que deve ser cumprida por sua legitimidade. A ideia é que não basta atuar de acordo com a lei e garantir que os cidadãos sejam tratados com justiça processual nas interações e que recebam resultados justos ou uma alocação justa dos recursos policiais. É necessário, por parte das autoridades, demonstrar, além disso, uma capacidade para obter resultados efetivos (BOTTOMS; TANKEBE, 2012).

Nesse sentido, muito embora eficácia pareça um aspecto meramente utilitarista e isso cause estranheza quando se discute a mensuração de um conceito basicamente normativo, é central para as autoridades legais transmitir a ideia de que os interesses da sociedade estão sendo contemplados através da competência em cumprir minimamente aquilo que se espera delas. No caso, implica reconhecimento de que os cidadãos têm interesses que merecem

consideração, revelando que o desempenho efetivo satisfaz um critério normativo (BEETHAM, 1991; TANKEBE, 2008). Em outras palavras: quando as pessoas esperam que a polícia lide com crime, diminua a violência entre outras questões, elas não estão demandando em termos de utilidade, mas demonstram a expectativa de que a polícia cumpra uma condição normativa para sua legitimidade.

Tankebe (2013) também destaca a centralidade da fonte do poder e da forma como o poder é exercido para acessar a legalidade. Nos termos de Beetham (1991), o poder é adquirido e exercido de acordo com regras estabelecidas em dada sociedade. Como a lei também deve ser aplicada prospectivamente, permitindo que os sujeitos ao poder saibam com antecedência quando estarão sujeitos à coerção, assim evitando interferência desnecessária em suas vidas. Portanto, a legalidade implica que poderes delegados aos policiais devem ser consistentes com a lei preexistente. O mesmo é verdade com relação aos poderes exercidos.

Nas democracias, é esperado que os policiais sigam o devido processo respeitando os direitos legais dos cidadãos, que incluem o tratamento justo de todas as partes em um caso, proporcionando-lhes oportunidades de fazer uma representação de seu próprio lado do caso antes que as decisões sejam tomadas. Nesse ponto, pode haver uma confusão de legalidade com a ideia de Tyler de qualidade do processo decisório. Mas há evidências abundantes da distância considerável entre a lei oficial e o comportamento dos policiais nas ruas. Tendo isso em vista, é plausível considerar que atividades ilegais inibem a construção, manutenção e reprodução do poder legítimo.

Figura 2. Legitimidade da polícia: modelo alternativo

Tendo em vista uma visão geral da pesquisa no tema da legitimidade da polícia, o papel da justiça procedimental como preditor e, nessa parte, as diferentes formas adotadas para acessar a legitimidade, na próxima parte vamos adentrar mais especificamente na literatura que observou o impacto da experiência de contato com a polícia nas percepções públicas referentes à polícia, como confiança e mesmo legitimidade.

2.3. Contato com a polícia e legitimidade policial

São diversas as pesquisas empíricas de como experiência de contato com a polícia pode impactar as percepções dos cidadãos em sua confiança e legitimidade na polícia. Alinhados com a literatura geral, a hipótese de fundo que os trabalhos examinam é que quanto maior percepção positiva acerca da justiça procedimental durante a interação, maior será a atitude positiva com relação à polícia.

A ideia é que a justiça procedimental é mais importante do que o próprio julgamento dos resultados do encontro, ou seja, mesmo em situações em que o resultado é desfavorável, como uma abordagem no trânsito que resulta em multa, a qualidade da interação se mostra o aspecto mais relevante. Em resumo: não são apenas os resultados, mas também o processo, ou procedimento usado para chegar a esses resultados, que ajuda a moldar as opiniões dos cidadãos no que concerne aos seus encontros com a polícia e com a polícia em geral (DONNER *et al.*, 2015).

A quase totalidade dos estudos de legitimidade e justiça procedimental se baseia em dados de pesquisa de opinião em que os respondentes são perguntados sobre a experiência recente de contato com a polícia. Nesse sentido, a medida proposta por tais trabalhos não se propõe ser direta no estatuto da justiça procedimental, mas sim nas percepções dos cidadãos acerca da qualidade da interação com a autoridade policial.

Para entender melhor o papel que o contato tem como variável nos estudos de legitimidade da polícia, não podemos nos prender somente aos estudos de legitimidade. Isso é evidente diante da importância da pesquisa de Skogan (2006), que não trata diretamente da

legitimidade, mas sim da confiança geral na polícia (*confidence*)⁴⁵. A questão do trabalho é simples: observar a experiência com a polícia, tanto do contato iniciado pelo cidadão quanto naquele iniciado pelo policial, na avaliação dos serviços policiais. A hipótese é que o impacto de experiências negativas e positivas seria diferente, ou seja, o contato negativo teria um peso maior para diminuir a confiança na polícia. Skogan entende que as experiências ruins alimentam o descrédito na capacidade da polícia de prestar um serviço profissional, o que pode afetar profundamente as visões das pessoas quanto a desempenho e mesmo legitimidade da instituição.

Nesse sentido, o estudo ocorre em duas partes. Na primeira, valendo-se de dados de pesquisa de opinião conduzida em Chicago (EUA), os resultados confirmam a hipótese, apontando que a experiência avaliada como negativa tem um impacto quatorze vezes maior do que o contato positivo; ao passo que as experiências positivas, por sua vez, não foram estatisticamente diferentes de zero. Na segunda parte do trabalho, a pesquisa foi replicada com outros *surveys* de cidades de três cidades diferentes: Nova Iorque, St. Petersburg (Flórida) e Indianápolis (todas nos EUA) e Inglaterra e País de Gales (Reino Unido)⁴⁶, sustentando a tese da assimetria: a experiência negativa tem um impacto maior do que a positiva.

A tese da assimetria (ou teoria do viés negativo) (LI *et al.*, 2016), foi explorada e problematizada em diversos trabalhos subsequentes. O próprio Skogan (2009), em trabalho que investiga a relação da confiança na polícia com a preocupação com o crime, reafirma a assimetria como um dos principais resultados, pois ter uma experiência negativa com a polícia teve três vezes mais impacto do que uma experiência positiva de confiança.

Outro trabalho é o de Bradford, Jackson e Stanko, (2009) que exploram o impacto dos encontros com a polícia na confiança geral no Reino Unido, observando como o contato é julgado pelas pessoas e o como a qualidade dos contatos é importante para a confiança. Com dados de pesquisa de opinião conduzida em Londres, os resultados confirmam que contatos avaliados como não satisfatórios estão de fato associados com opiniões menos favoráveis da

⁴⁵ Skogan (2006) operacionaliza *confidence* através de perguntas que acessam a satisfação da eficácia e engajamento com a polícia.

⁴⁶ Foram selecionados habitantes de áreas urbanas no *British Crime Survey*.

eficácia policial, justiça policial⁴⁷ e engajamento com a comunidade (esses três tidos como elementos da confiança geral na polícia).

Porém, destacam que contatos positivos podem melhorar as percepções sobre justiça e engajamento com a comunidade. Em outras palavras, segundo os autores, os resultados sugerem uma visão mais positiva da interação da polícia, uma vez que – embora qualquer contato com a polícia, negativo ou positivo, esteja associado a um aumento na probabilidade de opiniões negativas relacionadas à eficácia da polícia – experiências satisfatórias de contato pessoal com a polícia foram associadas em algum grau com visões positivas de justiça e engajamento da polícia.

A respeito da experiência de contato com a polícia e a legitimidade, um estudo importante é o de Tyler e Fagan (2008), com base em estudo de painel com moradores da cidade de Nova York. Nesse sentido, destacam a influência da experiência pessoal com a polícia tanto na legitimidade quanto na disposição de cooperar, ou seja, a percepção de justiça procedimental durante o contato induziu a aumentar a legitimidade, independentemente do resultado da interação.

Vale destacar que os autores não operacionalizaram o contato como positivo ou negativo, mas sim como justiça procedimental, operacionalizada em termos de avaliação da qualidade da decisão e avaliação da qualidade do tratamento, experimentados durante o contato com a polícia. Os autores entendem que os resultados dão evidências de assimetria entre experiências que podem ser classificadas como negativas e positivas. No entanto, a importância de experiências positivas é aparente e distinta dos efeitos de encontros negativos.

Nos resultados do estudo de Gau (2010) a respeito da importância da justiça procedimental na confiança e eficácia da polícia⁴⁸ – baseado em dados de painel conduzido num distrito composto por quatro cidades médias e área rural nos EUA – , a justiça processual percebida pelos cidadãos durante seu contato com a polícia é um fator significativo para explicar as avaliações da capacidade da polícia de manter suas comunidades a salvo de

⁴⁷ *Police fairness*, traduzida como justiça policial, se refere a avaliação/julgamento das pessoas para saber se a polícia age de maneira justa.

⁴⁸ “How much do you trust local and state police to make your community safer from gun crimes and gun violence?” (GAU, 2010).

violência grave. Nesse sentido, a qualidade do contato pessoal dos cidadãos com os policiais pode influenciar seus julgamentos sobre a confiança na eficácia da polícia.

Outros trabalhos também têm voltado as atenções para o possível impacto assimétrico de contatos avaliados como positivos e negativos. A análise de Li *et al.* (2015), confirma a hipótese de Skogan (2006). Com base em dados de Houston, Texas (EUA), verificam que os efeitos da avaliação negativa da qualidade do contato com a polícia na satisfação pública com a polícia – que compreende a percepção de justiça procedimental, eficácia e expectativas com relação a polícia – é maior do que o contato avaliado como positivo.

Por sua vez, em pesquisa com dados da cidade de Ghent, na Bélgica, Van Damme (2015) observa como a avaliação do contato com a polícia ajuda ou não a explicar a percepção de eficácia e justiça procedimental (componentes da confiança) que, por sua vez, têm influência no sentimento de alinhamento moral com a polícia e, por consequência, impacto na disposição de obedecer à polícia.

Os resultados indicam que a relação entre os contatos (negativo e positivo) sobre a justiça procedimental e eficácia não são marcadamente assimétricos, pois contatos insatisfatórios impactam em menor confiança de maneira ligeiramente diferente do impacto positivo na confiança do que os contatos satisfatórios. Outro resultado é que a justiça procedimental é preditor de magnitude maior do alinhamento moral do que a confiança na eficácia da polícia. Por sua vez, o alinhamento moral aparece como um forte preditor para sentir a obrigação de obedecer à polícia no estudo.

Um aspecto importante a ser observado na questão do contato é como percepções anteriores a respeito da polícia podem impactar a avaliação do contato. Myhill e Bradford (2012), com base em duas ondas de uma pesquisa de opinião realizada em Londres, destacam que percepções negativas pré-existentes com relação à polícia, com base na primeira onda, explicam o contato negativamente recebido, enquanto visões positivas não preveem contato bem recebido. No entanto, contatos simples, tanto negativos quanto positivos, são preditivos de confiança subsequente na polícia. Numa segunda parte do estudo, com base em dados representativos nacionais como as vítimas de crime na Inglaterra e no País de Gales, Myhill e Bradford (2012) avaliam os contatos com a polícia e destacam o papel do tratamento pessoal como importante na formação da avaliação desse contato.

Trabalho anterior de Elliott, Thomas e Ogloff. (2011), com base na análise quantitativa de dados colhidos através de entrevistas com 110 vítimas de crime (contra si ou seu patrimônio) em Victoria, Austrália, aponta que maior percepção de justiça procedimental durante a interação com a polícia está associada com maior percepção de legitimidade (entendida como obrigação de obedecer à lei), justiça e satisfação com o contato. A justiça procedimental parece ser mais relevante para explicar a justiça e satisfação do que o resultado esperado do contato com a polícia, assim como preditor mais forte de legitimidade do que a história criminal.

Huq *et al.* (2017), a partir de uma definição de legitimidade como alinhamento normativo, recentemente estimaram quais tipos de comportamento policial legitimam a instituição aos olhos dos cidadãos e impactam no dever de obedecer. A questão empírica é se a justiça procedimental, a justiça distributiva, a eficácia, a autoridade limitada⁴⁹ e as práticas de vigilância⁵⁰ são fatores legitimadores. Para isso, num primeiro momento os autores verificaram como a avaliação de quem teve contato com a polícia se relacionava com os julgamentos sobre a justiça procedimental, a justiça distributiva, a efetividade, a autoridade limitada e as práticas de vigilância. No caso, os resultados destacam o efeito estatístico mais forte da justiça procedimental. O contato tido como justo teve um efeito estatístico ligeiramente mais fraco, mas desta vez positivo, em todas as medidas, exceto vigilância e autoridade limitada. Em suma, as experiências divergentes de contato com a polícia estão mais fortemente correlacionadas com os julgamentos sobre a justiça procedimental e menos fortemente ligadas a julgamentos de justiça distributiva e eficácia policial. Há uma correlação ainda mais fraca com a autoridade limitada e com os julgamentos de vigilância.

Os usos de “satisfação com o contato” e “contato justo”, por exemplo, denotam as diferenças entre as abordagens referentes ao contato. Mais especificamente pode-se perceber que o contato não aparece na literatura somente como variável explicativa, mas com frequência é usado como variável de controle.

⁴⁹ A noção de “autoridade limitada” considera que os indivíduos não cedem poderes ilimitados às autoridades. Para além da ideia de justiça procedimental, a autoridade limitada compreende um julgamento sobre o uso indevido do poder conferido à autoridade (HUQ *et al.*, 2017).

⁵⁰ Se refere às percepções do uso de tecnologia para coletar comunicações, muitas vezes vistas como privadas.

No primeiro caso, entre aqueles estudos que têm o contato como uma variável explicativa, ele é tratado de duas formas: há trabalhos em que a satisfação é acessada, objetiva e diretamente, com base em perguntas como o quão satisfeito o cidadão estava com o contato (MYHILL; BRADFORD, 2012; VAN DAMME, 2015); em outros estudos a satisfação é operacionalizada em termos de qualidade, considerando julgamentos diversos como a rapidez no atendimento, educação/polidez, respeito, percepção de justiça entre outras (SKOGAN, 2006; BRADFORD; JACKSON; STANKO, 2009; LI *et al.*, 2015; HUQ *et al.*, 2017).

Já o uso de contato como variável de controle em modelos (HINDS; MURPHY, 2009; MURPHY; CHERNEY, 2011; MURPHY; SARGENT; CHERNEY., 2015) é criticado em alguns trabalhos (GAU *et al.*, 2012; 2013; FERDIK *et al.*, 2014). Segundo Gau *et al.* (2012), a primeira razão é que ainda não está claro se o simples fato de ter tido contatos recentes importa nas atitudes das pessoas na relação com a legitimidade da polícia. Entre os estudos, os resultados indicam que ou o contato não apresentou significância ou, entre os que apresentaram, os resultados têm magnitude modesta.

O segundo aspecto consiste em que experiências vicárias – de familiares, amigos, com a mídia, entre outras – parecem ser importantes na formação da visão acerca da polícia, alertando que há estabilidade nas atitudes globais (gerais) referentes à polícia, independentemente da experiência pessoal com policiais. A posição é reforçada por Gau (2013), a partir de dados de pessoas que tiveram contato com a polícia em uma cidade de médio porte na Flórida, ao apontar que embora a justiça procedimental específica (entre aqueles que tiveram contato) seja preditor de legitimidade, a justiça procedimental global (avaliações gerais) tem uma influência mais forte.

Como já ressaltado, a maior parte dos estudos da relação entre polícia e cidadão se baseia nas percepções e julgamentos dos cidadãos sobre o momento de interação. No entanto, há estudos que deslocam o olhar do cidadão para o de um terceiro, no caso, os pesquisadores, que observam o momento de interação e coletam as informações, na chamada observação social sistemática.

É o caso de Dai *et al.* (2011) que conta com dados colhidos da observação de 442 turnos policiais na cidade de Cincinnati (EUA). Com base na informação de 2671 interações polícia/cidadão – confirmam a hipótese de que a *justiça procedimental* é central para o *compliance*

dos cidadãos com a polícia. Também nos EUA, McCluskey e Reisig (2016) contaram com dados da observação social sistemática de encontros da polícia e suspeitos em Indianápolis (Indiana) e St. Petersburg (Flórida), conduzida entre 1996 e 1997. Com base nas 939 interações observadas, os autores testaram quais fatores influenciam na aplicação da justiça procedimental por parte dos policiais durante os encontros com suspeitos, mais especificamente verificando se o comportamento dos suspeitos afeta a qualidade da abordagem do policial.

Os resultados apontam que o nível de autocontrole exibido pelos suspeitos (menor autocontrole, menor a justiça procedimental), o número de espectadores da interação (maior a audiência, menor a justiça procedimental) – o encontro envolveu um problema de trânsito (em encontros de trânsito tendem a se verificar maior justiça procedimental) –, a raça, etnia e status social dos suspeitos (encontros com classes baixas e raças/etnias tidas como minoritárias têm menor justiça procedimental) são os melhores preditores da forma como os policiais exercem autoridade.

O estudo de Mazerolle *et al.* (2013) é marcante por testar a influência da manipulação experimental nas visões específicas e difusas da legitimidade da polícia e como essas visões influenciam a satisfação e a disposição das pessoas em cooperar com a polícia. O estudo se baseia nos dados produzidos pelo *Queensland Community Engagement Trial* (QCET), a primeira experiência de campo do mundo, que visava testar diretamente o impacto dos encontros entre policiais e cidadãos nas opiniões dos cidadãos sobre a polícia⁵¹. Usando a modelagem de equações estruturais, os autores investigaram os efeitos da manipulação experimental em visões específicas que os cidadãos têm da polícia e, em seguida, como essas opiniões condicionam suas visões gerais a respeito da polícia. Os resultados apontam para diferenças significativas de experimento e de controle. A justiça procedimental nos encontros de trânsito com a polícia (condição experimental) impactaram nas visões dos cidadãos referentes ao encontro direto com a polícia, assim como nas orientações gerais em relação às abordagens.

⁵¹ O experimento envolveu a alocação aleatória de 60 barreiras de ruas planejadas, chamadas de operações RBT, 30 para a operação padrão de RBT (condição de controle) e 30 para experimental. Em todas, a polícia de trânsito seguiu um *script* que operacionalizava os principais elementos da justiça procedimental. As 60 operações envolveram a polícia estacionando entre 300 e 400 carros por operação. Cada motorista abordado recebeu, ao fim da interação, um envelope lacrado e foi informado que ali havia uma pesquisa (voluntária e que poderia ser completada mais tarde) desenvolvida por pesquisadores da Universidade de Queensland, Austrália (MAZEROLLE *et al.*, 2013).

As percepções de justiça procedimental também apareceram como relacionadas às percepções de legitimidade da polícia.

Diante dessa produção, é importante destacar que a interação polícia-cidadão tem sido cada vez mais alvo do interesse dos governos. A *National Police Research Platform*⁵² dos EUA conduziu a pesquisa *Police-Community Interaction Survey (PCIS)*, a respeito da satisfação do público que interage com a polícia, fornecendo um novo conjunto de medidas de desempenho da polícia que dão uma visão mais abrangente do trabalho policial a partir da perspectiva dos cidadãos e, por tal, merecem maior atenção dos formuladores de políticas públicas. Os dados foram coletados por 53 agências policiais nos EUA, em 2013 e 2014.

Rosenbaum *et al.* (2016) relatam tal pesquisa e, a partir desses dados, observam efeitos de um modelo de justiça procedimental referente à disposição de cooperar com a polícia, mediado por percepções de confiabilidade do oficial. Os resultados confirmam parcialmente a hipótese dos autores, uma vez que os efeitos da justiça procedimental na disposição de cooperar com a polícia são parcialmente mediados por percepções de confiabilidade do oficial. No entanto, a análise indica que a percepção de empatia⁵³ por parte do policial durante o encontro exerce um acréscimo importante ao modelo de justiça procedimental.

Nos EUA, a popularidade das políticas *stop-and-frisk*⁵⁴ indica a importância e contribuição que iniciativas como o *Police-Community Interaction Survey (PCIS)* podem ter no planejamento do policiamento e nos impactos da ação policial nas percepções da população. Tyler, Jackson e Mentovich (2015), com base numa pesquisa de opinião transversal representativa da população dos EUA, verificam o impacto dos contatos baseados em suspeitas nas opiniões e o comportamento das pessoas em relação à lei e às autoridades legais. Os resultados indicam que as pessoas que se sentem suspeitas pela polícia geralmente indicam que sofreram tratamento injusto durante recentes encontros pessoais. Mais do que isso, essas

⁵² Projeto apoiado pelo *National Institute of Justice (Office of Justice Programs, U.S. Department of Justice)*, liderado por pesquisadores e chefes de polícia, que desenvolve um caminho produtivo e eficiente para produzir conhecimento sobre o policiamento nos EUA. Disponível em: <<http://uicclj.squarespace.com>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

⁵³ A empatia é medida, por exemplo, através das seguintes questões durante o contato os policiais: 1) me confortaram e me tranquilizaram; 2) pareceram acreditar no que eu estava dizendo; 3) escutaram o que eu tinha a dizer; 4) pareceram estar atentos aos meus sentimentos e emoções.

⁵⁴ Prática de policiamento com ênfase na abordagem sistemática de civis nas ruas e busca por armas, entorpecentes, procurados/foragidos e outros crimes. Principalmente nos EUA, há uma literatura considerável sobre as práticas de abordagem policial e suas diversas decorrências.

pessoas tendem a ser minorias, jovens, pobres e homens, assim como indicam viver em áreas tidas como de alta desordem.

O objetivo do presente capítulo consistiu em apresentar as linhas gerais da literatura que lida com a legitimidade policial e contato com a polícia. Para isso, na primeira parte apresentamos o que é legitimidade policial não só como objeto de estudo, mas como agenda de pesquisa, assim como as características principais dos principais preditores da legitimidade, notadamente a justiça procedimental e a eficácia. Após isso, tendo em vista o desafio de operacionalizar a mensuração e a validade de um conceito abstrato, apresentamos duas diferentes formas de concepção de legitimidade policial.

No caso, a partir do debate entre as duas formas, foi possível apresentar de maneira mais detida as questões e variáveis usadas na literatura que são tidas como componentes da legitimidade da polícia. Na última parte, apresentamos mais detidamente os principais estudos que se debruçaram na relação do contato com a polícia nas percepções públicas sobre a polícia, com destaque ao debate dos diferentes efeitos na confiança e legitimidade de experiências julgadas como negativas ou positivas, justas ou injustas.

Em linhas gerais, podemos concluir que, muito embora seja razoável defender que os julgamentos de várias dimensões da conduta e organização do policiamento não podem ser reduzidos a avaliações baseadas apenas no contato interpessoal, as pesquisas destacam em seus resultados que a polícia tem muito a ganhar quando age orientada pelos princípios da justiça procedimental, fomentando a qualidade da interação e do processo decisório, mesmo em encontros curtos e breves com os cidadãos (TYLER; FAGAN, 2008; MAZERROLE *et al.*, 2013; HUQ *et al.*, 2017).

Capítulo 3 – Contato e legitimidade da polícia em São Paulo: contexto, o estudo, dados e metodologia

A interação entre autoridade/cidadão e as percepções decorrentes do exercício do poder são importantes para entendermos a qualidade dos governos, instituições e políticas públicas. Diversos estudos na área da criminologia têm sustentado que percepções gerais da qualidade do processo decisório e do tratamento que a polícia dispensa aos cidadãos são os principais componentes que explicam a legitimidade da instituição aos olhos das pessoas (TYLER, 1990; TYLER; HUO, 2002; SUNSHINE; TYLER, 2003; HINDS; MURPHY, 2007; REISIG; BRATTON; GERTZ., 2007; TYLER; FAGAN, 2008; TANKEBE, 2008; 2009b; 2013; HOUGH et al, 2010; JACKSON *et al.*, 2012a; 2012b; 2013; TYLER; JACKSON, 2014; HUQ *et al.*, 2017; JACKSON; BRADFORD, 2019).

Mas em que sentido as experiências diretas, ou seja, o contato com a autoridade em nível específico, impacta dimensões difusas como a legitimidade? Até o momento, as pesquisas indicam que a experiência direta com a autoridade policial tem efeitos nos julgamentos dos indivíduos sobre a polícia. Assim, como momento paradigmático da relação entre Estado e cidadão, o contato tem efeitos na política pública de segurança e na prática policial, sendo apontado como aspecto importante para explicar posicionamentos gerais, como a satisfação com o trabalho, confiança, desempenho e mesmo legitimidade (SKOGAN, 2006; TYLER; FAGAN, 2008; BRADFORD; JACKSON; STANKO, 2009; HINDS; MURPHY, 2009; MURPHY; CHERNEY, 2011; MAZEROLLE *et al.*, 2013; MYHILL; BRADFORD, 2012; TYLER; JACKSON; MENTOVICH, 2015; LI *et al.*, 2015; VAN DAMME, 2015; MURPHY *et al.*, 2015; ROSEMBAUM *et al.*, 2016; HUQ *et al.*, 2017).

No Brasil, ainda são poucos os estudos sobre contato com a polícia e percepções gerais. Na linha do que vem sendo produzido na literatura estrangeira, podemos identificar quatro trabalhos, sendo que dois têm foco no contato da confiança na polícia, um na desconfiança e o mais recente se debruça na avaliação da qualidade do trabalho prestado pela Polícia Militar no Brasil.

Mais especificamente, com base em dados coletados pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) na pesquisa realizada para o projeto “Sistema de Indicadores

de Percepções Sociais do Serviço Público” (SIPS)⁵⁵, Oliveira Jr (2011) destaca três pontos. A experiência anterior com a polícia (contato) é operacionalizada como opinião específica negativa e positiva. Como resultado, em primeiro lugar tem-se que o contato com a polícia avaliado como positivo impacta positivamente sobre a percepção de desempenho da polícia, na medida em que quem acionou a polícia e entendeu positivamente esse contato apresenta melhor avaliação geral da polícia. O contato avaliado como negativo, no caso, não apresenta efeito estatisticamente significativo. Por sua vez, as chances de uma percepção positiva diminuem quando o entrevistado é não branco. Na confiança, os resultados indicam que a avaliação acerca do desempenho da polícia é a variável de maior impacto, ou seja, as chances de a confiança na polícia ser mais forte são maiores entre aqueles que avaliam o seu desempenho positivamente. Por sua vez, a percepção negativa do contato anterior com a polícia aumenta as chances de a confiança ser menor.

Silva e Beato (2013), com base em dados da pesquisa de opinião “Vitimização e Percepção de Medo em Belo Horizonte e Minas Gerais”, realizada pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG),⁵⁶ destacam que algumas situações de contato com a polícia tendem a diminuir a confiança na polícia. A pesquisa diferencia dois tipos de contato com a polícia. Um é o contato voluntário, aquele em que a pessoa procurou a polícia: “solicitou informações”, “procurou por ser vítima de crime”; “procurou para avisar sobre acidente de trânsito”, “informou-se sobre crime por policiais”. A outra categoria de contato é o compulsório, aquela em que a pessoa é abordada ou solicitada pela polícia: “foi revistado”, “teve contato para resolver conflito entre vizinhos/amigos”, “foi abordado em investigação de crime”, “foi parado numa blitz”. Os resultados indicam que procurar a polícia como vítima de um crime, para informar sobre acidente de trânsito, ter sido revistado e ter sido abordado em uma investigação de crime, são situações que tendem a diminuir a confiança na polícia em Minas Gerais.

Em pesquisa sobre determinantes institucionais, contextuais, culturais e sociodemográficos da desconfiança na polícia, com base em dados coletados pela Pesquisa

⁵⁵ Estudo com amostra de 2.888 entrevistas realizadas nas 22 regiões geográficas do Brasil.

⁵⁶ Estudo com amostra de 5.006 entrevistas conduzidas em Minas Gerais. A coleta realizada em 29 cidades do Estado de Minas Gerais: 1.378 entrevistas em Belo Horizonte, 989 na região metropolitana, 1.094 nas cidades polo de macrorregiões administrativas e 1.545 em cidades pequenas (população inferior a dez mil habitantes, segundo o censo de 2000).

Social Brasileira, realizada em 2002, pelo DataUFF da Universidade Federal Fluminense⁵⁷, Lopes (2013) destaca que a experiência de contato com a polícia foi a única variável entre as institucionais que não aponta efeito estatisticamente significativo sobre a desconfiança da polícia. No entanto, o próprio autor destaca que talvez esse resultado seja decorrente da forma como a variável foi operacionalizada.

O trabalho mais recente na linha é o de Zilli e Couto (2018), baseado em Dados produzidos pela Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), realizado entre 2010 e 2012 em todos os estados brasileiros,⁵⁸ que analisam a influência do impacto de diversos fatores sobre a forma como a população brasileira avalia a qualidade do trabalho das Polícias Militares. O contato é tratado da seguinte maneira: o entrevistado teve contato ou não com a Polícia Militar em situações de “assistência”, “intervenção em crime” e “atuação ativa de policiais”. Como resultados tem-se que quanto menor o contato, menor a avaliação positiva da polícia, assim como quanto maior o contato, maior será a avaliação positiva. Especificamente, destacam as diferenças internas entre os tipos de contato, como é o caso da experiência com a polícia por meio de uma abordagem em *blitz*, que apresenta efeito maior do que os contatos oriundos de situação de socorro às vítimas de acidentes de trânsito ou em caso de busca por informações.

Os estudos apontam para resultados diferentes. Isso provavelmente é uma consequência das diferentes perguntas usadas para acessar o contato, a forma como foi operacionalizado o indicador e a estratégia de análise utilizada. Entre aqueles que tratam da confiança, ela tende a ser menor entre os que avaliam o contato negativamente (OLIVEIRA JR, 2011) e para quem a experiência foi em razão de ser vítima de crime, de abordagens/revistas, ou como investigado pela polícia (SILVA; BEATO, 2013). Já entre os estudos que lidam com o desempenho da polícia, este, por sua vez, tende a ser avaliado como maior entre aqueles que avaliaram o contato tido como positivo (OLIVEIRA JR, 2011), assim como quanto maior os contatos nas diversas situações, maior a avaliação do desempenho da Polícia Militar (ZILLI; COUTO, 2018).

Em resumo, a produção das percepções públicas acerca da polícia é pequena no Brasil (MUNIZ; CARUSO; FREITAS, 2017), especialmente as abordagens da legitimidade policial, que são bastante recentes (ZANETIC, 2016; OLIVEIRA, OLIVEIRA, NATAL, 2018; OLIVEIRA;

⁵⁷ Amostra de 2.364 entrevistas representativas do país.

⁵⁸ Amostra de 78.008 entrevistas.

OLIVEIRA; ADORNO, 2019). E é com tal debate que a presente pesquisa pretende contribuir ao propor investigar como o julgamento relacionado ao contato dos cidadãos e cidadãs paulistanos com a polícia ajuda a explicar as percepções gerais sobre a legitimação da polícia e a própria legitimidade. Nas páginas seguintes, vamos detalhar as hipóteses, a estratégia analítica, dados, metodologia e as medidas usadas no presente estudo. No entanto, antes de continuarmos é importante circunscrever a polícia em São Paulo como objeto de pesquisa a fim de entendermos as diferentes formas e caminhos por meio dos quais o contato com os cidadãos pode ocorrer.

3.1. Percepções sobre “polícia” em São Paulo: objeto de estudo

No Brasil, a atual estrutura e organização da segurança pública no foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988,⁵⁹ o que significa que o modelo do período anterior à democratização do país foi mantido. Como matéria de competência estadual, o protagonismo na atividade de policiamento e investigação criminal está, respectivamente, a cargo de dois tipos de instituições que existem e atuam nas unidades federativas brasileiras: as Polícias Militares (PM) e as Polícias Civis (PC).⁶⁰

É a divisão das atribuições fundamentais de um ciclo policial – o policiamento preventivo e ostensivo e a investigação – que caracteriza a existência das duas agências policiais. Por isso, temos um modelo de ciclo incompleto de polícia. No caso, a Polícia Militar – treinada e organizada seguindo padrões militares – faz a prevenção e o policiamento ostensivo fardado, assim como, quando cabível, a execução de prisões em flagrante e prisões por mandado judicial. Já à Polícia Civil, como polícia judiciária, compete dar prosseguimento a investigações criminais, por meio da instauração do Inquérito Policial, do Termo Circunstanciado de Ocorrência, do Procedimento Especial (quando se trata de ato infracional praticado por menor) ou de lavratura

⁵⁹ Cf.: artigo 144 da Constituição Federal, especificamente nos termos dos § 4º e 5º tem -se: “às Polícias Civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem as funções de Polícia Judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares”. Já “às Polícias Militares caberá a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública”.

⁶⁰ Polícia Federal é uma força policial subordinada ao Ministério da Justiça, cuja atribuição é conduzir investigações de repercussão de infrações penais de ordem interestadual ou internacional (polícia judiciária da União), assim como policiamento preventivo e ostensivo em fronteiras. Também há de se considerar as Guardas Municipais, corporações que existem em alguns municípios e atuam na segurança pública protegendo os bens, serviços e instalações públicas.

do Auto de Prisão em Flagrante, sem esquecer-se da realização de perícias e outros atos próprios da investigação até a remessa dos autos respectivos à Autoridade Judiciária.

No entanto, aos olhos dos cidadãos e cidadãs, a diferenciação entre as duas instituições não parece algo óbvio. Enquanto é corrente a associação entre “polícia” como aquela que prende, detém, investiga e usa a força, as especificidades em relação a competências e atribuições estão longe de ser claras aos olhos da maioria. Com base em dados de cinco ondas de uma pesquisa de opinião conduzida na cidade de São Paulo, entre 2001 e 2010, é possível perceber que as avaliações tanto da Militar quanto da Civil são muito próximas. O “policial de rua” (PM) ou o que “fica na delegacia” (PC) são vistos como polícia de forma genérica, o que talvez faça com que as percepções dos cidadãos acerca da atuação da PM influenciem seu julgamento sobre a PC e vice-versa (TEIXEIRA, 2014).

Dados da pesquisa de opinião conduzida em 2015, que é a fonte da presente pesquisa (mais detalhes na seção 3.5 deste capítulo), permitem identificar os respondentes que conseguem diferenciar a PM da PC. Para PM a pergunta foi: qual é a “polícia responsável pelo policiamento das ruas do seu bairro”. Aproximadamente 64,1% (1.158 dos 1.806 entrevistados) souberam apontar que era a militar, enquanto 6,1% (111) disseram que era qualquer outra polícia que não a militar e 28,6% (516) disseram não saber identificar.

Já para a PC a pergunta foi: qual “a “polícia responsável pelo registro e investigação dos crimes”. No caso, 46,2% (835 de 1806) responderam que era a Civil, enquanto 10% disseram que era outra “polícia” que não a Civil e 42,8% (772) relataram não saber ou não lembrar. Por sua vez, 40,8% (738) dos entrevistados souberam identificar a principal atribuição de ambas as agências com as respectivas (Gráfico 1).

Gráfico 1. Identificação da diferença entre PM e PC (2015)

Disso é interessante notar que dos 1.158 entrevistados que souberam identificar a PM como responsável pelo policiamento de rua, 420 não souberam identificar a PC (aproximadamente 36,3% dos que identificaram a PM). Por sua vez e em contraste, só 11,6% (97 dos 835) dos que identificaram a PC não souberam apontar a PM como responsável pelo policiamento de rua. O que sugere que quem sabe o que é a PC tende a saber o que é a PM, enquanto o contrário não parece se verificar.

Cabe notar também que 551 pessoas não conseguiram identificar nenhuma das polícias. Nesses termos, pensando no total da amostra, temos o seguinte quadro: aproximadamente 40% sabem identificar as duas polícias, 30% sabem identificar só uma das duas e 30% não sabem objetivamente diferenciar a PM da PC.

Indo um pouco adiante, é importante entender como as pessoas que sabem a diferença julgam as diferentes instituições. No entanto, verificamos que as médias dos julgamentos tanto da PM quanto da PC no grupo que identifica a diferença são muito próximas (tabela 1 e gráfico 2). O mesmo pode ser observado entre aqueles entrevistados que não souberam diferenciar as polícias, pois a média no julgamento acerca do respeito, honestidade e legalidade não é muito diferente daqueles que sabem (Tabela 2).

Tabela 2. Estatísticas descritivas acerca de Respeito, Honestidade e Legalidade da PM e da PC (2015)

	N	Média	Erro padrão	IC (95%)	
Respeito pela PM	1142	3.090	0.036	3.017	3.162
Respeito pela PC	817	2.970	0.046	2.879	3.062
Honestidade PM	1100	2.03	0.036	1.959	2.100
Honestidade PC	793	1.965	0.045	1.877	2.054
Legalidade PM	1127	2.282	0.035	2.212	2.352
Legalidade PC	808	2.268	0.044	2.181	2.355

Tabela 3. Estatísticas descritivas acerca de Respeito, Honestidade e Legalidade da polícia entre aqueles que não sabem identificar PM e PC (2015)

	N	Média	Erro padrão	IC (95%)	
Respeito polícia	508	2.986	0.059	2.868	3.103
Honestidade polícia	416	2.158	0.069	2.021	2.295
Legalidade polícia	470	2.289	0.061	2.168	2.410

Tabela 4. Médias e Intervalo de confiança (Honestidade PM e Honestidade PC; Legalidade PM e Legalidade PC; Respeito PM e Respeito PC)

Diante dos vários indicativos que os indivíduos avaliam e julgam tanto a PM quanto a PC de forma muito próxima, entendemos ser razoável que o tratamento da polícia de forma genérica, no intuito de acessar outras percepções difusas sobre a instituição, é o caso da legitimidade.

É importante lembrar que grande parte das pesquisas na linha não consistem em avaliações diretas e objetivas sobre as diferentes forças policiais. A ideia é que ainda que os indivíduos não tenham um sólido embasamento e conhecimento acerca das diferentes atribuições, competências e limites de atuação das autoridades, eles têm uma opinião, ainda que bastante difusa, das instituições e em geral é isso importa para observar o nível de satisfação, apoio, confiança e outras medidas e questões.

3.2. Contato com a polícia em SP: panorama geral

Muito embora a identificação pelos cidadãos de ambas polícias (Militar e Civil) não pareça refletir diferentes julgamentos sobre as instituições, na prática a exposição de cada polícia e, por consequência, as formas e caminhos pelos quais se efetiva a experiência direta dos cidadãos com “a polícia”, decorrem das diferentes competências e atribuições⁶¹. No caso da PM, sua alta visibilidade e disponibilidade ao público decorrem de sua atribuição de policiamento ostensivo. É dos policiais militares a tarefa de realizar diversos atendimentos, chegar ao local de emergências, criminais e não criminais, como trânsito, distúrbios públicos entre diversas outras situações.

Dados recentes, disponibilizados no *website* da Polícia Militar do Estado de São Paulo, são ilustrativos do tamanho da demanda a PM no Estado: em 2018, a PM recebeu 23.431.475 ligações pelo 190⁶² e realizou 32.046.174 atendimentos. Na categoria atendimentos sociais – que

⁶¹ Como unidade federativa mais populosa do Brasil (aproximadamente 44 milhões dos 210 milhões de brasileiros habitam o estado), São Paulo tem a maior força policial do país. Dados de 2014 indicam que o efetivo da Polícia Militar em São Paulo era de 89.478 policiais, enquanto o da Polícia Civil estava em 32.278. A título comparativo, o segundo estado com maior quantidade de policiais militares e civis é o Rio de Janeiro, com 46.135 PMs e 14.121 PCs. Em proporção com o total de policiais do Brasil, São Paulo tem aproximadamente 21% dos policiais militares e 27% dos policiais civis do país. Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado em 2015, o Brasil tinha 425.248 policiais militares e 117.642 policiais civis no ano de 2014.

⁶² No Brasil, 190 é o número padrão de telefone para emergências da Polícia Militar.

sugerem ser atendimentos que não estão associados diretamente com a finalidade da atividade policial –, houve 1.408.563.

Dados da pesquisa do NEV de 2015 (Tabela 3) nos permitem colocar em perspectiva tal demanda. Entre os entrevistados que procuraram a polícia, 91,2% se enquadram em duas categorias: 42% por telefone e 49,5% na delegacia. É razoável compreender que, quando responderam que entraram em contato por telefone, a esmagadora maioria dos entrevistados tenha se referido à ligação para o 190, que é encaminhada ao Centro de Operações da Polícia Militar.⁶³

Tabela 5. Como o(a) sr(a) fez esse contato? (2015)

Forma de contato	N	%
Por telefone	185	42
Procurou policial na rua	22	5
Foi a uma delegacia	218	49,4
Pela internet	14	3,2
Base comunitária do bairro	2	0,5

Pode-se também depreender que entre os que procuraram policiais na rua (5%) há grande possibilidade de terem lidado com policiais militares, já que são esses que fazem o policiamento ostensivo e são majoritariamente mais visíveis e identificáveis no dia a dia, assim como é o caso dos que informaram ter buscado a polícia na base comunitária, que, no estado de São Paulo, é operada exclusivamente pela PM.

Quanto à polícia civil, excluindo os casos em que as pessoas vão às delegacias por demanda da autoridade policial – prestar depoimento, casos em investigação, conduzidas por policial militar ou civil em decorrência de um flagrante entre outras questões – é plausível supor que o contato iniciado pelo cidadão ocorra a fim da elaboração de um Boletim de Ocorrência (BO), que consiste no registro de crimes ou de situações juridicamente relevantes. Os dados sustentam isso: quase metade dos contatos iniciados com a polícia ocorreu na ida a delegacias de polícia. No entanto, é preciso registrar: apesar de majoritariamente conduzidos pela PC não são exclusividade delas, como dos BOs de Acidente de Trânsito Rodoviário, registrados pela Polícia Militar Rodoviária. Além disso, é importante ressaltar que os BOs

⁶³ Vislumbra-se a possibilidade de a pessoa ter ligado diretamente a uma delegacia. Porém, acredita-se que esses são casos excepcionais.

eletrônicos⁶⁴ surgiram em 2000, o que ao mesmo tempo que pode indicar uma diminuição do contato face a face dos cidadãos com os policiais civis. Por outro lado, diante da facilidade e praticidade do registro pela internet, pode ter tido um impacto relevante sobre a diminuição da subnotificação criminal nos casos contemplados e um consequente aumento no número dos registros.

O gráfico 2 mostra a quantidade de BOs registrados desde 2005. Podemos perceber como o número de BOs aumentou desde a década passada. Só na capital, o número foi de 3.708.617 (2013); 3.562.716 (2014); 4.077.855 (2015); 3.689.978 (2016) e 4.683.634 (2017).

Gráfico 2. Total de Boletins de Ocorrência, Capital, RMSP e Interior (2005-2017)

Por sua vez, quanto ao contato iniciado pela polícia (abordagem), podemos depreender que, na maioria dos casos, ocorreu com a PM. Muito embora as revistas/abordagens não sejam exclusivas da PM, dada a natureza de seu trabalho cotidiano nas ruas é crível que grande parte desse tipo de experiência tenha se dado com militares. Nesse sentido, o gráfico 3 indica como essa prática policial cresceu no Estado e na capital desde 2005. Na capital paulista, a taxa por

⁶⁴ Quando criados, os BOs eletrônicos foram considerados uma grande inovação cujo objetivo consistia em viabilizar o registro pela internet de determinados crimes e situações sem a necessidade de ir a um Distrito Policial: roubo ou furto de veículos, furto de documentos/celular/placa de veículo/bicicleta, perda de documentos/celular/placa de veículo, roubo de documentos e/ou objetos, injúria, calúnia ou difamação, acidente de trânsito sem vítimas, desaparecimento de pessoas, encontro de pessoas, furto de fios/cabos em vias públicas (somente para empresas concessionárias) e DEPA (Proteção Animal).

100 mil habitantes de revistas pessoais foi de 32.400,21 (2013); 30.942,91 (2014); 35.209,17 (2015); 31.704,10 (2016); e 40.044,45 (2017).

Gráfico 3. Evolução do número de revistas pessoais, por 100 mil habitantes, em São Paulo, RMSP, Interior e Estado (2005-2017)

Para termos uma dimensão da prática, ainda que genérica e imprecisa, esses números indicam que aproximadamente um a cada três habitantes da cidade São Paulo foi abordado nos últimos anos. Logicamente, é necessário cuidado, uma vez que por diversas razões – como perfil social, localização da abordagem, entre outras – há grupos e pessoas que foram parados mais de uma vez em um ano, enquanto algumas nunca foram paradas na vida. De todas as formas, não se pode ignorar que tal número de contatos iniciados pela polícia é expressivo.

Proporção parecida pode ser vista quando observamos o número de pessoas que relatou ter sido abordado pela polícia na amostra da pesquisa de 2015. De 1.806 entrevistados, 568 disseram ter sido abordados nos dois anos anteriores à realização da entrevista, ou seja, aproximadamente 30% da amostra. A maior parte afirmou ter sido parada quando em “carro/caminhão” (369), “moto” (169) ou “caminhava na rua” (301). No entanto, 202 respondentes (aproximadamente 35%) relatou que teve mais de um tipo de contato com a polícia.

Nos contatos iniciados pelos cidadãos podemos pressupor que há um equilíbrio da demanda tanto na PM quanto na PC. Por sua vez, no caso de abordagem ou contato iniciado pela polícia, parece bastante plausível considerar que a grande maioria deles ocorre com a PM. Isso é importante para além da contextualização das formas de contato decorrentes das

diferentes atribuições da PM e PC, uma vez que o presente estudo trate “a polícia” como categoria geral, a interpretação e a discussão dos resultados da pesquisa precisam levar em consideração que as diferentes formas de contato podem indicar, ainda que parcialmente, maneiras de atuar de instituições diferentes por natureza.

3.3. O estudo: objetivos, estratégia analítica e hipóteses

O objetivo da tese é analisar a relação cidadão/polícia na cidade de São Paulo e sua possível influência nas percepções gerais sobre a atividade policial e o nível de legitimidade da polícia entre os habitantes de São Paulo. Em outras palavras, queremos observar como a experiência direta de contato com as autoridades policiais impacta, direta e indiretamente, percepções gerais sobre a polícia.

Assim testamos: 1) os efeitos dos diferentes tipos de contato (iniciado pelo cidadão e iniciado pela polícia) diretamente sobre a legitimidade; 2) assim como sobre a justiça procedimental, eficácia e legalidade; 3) os efeitos de tais variáveis sobre a legitimidade da polícia (Gráfico 5).

Gráfico 4. Modelo teórico dos efeitos do “contato” sobre a legitimidade policial

É importante colocar que partimos do pressuposto de que justiça procedimental, eficácia e legalidade,⁶⁵ como indicadores de atividade policial (percepções gerais), são possivelmente impactados pela experiência de contato. No entanto, de acordo com a literatura, são também os indicadores os que melhor explicam a legitimidade. Assim, verificamos um modelo teórico em que tais variáveis têm um papel mediador entre a experiência de contato e a percepção de legitimidade.

Em especial, a presente pesquisa, a partir da literatura que localiza na experiência com a polícia um aspecto importante para entender as percepções gerais, observou e verificou a tese da assimetria, ou “teoria do viés negativo”, a partir do estudo com habitantes de São Paulo.

Disso decorre a hipótese geral de que em São Paulo os contatos negativos, tanto diretos quanto indiretos, tendem a ter um impacto maior nas percepções da atividade policial e legitimidade quando comparados com os positivos. A ideia é que ainda que os contatos entendidos como positivos também importem para melhorar as percepções sobre a polícia, os contatos negativos parecem ter um efeito maior, o que indica que uma experiência negativa tem decorrências mais profundas na imagem da autoridade policial, prejudicando de forma mais incisiva a disposição de obedecer, o reconhecimento da autoridade e o alinhamento com os valores que se acredita que a polícia porte.

Mais especificamente as hipóteses são as seguintes:

H1: o julgamento positivo do contato com a polícia iniciado pelo entrevistado está associado à percepção positiva de justiça procedimental, eficácia e de legalidade;

H2: o julgamento positivo do contato iniciado pela polícia (abordagem) está associado à percepção positiva de justiça procedimental, eficácia e de legalidade;

H3: o julgamento negativo do contato com a polícia iniciado pelo entrevistado está associado à percepção negativa de justiça procedimental, eficácia e de legalidade;

⁶⁵ De acordo com a literatura, tais indicadores são os que explicam mais claramente a legitimidade com destaque para a percepção de justiça procedimental e depois da eficácia. A opção por incluir a legalidade parte da proposição de Beetham (1991) e Coicaud (2002) e da relevância dada por Tankebe (2013). Muito embora não consideremos, nesse estudo, como um componente interno do constructo de legitimidade, a legalidade nos parece um aspecto importante, pois se para os indivíduos agir de acordo com as leis é um valor, a percepção de que a polícia não age assim pode estar associada negativamente ao nível de legitimidade.

H4: o julgamento negativo do contato iniciado pela polícia (abordagem) está associado à percepção negativa de justiça procedimental, eficácia e de legalidade;

H5: o julgamento positivo do contato com a polícia iniciado pelo entrevistado está diretamente associado ao aumento da legitimidade da polícia;

H6: o julgamento positivo do contato com a polícia iniciado pelo entrevistado também está indiretamente associado ao aumento da percepção de legitimidade da polícia, ou seja, o impacto da avaliação positiva sobre a legitimidade é mediado pelas percepções positivas de justiça procedimental, eficácia e legalidade;

H7: o julgamento positivo do contato iniciado pela polícia (abordagem) está associado direta e positivamente à legitimidade da polícia;

H8: o julgamento positivo do contato iniciado pela polícia (abordagem) está indiretamente associado de forma positiva à legitimidade da polícia, ou seja, o impacto da avaliação positiva sobre a legitimidade é mediado pelas percepções positivas de justiça procedimental, eficácia e legalidade;

H9: o julgamento negativo do contato com a polícia iniciado pelo entrevistado está associado negativamente à legitimidade da polícia;

H10: o julgamento negativo do contato com a polícia iniciado pelo entrevistado está indiretamente associado de forma negativa à legitimidade da polícia, ou seja, o impacto da avaliação negativa sobre a legitimidade é mediado pelas percepções negativas de justiça procedimental, eficácia e legalidade;

H11: o julgamento negativo do contato iniciado pela polícia (abordagem) pelo entrevistado está associado negativamente à legitimidade da polícia;

H12: o julgamento negativo do contato iniciado pela polícia (abordagem) está indiretamente associado de forma negativa à legitimidade da polícia, ou seja, o impacto da avaliação negativa sobre a legitimidade é mediado pelas percepções negativas de justiça procedimental, eficácia e legalidade.

3.4. Metodologia

Dado o objetivo de observar como a experiência direta de contato com a polícia impacta, direta e indiretamente, nas percepções gerais sobre a polícia, a Modelagem de Equações Estruturadas (MEE) é a técnica apropriada para realizar a análise. São diversos os estudos na literatura conduzidos com base nessa metodologia (ROSEMBAUM *et al.*, 2005; 2016; SKOGAN, 2009; GAU, 2013; VAN DAMME, 2015; HUQ *et al.*, 2017), atraídos principalmente porque o MEE oferece um conjunto flexível de técnicas que podem abordar uma variedade de questões e hipóteses de pesquisa (GAU, 2010a).

Em linhas gerais, a MEE consiste numa técnica de modelagem estatística adequada ao estudo de fenômenos complexos, pois permite simultaneamente testar diferentes hipóteses inseridas em um diagrama específico, estimando efeitos diretos e indiretos entre as variáveis constantes nesse modelo. Nesse sentido, permite análises estatísticas que incluem vários procedimentos multivariados tradicionais, em particular: análise fatorial, análise de regressão, análise discriminante entre outras. Em razão disso, são muito utilizadas nas áreas de ciências humanas e sociais, em particular nas análises psicométricas (SCHUMACKER; LOMAX, 2004; NEVES, 2018).

A MEE se destaca por sua capacidade de articulação de variáveis sociais ao medir fenômenos complexos e abstratos (CODES, 2005), como é o caso de legitimidade. Os métodos estatísticos básicos utilizam apenas um número limitado de variáveis, que não são capazes de lidar com as teorias que abordam constructos complexos (SCHUMACKER; LOMAX, 2004). Assim, a MEE é importante porque permite especificar, estimar e testar relações hipotéticas entre um grupo de variáveis, assim como a inclusão de conceitos sociais abstratos, sob a forma de construtos ou variáveis latentes⁶⁶ que podem ser correlacionados entre si. Outra razão é que o MEE apresenta modelos lineares, uma vez que as relações entre todas as variáveis, latentes

⁶⁶ A dificuldade de observação direta de alguns constructos teóricos não é novidade nas ciências sociais. As variáveis que não podem ser diretamente observadas, mas ser inferidas a partir de outras, são conhecidas como variáveis latentes. Em outras palavras, as variáveis latentes são formadas a partir de um conjunto de variáveis diretamente observáveis que são agregadas para delinear um conceito para torná-lo inteligível (OLIVEIRA, OLIVEIRA, NATAL, 2016).

ou observáveis, podem ser representadas por equações estruturais lineares ou ser assim transformadas (CODES, 2005).

De forma sintética, Neves (2018) destaca quatro vantagens da MEE: a) permitem que se trabalhe simultaneamente com estimação e mensuração; b) tais modelos permitem que sejam estimados efeitos diretos e indiretos de variáveis explicativas sobre variáveis respostas; c) tais efeitos, por sua vez, são bastante robustos, em função do relaxamento de pressupostos, quando comparados, por exemplo, com o modelo de regressão de mínimos quadrados; d) a vantagem é que o MEE apresenta facilidade interpretativa advinda de suas interfaces gráficas, pois a representação em forma de diagrama, característica do MEE, é importante como recurso ilustrativo de modelos complexos, sumarizando as diversas relações simultâneas estabelecidas entre as variáveis.

Nesse sentido, o MEE é dedutivo, pois viabiliza o teste empírico da teoria. Em outras palavras, fundamentado na teoria, elabora-se um enquadramento de causação específico, cujo ajuste é testado. Assim, torna-se relevante para testar se construções teóricas podem ser validadas pela modelagem de dados empíricos, diferentemente de uma abordagem que verifica se os dados indutivamente apoiam ou sustentam construções teóricas (OLIVEIRA, OLIVEIRA, NATAL, 2016).

3.5. Dados e amostra

Os dados que serão usados na pesquisa fazem parte do *“Building Democracy Daily: Human Rights, Violence and Institutional Trust”* (CEPID; FAPESP), conduzida pelo Núcleo de Estudos da Violência (NEV), desde meados de 2014. Em linhas gerais, a pesquisa objetiva verificar a maneira pela qual as leis, regras e procedimentos são implementados ao longo do tempo no município de São Paulo, a fim de explorar a construção da legitimidade das instituições fundamentais para a democracia. A ideia da pesquisa conduzida pelo NEV reside em analisar a forma como determinadas instituições-chave, através de seus funcionários, lidam com o público no exercício de suas atribuições para tentarmos entender o processo de constante construção da legitimidade.

Para tal razão, há a condução de uma série de pesquisas de opinião com os habitantes da capital de São Paulo (amostra transversal da cidade) e, num painel longitudinal, com habitantes de oito áreas-tipo da cidade de São Paulo.⁶⁷ Os dados, tanto para a pesquisa transversal como para o painel longitudinal, foram e vêm sendo coletados através de um mesmo questionário amplo e que trata de temas relativos ao bairro, prefeitura, capital social, confiança interpessoal, medos e atitudes com relação a violência, obediência às leis, vitimização, justiça, confiança política e institucional e, é claro, polícia.

Na presente pesquisa, nos limitamos a analisar os dados da primeira onda transversal representativa da cidade de São Paulo. Nessa onda, o questionário foi aplicado entre 18 de junho e 18 de julho de 2015, o que diminui a probabilidade de viés por variabilidade no período de coleta.

A técnica para garantir a representatividade do universo estudado é a de conglomerado em dois estágios. Durante o primeiro estágio, os setores censitários foram selecionados aleatoriamente por meio de sorteio, considerando a probabilidade sistemática proporcional ao tamanho (PPT), garantindo que cada elemento da população receba igual chance de seleção. Na segunda etapa, depois de selecionar aleatoriamente casas, um número fixo de pessoas foi especificado em cada setor censitário – seguindo quotas específicas de variáveis demográficas. Essas quotas, definidas conforme o censo, compreendem sexo (masculino e feminino), idade (16-17, 18-24, 25-29, 30-39, 40-49, 50-69, 70 anos e mais), instrução (até 4ª série do fundamental, 5ª a 8ª série do fundamental, ensino médio, ensino superior) e ocupação (agricultura, indústria de transformação, indústria de construção, outras indústrias, comércio, prestação de serviços,

⁶⁷ Entendendo que o município de São Paulo é muito heterogêneo, uma abordagem sobre a relação cidadão/serviços precisa considerar tais diferenças. Com base nisso, se desenvolveu a metodologia das “áreas tipo”, que são pequenas delimitações interurbanas que representam diferentes perfis sociodemográficos, ambientais, habitacionais, mobilidade e expansão urbana. O objetivo é também acompanhar padrões diferentes de consolidação urbana em termos de acesso diferenciado à infraestrutura urbana, o que permite observar perfis semelhantes, mesmo em padrões temporais distintos. Assim, as áreas-tipo representam o padrão ao qual cada uma foi categorizada segundo áreas de risco, áreas de proteção, domicílios permanentes, domicílios improvisados, expansão urbana, verticalização, atendimento de água, atendimento de esgoto, coleta de lixo, viagens, deslocamento, taxa de homicídio, população residente, população masculina jovem, chefe de família mulheres, chefe de família, analfabetos e renda de chefe de família.⁶⁷ Com base nas análises dessas dimensões, os pesquisadores chegaram a oito agrupamentos de setores censitários seguindo os padrões observados por meio de clusters e forte base estatística. Os agrupamentos estão localizados no Grajaú, Jardim Ângela, Cidade Ademar, Vila Andrade, Vila Matilde, Iguatemi (São Mateus), Piritiba e Jardim Paulista.

transporte e comunicação, atividade social, administração pública, outras atividades, estudantes e inativos).

Tabela 6. Distribuição dos entrevistados segundo características sociodemográficas

	Obs. (N=1806)	%
<i>Idade (16-92)</i>		
16-17	66	3,6
18-24	243	13,5
25-34	390	22,0
35-44	344	19,0
45-54	313	17,3
55-64	250	13,8
65+	200	11,1
<i>Sexo (1-2)</i>		
Feminino	975	53,9
Masculino	831	46,1
<i>Cor da Pele (1-4)</i>		
Branca	1104	61,1
Preta	214	11,9
Parda	481	26,6
Amarela	7	0,4
<i>Escolaridade (1-10)</i>		
Analfabeto	46	2,5
Sabe ler/esc. mas não freq. escola	13	0,7
Primário incompleto	91	5,0
Primário completo	159	8,8
Ginásio incompleto	162	9,0
Ginásio completo	166	9,2
Colegial incompleto	187	10,4
Colegial completo	514	28,5
Superior incompleto	215	11,9
Superior completo	253	14,0
<i>Renda familiar (0-5)</i>		
> 20 SM	20	1,1
>10 <20 SM	80	4,4
>5 <10 SM	257	14,2
>2 <5 SM	585	32,4
>1 <2 SM	519	28,7
<1 SM	193	10,7
Não respondeu (9)	152	8,4
<i>Critério econômico* (1-6)</i>		
Classe A	90	5,0
Classe B1	130	7,2
Classe B2	428	23,7

Classe C1	562	31,1
Classe C2	409	22,6
Classe D/E	187	10,4

Ao final, foram entrevistadas 1.806 pessoas. O erro amostral é de dois pontos percentuais em um nível de confiança de 95%. Todas as entrevistas ocorreram face-a-face e na casa do entrevistado.

3.6. Medidas

A viabilização do presente estudo depende de diferentes tipos de variáveis. Há variáveis que foram observáveis, como os controles (sexo, idade, escolaridade, critério socioeconômico), assim como algumas foram operacionalizadas por mais de uma questão (contato iniciado pelo cidadão, contatos iniciados pela polícia e legalidade), e variáveis latentes, que são formadas a partir de um conjunto de variáveis diretamente observáveis e agregadas para delinear um conceito a fim de torná-lo inteligível – legitimidade da polícia, justiça procedimental e eficácia.

3.6.1. Legitimidade da polícia

Conforme vimos no capítulo 2, há um debate atual sobre diferentes formas de acessar a legitimidade. Jackson e Bradford (2019) são bastantes críticos quanto à abordagem proposta por Tankebe (2013) e replicada para o contexto chinês por Sun *et al.* (2018). A questão central da controvérsia é: qual o lugar da justiça procedimental, justiça distributiva, eficácia e legalidade? Para a abordagem majoritária da literatura criminológica, são possíveis fontes de legitimidade (abordagem majoritária); para Tankebe (2013), são componentes constitutivos de legitimidade.

Para Jackson e Bradford (2019), o primeiro ponto é: ao propor que a legitimidade é justiça procedimental, justiça distributiva, eficácia e legalidade, em vez de um julgamento abrangente que indique o direito ao poder e à autoridade para governar (como alinhamento normativo e

obediência), é o pesquisador quem está decidindo quais critérios as pessoas usam para julgar a legitimidade institucional, e não as próprias pessoas.⁶⁸

O segundo ponto reside no fato de que as descobertas da análise fatorial confirmatória, proposta por Sun *et al.* (2018) para sustentar a mensuração alternativa de legitimidade, não parece ser suficiente para assegurar que as dimensões de tal modelo são possíveis critérios normativos que as pessoas usam para julgar a legitimidade ou componentes constitutivos reais de legitimidade. Em outras palavras, ainda que estatisticamente a medida alternativa de legitimidade seja significativa, as dimensões que compõem tal medida indicadora também são importantes como preditores da outra abordagem de legitimidade. Ou seja, o lugar da justiça procedimental, eficácia e legalidade é ajustável e consistente com ambas as posições conceituais.

No entanto, o modelo alternativo, ao ir na contramão de como a literatura majoritária operacionaliza a legitimidade, dificulta as possibilidades de avaliar quais são os componentes mais importantes para a legitimidade. Por exemplo: que tipo ou aspecto do comportamento policial é mais importante para gerar um senso entre os policiais de que a atividade policial é normativamente justificável, ou seja, legítima? As pessoas valorizam mais a justiça procedimental? Ou estão mais preocupadas com a eficácia?

Essas questões mostram que abordagem alternativa dificulta muito as possíveis respostas, uma vez que limita o espaço para que outros julgamentos possam entrar em jogo quando as pessoas estão pensando sobre a adequação normativa da atividade policial (JACKSON; BRADFORD, 2019).

Os autores destacam, como terceiro ponto, que a concepção normativa deixa espaço para que outros julgamentos operem quando se está pensando na adequação normativa da

⁶⁸ Uma abordagem empiricamente fundada na legitimidade deve considerar tanto a percepção acerca da adequação normativa da polícia como uma instituição quanto as percepções da conduta dos agentes, tendo em vista as normas sociais de conduta dos agentes. Para isso, deve operacionalizar a legitimidade como um constructo psicológico, tratar a parte normativa apropriada do construto como um julgamento abrangente e permitir que os critérios que as pessoas usam para julgar a legitimidade sejam uma questão empírica. Tal abordagem é possível quando pesquisadores focalizam a adequação geral das ações dos policiais que corporificam a instituição por meio de medidas elaboradas de maneira geral, evitando a imposição de conteúdo específico através de medidas específicas. Como exemplo, os autores destacam que deve se observar nas perguntas se polícia geralmente age de maneiras consistentes com seu senso de certo e errado e se a polícia, geralmente, tem a mesma noção de certo e errado que o entrevistado, evitando questões acerca da frequência com que a polícia trata as pessoas com respeito e dignidade, ou sobre a eficácia da polícia na prevenção de assaltos (JACKSON; BRADFORD, 2019).

atividade policial. O exemplo dado por Jackson e Bradford, pensando nos EUA, não é tão distante do contexto brasileiro: para alguns cidadãos, a polícia está certa e adequada quando visa preferencialmente cidadãos negros. Isso pode ocorrer porque compreendem ser uma forma mais efetiva ou justa de atuar ou porque foram socializados e acreditam que esta é apenas a maneira como a polícia deve se comportar. Ou seja, um policiamento racialmente orientado pode gerar legitimidade na medida em que apresente influência sobre as crenças na justiça procedimental, distributiva, na eficácia e na legalidade. Em suma: se a legitimidade é conceituada e medida como algo distinto dos julgamentos sobre justiça (procedimental e distributiva), eficácia e legalidade, então é possível avaliar qual deles é mais importante como preditor de legitimidade (julgamentos formativos que constituem).

Da mesma forma, se a legitimidade é distinta e diferente dos quatro fatores, então a influência de outras variáveis é, conceitual e analiticamente, mais fácil de avaliar, uma vez que outras ponderações sobre a adequação normativa da atividade policial podem ter efeitos distintos de qualquer correlação com as percepções de justiça, eficácia e legalidade (JACKSON; BRADFORD, 2019).

Isso posto, o presente estudo entende que justiça procedimental, eficácia e legalidade são indicadores de aspectos importantes no processo de legitimação da autoridade, portanto fontes de legitimidade e não a própria. Por sua vez, a mensuração da legitimidade será operacionalizada por questões que acessam a disposição de obedecer e o alinhamento normativo com a polícia.

A partir dos dados da pesquisa de opinião com habitantes de São Paulo, temos duas questões: uma sobre o alinhamento normativo; outra sobre a disposição de obedecer. No primeiro caso, para acessar a percepção de que polícia e cidadãos compartilham dos mesmo valores (alinhamento normativo), a questão era se a polícia *“Age de acordo com o que o(a) sr(a) acha que é certo ou errado”*. A escala de respostas era de cinco pontos: 0 = nunca, 1 = raramente, 2 = às vezes, 3 = quase sempre, 4 = sempre.

Já quanto à obediência, utilizamos uma variável construída a partir de uma pergunta aberta. Primeiramente, os entrevistados eram perguntados: *“acha que deve obedecer à polícia mesmo quando acredita que ela está errada?”*. Após isso, eram instados a responder o porquê

responderam “sim” ou “não”. As respostas abertas qualitativas foram categorizadas,⁶⁹ formando uma variável com quatro tipos de obediência:⁷⁰

- a) a *obediência consensual* indica a aceitação por consentimento com a autoridade; no caso desta categoria, foram agrupadas as respostas que indicassem o reconhecimento de um imperativo moral que leva ao dever de obedecer à polícia, refletindo o consentimento e a justificação do dever de obedecer a partir do respeito à lei e do dever de cidadania, como reconhecimento da autoridade do policial e do que ele representa em sua atuação profissional. Exemplos de respostas: “É dever do cidadão estar dentro da lei”; “Temos que obedecer às autoridades”; “O policial é um homem da lei e deve ser respeitado”; “A polícia está fazendo o trabalho dela”; “Obedecer é o melhor para todos”.
- b) a *obediência coercitiva* é aquela baseada no medo da sanção ou coerção por parte da autoridade. Aqui a obediência funda-se principalmente no medo das consequências (legais ou ilegais) da desobediência e da resignação pela impotência diante do poder da polícia. Exemplo: “Para não sobrar para mim”; “Devo obedecer porque se não vou preso por desacato à autoridade”; “Para não ser punido”; “Medo de não obedecer e ser agredida”; “Se você não obedecer pode apanhar”; “Se não obedecer, morre”; “Porque eles têm mais poder que a gente, as palavras deles valem mais”; “Porque só eles têm razão”; “Porque você tem que obedecer, não tem saída”.
- 3) a *desobediência por protesto* indica que não obedece porque não concorda com a autoridade em algum ponto. Nesta categoria estão aqueles que indicaram propensão a não obedecer às instruções da polícia nas situações em que consideram que os policiais estão agindo de maneira inapropriada, muito embora deem sinais de que confiam na possibilidade de recorrer a outras autoridades e instituições caso julguem

⁶⁹ O processo de categorização e validação das variáveis envolveu uma equipe de cinco pesquisadores do NEV, nomeadamente, Ariadne Natal, Thiago Oliveira, André Zanetic, Rafael Castro Silva, Clara Costa e Maria Tranjan Prado. Primeiramente parte dos pesquisadores, com base na literatura, especificaram as quatro categorias sobre a obediência a polícia. Após isso, com as categorias em mãos, os pesquisadores individualmente, analisaram e categorizaram todas as respostas abertas de acordo com suas compreensões. A taxa de concordância foi de aproximadamente 90%. Após isso toda equipe, se reuniu e discutiu os casos que haviam dúvidas ou entendimentos divergentes. (Ver Anexo).

⁷⁰ De 1.806 pessoas da amostra, 242 ficaram de fora da categorização ou por não terem respondido ou por a resposta ser insuficiente para determinar o tipo de obediência ou desobediência em que se enquadrava.

necessário. Em geral, são respostas que tocam no direito de resistir e não agir em desacordo com valores pessoais. Exemplos de respostas: “Estão errados e se obedecer estarei indo contra minha índole”; “Porque o cidadão tem direitos”; “As leis são para todos e existe a corregedoria”; Devo “fazer o policial entender a minha posição”.

- 4) a *desobediência por rejeição* direta da autoridade reúne as posições que justificam a desobediência em razão de uma visão negativa da instituição. Em diversos casos, tais posicionamentos decorrem de percepções de desvios na atuação, abusos, violência e corrupção, o que na visão dos entrevistados os desobriga de obedecer à polícia. Exemplos: “Porque não dá para confiar neles”; “Porque não gosto de policiais”; “Porque a polícia massacra a população”; “Porque ele usa a farda para dizer que é a lei sendo que usam abuso de autoridade”; “Porque eles são corruptos e são piores que muitos bandidos”; “Porque eles matam muitos inocentes”.

Gráfico 5. Distribuição da variável qualitativa de obediência

Como podemos observar, a variável de obediência construída a partir das perguntas abertas não é propriamente uma variável ordinal, uma vez que é composta por categorias que não podem ser ordenadas ou hierarquizadas, pois indicam conjuntos de respostas que refletem o posicionamento acerca da obediência.

Como vantagem em relação às perguntas que são regularmente usadas, a variável construída a partir das perguntas abertas permite diferenciar diferentes tipos de razão para a obediência. Assim é possível diferenciar a obediência que indica um reconhecimento da autoridade daquelas outras motivações que envolvem as consequências da não-obediência,

por exemplo, o medo, o peso da obrigação, o sentimento de impotência frente a autoridades etc. (BOTTOMS; TANKEBE, 2012).

Diante disso, operacionalizamos três variáveis dicotômicas a partir da qualitativa: a) a obediência consensual (=1) e outras (=0); b) obediência coercitiva (=1) e outras (=0); c) desobediência por protesto (=1) e outras (=0) (Gráfico 7). A categoria desobediência por negação fica como referência implícita.

Gráfico 6. Variáveis categóricas de Obediência consensual, coercitiva e desobediência por protesto

Por fim, entendendo ser importante a ideia de que a obediência por medo reflete um problema de legitimidade que se pretende legítima, incluímos uma pergunta presente na pesquisa que questiona o entrevistado sobre ter ou não medo da polícia – “O(a) sr(a) tem medo da polícia?” (0= não; 1= sim).

Figura 3. Variável latente de legitimidade policial

A tabela 7 apresenta os resultados da análise fatorial confirmatória⁷¹ usada para operacionalizar o constructo de legitimidade policial, nos termos em que é apresentado na figura 3.

Tabela 7. Modelo de mensuração da “legitimidade da polícia”

	Estimativa	Erro Padrão	Valor p	[95% Intervalo de confiança]	
Ob. Leg. <- legit	4.658	0.510	0.000	3.657	5.659
Prot. Deso. <- legit	0.081	0.113	0.472	-0.140	0.304
Ob. Coerc. <- legit	-4.487	0.508	0.000	-5.484	-3.490
Medo Pol. <- legit	-.0466	0.063	0.000	-0.591	-0.3426
Al. Norm. <- legit	0.351	0.053	0.000	0.246	0.455

*AIC: 10192.23 / BIC: 10252.72

Os resultados apontam que as diferentes variáveis contribuem para a criação de uma latente que permita acessar a legitimidade policial. No caso, o constructo pode ser válido como medida da legitimidade policial, indicando que maior nível de legitimidade policial indica maior disposição de obedecer consensualmente, não coercivamente, sem medo e indicando que compartilha valores que acredita que a polícia porte, ou seja, alinhada normativamente.

3.6.2. Justiça procedimental

Assim como a legitimidade, a justiça procedimental é um conceito abstrato composto por medidas acerca da percepção de qualidade do processo decisório e do tratamento (REISIG; BRATTON; GERTZ, 2007; TYLER, 2006). Nesse sentido, tivemos cinco questões, todas medidas numa escala de 5 pontos: 0 = nunca, 1 = raramente, 2 = às vezes, 3 = quase sempre, 4 = sempre.

As questões relativas ao processo decisório são: a) “*Explica claramente porque revista ou prende as pessoas*”; b) “*Toma decisões que são justas e imparciais*”; c) “*dá atenção às informações que as pessoas trazem*”. As relativas ao tratamento são: d) “*Trata com respeito todas as pessoas: ricos e pobres, negros e brancos*”; e) “*Trata bem pessoas como você*” (Alpha: 0.8795).⁷²

⁷¹ Realizado no Stata 14.

⁷² O alpha de Cronbach é uma medida de confiabilidade de respostas de um questionário. Ele indica a consistência interna de um grupo de variáveis ou fatores, apresentando uma correlação média entre as variáveis. Quanto mais próximo de 1 maior a consistência interna entre as variáveis.

Figura 4. Variável latente de “Justiça procedimental”

No caso, o maior nível de justiça procedimental, indicará maior percepção de clareza nas informações, maior percepção de que a polícia toma decisões justas e imparciais, maior percepção de que os policiais dão atenção às informações prestadas pelas pessoas, maior percepção de que a polícia trata as pessoas com igualdade (independentemente de classe ou cor da pele) e maior percepção de que ela trata as pessoas bem.

3.6.3. Eficácia policial

Diversos trabalhos defendem o papel da eficácia como preditor importante para a legitimidade. Apesar da importância e protagonismo dada para a justiça procedimental como principal preditor da legitimidade policial (TANKEBE, 2008; 2009b; 2013), há contextos em que as questões de segurança são urgentes e o desempenho e atuação da polícia são colocados no centro do debate sobre a criminalidade e a violência. Assim sendo, a percepção acerca do nível de eficácia da polícia em conseguir lidar com os problemas de segurança tem efeito sobre a confiabilidade e mesmo de sua legitimidade.

Para operacionalizar a variável latente de eficácia, tivemos seis perguntas sobre a percepção do trabalho policial. A escala original apresentada aos entrevistados era de quatro pontos: 1 = muito bom, 2 = bom, 3 = ruim, 4 = muito ruim. Havia como possibilidade de resposta espontânea (ou seja, sem o entrevistador suscitar): “nem bom nem ruim” e “não tem feito nada”. Observando os resultados é possível constatar um grande número de “não sabe”. Interpretando tal resposta como essa ausência de opinião positiva ou negativa sobre a eficácia,

optamos por agregar ela com os grupos nem bom nem ruim” e “não tem feito nada”, construindo, assim uma categoria intermediária com essas três espontâneas, transformando as respostas em uma escala de cinco pontos: 0 = muito ruim, 1 = ruim, 2 = nem bom nem ruim, 3 = bom, 4 = muito bom.

As seis questões usadas foram: a) *Diminuição do tráfico de drogas*; b) *Diminuição do assalto à mão armada*; c) *Atendimento às chamadas de emergências (190)*; d) *Atendimento na delegacia de polícia*; e) *Investigação de crimes*; f) *Manter as ruas do bairro tranquilas* (Alpha: 0.8336).

Figura 5. Variável latente de “Eficácia policial”

Assim, a maior eficácia indica maior nível de satisfação com o trabalho da polícia no bairro, diminuir o tráfico de drogas, diminuir o assalto à mão armada, com o atendimento via 190 e na delegacia, a investigação dos crimes e a manutenção das ruas do bairro tranquilas.

3.6.4. Legalidade

Beetham (1991) e Coicaud (2002) são enfáticos acerca da legalidade como elemento central para a legitimidade, uma vez que o exercício do poder deve se dar com base nas regras estabelecidas pela sociedade. Os poderes delegados às autoridades devem estar de acordo com as regras e normas preexistentes. Com base nisso, a percepção de que a polícia age de acordo com as leis é uma variável importante a ser observada.

Para operacionalizar o indicador de legalidade, foi necessário seguirmos alguns passos, porque existiam três perguntas que verificavam se os policiais agiam de acordo com a lei. No

entanto, a pergunta era derivada de pergunta anterior que pretendia descobrir se os entrevistados sabiam identificar a PM e a PC, de acordo com suas funções principais (ver seção 3.1 desse capítulo).

Dessa forma, tínhamos três tipos de perguntas: a legalidade da PM, da PC e a legalidade para aqueles respondentes que não sabiam identificar ambas as instituições. Como já vimos que os entrevistados que identificam as duas polícias, na média, avaliam as duas instituições de maneira muito semelhante, tentamos operacionalizar um indicador que desse conta da percepção de legalidade geral, que refletisse a média dos três grupos.

Para isso, realizamos uma interpolação usando a categoria de confiança na polícia⁷³ (geral) como controle. Em outras palavras, a partir da opinião dos indivíduos sobre a confiança, atribuímos um valor para aqueles indivíduos que não responderam sobre a legalidade da PM, mas responderam com relação à da PC, e o contrário, ou seja, sobre a legalidade da PC e não sobre a da PM. Mais especificamente:

- 1) Os *missings* de quem respondeu sobre a legalidade da PM (1127) foram preenchidos com base na relação do julgamento da legalidade da PC com a confiança na polícia;
- 2) O mesmo foi feito aos *missings* de quem respondeu sobre a legalidade da PC (808), no caso, preenchidos com base na relação do julgamento da legalidade da PM com a confiança na polícia.

Ao final, a PM ficou com 1.252 respostas e a PC com 1.247. Feito isso, com base na média das duas perguntas (legalidade PM, legalidade PC), junto com as respostas de quem não diferenciava as polícias, criamos um indicador contínuo que vai de 0 a 4, sendo 0 quem não percebe legalidade e 4 o maior grau de percepção de que a polícia age de acordo com as leis.

⁷³ A pergunta é: “[...] gostaria que o(a) sr(a) me dissesse se confia ou não confia na polícia do estado de São Paulo” e a escala de respostas é: 1 = confia muito, 2 = confia, 3 = confia pouco, 4 = não confia.

Gráfico 7. Histograma da distribuição da variável latente de “legalidade”

3.6.5. Contato com a polícia

Como vimos anteriormente, o contato na literatura é tratado de duas formas: o contato iniciado pelo cidadão e o contato iniciado pela autoridade policial, ao qual chamamos aqui de “abordagem”. No primeiro caso (contato iniciado pelo cidadão), aqueles que procuraram a polícia nos últimos dois anos anteriores às entrevistas foram instados a responder algumas perguntas específicas sobre a avaliação da qualidade daquele contato.

Numa escala de quatro pontos: 1 = muito satisfeito(a), 2 = satisfeito(a), 3 = pouco satisfeito(a), 4 = nada satisfeito – os entrevistados foram questionados sobre: “a) O tratamento recebido?”; b) “Atenção dada às informações que o(a) sr(a) deu?”; c) “A explicação sobre as providências?”; d) “A resolução do problema?”.

Diante disso, e tendo em vista que buscamos verificar a hipótese da assimetria entre contatos negativos e positivos, a operacionalização do indicador requereu em primeiro lugar transformar a escala das quatro situações de quatro pontos para respostas binárias (satsfeito *vs* insatisfeito). Feito isso, adotamos a estratégia de Skogan (2006): somamos as respostas das quatro questões sobre a qualidade do encontro, se metade ou mais das avaliações de cada respondente foram positivas, eram classificadas na categoria “contato iniciado positivo”; caso

tenham classificado a polícia positivamente em menos da metade das perguntas, foram classificados como tendo tido um encontro negativo.

Nesses termos, 245 entrevistados tiveram encontros positivos e para 196 houve encontros negativos. A categoria de referência na análise são pessoas que não tiveram contato. Assim, quem não teve contato foi classificado com “zero” e quem teve foi classificado com “um” nas duas medidas: contato iniciado positivo e contato iniciado negativo.

Quanto aos contatos iniciados pela polícia (abordagem) os respondentes foram instados a responder quatro perguntas relativas ao último contato que tiveram: duas sobre a satisfação com: a) o *“tratamento recebido”* e b) *“atenção dada às informações que o(a) sr(a) deu”*. Em ambas foi apresentada uma escala de satisfação de quatro pontos, iguais às que foram apresentadas nas questões do contato iniciado pelo cidadão: 1 = muito satisfeito(a), 2 = satisfeito(a), 3 = pouco satisfeito(a) ou 4 = nada satisfeito(a). As outras duas questões eram categóricas (1 = sim; 2 = não); c) *“Explicaram, de forma clara, por que o(a) sr(a) estava sendo abordado?”* e b) *“Foram educados ao falarem com o(a) sr(a)?”*. Aqui é importante ressaltar, como já dito, que ainda que a pergunta sobre os tipos de abordagem (carro, moto, a pé, outros) se delimitasse ao período dos últimos dois anos, as questões seguintes sobre a satisfação com o contato se limitavam a avaliação do último experiência com a polícia.

A mesma estratégia usada no contato iniciado pelo cidadão foi usada para construir os indicadores de abordagem negativa e abordagem positiva. No caso, consideradas a satisfação e a resposta “sim” – quanto a clareza e educação – como julgamentos positivos, assim como a pouca satisfação e o “não” como negativos. Nesses termos, 354 entrevistados tiveram encontros positivos e 214 negativos. Quem não teve contato foi classificado com “zero”.

3.6.6. Controles

Por fim, a análise é controlada por sexo, idade, cor da pele, escolaridade e renda familiar. A variável *sexo* está operacionalizada como 0 = feminino e 1 = masculino. *Idade* é uma variável contínua de 16 a 92 anos. *Cor da pele* foi operacionalizada através de variáveis categóricas, onde 1 = negros e pardos e 0 = outros.

Por sua vez, escolaridade está organizada no questionário numa escala que vai de 0 = Analfabeto, 1 = Sabe ler/esc. mas não freq. Escola, 2 = Primário incompleto, 3 = Primário completo, 4 = Ginásio incompleto, 5 = Ginásio completo, 6 = Colegial incompleto, 7 = Colegial completo, 8 = Superior incompleto e 9 = Superior completo.

Por fim, utilizamos o critério Brasil de classificação econômica. A medida tem foco no poder de compra das pessoas e famílias urbanas. Por isso tem como foco na posse de itens e grau de instrução do chefe de família.⁷⁴ A escala vai: Classe A=0, Classe B1=1, Classe B2=2, Classe C1=3, Classe C2=4 e Classe D/E=5.

⁷⁴ Critério usado por diversas empresas de pesquisa para acessar classes econômicas (e não sociais). Calculada com base na pontuação sobre a posse de itens e o grau de instrução do chefe de família.

Posse de itens (quantidade): televisão a cores, rádio, banheiro, automóvel, empregada mensalista, máquina de lavar, videocassete e/ou DVD, geladeira, freezer (ou aparelho independente ou parte da geladeira duplex).

Grau de instrução do chefe de família (maior escolaridade, mais pontos): Analfabeto/ Primário incompleto (Analfabeto / Até 3 a. Série Fundamental); Primário completo/Ginásio incompleto (Até 4 a. Série Fundamental), Ginásio completo/ Colegial incompleto (Fundamental completo); Colegial completo/Superior incompleto (Médio completo) e Superior completo.

Capítulo 4 – Resultados

Neste trabalho buscamos a partir da análise empírica dos dados da pesquisa de opinião conduzida pelo NEV/USP, em 2015, com habitantes da cidade de São Paulo, verificar os efeitos dos diferentes tipos de contato com a polícia – organizados, dicotomicamente, entre positivos e negativos – nas percepções gerais sobre a atividade policial e a legitimidade da polícia⁷⁵. Como decorrência, a hipótese geral consiste em que a experiência direta (contato) com a autoridade – operacionalizada por diferentes tipos de contatos – tem impacto significativo nas percepções, julgamentos e atitudes, em nível difuso – operacionalizados como as percepções de justiça procedimental, legalidade, eficácia e legitimidade da polícia.

Não é surpresa que a experiência direta impacte nas percepções gerais. De pronto, é até esperado que assim o seja. Isso é claro, por exemplo, se vislumbrarmos uma situação onde um indivíduo que procurou a polícia para comunicar um crime da qual foi vítima, e ao final, julgou que foi bem atendido e tratado pela polícia. É razoável, esperar que o balanço da experiência, tenha como uma influência positiva em um nível mais geral sobre a imagem da polícia. No entanto, como já apontado por Easton (1965), a conexão e o diálogo entre apoio difuso (ou geral) e específico não é direta e linear. De certa forma, percepções específicas e difusas são complementares e exercem influência recíproca. Assim, não podemos afirmar, por exemplo, que o desapontamento com uma experiência de contato tenha o poder direto de esvaziar substancialmente as percepções gerais a respeito da autoridade.

Após essa ponderação, é importante destacarmos que, na observação da relação específico-geral entre contato com a polícia e percepções gerais, há, no meio do caminho, diversas variáveis e questões relevantes segundo a literatura. Notadamente quanto às

⁷⁵ A variável legitimidade foi adicionada ao modelo testado como um indicador observado e não foram calculados como uma variável latente, tal qual a justiça procedimental e eficácia. Ainda que em teoria o modelo faça sentido, os cálculos de tal modelo são computacionalmente intensos e os softwares comerciais (no nosso caso o Stata) não são capazes de realizar ainda. Mais especificamente, isso ocorre porque estamos estimando um modelo de equações estruturais usando máxima verossimilhança. Esse método pressupõe que todos os indicadores são contínuos. Se os indicadores não forem contínuos, outro método precisa ser empregado. No caso do construto de legitimidade, um dos indicadores é nominal (a variável com as quatro categorias). Assim para estimar a variável latente de legitimidade usamos um modelo de resposta ao item (*latent trait analysis / item response model*). Esse é um outro método, também usando máxima verossimilhança, que estima via logit o modelo de mensuração. O problema é que isso envolve um método computacional (integração numérica) bastante complexo. A solução foi pegar os escores da variável latente de legitimidade (apresentada no capítulo 3) e inseri-los no como variável observada.

percepções relativas à polícia, em primeiro lugar a literatura tem discutido se diferentes avaliações das experiências com a polícia têm efeitos de magnitudes distintas em percepções gerais como confiança e mesmo legitimidade (SKOGAN, 2006; 2009; TYLER; FAGAN, 2008; BRADFORD; JACKSON; STANKO, 2009; MYHILL; BRADFORD, 2012). Dessa forma, tais estudos se atentam para a possível assimetria entre os efeitos decorrentes de um contato tido como negativo em relação aos efeitos de um contato avaliado como positivo.

Outro aspecto que cabe destacarmos, por ser importante no desenho da pesquisa, é que os efeitos podem ser indiretos, ou seja, mediados por outras variáveis. No caso presente, nossa hipótese reside no fato de o efeito do contato, quando não direto sobre a legitimidade, ser mediado pelas percepções de justiça procedimental, eficácia e/ou legalidade. Assim sendo, para além de uma relação direta entre a experiência de contato e a legitimidade, o modelo a partir do qual trabalhamos nos possibilitou observar o papel das variáveis de percepção da atividade policial na relação entre contato e legitimidade. É o caso, por exemplo, de verificarmos se há uma tendência entre os indivíduos que avaliaram o contato negativamente em perceberem negativamente a eficácia da polícia, e por consequência, atribuírem um menor grau de legitimidade a polícia.

Para isso, estruturamos a apresentação dos resultados da análise dos dados em quatro partes. Na primeira parte, mostramos algumas descritivas do contato e sua distribuição entre as categorias de controle do modelo teórico, o que se mostra importante para a contextualização e explicação dos resultados. Na segunda, relatamos os efeitos dos diferentes tipos de contato relacionados às percepções gerais sobre a polícia, notadamente a justiça procedimental, a eficácia, a legalidade. Na terceira parte, observamos os efeitos das percepções gerais sobre a legitimidade da polícia. Por fim, na quarta, apresentamos os efeitos diretos, indiretos e totais da experiência de contato sobre a legitimidade da polícia.

4.1. Contato com a polícia: características socioeconômicas

É fundamental para a compreensão e contextualização dos resultados, observarmos um pouco mais detidamente o perfil socioeconômico dos respondentes que indicaram ter tido contato com a polícia nos dois anos anteriores à entrevista (Tabela 7).

De um lado, é evidente uma ligeira preponderância de mulheres (54%) entre aqueles entrevistados que afirmaram ter procurado a polícia. Contudo, de outro lado, entre os abordados ou contatados por iniciativa da polícia, a maioria expressiva era de homens (73,2%).

Tabela 8. Contato com a polícia (2015): por características socioeconômicas

		Contato iniciado		Abordagem	
		% (N)		% (N)	
		Positivo	Negativo	Positivo	Negativo
<i>Sexo</i>					
	Masculino	24,0 (104)	22,0 (99)	43,1 (245)	30,1 (171)
	Feminino	32,0 (141)	22,0 (97)	19,2 (109)	7,6 (43)
<i>Idade</i>					
	16-17	1,4 (6)	1,1 (5)	2,1 (12)	3,0 (17)
	18-24	6,8 (30)	6,3 (28)	8,4 (48)	11,1 (63)
	25-34	11,3 (50)	15,4 (68)	18,5 (105)	12,5 (71)
	35-44	12,0 (53)	10,2 (45)	13,5 (77)	6,9 (39)
	45-54	12,5 (55)	4,8 (21)	9,9 (56)	3,2 (18)
	55-64	8,2 (36)	4,8 (21)	6,0 (34)	1,1 (6)
	65+	3,4 (15)	1,8 (8)	3,9 (22)	0,0 (0)
<i>Cor da pele</i>					
	Branca	37,6 (166)	27,4 (121)	40,3 (229)	21,7 (123)
	Preta	5,9 (26)	5,0 (22)	7,2 (41)	4,9 (28)
	Parda	11,6 (51)	12,0 (53)	14,4 (82)	11,1 (63)
	Amarela	0,5 (2)	0,0 (0)	0,4 (2)	0,0 (0)
<i>Escolaridade</i>					
	Analfabeto	0,9 (4)	0,0 (0)	0,5 (3)	0,0 (0)
	Sabe ler/esc. mas não freq. escola	0,0 (0)	0,2 (1)	0,5 (3)	0,0 (0)
	Primário incompleto	1,1 (5)	0,9 (4)	1,4 (8)	0,9 (5)
	Primário completo	3,8 (17)	2,3 (10)	4,2 (24)	1,8 (10)
	Ginásio incompleto	4,1 (18)	3,4 (15)	5,6 (32)	3,0 (17)
	Ginásio completo	4,1 (18)	3,4 (15)	4,6 (26)	4,6 (26)
	Colegial incompleto	5,2 (23)	3,6 (16)	7,2 (41)	6,0 (34)
	Colegial completo	16,3 (72)	13,6 (60)	19,5 (111)	10,7 (61)
	Superior incompleto	9,1 (40)	6,1 (27)	7,8 (44)	5,8 (33)
	Superior completo	10,9 (48)	10,9 (48)	10,9 (62)	4,9 (28)
<i>Critério socioeconômico</i>					
	Classe A	4,8 (21)	3,6 (16)	4,9 (28)	2,0 (11)
	Classe B1	6,8 (30)	3,0 (13)	5,5 (31)	2,6 (15)
	Classe B2	16,3 (72)	14,1 (62)	18,6 (106)	11,3 (64)
	Classe C1	17,0 (75)	12,7 (56)	19,0 (108)	13,2 (75)
	Classe C2	7,0 (31)	7,3 (32)	9,5 (54)	5,6 (32)
	Classe D/E	3,6 (16)	3,8 (17)	4,7 (27)	3,0 (17)

Apesar de a média da avaliação dos homens abordados ser evidentemente menor do que a média da avaliação das mulheres contatadas pela polícia, não se pode dizer que são significativas. No caso do contato iniciado pelos respondentes, as médias da avaliação de homens e mulheres são muito próximas (Gráfico 9).

Gráfico 8. Média da variável sexo por tipos de contato

Por sua vez, quanto à idade os dados sugerem que há certa tendência de que, quanto mais velho, melhor a avaliação. O gráfico 10, com base no indicador contínuo de idade, mostra que, tanto no contato iniciado quanto na abordagem, a média de idade de quem avaliou como positivo tal contato é significativamente maior do que a média de quem avaliou como negativa. Em outras palavras, na média, pessoas mais velhas tendem a julgar o contato de forma mais positiva do que as pessoas mais jovens. Em certo sentido, essa compreensão não é nova. Há diversos estudos que apontam tal associação entre mais idade e percepção mais positiva da polícia. Como possíveis explicações, os trabalhos sugerem que os indivíduos mais velhos são menos abordados e tendem a estar mais fortemente atrelados a convenções sociais, o que indica uma tendência em conceber a atuação das forças policiais de forma mais positiva. Por sua vez, os mais jovens tendem a circular mais nas ruas, o que acentua a possibilidade de serem alvos de abordagens (WEITZER, 1999; JEFFERIS *et al.*, 1997; SAMPSON; BARTUSCH,

1998; REISIG; PARKS, 2000; WEITZER; TUCH, 2002; IVKOVIC, 2008). Entre as pessoas abordadas, 55,6% têm até 34 anos; se estendermos até os 44 anos, a porcentagem de quem afirma ter sido abordado aumenta para 76%.

Gráfico 9. Média da variável idade por tipos de contato

A questão da raça/ etnia é importante para a literatura. No entanto, não fica claro qual a relação da cor da pele nos julgamentos da polícia. Nesse sentido, é plausível considerar contextos, expectativas, normas culturais e tratamento dispensados pela polícia e decorrentes da experiência com a polícia (IVKOVIC, 2008; LARSEN; BLAIR, 2009).

Gráfico 10. Média da variável da cor da pele por tipos de contato

Como podemos ver na tabela 7, a grande maioria dos entrevistados que afirmou ter contato com a polícia se identificou como branco. Com finalidade comparativa, contrastando quem se identificou como preto e pardo contra as outras respostas (branco e amarelo), na média, não parece existir diferença evidente entre quem avaliou ambos os contatos – iniciado e abordagem – como positivo e negativo (gráfico 11).

No que diz respeito à escolaridade, também podemos destacar que, na média, não há diferença relevante na avaliação como positiva e negativa. No caso do contato iniciado, a média de escolaridade de quem avaliou negativamente a experiência é ligeiramente maior do que a média de quem avaliou positivamente. Já no caso da abordagem, ambas as médias são muito próximas.

Gráfico 11. Média da variável escolaridade por tipos de contato

Quanto a classificação socioeconômica, constatamos que a média das avaliações positivas, tanto do contato iniciado quanto da abordagem, está localizada em níveis mais baixos da classificação socioeconômica se comparado a quem avaliou negativamente ambas as situações de contato. Mas como não é uma diferença acentuada, não nos é possível ser taxativos quanto ao que essa diferença quer dizer.

Gráfico 12. Média do variável critério econômico por tipos de contato

Em um balanço geral, somente idade apresentou diferença significativa entre as avaliações positivas e negativas dos contatos. Mais especificamente, parece claro que a média de idade é maior entre quem avaliou positivamente tanto os contatos iniciados quanto a abordagem.

4.2. Contato e legitimação: justiça procedimental, eficácia e legalidade

A figura 7 apresenta os coeficientes padronizados dos efeitos dos julgamentos positivos e negativos dos diferentes tipos de contato nas percepções gerais acerca da justiça procedimental, eficácia e legalidade. De forma geral, os resultados demonstram que a experiência direta com a polícia é um aspecto importante em comparação com não ter contato. Com exceção da abordagem positiva, todas as demais situações são estatisticamente significativas.

Ter iniciado o contato e o julgar positivo melhora, em especial, as percepções sobre a justiça procedimental ($\beta=0.118$; $p=0.000$), mas também é significativo sobre a legalidade ($\beta=0.072$; $p=0.002$) e eficácia ($\beta=0.73$; $p=0.003$). Isso significa dizer que o balanço positivo da demanda feita à polícia tende a impactar positivamente a percepção de qualidade do processo decisório e do tratamento que a polícia dispensa às pessoas em geral. Assim como a imagem de que a polícia age de acordo com as leis é eficaz em sua atuação, cumprindo aquilo que se espera dela.

Figura 6. Efeitos dos “contatos” sobre justiça procedimental, legalidade e eficácia

Da forma semelhante, mas em sentido oposto, ter iniciado o contato, mas julgar essa interação como negativa, impacta negativamente as percepções gerais sobre a polícia. No entanto, no caso, a consequência é maior na percepção de eficácia ($\beta = -0.209$; $p = 0.000$), seguido de justiça procedimental ($\beta = -0.128$; $p = 0.000$) e legalidade ($\beta = -0.082$; $p = 0.000$).

Esses resultados indicam que a experiência negativa no contato iniciado está associada a uma menor satisfação com o trabalho da polícia. Isso é especialmente relevante se considerarmos que a variável latente de eficácia é composta por variáveis de satisfação com o atendimento 190 e em delegacia de polícia, que, somadas, são apontadas como a motivação do contato por aproximadamente 90% dos entrevistados que disseram ter buscado a polícia nos dois anos anteriores à entrevista. Além disso, a avaliação entre contato iniciado positivo e negativo é composta por questões de procedimentos – como o tratamento durante a interação, atenção dada às informações de encaminhamento (a explicação das providências adotadas pela polícia) e de resultados da demanda que levaram os cidadãos a buscar a polícia.

No gráfico 13, observamos a comparação entre os efeitos positivo e negativo nas três dimensões. No caso, a hipótese do viés negativo só é evidentemente confirmada no caso da eficácia, uma vez que o efeito negativo é aproximadamente 2,5 vezes maior do que o efeito positivo. Em outras palavras, a avaliação negativa nas situações em que o indivíduo cidadão busca a polícia tem um efeito negativo flagrantemente maior na percepção de eficácia se comparada com o efeito positivo dos julgamentos positivos do contato iniciado.

Gráfico 13. Proporção dos efeitos positivo e negativo entre legalidade, justiça procedimental e eficácia

Quanto às situações de interação com a polícia por iniciativa das autoridades, as avaliações positivas dessas experiências não são estatisticamente significantes para explicar a variação das variáveis de legalidade, justiça procedimental e eficácia. No entanto, os julgamentos negativos do contato por iniciativa da polícia têm efeitos significativos e expressivos se comparados com as outras situações de contato tratadas anteriormente.

No caso, ter sido demandado pela polícia e avaliar essa experiência como negativa tem efeito negativo na percepção de eficácia ($\beta = -0.142$; $p=0.000$), justiça procedimental ($\beta = -0.303$; $p=0.000$) e legalidade ($\beta = -0.192$; $p=0.000$). O gráfico 14 nos dá a dimensão desses impactos. No caso, os efeitos na percepção de justiça procedimental são bastante expressivos em comparação com os outros efeitos negativos sobre a legalidade e eficácia. O resultado faz sentido se considerarmos que o julgamento relacionado ao contato está construído com base em informações sobre o tratamento recebido durante o contato, a atenção dispensada pelos policiais, a clareza na informações e a educação.

Gráfico 14. Proporção dos efeitos negativo e positivo (não estatisticamente significantes) entre legalidade, justiça procedimental e eficácia

As variáveis de controle também apontam alguns resultados interessantes. A percepção de eficácia da polícia é impactada por todos os controles, com exceção do grau de escolaridade. Ser homem ($\beta=0.581$; $p=0.028$) melhora a percepção de eficácia. O aumento da idade ($\beta=0.125$; $p=0.000$) também revela tendência a percepções mais positivas da eficácia. Por sua vez, a diminuição na classificação de acordo com o critério socioeconômico revela uma inclinação de melhorar a eficácia ($\beta=0.074$; $p=0.009$). E o efeito negativo fica por conta daqueles que se

identificaram como negros e pardos, pertencer a esse grupo diminui a percepção de eficácia da polícia ($\beta = -0.055$; $p = 0.000$).

Quanto à percepção de que a polícia age de maneira procedimental justa, o sentido dos efeitos é semelhante: ser preto ou pardo revela impacto negativo sobre a justiça procedimental ($\beta = -0.084$; $p = 0.000$), assim como os efeitos positivos de ser homem ($\beta = 0.069$; $p > 0.005$) e no aumento da idade do entrevistado ($\beta = 0.233$; $p = 0.000$). Quanto à legalidade, a idade parece impactar (positivamente) na percepção maior de legalidade ($\beta = 0.183$; $p = 0.000$). Já a cor da pele impacta negativamente ($\beta = -0.056$; $p = 0.014$), ou seja, pretos e pardos tem uma percepção mais negativa da legalidade se comparados com os outros.

Em resumo: os resultados abalizam a importância dos impactos das diferentes avaliações, segundo a experiência direta com a autoridade policial, sobre dimensões do trabalho policial que são importantes no processo de legitimação das autoridades, notadamente a justiça procedimental, a eficácia e a legalidade. A respeito da hipótese do efeito maior da avaliação negativa quanto ao contato, os resultados suportam o maior efeito dos julgamentos negativos se comparados aos positivos. No entanto, no contato iniciado somente sobre a eficácia é que se pode notar um efeito relevantemente maior. Nos outros casos, a diferença é ligeira, o que demanda cautela em afirmações peremptórias sobre a magnitude desses efeitos.

Sem sombra de dúvidas, os efeitos negativos, decorrentes da abordagem avaliada negativamente, são expressivos, se comparados aos efeitos positivos, ainda que não significantes estatisticamente. À luz dos resultados dos outros grupos – contato iniciado positivo, contato iniciado negativo e abordagem negativa –, a não significância estatística dos efeitos da abordagem positiva é intrigante por destoar tanto em relevância quanto nos direcionamentos indicados pelas outras relações verificadas nessa parte do modelo.

4.3. Justiça procedimental, eficácia e legalidade e legitimidade

Na segunda parte do modelo, observamos o efeito da justiça procedimental, eficácia e legalidade sobre a variável de legitimidade da polícia. Aqui, é importante lembrar que a

legitimidade da polícia é tratada como uma variável contínua, e não dicotômica. Então, não estamos falando aqui de haver ou não legitimidade. Da forma como a variável foi operacionalizada, o modelo nos propicia um olhar sobre nível de legitimidade da polícia aos olhos dos cidadãos paulistanos, considerando a disposição de obedecer de forma consensual, não coercitiva, em que não há medo da polícia e indicando certo alinhamento normativo, ou seja, percebendo que a polícia compartilha dos mesmos valores que os respondentes.

Isso posto, a figura 7 apresenta os coeficientes dos efeitos da justiça procedimental, eficácia e legalidade sobre legitimidade. No caso, entre as três variáveis, a única que não aparece como preditor da legitimidade é a percepção de que a polícia age de acordo com a lei. Isso posto, cabe pontuar o caso em que a variável de legalidade foi construída a partir de outras três questões e do uso da interpolação (ver parte 3.6.4 do capítulo 3). Como consequência, essa operacionalização pode ser uma das razões do resultado em questão. Sem sombra de dúvidas, justiça procedimental e eficácia são constructos muito mais confiáveis em sua tarefa de mensurar aquilo que se propõe.

Figura 7. Efeito da justiça procedimental, legalidade e eficácia sobre a legitimidade da polícia

Não há surpresa acerca do papel exercido pelas percepções da justiça procedimental e da eficácia sobre a legitimidade policial (TYLER, 1990; SUNSHINE; TYLER, 2003; HINDS;

MURPHY, 2007; REISIG *et al.*, 2007; TYLER; FAGAN, 2008; TANKEBE, 2008a; 2009) e os resultados recentes sobre o Brasil (mais especificamente São Paulo) de Oliveira *et al.* (2017; 2018). No caso, tanto a justiça procedimental ($\beta=0.173$; $p=0.000$) quanto à eficácia ($\beta=0.105$; $p>0.002$) são preditores importantes da legitimidade.

Nesse sentido, a maior percepção geral dos cidadãos sobre a qualidade do tratamento e do processo decisório da polícia impacta positivamente em maior nível de legitimidade da polícia. Os resultados da eficácia vão no mesmo sentido – de que a maior satisfação com o trabalho da polícia em diminuir o tráfico, o assalto à mão armada, o atendimento do 190, o atendimento na delegacia, com a investigação e com a capacidade da polícia de manter tranquilidade nas ruas do bairro – estão associados positivamente ao aumento na percepção de legitimidade por parte dos paulistanos.

Quanto aos controles, nenhum parece ter efeito sobre a legitimidade. A exceção, se assim pode ser vista, é com relação à cor da pele, visto que pretos e pardos parecem estar mais inclinados a uma percepção de maior legitimidade ($\beta=0.044$). No entanto, o resultado fica no limite do que é convencionalizado como estatisticamente significativo ($p=0.057$).

Vale ressaltar que, apesar de termos apresentado em primeiro lugar (na seção anterior) apenas os resultados dos contatos relativos às três dimensões relevantes para a legitimação da polícia e, agora, na segunda parte, o papel dessas dimensões diretamente sobre a legitimidade, todos os resultados apresentados até aqui foram gerados num só modelo de equação estrutural. De tal modo, todos os coeficientes dos diferentes caminhos indicados pelas setas são parcialmente controlados por todas as outras variáveis presentes no modelo (Figura 8). Assim, a consistência do modelo proposto revela que as relações teoricamente sugeridas estão ajustadas aos dados da amostra, em termos da diferença entre a amostra e as matrizes de covariância, previstas pelo modelo.

Existem diversos índices/testes para verificar a consistência nos modelos de equações estruturais e, em linhas gerais, os resultados destes testes permitem verificar o quão próximo o pesquisador está do ajuste convencionalizado como ideal do modelo. O χ^2 (chi-square) é a medida que indica a diferença entre as relações da amostra e o que se espera se o modelo estiver correto. No modelo proposto, corresponde ao $\chi^2= 513.239$ df, $p < 0.000$. Já o *Root Square Mean error of approximation* (RMSEA) indica a diferença nos dados da amostra e o esperado para

que o modelo seja correto. Assim, valores mais baixos indicam melhor ajuste. O modelo proposto aqui indica $RMSEA = 0.04$ [90% CI 0.035–0.042], o que pode ser considerado um valor dentro do convencionado como recomendado (menor que 0.05). Há mais duas medidas que indicam um bom ajuste do modelo. A primeira é o CFI (*Comparative Fit Index*), convencionando que bons ajustes devem ser iguais ou maiores que 0.95. O ajuste do atual modelo é exatamente (CFI = 0.958), e temos o TLI (*Tucker Lewis Index*) que mostra o quão efetivo é modelo se comparado a um modelo nulo. No caso, quanto mais próximo de 1, melhor o modelo. O TLI do modelo aqui proposto é TLI = 0.942. Em suma, os valores de ajuste do modelo proposto nessa tese estão de acordo com os valores convencionados, o que indica um bom ajuste do modelo.

Figura 8. Modelo teórico com todos os coeficientes

4.4. Efeitos diretos e indiretos do contato sobre a legitimidade da polícia

O modelo apresentado anteriormente também verificou o caminho direto entre os julgamentos do contato e a legitimidade. Das quatro situações de contato – contato iniciado

pelo cidadão positivo e negativo, contato iniciado pela polícia positivo e negativo –, somente a abordagem positiva aparece diretamente associada, de forma estatisticamente significativa, com a legitimidade, sendo tal efeito negativo ($\beta = -0.082$; $p = 0.001$). O contato por demanda da autoridade avaliado como negativo tem um efeito menor ($\beta = -0.046$). No entanto, não é estatisticamente significativo como convencionado ($p = 0.085$).

Figura 9. Contato com a polícia e legitimidade (efeitos diretos)

Como apontamos anteriormente, é intrigante o resultado do grupo contatado pela polícia que avaliou essa experiência como positiva, pois, além de ser o único grupo que indica efeito direto sobre a legitimidade, é o único em que não se constata efeito sobre nenhuma das três dimensões observadas como preditoras da legitimidade. Isso significa que, enquanto as outras situações de contato têm efeito direto na justiça procedimental, eficácia e legalidade e não o têm diretamente sobre o nível de legitimidade da polícia, o contato iniciado pela autoridade, tido como positivo, não impacta os preditores da legitimidade, mas guarda relação direta com a legitimidade, sendo essa associação negativa.

A leitura primeira desse resultado é que a situação de parar, abordar as pessoas, tem grande tendência de impactar negativamente as percepções gerais, mesmo quando a avaliação de tal contato é positiva. Assim, o fato de ter sido demandado pela polícia, independente de como foi a experiência, já seria o suficiente para diminuir a legitimidade. No entanto, não podemos esquecer que o respondente pode ter tido diversos contatos nos dois anos anteriores a entrevista. Mas como o julgamento a respeito do último, ainda que ele tenha avaliado este

como positivo, experiências negativas nos anteriores, ou mesmo o acúmulo de abordagens, podem estar comprometendo a percepção sobre a legitimidade policial.

Além dos efeitos diretos, os resultados indicam que outras modalidades de contato, por sua vez, têm efeitos indiretos na legitimidade policial. O efeito indireto descreve o caminho da variável exógena até o resultado, mediado por uma outra variável. Assim ele é composição do efeito do trajeto indicado pelas setas.

Tabela 9. Efeitos indiretos de contato e abordagem sobre a legitimidade

	β
Iniciado positivo -> Just. Proced.-> Legitimidade	0,020
Iniciado positivo -> Legalidade -> Legitimidade	0,003
Iniciado positivo -> Eficácia -> Legitimidade	0,007
Iniciado negativo -> Just. Proced. -> Legitimidade	-0,022
Iniciado negativo -> Legalidade -> Legitimidade	-0,003
Iniciado negativo -> Eficácia -> Legitimidade	-0,021
Abordagem positiva -> Just. Proced. -> Legitimidade	0,007
Abordagem positiva -> Legalidade -> Legitimidade	0,001
Abordagem positiva -> Eficácia -> Legitimidade	-0,003
Abordagem negativa -> Just. Proced. -> Legitimidade	-0,052
Abordagem negativa -> Legalidade -> Legitimidade	-0,009
Abordagem negativa -> Eficácia -> Legitimidade	-0,014

Conforme pode se ver na tabela 9, tanto do contato iniciado tido como negativo como o da abordagem negativa, indicam efeitos indiretos maiores que aqueles tidos como positivos. No caso do contato iniciado é possível perceber que o peso da justiça procedimental e da eficácia são parecidos sobre o efeito indireto final. No entanto, com relação a abordagem, fica evidente que é principalmente através da justiça procedimental que o efeito indireto pesa.

Na tabela 10 temos o efeito indireto considerando a soma dos efeitos indiretos de cada uma dessas variáveis mediadoras (inclusive da legalidade que não é significante estatisticamente para explicar a legitimidade). Assim, podemos destacar o efeito indireto em três das quatro situações. Em primeiro lugar, quando do contato positivo iniciado pelo cidadão, que apresenta efeito positivo indireto sobre a legitimidade ($\beta= 0.031$; $p>0.000$).

Segundo, há efeito indireto negativo sobre a legitimidade dos contatos iniciados mal avaliados ($\beta = -0.048$; $p > 0.000$); terceiro, a abordagem negativa apresenta efeitos indiretos negativos sobre a legitimidade ($\beta = 0.076$; $p > 0.000$).

Tabela 10. Efeitos diretos, indiretos e totais dos contatos sobre legitimidade

	Direto	Indireto	Total
Positivo - Contato iniciado	0.004($p=0.834$)	0.031($p=0.000$)	0.036 ($p=0.126$)
Negativo - Contato iniciado	0.018 ($p=0.428$)	-0.048 ($p=0.000$)	-0.029 ($p=0.218$)
Positivo - Abordagem	-0.082 ($p=0.001$)	0.005 ($p=0.441$)	-0.076 ($p=0.002$)
Negativo - Abordagem	-0.046 ($p=0.085$)	-0.076 ($p=0.000$)	-0.122 ($p>0.000$)

Na mesma tabela 10, também é possível observarmos os efeitos totais – estes consistem nas somas dos efeitos, diretos e indiretos, da variável exógena no resultado. Sendo assim, destacam-se os efeitos totais das duas situações de abordagem. No caso da abordagem percebida de forma mais favorável – que, como vimos, não é mediada pela justiça procedimental nem pela eficácia –, só há efeito direto. Já no caso da percepção negativa da abordagem sobre legitimidade, o efeito é principalmente indireto, ou seja, mediado por outras variáveis.

Gráfico 15. Efeitos diretos, indiretos e totais do contato iniciado sobre a legitimidade

No gráfico 15, é possível vermos que o efeito do contato direto e indireto, tido como negativo, é maior do que as experiências tidas como positivas. No entanto, somente os efeitos indiretos são estatisticamente significativos. Outro aspecto importante é que, apesar de os

efeitos negativos serem maiores do que os positivos, a razão da diferença não nos permite afirmações taxativas quanto a um possível efeito indireto assimétrico.

A hipótese do efeito assimétrico entre contatos, positivos e negativos, precisa ser colocada em perspectiva quando olhamos o impacto direto de uma abordagem tida como positiva sobre a legitimidade: apresenta um efeito grande e negativo (Gráfico 16). Enquanto isso, o efeito direto da avaliação negativa é (como esperado) negativo, porém com um p-valor um pouco superior ao convencionado como estatisticamente significativo ($p=0.085$).

De todos os modos os resultados sugerem que a abordagem policial independe da avaliação, tendendo a se revelar impacto negativo sobre a legitimidade. Ou seja, quando o cidadão ou cidadã é parado ou demandado pela polícia, ainda que julgue que a interação não tenha sido uma experiência ruim, esse fato pode estar influenciando na diminuição da legitimidade.

Gráfico 16. Efeitos diretos e indiretos do contato demandado pela polícia sobre a legitimidade

Por sua vez, o efeito indireto da abordagem tida como negativa (estatisticamente significativo) é muito superior ao efeito positivo (não significativo) – aproximadamente 15 vezes maior. Nesse caso é razoável sugerir a existência de uma assimetria clara desse efeito indireto, uma vez que a ligação entre a experiência de contato policial avaliado como negativo e legitimidade é mediada pela percepção de justiça procedimental e eficácia.

Tabela 11. Sumário das hipóteses testadas

Hipóteses	β	Resultado
H1: Avaliação positiva do contato iniciado tem efeito positivo na percepção de justiça procedimental, eficácia e legalidade	0.118*** (JP) 0.72** (Lega) 0.73** (Efi)	Confirmada
H2: Avaliação positiva da abordagem tem efeito positivo na percepção de justiça procedimental, eficácia e legalidade	-0.128*** (JP) -0.082*** (Lega) -0.209*** (Efi)	Confirmada
H3: Avaliação negativa do contato iniciado tem efeito negativo na percepção de justiça procedimental, eficácia e legalidade	0.044 (JP) 0.030 (Lega) -0.035 (Efi)	Não confirmada
H4: Avaliação negativa da abordagem tem efeito negativo na percepção de justiça procedimental, eficácia e legalidade	-0.303*** (JP) -0.192*** (Lega) -0.142*** (Efi)	Confirmada
H5: Avaliação positiva do contato com a polícia iniciado está <i>diretamente</i> associada positivamente à legitimidade da polícia	0.004	Não confirmada
H6: Avaliação positiva do contato com a polícia iniciado está <i>indiretamente</i> associada de forma positiva à legitimidade da polícia	0.031***	Confirmada
H7: Avaliação positiva da abordagem está associada <i>direta</i> e positivamente à legitimidade da polícia	-0.082**	Não confirmada – A relação é inversa
H8: Avaliação positiva da abordagem está associada <i>indireta</i> e positivamente à legitimidade da polícia	0.005	Não confirmada
H9: Avaliação negativa do contato com a polícia iniciado está <i>diretamente</i> associada positivamente à legitimidade da polícia	0.018	Não confirmada
H10: Avaliação negativa do contato com a polícia iniciado está <i>indiretamente</i> associada de forma negativa à legitimidade da polícia	-0.048***	Confirmada

H11: Avaliação negativa da abordagem está associada <i>diretamente</i> de forma negativa à legitimidade da polícia	-0.046	Não confirmada
H12: Avaliação negativa da abordagem está associada <i>indiretamente</i> e de forma negativa à legitimidade da polícia	-0.076***	Confirmada

Será que a experiência direta vivenciada com a autoridade é componente importante no processo de construção e/ou desconstrução da autoridade da polícia? A partir dos resultados expostos acima entendemos que sim. Logicamente isso não significa reduzir os juízos sobre várias dimensões da conduta de policiamento – expressos pela justiça procedimental, eficácia e legalidade – e legitimidade, às avaliações baseadas apenas no contato interpessoal (HUQ et al, 2017). As experiências vicárias (indiretas) de familiares, amigos, a exposição na mídia, vitimização, entre outras variáveis, são relevantes para entender essas percepções globais da polícia (GAU et al, 2012; GAU, 2013). No entanto, o modelo testado no presente trabalho indica a importância do contato sobre os posicionamentos acerca da atividade policial e como consequência sobre a legitimidade da polícia na cidade de São Paulo.

Isto posto é importante destacar algumas diferenças entre os resultados do contato iniciado e da abordagem. Um aspecto central para compreender os resultados decorrentes do contato iniciado com a polícia são as expectativas envolvidas na ocasião. Aproximadamente 87% das pessoas que buscaram a polícia na amostra, o fizeram para “registrar uma ocorrência”, “(...) por causa de um crime” e “fazer denúncia”. Ou seja, foram a “delegacia” (49%), “telefonaram” (42%) ou “buscaram um polícia na rua” (5%) com uma demanda específica. Por consequência, além do atendimento e do tratamento recebido no contato com a polícia, as providências e o resultado da demanda é algo central nesses casos. Por essa razão, o peso maior do contato iniciado negativo se dá principalmente sobre a percepção de eficácia da polícia, ou seja, impacta sobre a percepção de que a polícia cumpre aquilo que é esperado dela.

Já quanto ao contato iniciado pela polícia, aqui chamado de abordagem, cabe ressaltar dois resultados. Em primeiro lugar, em decorrência da natureza desse tipo de contato é evidente que o tratamento e os procedimentos são o núcleo do julgamento de tal experiência. Isso é claro diante do resultado da abordagem tida como negativa sobre a justiça procedimental. Nesse caso os efeitos sobre a percepção de que a polícia age de acordo com as leis também é relevante, indicando que a rejeição a abordagem tem consequências sobre a percepção de que a polícia age dentro da legalidade. No entanto, em segundo lugar, salta aos olhos a interpretação de que a estratégia policial de abordar, parar as pessoas, por si só, parece ter consequências negativas, independente da avaliação de como foi esse contato.

Bradford, Jackson e Stanko (2009) encontram dois resultados que podem sugerir pistas para interpretar esse resultado. Especificamente sobre os contatos iniciados pela polícia que foram avaliados positivamente (ou tidos como satisfatórios), os autores encontram, primeiramente que ele está associado negativamente a percepção de eficácia, e em segundo lugar, não tem associação com a percepção de justiça da polícia (*police fairness*). Para os autores, principalmente quanto ao resultado referente a eficácia, a explicação pode ser que as pessoas abordadas podem entender, sentir, que não são merecedoras de tal atenção por parte da polícia e que o uso dos recursos por parte da polícia podem ser empreendidos mais efetivamente em outras situações. Em sentido geral parecido, Tyler, Fagan e Geller (2014) sustentam os que contatos iniciados pela autoridade, como abordagens, no geral, tendem a estar associados a visões mais críticas da polícia.

Nossa explicação para o efeito negativo sobre a legitimidade do grupo que foi abordado e avaliou esse contato como positivo, sugere dois caminhos. Primeiramente, pode ser que parte dos cidadãos abordados, ainda que não julguem negativamente a interação vivenciada, leram a demanda da autoridade como inadequada e muito provavelmente não justificável, uma vez que indivíduos como ele não deveriam ser alvo da atenção da polícia. Tal proposição (que não pode ser explorada no presente trabalho) remete a ideia de que existem grupos sociais, tipos suspeitos, alvos preferenciais da atividade policial. Essa condição seria compartilhada por parte da população. São os filtros sociais e especialmente raciais na prática do policiamento. Há pesquisas que indicam a atividade preferencial da polícia sobre principalmente, negros e jovens. É o que sustenta Ramos e Musumeci (2004), com base em pesquisa de opinião e

entrevistas qualitativas apontam que a incidência de abordagens entre negros, jovens e pessoas com baixa escolaridade é maior. Tal percepção é confirmada por estudo mais recente de Sinhoretto et al (2014b). Os autores sustentam a partir de um estudo com base em dados qualitativos e quantitativos de quatro Estados brasileiros – São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Distrito Federal – que há um filtro racial na abordagem policial, indicando no campo da segurança pública, o componente racial das relações sociais no Brasil se expressa de maneira contundente.

E com base nessa ideia de que a abordagem tem alvos preferenciais, que se estrutura o segundo caminho para interpretar tal resultado. Como já destacado anteriormente, os indivíduos abordados pela polícia, podem ter sido parados diversas vezes ao longo da vida. Como a avaliação sobre o contato se restringia ao último, contatos prévios negativos (o que reforçaria a tese da assimetria) ou mesmo a reiteração de abordagens policiais (reforçando a ideia de filtragem social nas abordagens) poderia estar por detrás do resultado que indica que uma abordagem positiva piora a legitimidade policial.

A presente pesquisa não encontrou diferença significativa na avaliação tanto positiva como negativa da abordagem entre quem aqueles que se identificaram como preto e pardo, de um lado, e branco do outro. No entanto esse resultado é pouco para avançar tanto na explicação do efeito do grupo que foi abordado e avaliou positivamente o contato, quanto para dialogar mais detidamente com os trabalhos sobre os filtros sociais e raciais envolvidos na atividade policial.

A partir do olhar sobre os efeitos decorrentes do julgamento dos diferentes tipos de contato, a intenção principal da presente pesquisa é investigar a possível existência de efeitos assimétricos entre os contatos negativos e positivos. Os resultados dão indicativos importantes acerca da existência de um “viés de negatividade” decorrentes dos contatos avaliados não satisfatórios. As experiências negativas têm efeitos mais acentuados do que os contatos tidos como positivos, ainda que em alguns casos, a magnitude do efeito não tenha se verificado tão acentuada. Mas vale destacar os efeitos do contato iniciado negativo sobre a percepção de eficácia e os efeitos da abordagem negativa sobre a justiça procedimental.

Enfim, apoiado na literatura, os resultados indicam que a polícia, tanto militar (em sua atividade de policiamento, abordagens, atendimentos de emergência) como a civil (que lida

com os cidadãos que a buscam nas delegacias) devem estar atentas as interações e encontros que tem com a população, uma vez que isso se mostra relevante para as percepções mais gerais acerca da polícia. É importante notar que os dados indicam um quadro de dificuldade dos cidadãos em distinguirem as diferentes agências policiais. E mesmo quando assim o fazem, julgam ambas de forma bem parecida. Nesse sentido, à luz dos resultados anteriores é compreensível que o julgamento do encontro de um cidadão com um policial civil tenha impacto sobre as percepções acerca da polícia militar e vice e versa.

Considerações finais

Não é de hoje que as questões de segurança pública figuram com destaque entre as preocupações dos brasileiros. Isso fica evidente nos dados da pesquisa *Latin America Public Opinion Project* (Gráfico 17), quando somamos as preocupações “crime”, “falta de segurança” e “violência”, considerando como componentes de um problema mais abrangente, no caso, a segurança pública no país. Muito embora recentemente (principalmente a partir de 2014) temas como crise econômica e corrupção ascenderam entre as principais inquietações dos brasileiros – o que é até certo ponto justificável tendo em vista que são questões na ordem do dia, extensivamente noticiadas e debatidas na sociedade – não é razoável subestimar as decorrências dos sentimentos de medo, impotência e preocupação com a segurança pública.

Gráfico 17. Qual é o problema mais importante? (*Latin America Public Opinion Project*, 2008-2016/2017)

* Segurança Pública = crime + lack of security + violence

** 2008 (n=1481); 2010 (n=2461); 2012 (n=1496); 2014 (n=1475); 2017 (n=1505)

Não foi por acaso que a sempre latente agenda de segurança do tipo “linha dura”, tenha obtido certo protagonismo entre as propostas e promessas que circularam nas eleições para o

executivo e legislativo em 2018 no país⁷⁶. Para além do já clássico (e impreciso) “mais investimento”, no caso do governo federal as soluções apresentadas logo após as eleições passavam desde a revisão/ revogação do Estatuto do Desarmamento⁷⁷ até a ampliação do “excludente de ilicitude”⁷⁸, com vistas a dar respaldo a atuação aos policiais em situações de confronto. Tal retórica reduz a solução para o complexo controle da criminalidade na democracia a uma questão de déficit de liberdade: liberdade para o cidadão se defender e liberdade para os policiais usarem a força sem medo de punição. Mais especificamente, no primeiro caso, o problema adviria das muitas as restrições e obstáculos ao exercício da auto defesa pelo cidadão, o que deixaria a população em posição de desvantagem em relação a seus potenciais agressores. No segundo, seriam muitas as limitações, entraves e controles sob os policiais, o que dificultaria o exercício da força.

Esse discurso ganhou traços mais fortes, e em um cenário não novo de apreensão diante do problema da criminalidade e violência no Brasil, dão o tom dos tipos de soluções “vencedoras” para a segurança pública em nível federal e em alguns casos nos governos estaduais, como é o caso do estado do Rio de Janeiro, por exemplo, com sua política claramente lastreada e amparada em uma doutrina do enfrentamento que tem levado a um aumento expressivo das taxas de letalidade policial.

No entanto, políticas de segurança pública baseadas na disposição do uso da coerção e seu potencial persuasivo – como as que enfatizam o elemento do confronto – tendem a ser custosas para os governos que se pretendem democráticos, uma vez que o exercício da autoridade policial se dá sobre um limiar muito tênue entre garantir e desrespeitar direitos fundamentais.

⁷⁶ Segundo dados do TSE, o número de policiais e militares eleitos para o Legislativo pulou de 18 para 73 na comparação dos resultados das eleições de 2014 e 2018 (somando eleitos em Assembleias, Câmara dos Deputados e Senado).

⁷⁷ Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, “Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências”.

⁷⁸ A legislação brasileira já prevê situações de excludentes de ilicitude (ou antijuridicidade). O artigo 23 do Código Penal dispõe: “Não há crime quando o agente pratica o fato: I) em estado de necessidade; II) em legítima defesa; III) em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.” Apesar de a lei dispor que no desde que no cumprimento do dever legal, o agente público policial, pode usar a força (até mesmo letal) a intenção de mudar a legislação visa dar ampliar o respaldo para o uso da força por parte dos policiais uma vez que esses estão sujeitos a responder criminalmente caso se verifique excessos. Mais recentemente proposta de reforma na legislação penal encaminhada pelo Ministro da Justiça, Sérgio Moro, propõe adicionar um parágrafo ao artigo 23 dispondo que “O juiz poderá reduzir a pena até a metade ou deixar de aplicá-la se o excesso decorrer de escusável medo, surpresa ou violenta emoção”.

Tal quadro coloca um problema central para a ciência política: como captar a capacidade dos governos em lidar/ processar as demandas e expectativas dos cidadãos em regimes que se pretendem democráticos? Segundo Morlino (2009), o estudo empírico da responsividade não é simples, uma vez que parte de uma suposição de que os cidadãos tenham clareza acerca de suas necessidades e desejos. Porém, realisticamente, não se pode esperar tal nível lucidez e conhecimento diante da complexidade de um universo situações que constantemente precisam de conhecimento especializado na identificação e avaliação dos problemas. Nesse sentido, o método mais efetivo de captar a responsividade dos governos se daria, segundo o autor, através da investigação da legitimidade dos governos, ao passo que em certo sentido, refletiria as percepções dos cidadãos sobre a responsividade. Em outras palavras, a ideia é que se há responsividade, também há legitimidade, só que em forma específica. E como consequência, para o estudo de tal legitimidade específica dos governos requerer-se-ia a análise das reações públicas às políticas governamentais que são diretamente experimentadas pelos cidadãos (MORLINO, 2009).

Para Jones, Newburn e Smith (1996) forças policiais afinadas com os regimes democráticos devem primar pela imparcialidade na atuação, pela equidade no tratamento dos cidadãos, pela acessibilidade e permeabilidade a participação externa (principalmente da comunidade), pela receptividade as demandas e informações dos cidadãos, pela abertura a prestar informações (*accountability*) e, por fim, pela profissionalização e responsividade, ou seja, por ser diligente e zelosa com as demandas, expectativas e necessidades dos cidadãos.

Por sua vez, atuar de acordo com os princípios destacados anteriormente, nos parece ser fundamental para a polícia promover a internalização das justificativas públicas com relação ao uso do poder por aqueles sujeitos a elas, ou seja, legitimar-se perante os cidadãos. Ainda que o pano de fundo da relação que se estabelece entre policial e cidadão seja a desigualdade de poder entre os dois polos, a sustentação desse poder e a capacidade de ser efetivo requer – em certo grau – algum quociente de legitimidade. Nesse sentido existe farto conjunto de pesquisas em diferentes contextos, que apontam para a importância da percepção da legitimidade policial sobre a disposição de cooperar, aderir e cumprir as leis. Como consequência, um dos principais aspectos para a construção da legitimidade é a percepção e julgamentos sobre a forma como o poder é exercido pela autoridade.

É com tal debate que presente tese pretendeu contribuir. Mais especificamente, estudamos aqui como a experiência direta com o agente policial é importante na legitimidade da instituição policial. Os resultados indicam efeitos relevantes da avaliação positiva e negativa dos contatos sobre dimensões relevantes do processo de legitimação da polícia – nomeadamente, a percepção de justiça procedimental, eficácia e legalidade – e indiretamente sobre a própria legitimidade. E como resultado mais específico, destaca-se o viés de assimetria, resultado da avaliação negativa do contato negativo com a polícia.

A partir do que já destacava Skogan (2006; 2012), resultados semelhantes jogam luz sobre as consequências persistentes e prejudiciais a imagem da polícia decorrentes de experiências julgadas como inadequadas e injustas. Obviamente há muito o que avançar na compreensão sobre as atitudes e percepções sobre os contatos com a autoridade e suas consequências para a legitimidade institucional da polícia e mesmo para os governos. No entanto, os resultados presentes sublinham a importância de um olhar mais abrangente sobre o desempenho policial, que leve em conta não somente critérios duros de produtividade, com base nas “medidas” tradicionais como número de flagrantes, prisões de procurados, apreensões, recuperação de objetos de furtos, número de inquéritos instaurados e/ou concluídos, crime solucionados, atendimentos a chamados, entre outros. Ainda que sejam medidas objetivas é evidente dada a natureza da atividade policial, que não são suficientes para uma abordagem compreensiva da polícia na democracia.

Nas últimas décadas uma concepção mais abrangente das políticas de segurança e das policiais vem se desenvolvendo na academia. Nesse sentido, as instituições do sistema de segurança pública e justiça criminal deveriam ter foco não somente nos resultados, mas também na interação e na relação que estabelecem com os cidadãos. O exercício da autoridade por parte da polícia, muito para além das já ressaltadas efeitos sobre as percepções e julgamentos acerca do desempenho e avaliação mais geral da instituição e de seus agentes, suscita interpretações e significações sociais que em certo sentido influenciam na forma como indivíduos se colocam diante da democracia, por meio do respeito aos direitos humanos, defesa das liberdades e garantias decorrentes de uma concepção de segurança cidadã.

Bibliografia

- ADORNO, Sérgio. Violência e crime: sob o domínio do medo na sociedade brasileira. In: André Botelho; Lilia Moritz Schwarcz. (Org.). **Agenda Brasileira - Temas de uma Sociedade em Mudança**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, v. , p. 554-565, 2010.
- AKINLABI, Oluwagbenga Michael. Young people, procedural justice and police legitimacy in Nigeria. **Policing and society**, v. 27, n. 4, p. 419-438, 2017.
- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The civic culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations**. Princeton University Press, 1963.
- ANDEWEG, Rudy B.; AARTS, Kees. Studying Political Legitimacy. Findings, Implications, and the Uneasy Question. In C. van Ham, J. Thomassen, K. Aarts, & R. Andeweg (Eds.), **Myth and reality of the legitimacy crisis. Explaining trends and cross-national differences in established democracies** (pp. 193–206). Oxford: Oxford University Press, 2017.
- BAYLEY, David. H. **Padrões de Policiamento**. São Paulo: EDUSP, 2006.
- BEETHAM, David. **The legitimacy of power**. London: Macmilan Education Ltd, 1991.
- BEETHAM, David. Legitimacy. In BADIE, Bertrand; BERG-SCHLOSSER, Dirk; MORLINO, Leonardo (Ed.). **International encyclopedia of political science**. Sage, 2011.
- BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial Vol. 8**. Edusp, 2003.
- BOOTH, John A.; SELIGSON, Mitchell A. **The legitimacy puzzle in Latin America: Political support and democracy in eight nations**. Cambridge University Press, 2009.
- BOTTOMS, Anthony; TANKEBE, Justice. Beyond procedural justice: A dialogic approach to legitimacy in criminal justice. **J. Crim. L. & Criminology**, v. 102, p. 119, 2012.
- BRADFORD, Ben; JACKSON, Jonathan; STANKO, Elizabeth A. Contact and confidence: Revisiting the impact of public encounters with the police. **Policing & society**, v. 19, n. 1, p. 20-46, 2009.

- BRADFORD, Ben et al. What price fairness when security is at stake? Police legitimacy in South Africa. **Regulation & governance**, v. 8, n. 2, p. 246-268, 2014.
- BRANDL, Steven G. *et al.* On the measurement of public support for the police: a research note. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 20, n. 3, p. 473-480, 1997.
- BROWN, Ben; REED BENEDICT, Wm. Perceptions of the police: Past findings, methodological issues, conceptual issues and policy implications. **Policing: an international journal of police strategies & management**, v. 25, n. 3, p. 543-580, 2002.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Editora 34, 2000.
- CHRISTENSEN, Tom; LÆGREID, Per. Trust in government: The relative importance of service satisfaction, political factors, and demography. **Public Performance & Management Review**, v. 28, n. 4, p. 487-511, 2005.
- CLASTRES, Pierre. Liberdade, mau encontro, inominável. ____; LEFORT, C.; CHAUI, MS **Discurso da servidão voluntária**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CODES, Ana Luiza. Modelagem de equações estruturais: um método para a análise de fenômenos complexos. **Caderno CRH**, v. 18, n. 45, 2006.
- COICAUD, Jean-Marc. **Legitimacy and politics: a contribution to the study of political right and political responsibility**. Cambridge University Press, 2002.
- COPS OFFICE. **President's Task Force on 21st Century Policing Implementation Guide: Moving from Recommendations to Action**. 2015.
- DAI, Mengyan; FRANK, James; SUN, Ivan. Procedural justice during police-citizen encounters: The effects of process-based policing on citizen compliance and demeanor. **Journal of Criminal Justice**, v. 39, n. 2, p. 159-168, 2011.
- DALTON, Russel J. **Democratic Challenges, Democratic Choices: The Erosion of Political Support in Advanced Industrial Democracies**. New York: Oxford University Press, 2004

- DE LINT, Willem. Police Authority in Liberal-Consent Democracies. In: **The Oxford Handbook of Police and Policing**. 2014.
- DICKSON, Eric S.; GORDON, Sanford C.; HUBER, Gregory A. Institutional sources of legitimate authority: An experimental investigation. **American Journal of Political Science**, v. 59, n. 1, p. 109-127, 2015.
- DONNER, Christopher et al. Policing and procedural justice: a state-of-the-art review. **Policing: an international journal of police strategies & management**, v. 38, n. 1, p. 153-172, 2015.
- EASTON, David. **A systems analysis of political life**. New York: John Wiley & Sons, 1965.
- ELLIOTT, Irina; THOMAS, Stuart DM; OGLOFF, James RP. Procedural justice in contacts with the police: Testing a relational model of authority in a mixed methods study. **Psychology, Public Policy, and Law**, v. 17, n. 4, p. 592, 2011.
- FINNER, S.E. **The history of government I**. Oxford University Press, 1997.
- FRANK, James; SMITH, Brad W.; NOVAK, Kenneth J. Exploring the basis of citizens' attitudes toward the police. **Police Quarterly**, v. 8, n. 2, p. 206-228, 2005.
- GAU, Jacinta M. The convergent and discriminant validity of procedural justice and police legitimacy: An empirical test of core theoretical propositions. **Journal of Criminal Justice**, v. 39, n. 6, p. 489-498, 2011.
- GAU, Jacinta M. Consent searches as a threat to procedural justice and police legitimacy: An analysis of consent requests during traffic stops. **Criminal justice policy review**, v. 24, n. 6, p. 759-777, 2013.
- GAU, Jacinta M. et al. Examining macro-level impacts on procedural justice and police legitimacy. **Journal of criminal justice**, v. 40, n. 4, p. 333-343, 2012.
- GILLEY, Bruce. The meaning and measure of state legitimacy: Results for 72 countries. **European journal of political research**, v. 45, n. 3, p. 499-525, 2006a.
- GILLEY, Bruce. The determinants of state legitimacy: Results for 72 countries. **International political science review**, v. 27, n. 1, p. 47-71, 2006b.

- GILLEY, Bruce. **The right to rule: how states win and lose legitimacy**. Columbia University Press, 2009.
- GRIMES, Marcia. Organizing consent: The role of procedural fairness in political trust and compliance. **European Journal of Political Research**, v. 45, n. 2, p. 285-315, 2006.
- GROS, Frédéric. A ética da obediência. **Mutações: fontes passionais da violência**. São Paulo: Sesc, p. 221-236, 2015.
- HINDS, Lyn; MURPHY, Kristina. Public satisfaction with police: Using procedural justice to improve police legitimacy. **Australian & New Zealand Journal of Criminology**, v. 40, n. 1, p. 27-42, 2007.
- HOUGH, Mike et al. Procedural justice, trust, and institutional legitimacy. **Policing: a journal of policy and practice**, v. 4, n. 3, p. 203-210, 2010.
- HUGGINS, Martha, Mika Haritos-Fatouros, and Philip G. Zimbardo, **Violence Workers: Police Torturers and Murderers Reconstruct Brazilian Atrocities**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2002.
- HUNTINGTON, Samuel P. **The third wave: Democratization in the late twentieth century**. University of Oklahoma press, 1993.
- INGLEHART, Ronald. **Modernization and postmodernization: Cultural, economic, and political change in 43 societies**. Princeton University Press, 1997.
- INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernization, cultural change, and democracy: The human development sequence**. Cambridge University Press, 2005.
- JACKSON, Jonathan et al. Why do people comply with the law? Legitimacy and the influence of legal institutions. **British journal of criminology**, v. 52, n. 6, p. 1051-1071, 2012a.
- JACKSON, Jonathan et al. Policing by consent: understanding the dynamics of police power and legitimacy. **European Social Survey (2012). 'Policing by consent: Understanding the dynamics of police power and legitimacy', ESS Country Specific Topline Results Series**, n. 1, 2012b.
- JACKSON, Jonathan et al. Monopolizing force? Police legitimacy and public attitudes toward the acceptability of violence. **Psychology, Public Policy, and Law**, v. 19, n. 4, p. 479, 2013.

- JACKSON, Jonathan; BRADFORD, Ben. Blurring the distinction between empirical and normative legitimacy? A methodological commentary on 'police legitimacy and citizen cooperation in China'. **Asian Journal of Criminology**, p. 1-25, 2019.
- JONATHAN-ZAMIR, Tal; WEISBURD, David. The effects of security threats on antecedents of police legitimacy: Findings from a quasi-experiment in Israel. **Journal of research in crime and delinquency**, v. 50, n. 1, p. 3-32, 2013.
- JONES, Trevor; NEWBURN, Tim; SMITH, David J. Policing and the Idea of Democracy. **The British Journal of Criminology**, v. 36, n. 2, p. 182-198, 1996.
- KAINA, Viktoria. Legitimacy, trust and procedural fairness: Remarks on Marcia Grimes' study. **European Journal of Political Research**, v. 47, n. 4, p. 510-521, 2008.
- KOCHEL, Tammy Rinehart; PARKS, Roger; MASTROFSKI, Stephen D. Examining police effectiveness as a precursor to legitimacy and cooperation with police. **Justice quarterly**, v. 30, n. 5, p. 895-925, 2013.
- LA BOETIE, Etienne. **Discurso da servidão voluntária**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LEVI, Margaret. Why we need a new theory of government. **Perspectives on Politics**, v. 4, n. 1, p. 5-19, 2006.
- LEVI, Margaret; SACKS, Audrey. Legitimizing beliefs: Sources and indicators. **Regulation & Governance**, v. 3, n. 4, p. 311-333, 2009.
- LEVI, Margaret; SACKS, Audrey; TYLER, Tom. Conceptualizing legitimacy, measuring legitimizing beliefs. **American Behavioral Scientist**, v. 53, n. 3, p. 354-375, 2009.
- LEVI, Margaret; TYLER, Tom; SACKS, Audrey. The reasons for compliance with law. **Understanding social action, promoting human rights**, p. 70-99, 2012.
- LI, Yudu; REN, Ling; LUO, Fei. Is bad stronger than good? The impact of police-citizen encounters on public satisfaction with police. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 39, n. 1, p. 109-126, 2016.
- LIPSET, Seymour Martin. Some social requisites of democracy: Economic development and political legitimacy. **American political science review**, v. 53, n. 1, p. 69-105, 1959.

- LIPSKY, Michael. **Street-level bureaucracy, 30th ann. Ed.: dilemmas of the individual in public service**. Russell Sage Foundation, 2010.
- LOMAX, Richard G.; SCHUMACKER, Randall E. **A beginner's guide to structural equation modeling**. psychology press, 2004.
- LOPES, C.S. Por que os Brasileiros Desconfiam da Polícia? Uma análise das Causas da Desconfiança na Instituição Policial. In: MOISÈS. J. A.; MENEGUELLO, R. **A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia**. 1ª ed. São Paulo: Edusp, v. , p. 309-340, 2013
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Trad. Maurício Santana Dias. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010
- MARQUEZ, Xavier. The irrelevance of legitimacy. **Political Studies**, v. 64, n. 1_suppl, p. 19-34, 2016.
- MAZEROLLE, Lorraine et al. Shaping citizen perceptions of police legitimacy: A randomized field trial of procedural justice. **Criminology**, v. 51, n. 1, p. 33-63, 2013.
- MCCLUSKEY, John D.; REISIG, Michael. Explaining procedural justice during police-suspect encounters: A systematic social observation study. **Policing: An International Journal**, v. 40, n. 3, p. 574-586, 2017.
- MESQUITA NETO, P. **Ensaio sobre Segurança Cidadã**. São Paulo: Quartier Latin, 2011.
- MILLIGAN, Stacy Osnick; FRIDELL, Lori A.; TAYLOR, Bruce G. Implementing an agency-level performance measurement system: a guide for law enforcement executives. **Police Executive Research Forum (PERF)**. Washington D.C, April 2006.
- MOISÉS, José Álvaro. **Os brasileiros ea democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática**. Editora Ática, 1995.
- MOISES, J. A. Democracia e Desconfiança de Instituições Democráticas”. In: MOISÈS, J. A. (org.) **Democracia e Confiança: Por que os cidadãos desconfiam das instituições?** São Paulo: EDUSP, p. 45-73, 2010
- MOISÉS. J. A. “Civic Culture”. In: BADIE, Bertrand; BERG-SCHLOSSER, Dirk; MORLINO, Leonardo. **International encyclopedia of political science**. Sage, 2011.

- MOISÉS, José A. Os Efeitos da Desconfiança Política para a Legitimidade Democrática. In: MOISÉS, J. A.; MENEGUELLO, R. **A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia**. 1ª ed. São Paulo: Edusp, v. , p. 11-24, 2013
- MORLINO, Leonardo. Legitimacy and the Quality of Democracy. **International Social Science Journal**, v. 60, n. 196, p. 211-222, 2009.
- MUNIZ, Jacqueline; CARUSO, Haydée; FREITAS, Felipe. Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais-BIB**, n. 84/2, 2017.
- MURPHY, Kristina. Public satisfaction with police: The importance of procedural justice and police performance in police-citizen encounters. **Australian & New Zealand journal of criminology**, v. 42, n. 2, p. 159-178, 2009.
- MURPHY, Kristina; CHERNEY, Adrian. Understanding cooperation with police in a diverse society. **The British Journal of Criminology**, v. 52, n. 1, p. 181-201, 2011.
- MURPHY, Kristina; SARGEANT, Elise; CHERNEY, Adrian. The importance of procedural justice and police performance in shaping intentions to cooperate with the police: Does social identity matter?. **European journal of criminology**, v. 12, n. 6, p. 719-738, 2015.
- MYHILL, Andy; BRADFORD, Ben. Can police enhance public confidence by improving quality of service? Results from two surveys in England and Wales. **Policing and society**, v. 22, n. 4, p. 397-425, 2012.
- NEVES, Jorge Alexandre Barbosa. **Modelo de equações estruturais: uma introdução aplicada**. Brasília: Enap 2018.
- NORRIS, Pippa (Ed.). **Critical citizens: Global support for democratic government**. OUP Oxford, 1999.
- O'DONNELL, G. Poliarquias e a (in)efetividade da lei na América Latina: uma conclusão parcial. In: MÉNDEZ, J. E.; O'DONNELL, G. A.; PINHEIRO, P. S.. **Democracia, violência e injustiça: o não-estado de direito na América Latina**. Paz e Terra, 2000 .
- O'DONNELL, Guillermo. Why the rule of law matters. In: DIAMOND, Larry & MORLINO, Leonardo (orgs). **Assessing the quality of democracy**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, pp. 3-17, 2005

- OLIVEIRA JUNIOR, Almir de. Dá para confiar nas polícias? Confiança e percepção social da polícia no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 5, n. 2, 2011.
- OLIVEIRA, Thiago R.; DE OLIVEIRA, André Rodrigues; ADORNO, Sergio. LEGITIMIDADE POLICIAL Um modelo de mensuração. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, n. 100. 2019
- OLIVEIRA, Thiago; OLIVEIRA, André; NATAL, Ariadne. Como mensurar o que não é observável? Abordagem reflexiva e modelagem de variáveis latentes em análises de survey. **40o Encontro Anual da ANPOCS**, 2018.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência fatal: conflitos policiais em São Paulo (81-89). **Revista USP** 9, São Paulo, mar/mai, p. 95-112, 1991b
- PRZEWORSKI, Adam. Some Problems in the Study of the Transition to Democracy. In: **Transitions from authoritarian rule: Comparative perspectives**. The Johns Hopkins University Press, 1986.
- RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda. **Abordagem policial, estereótipos raciais e percepções da discriminação na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESEC) da Universidade Cândido Mendes, 2004.
- REISIG, Michael D.; BRATTON, Jason; GERTZ, Marc G. The construct validity and refinement of process-based policing measures. **Criminal justice and behavior**, v. 34, n. 8, p. 1005-1028, 2007.
- REISIG, Michael D.; LLOYD, Camille. Procedural justice, police legitimacy, and helping the police fight crime: Results from a survey of Jamaican adolescents. **Police quarterly**, v. 12, n. 1, p. 42-62, 2009.
- REISIG, Michael D.; TANKEBE, Justice; MESKO, Gorazd. Compliance with the law in Slovenia: The role of procedural justice and police legitimacy. **European Journal on Criminal Policy and Research**, v. 20, n. 2, p. 259-276, 2014.
- ROSENBAUM, Dennis P. et al. Attitudes toward the police: The effects of direct and vicarious experience. **Police quarterly**, v. 8, n. 3, p. 343-365, 2005.

- ROSENBAUM, Dennis P. et al. The Police-Community Interaction Survey: measuring police performance in new ways. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 40, n. 1, p. 112-127, 2017.
- ROTHSTEIN, Bo O.; TEORELL, Jan AN. What is quality of government? A theory of impartial government institutions. **Governance**, v. 21, n. 2, p. 165-190, 2008.
- ROTHSTEIN, Bo. Creating political legitimacy: Electoral democracy versus quality of government. **American behavioral scientist**, v. 53, n. 3, p. 311-330, 2009.
- SELIGSON, Mitchel A. et al. Os contornos da cidadania crítica: explorando a legitimidade democrática. **Opinião Pública**, v. 12, n. 1, p. 1-37, 2006.
- SILVA, Geélison F.; BEATO, Cláudio. Confiança na polícia em Minas Gerais: o efeito da percepção de eficiência e do contato individual. **Opinião Pública**, v. 19, n. 1, p. 118-153, 2013.
- SINHORETTO, Jacqueline; SILVESTRE, Giane; SCHLITTLER, Maria Carolina. **Desigualdade racial e segurança pública em São Paulo: letalidade policial e prisões em flagrante**. São Paulo: UFSCAR, v. 2, 2014a.
- SINHORETTO, Jacqueline et al. A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais. **Segurança pública e direitos humanos: temas transversais**. Brasil: Ministério da Justiça, p. 121-59, 2014b.
- SKOGAN, Wesley G. Asymmetry in the impact of encounters with police. **Policing & Society**, v. 16, n. 02, p. 99-126, 2006.
- SKOGAN, Wesley G. Assessing asymmetry: the life course of a research project. **Policing and society**, v. 22, n. 3, p. 270-279, 2012.
- SKOGAN, Wesley G. Concern about crime and confidence in the police: Reassurance or accountability?. **Police quarterly**, v. 12, n. 3, p. 301-318, 2009.
- SOSS, Joe; WEAVER, Vesla. Police are our government: Politics, political science, and the policing of race–class subjugated communities. **Annual Review of Political Science**, v. 20, 2017.

- SPENCER, Martin E. Weber on legitimate norms and authority. **The British Journal of Sociology**, v. 21, n. 2, p. 123-134, 1970.
- SUN, Ivan Y. et al. Police Legitimacy and Citizen Cooperation in China: Testing an Alternative Model. **Asian Journal of Criminology**, p. 1-17, 2018.
- SUNSHINE, Jason; TYLER, Tom R. The role of procedural justice and legitimacy in shaping public support for policing. **Law & Society Review**, v. 37, n. 3, p. 513-548, 2003
- TANKEBE, Justice. Police effectiveness and police trustworthiness in Ghana: An empirical appraisal. **Criminology and Criminal Justice**, v. 8, n. 2, p. 185-202, 2008.
- TANKEBE, Justice. Policing, procedural fairness and public behaviour: A review and critique. **International Journal of Police Science & Management**, v. 11, n. 1, p. 8-19, 2009a.
- TANKEBE, Justice. Public Cooperation with the police in Ghana: does procedural fairness matters? **Criminology**, v. 47, n. 4, p. 1265-1293, 2009b.
- TANKEBE, Justice. Viewing things differently: The dimensions of public perceptions of police legitimacy. **Criminology**, v. 51, n. 1, p. 103-135, 2013.
- TEIXEIRA, Frederico Castelo Branco. **Avaliação da polícia no município de São Paulo (2001-2010)**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. 2014
- THIBAUT, John W.; WALKER, Laurens. **Procedural justice: A psychological analysis**. L. Erlbaum Associates, 1975.
- TYLER, Tom R. **Why people obey the law**. New Haven. CT: Yale University, 1990
- TYLER, Tom R.; HUO, Yuen. **Trust in the law: Encouraging public cooperation with the police and courts through**. Russell Sage Foundation, 2002.
- TYLER, Tom R. Enhancing police legitimacy. **The annals of the American academy of political and social science**, v. 593, n. 1, p. 84-99, 2004.
- TYLER, Tom R. Psychological perspectives on legitimacy and legitimation. **Annu. Rev. Psychol.**, v. 57, p. 375-400, 2006.
- TYLER, T.; FAGAN, J. Why do people cooperate with the police. **Ohio State Journal of Criminal Law**, v. 6, p. 231-75, 2008.

- TYLER, Tom R.; FAGAN, Jeffrey; GELLER, Amanda. Street stops and police legitimacy: Teachable moments in young urban men's legal socialization. **Journal of empirical legal studies**, v. 11, n. 4, p. 751-785, 2014.
- TYLER, Tom R.; JACKSON, Jonathan; MENTOVICH, Avital. The consequences of being an object of suspicion: Potential pitfalls of proactive police contact. **Journal of Empirical Legal Studies**, v. 12, n. 4, p. 602-636, 2015.
- TYLER, Tom; JACKSON, Jonathan. Future challenges in the study of legitimacy and criminal justice. **Yale Law School, Public Law Working Paper**, n. 264, 2013.
- UCHIDA, Craig D. Police Performance Measurement. **Encyclopedia of Criminology and Criminal Justice**, p. 3702-3711, 2014.
- VAN DAMME, Anjuli. The impact of police contact on trust and police legitimacy in Belgium. **Policing and society**, v. 27, n. 2, p. 205-228, 2017.
- VERBA, Sidney; ALMOND, Gabriel. The civic culture. **Political Attitudes and Democracy in Five Nations**, 1963.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade. Fundamentos de economia compreensiva**. Volume1. Brasília: UNB, 2004a.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade. Fundamentos de economia compreensiva**. Volume 2. Brasília: UNB, 2004b.
- WORDEN, Robert E.; MCLEAN, Sarah J. Research on police legitimacy: the state of the art. **Policing: An International Journal**, v. 40, n. 3, p. 480-513, 2017.
- ZALUAR, A. Violência e crime: saídas para os excluídos ou desafios para a democracia?“. In: ZALUAR, Alba, **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004
- ZANETIC, André et al. Legitimidade da polícia. Segurança pública para além da dissuasão. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 16, n. 4, 2016.
- ZANETIC, André. Ação institucional, confiança na polícia e legitimidade em São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 95, 2017.

ZILLI, Luís Felipe; COUTO, Vinícius Assis. Servir e proteger: determinantes da avaliação pública sobre a qualidade do trabalho das Polícias Militares no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 681-700, 2017.

Anexos

Anexo 1 - Perguntas

LEGITIMIDADE		
Conceito	Pergunta(s)	Escala
Dever Obedecer	O(a) sr(a) acha que deve obedecer a polícia, mesmo quando acredita que ela está errada?	(1) Sim; (2) Não / Depois: Por que?
	E por quais razões o(a) sr(a) acha que deve obedecer (aberta)	Ver Anexo C
Alinhamento moral	Gostaria que o(a) sr(a) dissesse se a polícia no seu bairro age de acordo com o que o(a) sr(a) acha que é certo ou errado?	(1) Sempre; (2) Quase sempre; (3) Às vezes; (4) Raramente; (5) Nunca
Justiça procedimental	Trata com respeito todas as pessoas: ricos e pobres, negros e brancos.	(1) Sempre; (2) Quase sempre; (3) Às vezes; (4) Raramente; (5) Nunca
	Explica claramente porque revista ou prende as pessoas	(1) Sempre; (2) Quase sempre; (3) Às vezes; (4) Raramente; (5) Nunca
	Toma decisões que são justas e imparciais	(1) Sempre; (2) Quase sempre; (3) Às vezes; (4) Raramente; (5) Nunca
	Dá atenção as informações que as pessoas trazem	(1) Sempre; (2) Quase sempre; (3) Às vezes; (4) Raramente; (5) Nunca
	Trata bem pessoas como você	(1) Sempre; (2) Quase sempre; (3) Às vezes; (4) Raramente; (5) Nunca
Eficácia	Diminuição do tráfico de drogas	(1) Muito bom; (2) Bom; (3) Nem bom nem ruim; (4) Ruim; (5) Muito ruim
	Diminuição do assalto à mão armada	(1) Muito bom; (2) Bom; (3) Nem bom nem ruim; (4) Ruim; (5) Muito ruim
	Atendimento às chamadas de emergências (190)	(1) Muito bom; (2) Bom; (3) Nem bom nem ruim; (4) Ruim; (5) Muito ruim
	Atendimento na delegacia de polícia	(1) Muito bom; (2) Bom; (3) Nem bom nem ruim; (4) Ruim; (5) Muito ruim
	Investigação de crimes	(1) Muito bom; (2) Bom; (3) Nem bom nem ruim; (4) Ruim; (5) Muito ruim
	Manter as ruas do bairro tranquilas	(1) Muito bom; (2) Bom; (3) Nem bom nem ruim; (4) Ruim; (5) Muito ruim
Legalidade	Os policiais militares de São Paulo agem de acordo com a lei?	(1) Sempre; (2) Quase sempre; (3) Às vezes; (4) Raramente; (5) Nunca
	Os policiais civis de São Paulo agem de acordo com a lei?	(1) Sempre; (2) Quase sempre; (3) Às vezes; (4) Raramente; (5) Nunca
	Os policiais de São Paulo agem de acordo com a lei?	(1) Sempre; (2) Quase sempre; (3) Às vezes; (4) Raramente; (5) Nunca

CONTATO INICIADO COM A POLÍCIA		
Conceito	Pergunta(s)	Escala
Contato iniciado	Nos últimos 2 anos, o(a) sr(a) procurou a polícia, no estado de São Paulo por algum motivo?	(1) Sim; (2) Não
Satisfação com o contato	O(a) sr(a) ficou muito satisfeito(a), satisfeito(a), pouco satisfeito(a) ou nada satisfeito(a) com:	
	A rapidez do atendimento, de modo geral?	(1) Muito satisfeito; (2) Satisfeito; (3) Nem satisfeito nem insatisfeito; (4) Pouco satisfeito; (5) Nada satisfeito
	O tratamento recebido?	(1) Muito satisfeito; (2) Satisfeito; (3) Nem satisfeito nem insatisfeito; (4) Pouco satisfeito; (5) Nada satisfeito
	Atenção dada às informações que o(a) sr(a) deu?	(1) Muito satisfeito; (2) Satisfeito; (3) Nem satisfeito nem insatisfeito; (4) Pouco satisfeito; (5) Nada satisfeito
	A explicação sobre as providências?	(1) Muito satisfeito; (2) Satisfeito; (3) Nem satisfeito nem insatisfeito; (4) Pouco satisfeito; (5) Nada satisfeito
	A resolução do problema?	(1) Muito satisfeito; (2) Satisfeito; (3) Nem satisfeito nem insatisfeito; (4) Pouco satisfeito; (5) Nada satisfeito

ABORDAGEM POLICIAL		
Conceito	Pergunta(s)	Escala
Qualidade da abordagem	Na última vez em que a polícia abordou o(a) sr(a) no estado de São Paulo, os policiais:	
	Explicaram, de forma clara, porque o(a) sr(a) estava sendo abordado?	(1) Sim; (2) Não
	Foram educados ao falarem com o(a) sr(a)?	(1) Sim; (2) Não
Satisfação com a abordagem	O tratamento recebido?	(1) Muito satisfeito; (2) Satisfeito; (3) Nem satisfeito nem insatisfeito; (4) Pouco satisfeito; (5) Nada satisfeito
	Atenção dada às informações que o(a) sr(a) deu	(1) Muito satisfeito; (2) Satisfeito; (3) Nem satisfeito nem insatisfeito; (4) Pouco satisfeito; (5) Nada satisfeito

criecon		.0740313	.0284325	2.60	0.009	.0183047	.1297579
escolarid		-.0174522	.0298162	-0.59	0.558	-.0758909	.0409865
Idade		.1258213	.0273663	4.60	0.000	.0721844	.1794582

Measurement							
CL_sm <-							
PJ		.6536662	.0161923	40.37	0.000	.6219298	.6854025
_cons		.9129755	.1056667	8.64	0.000	.7058724	1.120078

JI_sm <-							
PJ		.7541018	.0127259	59.26	0.000	.7291595	.7790442
_cons		1.204408	.1213392	9.93	0.000	.9665877	1.442228

ATI_sm <-							
PJ		.7741946	.0119686	64.69	0.000	.7507365	.7976527
_cons		1.265773	.1245922	10.16	0.000	1.021577	1.509969

TRAT_sm <-							
PJ		.7409343	.0129856	57.06	0.000	.7154831	.7663855
_cons		1.476835	.1207173	12.23	0.000	1.240233	1.713436

EQ_sm <-							
PJ		.7600052	.0124222	61.18	0.000	.7356581	.7843523
_cons		.9102442	.1211068	7.52	0.000	.6728791	1.147609

DimTraf_sm <-							
EFI		.6622015	.0158078	41.89	0.000	.6312187	.6931843
_cons		1.109107	.1132219	9.80	0.000	.8871964	1.331018

DimAssa_sm <-							
EFI		.6949209	.0148377	46.83	0.000	.6658395	.7240022
_cons		1.362168	.1194577	11.40	0.000	1.128036	1.596301

A190_sm <-							
EFI		.6000915	.0174806	34.33	0.000	.5658302	.6343528
_cons		1.570164	.1059039	14.83	0.000	1.362596	1.777732

ADel_sm <-							
EFI		.6620775	.015852	41.77	0.000	.6310081	.6931469
_cons		1.488857	.1148495	12.96	0.000	1.263756	1.713958

Inv_sm <-							
EFI		.7033281	.0145895	48.21	0.000	.6747333	.731923
_cons		1.50921	.1214476	12.43	0.000	1.271177	1.747242

RTranq_sm <-							
EFI		.7213342	.0140257	51.43	0.000	.6938443	.7488241
_cons		1.573835	.124537	12.64	0.000	1.329747	1.817923

var(e.LEGAPOL)		.8846565	.0139706			.857694	.9124666
var(e.legitimidade)		.9121345	.0133052			.8864261	.9385885
var(e.CL_sm)		.5727205	.0211687			.5326978	.6157503
var(e.JI_sm)		.4313304	.0191933			.395306	.4706377
var(e.ATI_sm)		.4006226	.0185321			.3658983	.4386424
var(e.TRAT_sm)		.4510164	.0192429			.4148349	.4903536
var(e.EQ_sm)		.4223921	.0188819			.3869592	.4610695
var(e.DimTraf_sm)		.5614892	.0209359			.521919	.6040594
var(e.DimAssa_sm)		.517085	.020622			.4782058	.5591251
var(e.A190_sm)		.6398902	.0209799			.6000637	.68236
var(e.ADel_sm)		.5616534	.0209905			.5219834	.6043383
var(e.Inv_sm)		.5053295	.0205224			.4666656	.5471968
var(e.RTranq_sm)		.479677	.0202344			.4416134	.5210214
var(e.PJ)		.7511342	.0187568			.7152567	.7888114
var(e.EFI)		.8750714	.0157581			.8447248	.9065081

cov(e.LEGAPOL,e.PJ)		.5563387	.0196453	28.32	0.000	.5178345	.5948428
cov(e.LEGAPOL,e.EFI)		.4318262	.022089	19.55	0.000	.3885325	.4751199
cov(e.PJ,e.EFI)		.5009235	.0233754	21.43	0.000	.4551087	.5467384

LR test of model vs. saturated: chi2(142) =				513.24, Prob > chi2 = 0.0000			

Fit statistic	Value	Description
Likelihood ratio		
chi2_ms(142)	513.239	model vs. saturated
p > chi2	0.000	
chi2_bs(195)	9050.037	baseline vs. saturated
p > chi2	0.000	
Population error		
RMSEA	0.038	Root mean squared error of approximation
90% CI, lower bound	0.035	
upper bound	0.042	
pclose	1.000	Probability RMSEA <= 0.05
Information criteria		
AIC	102005.507	Akaike's information criterion
BIC	102439.918	Bayesian information criterion
Baseline comparison		
CFI	0.958	Comparative fit index
TLI	0.942	Tucker-Lewis index
Size of residuals		
CD	0.297	Coefficient of determination

Note: SRMR is not reported because of missing values.

.

EFEITOS INDIRETOS

Indirect effects

	Coef.	OIM Std. Err.	z	P> z	Std. Coef.
Structural					
PJ <-					
pos_conti	0	(no path)			0
neg_conti	0	(no path)			0
pos_abord	0	(no path)			0
neg_abord	0	(no path)			0
pretopardo	0	(no path)			0
masc	0	(no path)			0
criecon	0	(no path)			0
escolarid	0	(no path)			0
Idade	0	(no path)			0
EFI <-					
pos_conti	0	(no path)			0
neg_conti	0	(no path)			0
pos_abord	0	(no path)			0
neg_abord	0	(no path)			0
pretopardo	0	(no path)			0
masc	0	(no path)			0
criecon	0	(no path)			0
escolarid	0	(no path)			0
Idade	0	(no path)			0
Measurement					
CL_sm <-					
PJ	0	(no path)			0
pos_conti	.3373154	.0674328	5.00	0.000	.0773529
neg_conti	-.4039212	.0737285	-5.48	0.000	-.0841383
pos_abord	.1105131	.0610326	1.81	0.070	.0293802
neg_abord	-.9155923	.0817227	-11.20	0.000	-.1981695
pretopardo	-.1693443	.0468699	-3.61	0.000	-.0551793
masc	.1364648	.0488285	2.79	0.005	.0455491

criecon	-.0082881	.0205758	-0.40	0.687	-.0070311
escolarid	.0006211	.0120357	0.05	0.959	.0009455
Idade	.0137094	.001572	8.72	0.000	.1523182

JI_sm <-					
PJ	0	(no path)			0
pos_conti	.3477151	.0691758	5.03	0.000	.0892382
neg_conti	-.4163745	.0756925	-5.50	0.000	-.0970661
pos_abord	.1139203	.0628081	1.81	0.070	.0338945
neg_abord	-.943821	.0818482	-11.53	0.000	-.2286182
pretopardo	-.1745654	.0481897	-3.62	0.000	-.0636576
masc	.1406722	.0502432	2.80	0.005	.0525477
criecon	-.0085436	.0212099	-0.40	0.687	-.0081114
escolarid	.0006402	.0124067	0.05	0.959	.0010907
Idade	.0141321	.0015945	8.86	0.000	.1757218

ATI_sm <-					
PJ	0	(no path)			0
pos_conti	.3704238	.0734512	5.04	0.000	.0916159
neg_conti	-.4435671	.0806346	-5.50	0.000	-.0996524
pos_abord	.1213602	.0669303	1.81	0.070	.0347976
neg_abord	-1.00546	.0869206	-11.57	0.000	-.2347096
pretopardo	-.1859659	.0512567	-3.63	0.000	-.0653537
masc	.1498592	.0534446	2.80	0.005	.0539478
criecon	-.0091016	.0225959	-0.40	0.687	-.0083275
escolarid	.000682	.0132173	0.05	0.959	.0011198
Idade	.015055	.0016976	8.87	0.000	.1804039

TRAT_sm <-					
PJ	0	(no path)			0
pos_conti	.3620464	.0719094	5.03	0.000	.08768
neg_conti	-.4335356	.0787308	-5.51	0.000	-.0953713
pos_abord	.1186156	.0654331	1.81	0.070	.0333026
neg_abord	-.9827211	.086243	-11.39	0.000	-.2246262
pretopardo	-.1817602	.0502258	-3.62	0.000	-.0625461
masc	.14647	.052192	2.81	0.005	.0516301
criecon	-.0088958	.0220858	-0.40	0.687	-.0079698
escolarid	.0006666	.0129184	0.05	0.959	.0010717
Idade	.0147146	.0016695	8.81	0.000	.1726535

EQ_sm <-					
PJ	0	(no path)			0
pos_conti	.396281	.0786962	5.04	0.000	.0899368
neg_conti	-.4745301	.086065	-5.51	0.000	-.097826
pos_abord	.1298317	.0715786	1.81	0.070	.0341598
neg_abord	-1.075646	.0931798	-11.54	0.000	-.2304079
pretopardo	-.1989472	.0549474	-3.62	0.000	-.0641559
masc	.16032	.0571819	2.80	0.005	.0529591
criecon	-.0097369	.0241675	-0.40	0.687	-.0081749
escolarid	.0007296	.0141399	0.05	0.959	.0010993
Idade	.0161059	.001823	8.83	0.000	.1770974

DimTraf_sm <-					
EFI	0	(no path)			0
pos_conti	.1640112	.0562487	2.92	0.004	.0486292
neg_conti	-.5143751	.0630427	-8.16	0.000	-.1385352
pos_abord	-.0684179	.0512084	-1.34	0.182	-.0235176
neg_abord	-.3368476	.0655941	-5.14	0.000	-.0942651
pretopardo	-.0866277	.0391663	-2.21	0.027	-.036496
masc	.0892066	.0407787	2.19	0.029	.038498
criecon	.0446946	.0172442	2.59	0.010	.0490237
escolarid	-.0058714	.0100364	-0.59	0.559	-.0115569
Idade	.0058	.0012792	4.53	0.000	.0833191

DimAssa_sm <-					
EFI	0	(no path)			0
pos_conti	.1715156	.0587032	2.92	0.003	.051032
neg_conti	-.5379107	.0654455	-8.22	0.000	-.1453802
pos_abord	-.0715484	.0535114	-1.34	0.181	-.0246796
neg_abord	-.3522603	.0684847	-5.14	0.000	-.0989228
pretopardo	-.0905914	.0409313	-2.21	0.027	-.0382993
masc	.0932883	.042625	2.19	0.029	.0404002
criecon	.0467397	.0180399	2.59	0.010	.0514459
escolarid	-.0061401	.0104935	-0.59	0.558	-.0121279
Idade	.0060654	.0013398	4.53	0.000	.0874359

A190_sm <-						
EFI		0	(no path)			0
pos_conti		.1502255	.0517006	2.91	0.004	.0440681
neg_conti		-.4711401	.0583525	-8.07	0.000	-.1255415
pos_abord		-.0626671	.0469061	-1.34	0.182	-.0213118
neg_abord		-.3085344	.0606225	-5.09	0.000	-.0854237
pretopardo		-.0793463	.0358877	-2.21	0.027	-.0330729
masc		.0817084	.0373832	2.19	0.029	.0348872
criecon		.0409379	.0158209	2.59	0.010	.0444256
escolarid		-.0053779	.0091873	-0.59	0.558	-.0104729
Idade		.0053125	.0011822	4.49	0.000	.0755043

ADel_sm <-						
EFI		0	(no path)			0
pos_conti		.1595362	.0549015	2.91	0.004	.0486201
neg_conti		-.5003405	.0615005	-8.14	0.000	-.1385092
pos_abord		-.0665511	.0497937	-1.34	0.181	-.0235132
neg_abord		-.3276568	.0641499	-5.11	0.000	-.0942475
pretopardo		-.084264	.0381002	-2.21	0.027	-.0364892
masc		.0867726	.0396136	2.19	0.028	.0384908
criecon		.0434751	.0167839	2.59	0.010	.0490145
escolarid		-.0057112	.0097612	-0.59	0.558	-.0115547
Idade		.0056418	.0012436	4.54	0.000	.0833035

Inv_sm <-						
EFI		0	(no path)			0
pos_conti		.1620418	.0555369	2.92	0.004	.0516494
neg_conti		-.5081987	.0619021	-8.21	0.000	-.147139
pos_abord		-.0675963	.0505874	-1.34	0.181	-.0249782
neg_abord		-.3328029	.0648076	-5.14	0.000	-.1001196
pretopardo		-.0855875	.0386631	-2.21	0.027	-.0387626
masc		.0881354	.0402354	2.19	0.028	.040889
criecon		.0441579	.0170456	2.59	0.010	.0520683
escolarid		-.0058009	.0099118	-0.59	0.558	-.0122746
Idade		.0057304	.0012639	4.53	0.000	.0884937

RTranq_sm <-						
EFI		0	(no path)			0
pos_conti		.1766556	.0605098	2.92	0.004	.0529716
neg_conti		-.5540307	.0672588	-8.24	0.000	-.150906
pos_abord		-.0736925	.055075	-1.34	0.181	-.0256177
neg_abord		-.3628168	.0705689	-5.14	0.000	-.1026827
pretopardo		-.0933062	.0421471	-2.21	0.027	-.039755
masc		.0960839	.0438758	2.19	0.029	.0419358
criecon		.0481403	.0185761	2.59	0.010	.0534013
escolarid		-.0063241	.0108065	-0.59	0.558	-.0125889
Idade		.0062472	.0013798	4.53	0.000	.0907592

Structural						
LEGAPOL <-						
pos_conti		0	(no path)			0
neg_conti		0	(no path)			0
pos_abord		0	(no path)			0
neg_abord		0	(no path)			0
pretopardo		0	(no path)			0
masc		0	(no path)			0
criecon		0	(no path)			0
escolarid		0	(no path)			0
Idade		0	(no path)			0

legitimidade <-						
LEGAPOL		0	(no path)			0
PJ		0	(no path)			0
EFI		0	(no path)			0
pos_conti		.0778629	.0176725	4.41	0.000	.0316191
neg_conti		-.1306237	.02297	-5.69	0.000	-.0481834
pos_abord		.0116565	.0151364	0.77	0.441	.0054876
neg_abord		-.1996518	.0293286	-6.81	0.000	-.076522
pretopardo		-.0399899	.0116344	-3.44	0.001	-.0230746
masc		.0342087	.0118219	2.89	0.004	.0202197
criecon		.0045823	.0051067	0.90	0.370	.0068837
escolarid		-.0003222	.0028082	-0.11	0.909	-.0008686
Idade		.0031629	.0004931	6.41	0.000	.0622296

EFEITOS TOTAIS

		Coef.	OIM Std. Err.	z	P> z	Std. Coef.
Structural						
PJ <-						
	pos_conti	.0504246	.0153913	3.28	0.001	.1183371
	neg_conti	-.0603814	.017786	-3.39	0.001	-.1287176
	pos_abord	.0165204	.0098855	1.67	0.095	.0449468
	neg_abord	-.1368701	.0338475	-4.04	0.000	-.3031662
	pretopardo	-.025315	.0091197	-2.78	0.006	-.0844151
	masc	.0203999	.00866	2.36	0.018	.0696825
	criecon	-.001239	.0030885	-0.40	0.688	-.0107564
	escolarid	.0000928	.0017993	0.05	0.959	.0014464
	Idade	.0020494	.0005287	3.88	0.000	.2330214
EFI <-						
	pos_conti	.1640112	.0562487	2.92	0.004	.0734357
	neg_conti	-.5143751	.0630427	-8.16	0.000	-.209204
	pos_abord	-.0684179	.0512084	-1.34	0.182	-.0355143
	neg_abord	-.3368476	.0655941	-5.14	0.000	-.1423511
	pretopardo	-.0866277	.0391663	-2.21	0.027	-.0551131
	masc	.0892066	.0407787	2.19	0.029	.0581365
	criecon	.0446946	.0172442	2.59	0.010	.0740313
	escolarid	-.0058714	.0100364	-0.59	0.559	-.0174522
	Idade	.0058	.0012792	4.53	0.000	.1258213
Measurement						
CL_sm <-						
	PJ	6.689497	1.56973	4.26	0.000	.6536662
	pos_conti	.3373154	.0674328	5.00	0.000	.0773529
	neg_conti	-.4039212	.0737285	-5.48	0.000	-.0841383
	pos_abord	.1105131	.0610326	1.81	0.070	.0293802
	neg_abord	-.9155923	.0817227	-11.20	0.000	-.1981695
	pretopardo	-.1693443	.0468699	-3.61	0.000	-.0551793
	masc	.1364648	.0488285	2.79	0.005	.0455491
	criecon	-.0082881	.0205758	-0.40	0.687	-.0070311
	escolarid	.0006211	.0120357	0.05	0.959	.0009455
	Idade	.0137094	.001572	8.72	0.000	.1523182
JI_sm <-						
	PJ	6.895741	1.612294	4.28	0.000	.7541018
	pos_conti	.3477151	.0691758	5.03	0.000	.0892382
	neg_conti	-.4163745	.0756925	-5.50	0.000	-.0970661
	pos_abord	.1139203	.0628081	1.81	0.070	.0338945
	neg_abord	-.943821	.0818482	-11.53	0.000	-.2286182
	pretopardo	-.1745654	.0481897	-3.62	0.000	-.0636576
	masc	.1406722	.0502432	2.80	0.005	.0525477
	criecon	-.0085436	.0212099	-0.40	0.687	-.0081114
	escolarid	.0006402	.0124067	0.05	0.959	.0010907
	Idade	.0141321	.0015945	8.86	0.000	.1757218
ATI_sm <-						
	PJ	7.346088	1.716212	4.28	0.000	.7741946
	pos_conti	.3704238	.0734512	5.04	0.000	.0916159
	neg_conti	-.4435671	.0806346	-5.50	0.000	-.0996524
	pos_abord	.1213602	.0669303	1.81	0.070	.0347976
	neg_abord	-1.00546	.0869206	-11.57	0.000	-.2347096
	pretopardo	-.1859659	.0512567	-3.63	0.000	-.0653537
	masc	.1498592	.0534446	2.80	0.005	.0539478
	criecon	-.0091016	.0225959	-0.40	0.687	-.0083275
	escolarid	.000682	.0132173	0.05	0.959	.0011198
	Idade	.015055	.0016976	8.87	0.000	.1804039
TRAT_sm <-						
	PJ	7.179953	1.676376	4.28	0.000	.7409343
	pos_conti	.3620464	.0719094	5.03	0.000	.08768
	neg_conti	-.4335356	.0787308	-5.51	0.000	-.0953713
	pos_abord	.1186156	.0654331	1.81	0.070	.0333026
	neg_abord	-.9827211	.086243	-11.39	0.000	-.2246262
	pretopardo	-.1817602	.0502258	-3.62	0.000	-.0625461
	masc	.14647	.052192	2.81	0.005	.0516301
	criecon	-.0088958	.0220858	-0.40	0.687	-.0079698
	escolarid	.0006666	.0129184	0.05	0.959	.0010717
	Idade	.0147146	.0016695	8.81	0.000	.1726535

```

-----
EQ_sm <- |
      PJ | 7.858879 1.833605 4.29 0.000 .7600052
      pos_conti | .396281 .0786962 5.04 0.000 .0899368
      neg_conti | -.4745301 .086065 -5.51 0.000 -.097826
      pos_abord | .1298317 .0715786 1.81 0.070 .0341598
      neg_abord | -1.075646 .0931798 -11.54 0.000 -.2304079
      pretopardo | -.1989472 .0549474 -3.62 0.000 -.0641559
      masc | .16032 .0571819 2.80 0.005 .0529591
      criecon | -.0097369 .0241675 -0.40 0.687 -.0081749
      escolarid | .0007296 .0141399 0.05 0.959 .0010993
      Idade | .0161059 .001823 8.83 0.000 .1770974
-----
DimTraf_sm <- |
      EFI | 1 (constrained) .6622015
      pos_conti | .1640112 .0562487 2.92 0.004 .0486292
      neg_conti | -.5143751 .0630427 -8.16 0.000 -.1385352
      pos_abord | -.0684179 .0512084 -1.34 0.182 -.0235176
      neg_abord | -.3368476 .0655941 -5.14 0.000 -.0942651
      pretopardo | -.0866277 .0391663 -2.21 0.027 -.036496
      masc | .0892066 .0407787 2.19 0.029 .038498
      criecon | .0446946 .0172442 2.59 0.010 .0490237
      escolarid | -.0058714 .0100364 -0.59 0.559 -.0115569
      Idade | .0058 .0012792 4.53 0.000 .0833191
-----
DimAssa_sm <- |
      EFI | 1.045756 .0417239 25.06 0.000 .6949209
      pos_conti | .1715156 .0587032 2.92 0.003 .051032
      neg_conti | -.5379107 .0654455 -8.22 0.000 -.1453802
      pos_abord | -.0715484 .0535114 -1.34 0.181 -.0246796
      neg_abord | -.3522603 .0684847 -5.14 0.000 -.0989228
      pretopardo | -.0905914 .0409313 -2.21 0.027 -.0382993
      masc | .0932883 .042625 2.19 0.029 .0404002
      criecon | .0467397 .0180399 2.59 0.010 .0514459
      escolarid | -.0061401 .0104935 -0.59 0.558 -.0121279
      Idade | .0060654 .0013398 4.53 0.000 .0874359
-----
A190_sm <- |
      EFI | .9159466 .0426446 21.48 0.000 .6000915
      pos_conti | .1502255 .0517006 2.91 0.004 .0440681
      neg_conti | -.4711401 .0583525 -8.07 0.000 -.1255415
      pos_abord | -.0626671 .0469061 -1.34 0.182 -.0213118
      neg_abord | -.3085344 .0606225 -5.09 0.000 -.0854237
      pretopardo | -.0793463 .0358877 -2.21 0.027 -.0330729
      masc | .0817084 .0373832 2.19 0.029 .0348872
      criecon | .0409379 .0158209 2.59 0.010 .0444256
      escolarid | -.0053779 .0091873 -0.59 0.558 -.0104729
      Idade | .0053125 .0011822 4.49 0.000 .0755043
-----
ADel_sm <- |
      EFI | .9727152 .0418142 23.26 0.000 .6620775
      pos_conti | .1595362 .0549015 2.91 0.004 .0486201
      neg_conti | -.5003405 .0615005 -8.14 0.000 -.1385092
      pos_abord | -.0665511 .0497937 -1.34 0.181 -.0235132
      neg_abord | -.3276568 .0641499 -5.11 0.000 -.0942475
      pretopardo | -.084264 .0381002 -2.21 0.027 -.0364892
      masc | .0867726 .0396136 2.19 0.028 .0384908
      criecon | .0434751 .0167839 2.59 0.010 .0490145
      escolarid | -.0057112 .0097612 -0.59 0.558 -.0115547
      Idade | .0056418 .0012436 4.54 0.000 .0833035
-----
Inv_sm <- |
      EFI | .9879923 .0395551 24.98 0.000 .7033281
      pos_conti | .1620418 .0555369 2.92 0.004 .0516494
      neg_conti | -.5081987 .0619021 -8.21 0.000 -.147139
      pos_abord | -.0675963 .0505874 -1.34 0.181 -.0249782
      neg_abord | -.3328029 .0648076 -5.14 0.000 -.1001196
      pretopardo | -.0855875 .0386631 -2.21 0.027 -.0387626
      masc | .0881354 .0402354 2.19 0.028 .040889
      criecon | .0441579 .0170456 2.59 0.010 .0520683
      escolarid | -.0058009 .0099118 -0.59 0.558 -.0122746
      Idade | .0057304 .0012639 4.53 0.000 .0884937
-----
RTranq_sm <- |
      EFI | 1.077095 .0425407 25.32 0.000 .7213342
      pos_conti | .1766556 .0605098 2.92 0.004 .0529716

```

neg_conti		-.5540307	.0672588	-8.24	0.000	-.150906
pos_abord		-.0736925	.055075	-1.34	0.181	-.0256177
neg_abord		-.3628168	.0705689	-5.14	0.000	-.1026827
pretopardo		-.0933062	.0421471	-2.21	0.027	-.039755
masc		.0960839	.0438758	2.19	0.029	.0419358
criecon		.0481403	.0185761	2.59	0.010	.0534013
escolarid		-.0063241	.0108065	-0.59	0.558	-.0125889
Idade		.0062472	.0013798	4.53	0.000	.0907592

Structural						
LEGAPOL <-						
pos_conti		.2374962	.0759243	3.13	0.002	.0723573
neg_conti		-.2994258	.0826709	-3.62	0.000	-.0828651
pos_abord		.0863608	.0691861	1.25	0.212	.030503
neg_abord		-.6688847	.0882474	-7.58	0.000	-.1923406
pretopardo		-.1305838	.0534382	-2.44	0.015	-.0565301
masc		.097764	.0552862	1.77	0.077	.0433534
criecon		.0180671	.0235389	0.77	0.443	.0203629
escolarid		.0074778	.0137092	0.55	0.585	.0151242
Idade		.0124328	.001733	7.17	0.000	.1835215

legitimidade <-						
LEGAPOL		.0354955	.0237757	1.49	0.135	.0473115
PJ		1	(constrained)			.1730378
EFI		.115896	.0369663	3.14	0.002	.1051124
pos_conti		.0899551	.0587714	1.53	0.126	.0365296
neg_conti		-.0794716	.064469	-1.23	0.218	-.0293149
pos_abord		-.1630156	.0536219	-3.04	0.002	-.0767448
neg_abord		-.3207253	.0682458	-4.70	0.000	-.1229267
pretopardo		.0363486	.0409674	0.89	0.375	.0209735
masc		.0468697	.0426104	1.10	0.271	.0277032
criecon		.0198524	.0180087	1.10	0.270	.0298235
escolarid		.0105249	.0105073	1.00	0.316	.0283733
Idade		.0030589	.0013308	2.30	0.022	.0601835

Anexo 3 - Respostas sobre o porquê obedecer ou não obedecer a polícia

quest	P24	P24A	Categoria
1	Não devem ser obedecidas	LEIS NÃO PROTEGEM A GENTE EM NADA	Não devem ser obedecidas
2	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO ELES SERÃO PUNIDOS	Coerção
3	Devem ser obedecidas	NA	Missing
4	Devem ser obedecidas	SE NÃO OBEDECEREM AS LEIS O MUNDO VIRA UMA BAGUNÇA, UMA PESSOA MATANDO A OUTRA	Consentimento
5	Devem ser obedecidas	PORQUE A LEI FOI FEITA. DEUS COLOCOU NO MUNDO NA MÃO DO HOMEM QUE CRIOU A LEI PARA SER SEGUIDA MESMO ACHANDO FALHA	Consentimento
6	Devem ser obedecidas	PORQUE MESMO QUE ESTEJA ERRADO DEVEMOS CONCORDAR	Consentimento
7	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI TEM QUE RESPEITAR	Consentimento
8	Não devem ser obedecidas	A LEI TEM QUE SER DIGNA PARA SER OBEDECIDA	Não devem ser obedecidas
9	Não sabe		Missing
10	Não devem ser obedecidas		Não devem ser obedecidas
11	Devem ser obedecidas	SE NÃO ELES BATEM	Coerção
12	Devem ser obedecidas	NA	Missing
13	Não devem ser obedecidas	SE EU NÃO CONCORDO NÃO TEM COMO ACATAR	Não devem ser obedecidas
14	Não devem ser obedecidas	PORQUE A LEI TEM DEVERIA SER IGUAL PARA TODOS	Não devem ser obedecidas
15	Devem ser obedecidas		Missing
16	Devem ser obedecidas	A LEI TEM QUE PREVALECER ACIMA DE TUDO	Consentimento
17	Devem ser obedecidas	NA	Missing
18	Devem ser obedecidas	NA	Missing
19	Devem ser obedecidas	PORQUE ACHO QUE TEM QUE FAZER A VONTADE DA POPULAÇÃO NÃO SÓ A VONTADE DELES	Missing
20	Devem ser obedecidas	TEM FAZER O QUÊ NÃO ADIANTA DISCORDAR PORQUE A MAIORIA CONCORDA A MINHA OPINIÃO NÃO VAI VALER MUITO	Resignação
21	Devem ser obedecidas	FOI FEITA PARA SER OBEDECIDA POR FALAR DE OPÇÃO SE NÃO CUMPRIR AS LEIS VAI SER PUNIDO	Coerção
22	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO OBEDECER VOCÊ SE LASCA E A CORDA ARREBENTA PARA O LADO MAIS FRACO	Coerção
23	Devem ser obedecidas	PORQUE AS LEIS NÃO É UMA OPINIÃO PRÓPRIA E SIM DE TODOS E DEVE OBEDECER À LEI NÃO FOI FEITA SÓ PARA UMA PESSOA	Consentimento
24	Devem ser obedecidas	PORQUE DEPENDENDO DA LEI QUE FOI APROVADA É PARA MELHOR	Consentimento
25	Devem ser obedecidas	PORQUE ELAS CUIDAM DA GENTE E NOS PROTEGEM	Consentimento
26	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI TEM QUE SER CUMPRIDA DISSE QUE TEM QUE OBEDECER ÀS LEIS	Consentimento

27	Devem ser obedecidas	PORQUE EVITA CONFLITOS	Consentimento
28	Devem ser obedecidas	PORQUE TEM QUE SEGUIR A LEI. É O CERTO SE TODOS SEGUIREM	Consentimento
29	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO VIRA BAGUNÇA	Consentimento
30	Devem ser obedecidas	PORQUE É BOM VIVER EM SOCIEDADE AS LEIS ME GARANTE ISSO	Consentimento
31	Devem ser obedecidas	PORQUE TODO CIDADÃO DEVE OBEDECER À LEI	Consentimento
32	Devem ser obedecidas	PORQUE ESTIPULA UM LIMITE. DESDE QUE NÃO PREJUDIQUE NINGUÉM	Consentimento
33	Devem ser obedecidas	SOMOS OBRIGADO A OBEDECER	Consentimento
34	Devem ser obedecidas	PORQUE ESTANDO CERTO OU ERRADO TEM OBEDECER	Consentimento
35	Devem ser obedecidas	PORQUE AS LEIS PODEM TE AJUDAR QUANDO VOCÊ PRECISA	Consentimento
36	Devem ser obedecidas	PORQUE SENÃO A GENTES PUNIDAS POR ISSO	Coerção
37	Devem ser obedecidas	NUMA QUESTÃO CULTURAL DEVEMOS SEGUIR AS LEIS POR SEREM AUTORIDADES	Consentimento
38	Devem ser obedecidas	NA	Missing
39	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI TEM QUE SER OBEDECIDA SENÃO SEREI PUNIDO	Coerção
40	Devem ser obedecidas	NA	Missing
41	Devem ser obedecidas	NA	Missing
42	Devem ser obedecidas	TEM QUE APRENDER A OBEDECER ÀS REGRAS MESMO NÃO ACHANDO CERTO	Consentimento
43	Devem ser obedecidas		Missing
44	Devem ser obedecidas	PORQUE AS LEIS DEVEM SER APLICADAS IGUALMENTE PARA TODO MUNDO E DEVEM SER OBEDECIDAS PARA NÃO VIRAR MAIS BAGUNÇA	Consentimento
45	Devem ser obedecidas	A LEI A GENTE NÃO PODE FAZER NADA CONTRA ELA NÃO PODE SER INFLIGIDA À LEI É PARA SER CUMPRIDA	Resignação
46	Devem ser obedecidas	A GENTE NÃO VAI DISCUTIR COM A LEI PORQUE VAI SER DESACATO	Coerção
47	Devem ser obedecidas	PORQUE DEVEM TER REGRAS NA SOCIEDADE PARA RESOLVER OS PROBLEMAS	Consentimento
48	Não devem ser obedecidas	NA	Não devem ser obedecidas
49	Devem ser obedecidas	PORQUE TEMOS QUE OBEDECER ÀS AUTORIDADES	Consentimento
50	Devem ser obedecidas	PORQUE LEI É LEI. DEVEM SER OBEDECIDAS	Consentimento
51	Devem ser obedecidas	PARA EVITAR AS BRIGAS, PROBLEMAS E PARA MELHORAR A VIDA PRÓXIMO	Consentimento
52	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI, SE FOR CONTRA A GENTE E JULGADO POR ISSO	Coerção
53	Não devem ser obedecidas	PORQUE ÀS VEZES VOCÊ S FICA IMPOTENTE, E FICA REVOLTADO COM A IMPUNIDADE QUESTIONANDO SE ISTO É LEI	Não devem ser obedecidas
54	Devem ser obedecidas		Missing
55	Devem ser obedecidas	SE NÃO OBEDECER, DEPENDENDO DA LEI A GENTE PODE ATÉ SER PRESO	Coerção
56	Não sabe		Missing

57	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI, SE NÃO OBEDECER É DESACATO E POSSO ATÉ SER PRESO	Coerção
58	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI A GENTE TEM QUE CUMPRIR MESMO SENDO FRACA A GENTE TEM QUE OBEDECER DE ALGUMA MANEIRA	Consentimento
59	Devem ser obedecidas	PORQUE VOCÊ NÃO OBEDECER VIRA UM CAOS	Consentimento
60	Devem ser obedecidas	SE NINGUÉM RESPEITAR AS LEIS TODO MUNDO FARIA O QUE PENSA AI O MUNDO SERIA UM CAOS	Consentimento
61	Devem ser obedecidas	SE É LEI A GENTE TEM QUE OBEDECER MESMO EU NÃO CONCORDANDO COM ELA	Consentimento
62	Devem ser obedecidas	É LEI TEM QUE SER OBEDECIDA	Consentimento
63	Não sabe		Missing
64	Não sabe		Missing
65	Devem ser obedecidas	PORQUE SE TODOS DESOBEDECEREM À LEI VAI VIRAR UM CAOS	Consentimento
66	Não sabe		Missing
67	Devem ser obedecidas	PELA RAZÃO DE RESPEITAR AS LEIS, APESAR DELAS NEM SEMPRE SEREM CORRETA MAS DEVEMOS RESPEITAR	Consentimento
68	Devem ser obedecidas		Missing
69	Devem ser obedecidas		Missing
70	Não devem ser obedecidas	NA	Não devem ser obedecidas
71	Devem ser obedecidas	PORQUE ELES SÃO AUTORIDADES. TEM OBEDECER	Consentimento
72	Devem ser obedecidas	NA	Missing
73	Não sabe		Missing
74	Devem ser obedecidas	NA	Missing
75	Devem ser obedecidas	PORQUE AS LEIS DEVEM SER RESPEITADAS. ÀS VEZES UMA PESSOA MATA OU PREJUDICA ALGUÉM QUE AGIU ERRADO.	Consentimento
76	Devem ser obedecidas	NA	Missing
77	Não sabe		Missing
78	Devem ser obedecidas	LEIS NÃO SÃO FEITA POR UM SÓ E FEITA PARA O BEM COMUM. ÀS LEIS TEM QUE SER CUMPRIDAS, SE NÃO TIVESSE LEIS ISSO AQUI SERIA UM FAROESTE	Consentimento
79	Devem ser obedecidas	NA	Missing
80	Não sabe		Missing
81	Devem ser obedecidas	NÃO SEI COMO EXPLICAR MAS DEVEM SER OBEDECIDAS	Consentimento
82	Devem ser obedecidas	PORQUE SE A GENTE VAI POR UM CAMINHO CERTO E MELHOR. AS LEIS TEM QUE SER OBEDECIDAS	Consentimento
83	Não sabe		Missing
84	Devem ser obedecidas	É UMA HIERARQUIA TEM QUE CUMPRIR, VAI TER QUE LUTAR PARA MUDAR	Consentimento
85	Não devem ser obedecidas	NA	Não devem ser obedecidas
86	Não devem ser obedecidas		Não devem ser obedecidas

87	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO CUMPRIR A LEI SOMOS PUNIDOS	Coerção
88	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO OBEDECER VIRA BAGUNÇA	Consentimento
89	Devem ser obedecidas	PORQUE TEMOS QUE OBEDECER ÀS AUTORIDADES	Consentimento
90	Devem ser obedecidas	NA	Missing
91	Devem ser obedecidas	POR MOTIVO DE FORÇA MAIOR PORQUE SOMO OBRIGADOS A SEGUIR	Resignação
92	Não devem ser obedecidas	MUITAS VEZES EU FAÇO A PRÓPRIA JUSTIÇA PARA ME DEFENDER VALE MAIS DO QUE ESPERAR A LEI AGIR	Não devem ser obedecidas
93	Devem ser obedecidas		Missing
94	Devem ser obedecidas		Missing
95	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO OBEDECER SEREMOS PUNIDOS	Coerção
96	Devem ser obedecidas	PORQUE SE TODO MUNDO RESOLVER DISCORDAR DAS LEIS VIRA UMA BAGUNÇA	Consentimento
97	Devem ser obedecidas	PORQUE SOMOS OBRIGADOS A OBEDECER	Resignação
98	Devem ser obedecidas		Missing
99	Devem ser obedecidas	PORQUE ASSIM ANDAMOS CORRETAMENTE	Consentimento
100	Devem ser obedecidas	FEITA PARA TENTAR MUDAR BRASIL. VER SE MELHORA O BRASIL	Consentimento
101	Devem ser obedecidas	PARA NÃO SE TORNAR UM INFRATOR DA LEI. UM MARGINAL	Coerção
102	Devem ser obedecidas	PORQUE SÃO LEIS DEVEM SER OBEDECIDAS	Consentimento
103	Devem ser obedecidas	PORQUE LEI É LEI E DEVE SER SEGUIDA	Consentimento
104	Devem ser obedecidas	TEM QUE SER POR SE NAS SOMOS PRESOS	Coerção
105	Devem ser obedecidas	PORQUE MESMO QUE EU NÃO CONCORDE EU TEM QUE ACEITAR	Consentimento
106	Devem ser obedecidas	PORQUE SE TRATA DE UMA LEI SENDO ELA BOA OU RUIM TEM QUE OBEDECER	Consentimento
107	Devem ser obedecidas	PORQUE SÃO LEIS TEM QUE SER OBEDECIDAS	Consentimento
108	Devem ser obedecidas	PORQUE É O CERTO SE VOCÊ NÃO OBEDECER ÀS LEIS VOCÊ PODE SER JUGADA POR ISSO	Coerção
109	Devem ser obedecidas	PORQUE LEIS FORAM FEITAS PARA SEREM CUMPRIDAS	Consentimento
110	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO TIVESSE LEI SERIA PIOR. IRIA PRESO	Coerção
111	Devem ser obedecidas	PORQUE SÃO LEIS E TEM QUE SEREM CUMPRIDAS	Consentimento
112	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO ESTIVESSE ÀS LEIS O MUNDO SERIA UM CAOS, MESMO QUE ELAS NÃO FUNCIONEM	Consentimento
113	Devem ser obedecidas	PORQUE A LEI É IGUAL PARA TODOS. TEM QUE SER CUMPRIDA	Consentimento
114	Devem ser obedecidas	PARA NINGUÉM IR PRESO.	Coerção
115	Não devem ser obedecidas	POR CAUSA DA INJUSTIÇA	Não devem ser obedecidas
116	Devem ser obedecidas	PARA TER PARÂMETROS DE CONDUTA EM SOCIEDADE	Consentimento

117	Devem ser obedecidas	SE É LEI TEM QUE SER CUMPRIDA POR TODOS	Consentimento
118	Devem ser obedecidas	EM PROL DA SOCIEDADE A LEI É PARA TODOS	Consentimento
119	Devem ser obedecidas	NA	Missing
120	Devem ser obedecidas	NA	Missing
121	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI É LEI	Consentimento
122	Não devem ser obedecidas	PORQUE NÃO CONHEÇO AS LEIS. SE ESTIVER NA RAZÃO NÃO TEM PORQUE OBEDECER	Não devem ser obedecidas
123	Não devem ser obedecidas	PORQUE A LEI É UMA INJUSTIÇA COM O POVO	Não devem ser obedecidas
124	Devem ser obedecidas	PORQUE QUANDO NÃO AGIMOS DENTRO DA LEI COLOCAMOS A NOSSA VIDA OU DOS OUTROS EM RISCO	Consentimento
125	Devem ser obedecidas	PORQUE É UMA SEGURANÇA	Consentimento
126	Não sabe		Missing
127	Devem ser obedecidas	PORQUE É UMA LEI	Consentimento
128	Devem ser obedecidas	NÃO SEI	Missing
129	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI	Consentimento
130	Devem ser obedecidas	NA	Missing
131	Devem ser obedecidas	PORQUE AS LEIS NÃO SÃO FEITAS DE UMA FORMA GERAL PARA TODOS	Consentimento
132	Devem ser obedecidas	PORQUE É AUTORIDADE E SE A AGENTE NÃO CUMPRI, CAUSA UMA DESORDEM MAIOR	Consentimento
133	Devem ser obedecidas	NA	Missing
134	Devem ser obedecidas		Missing
135	Devem ser obedecidas	NA	Missing
136	Devem ser obedecidas	OBEDECER PORQUE TUDO FICA CERTO SE VOCÊ OBEDECER VOCÊ PODE ATÉ MORRER	Coerção
137	Devem ser obedecidas	NA	Missing
138	Devem ser obedecidas		Missing
139	Devem ser obedecidas		Missing
140	Devem ser obedecidas	TEM MUITA LEI QUE DEVIA SER MUDADA ATÉ NÃO MUDAREM TEM QUE OBEDECER	Consentimento
141	Não devem ser obedecidas	NA	Não devem ser obedecidas
142	Devem ser obedecidas		Missing
143	Devem ser obedecidas	PORQUE AS LEIS FORAM FEITAS PARA ISSO COLOCAR AS REGRAS PARA AS PESSOAS SEGUIREM	Consentimento
144	Devem ser obedecidas	AS LEIS DEVEM SER CUMPRIDAS, POIS É OBRIGAÇÃO DE TODA POPULAÇÃO	Consentimento
145	Devem ser obedecidas	ELAS FORAM FEITAS PARA SEREM OBEDECIDAS E CUMPRIDAS E ISSO QUE SIGNIFICA LEI	Consentimento
146	Devem ser obedecidas		Missing

147	Devem ser obedecidas	PORQUE ELAS SÃO FEITAS PARA SEREM CUMPRIDAS POR TODOS	Consentimento
148	Devem ser obedecidas	É O QUE REGE NOSSA SOCIEDADE TEMOS QUE OBEDECER	Consentimento
149	Devem ser obedecidas	RESPEITAR AS LEIS	Consentimento
150	Devem ser obedecidas	TEMOS QUE OBEDECER NOSSAS LEIS	Consentimento
151	Devem ser obedecidas	NOSSAS LEIS TEM QUE MUDAR MAS ENQUANTO NÃO MUDA TEMOS QUE RESPEITAR	Consentimento
152	Devem ser obedecidas	TEMOS QUE OBEDECER NOSSAS LEIS	Consentimento
153	Devem ser obedecidas	TEM QUE RESPEITAR AS LEIS	Consentimento
154	Devem ser obedecidas	RESPEITAR AS LEIS MAS ELAS ESTÃO ULTRAPASSADAS	Consentimento
155	Devem ser obedecidas	POR CAUSA DA ORDEM EM GERAL DO PAIS	Consentimento
156	Devem ser obedecidas	PRINCIPALMENTE NO TRANSITO PARA EVITAR TODO DE ACIDENTE TEM QUE OBEDECER AS LEIS	Consentimento
157	Não sabe		Missing
158	Devem ser obedecidas	TEMOS QUE OBEDECER AS LEIS QUE ESTÃO EM VIGÊ NCIA POREM A NECESSIDADE DE ATUALIZAR AS MESMAS	Consentimento
159	Não sabe		Missing
160	Devem ser obedecidas	AS LEIS DIRECIONAM A SOCIEDADE PARA QUE HAJA UMA ORDEM COMUM	Consentimento
161	Não sabe		Missing
162	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI, MESMO QUE EXISTE SÓ PARA O POBRE SER PRESO	Resignação
163	Devem ser obedecidas	NA	Missing
164	Devem ser obedecidas	PORQUE TEM QUE CUMPRIR ALEI	Consentimento
165	Devem ser obedecidas	PORQUE DEVEMOS SEGUIR AS LEI	Consentimento
166	Devem ser obedecidas	POIS SE NÃO OBEDECER E PUNIDO	Coerção
167	Devem ser obedecidas	LEI É LEI TEM QUE SER CUMPRIDA NÃO ADIANTA IR CONTRA ELA	Consentimento
168	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI	Consentimento
169	Devem ser obedecidas	NA	Missing
170	Devem ser obedecidas		Missing
171	Devem ser obedecidas	AS LEIS SÃO IMPOSTAS PELOS GOVERNANTES SE VOCÊ NÃO SEGUIR PROVAVELMENTE TOMARA ALGUMA MULTA COM CERTEZA	Coerção
172	Devem ser obedecidas	LEIS SÃO FEITAS PARA SEREM OBEDECIDAS	Consentimento
173	Não devem ser obedecidas	NA	Não devem ser obedecidas
174	Devem ser obedecidas	NA	Missing
175	Devem ser obedecidas	É A NOSSA OBRIGAÇÃO SE ELA EXISTE	Consentimento
176	Devem ser obedecidas	SÃO AS REGRAS DA SOCIEDADE	Consentimento

177	Devem ser obedecidas		Missing
178	Devem ser obedecidas	NA	Missing
179	Devem ser obedecidas	AS LEIS DEVEM SER RESPEITADAS POR TODOS	Consentimento
180	Devem ser obedecidas	BEM OU MAL ELAS SÃO AS REGRA DA SOCIEDADE CIVIL	Consentimento
181	Devem ser obedecidas		Missing
182	Devem ser obedecidas	LEI É LEI É FOI FEITAS E CRIADAS PARA SEREM OBEDECIDAS	Consentimento
183	Devem ser obedecidas	PARA O BEM GERAL AS REGRAS DEVEM SER CUMPRIDAS	Consentimento
184	Devem ser obedecidas	A NÃO OBEDIÊNCIA LEVA A PUNIÇÃO	Coerção
185	Devem ser obedecidas		Missing
186	Não respondeu		Missing
187	Devem ser obedecidas		Missing
188	Devem ser obedecidas	NA	Missing
189	Devem ser obedecidas	NA	Missing
190	Devem ser obedecidas	MOTIVO DE SEGURANÇA AO PÚBLICO EM RELAÇÃO A ESTAR ACATANDO ELAS PARA EVITAR CERTOS ACONTECIMENTOS	Consentimento
191	Devem ser obedecidas	PORQUE NÃO ADIANTA DISCUTIR COM AS LEIS	Resignação
192	Não devem ser obedecidas		Não devem ser obedecidas
193	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI É TEM QUE SER CUMPRIDA	Consentimento
194	Devem ser obedecidas		Missing
195	Devem ser obedecidas		Missing
196	Não sabe		Missing
197	Devem ser obedecidas	PORQUE É UMA MANEIRA DE SE ORGANIZAR ATRAVÉS DAS LEIS	Consentimento
198	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI NÃO SE PODE IR CONTRA A LEI	Consentimento
199	Devem ser obedecidas		Missing
200	Não sabe		Missing
201	Não sabe		Missing
202	Devem ser obedecidas	NA	Missing
203	Não sabe		Missing
204	Devem ser obedecidas	MANTER A ORDEM PÚBLICA	Consentimento
205	Devem ser obedecidas	POR CAUSA DA CONSTITUIÇÃO. LEI É LEI. TEM QUE CUMPRIR	Consentimento
206	Devem ser obedecidas	PORQUE LEI É PARA SER CUMPRIDA	Consentimento

207	Devem ser obedecidas	PORQUE AS LEIS SÃO PARA TODOS	Consentimento
208	Devem ser obedecidas	TEM QUE OBEDECER SENÃO É PRESOS	Coerção
209	Devem ser obedecidas		Missing
210	Devem ser obedecidas		Missing
211	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI. TEM QUE SER OBEDECIDA	Consentimento
212	Devem ser obedecidas	PORQUE É A LEI	Consentimento
213	Devem ser obedecidas	PORQUE LEI É PARA SER CUMPRIDA	Consentimento
214	Devem ser obedecidas		Missing
215	Não devem ser obedecidas	NA	Não devem ser obedecidas
216	Não sabe		Missing
217	Devem ser obedecidas	SENÃO OBEDECER COMO SERIA O MUNDO	Consentimento
218	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI	Consentimento
219	Devem ser obedecidas	PORQUE QUEM FAZ AS LEIS SOMOS NÓS. SEM ELAS NÃO SE CONSEGUE VIVER EM HARMONIA	Consentimento
220	Devem ser obedecidas	PORQUE TEM QUE AGIR DE ACORDO COM A LEI	Consentimento
221	Devem ser obedecidas	PORQUE SE FALAR NÃO VAI ADIANTAR NADA PORQUE SÃO LEIS	Resignação
222	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI E TEMOS QUE OBEDECER	Consentimento
223	Não devem ser obedecidas	ÀS VEZES CADA UM TEM A SUA OPINIÃO ÀS VEZES O QUE É CERTO PARA UNS É ERRADO PARA OUTROS	Não devem ser obedecidas
224	Não devem ser obedecidas	NA	Não devem ser obedecidas
225	Devem ser obedecidas	PORQUE VOCÊ TEM DINHEIRO VOCÊ FAZ O QUE QUER HOJE A LEI FAVORECE AS GRANDES E OS PEQUENOS SÃO PREJUDICADOS	Resignação
226	Não sabe		Missing
227	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI	Consentimento
228	Não devem ser obedecidas		Não devem ser obedecidas
229	Devem ser obedecidas	PORQUE A LEI FOI DECRETADA PARA SER OBEDECIDA	Consentimento
230	Devem ser obedecidas	PORQUE FOI FEITA PARA SER CUMPRIDA	Consentimento
231	Não sabe		Missing
232	Devem ser obedecidas		Missing
233	Devem ser obedecidas	NA	Missing
234	Não devem ser obedecidas		Não devem ser obedecidas
235	Não sabe		Missing
236	Devem ser obedecidas	SE VINDO DE AUTORIDADE TEM QUE OBEDECER	Consentimento

237	Devem ser obedecidas	A LEI DEVE SER CUMPRIDA	Consentimento
238	Devem ser obedecidas	PORQUE LEI NÃO SE DISCUTE	Consentimento
239	Devem ser obedecidas	AS LEIS FORAM PARA FEITAS PARA SEREM RESPEITADAS	Consentimento
240	Devem ser obedecidas	PORQUE TEM QUE CUMPRIR ALEI	Consentimento
241	Não sabe		Missing
242	Devem ser obedecidas	PORQUE LEI É LEI É PARA SER CUMPRIDA	Consentimento
243	Não sabe		Missing
244	Devem ser obedecidas	PORQUE É A LEI E TEM QUE SER CUMPRIDA	Consentimento
245	Devem ser obedecidas	PORQUE LEI É LEI TEM QUE SER CUMPRIDA	Consentimento
246	Devem ser obedecidas	PORQUE NÃO OBEDECENDO VOCÊ PODE SE PREJUDICAR	Coerção
247	Devem ser obedecidas	PORQUE LEI É LEI TEM QUE SER CUMPRIDA	Consentimento
248	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO PODEMOS SER PUNIDOS	Coerção
249	Devem ser obedecidas	PORQUE É O CORRETO OBEDECER ÀS LEIS	Consentimento
250	Devem ser obedecidas	NA	Missing
251	Devem ser obedecidas	PORQUE AS LEIS É PARA PROTEGER A NÓS	Consentimento
252	Devem ser obedecidas	PORQUE TEMOS QUE SEGUIR A LEI PARA MANTER A ORDEM	Consentimento
253	Devem ser obedecidas	PORQUE AS LEIS SÃO PARA PROPORCIONAR A ORDEM E SE NÃO FOREM SEGUIDAS VIRA BAGUNÇA	Consentimento
254	Devem ser obedecidas	NA	Missing
255	Devem ser obedecidas	PORQUE SÃO LEIS É UMA CONSTITUINTE CRIADO ONDE O SUJEITO É OBRIGADO A SEGUIR	Consentimento
256	Devem ser obedecidas	PORQUE É UMA REGRA E DEVE SER OBEDECIDA	Consentimento
257	Devem ser obedecidas	PORQUE LEI PARA SER SEGUIDA	Consentimento
258	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI É O CIDADÃO DE BEM TEM QUE OBEDECER	Consentimento
259	Devem ser obedecidas		Missing
260	Devem ser obedecidas	PORQUE EU SOU CRISTÃO E TODAS AS LEIS SÃO REDIGIDAS POR DEUS E DEVEM SER SEGUIDAS	Consentimento
261	Devem ser obedecidas	PORQUE AS LEIS DEVEM SER RESPEITADAS PORQUE COM CERTEZA ELAS SÃO PARA MELHORIAS NA VIDA DO CIDADÃO	Consentimento
262	Devem ser obedecidas	PORQUE INDEPENDENTE DAS LEIS TEMOS QUE SEGUI-LAS	Consentimento
263	Devem ser obedecidas	PORQUE TEM QUE OBEDECER ÀS LEIS QUE EXISTEM PARA SEREM SEGUIDAS	Consentimento
264	Devem ser obedecidas	PORQUE A LEI TEM QUE SER OBEDECIDA	Consentimento
265	Não devem ser obedecidas	PORQUE NÃO OBEDEÇO AO NÃO CONSIDERO CERTO	Não devem ser obedecidas
266	Devem ser obedecidas	PORQUE TEMOS QUE OBEDECER ÀS LEIS DA JUSTIÇA	Consentimento

267	Devem ser obedecidas	LEI FOI FEITA PARA SER OBEDECIDA SE NÃO OBEDECER VAI PRESA	Coerção
268	Devem ser obedecidas	PORQUE A LEI É LEI E DEVEM SER SEGUIDAS	Consentimento
269	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI É TODOS DEVEM SEGUIR	Consentimento
270	Devem ser obedecidas	PORQUE NÃO PODEMOS SER CONTRA A LEI DEVEMOS OBEDECER	Consentimento
271	Devem ser obedecidas	LEI SÃO LEIS E TEMOS QUE RESPEITAR	Consentimento
272	Devem ser obedecidas	PORQUE SE É UMA LEI É PARA SER RESPEITADA	Consentimento
273	Devem ser obedecidas	PORQUE SE TODO MUNDO FAZ O QUER NÃO É UMA SOCIEDADE	Consentimento
274	Devem ser obedecidas	AS LEIS SÓ SÃO APLICADAS PELAS AUTORIDADES.	Consentimento
275	Devem ser obedecidas	NA	Missing
276	Não sabe		Missing
277	Devem ser obedecidas		Missing
278	Devem ser obedecidas	PARA NÃO IR PRESA	Coerção
279	Devem ser obedecidas	É UMA FORMA DE VIVER BEM EM SOCIEDADE	Consentimento
280	Devem ser obedecidas	PARA FUGIR DA PENALIDADE	Coerção
281	Devem ser obedecidas	NA	Missing
282	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI SE EU ESTOU AQUI TENHO QUE OBEDECER QUERENDO OU NÃO	Resignação
283	Devem ser obedecidas	NA	Missing
284	Devem ser obedecidas	NA	Missing
285	Devem ser obedecidas	NÃO SEI DIZER	Missing
286	Devem ser obedecidas	NA	Missing
287	Não sabe		Missing
288	Devem ser obedecidas	NA	Missing
289	Devem ser obedecidas	SOMOS OBRIGADOS PORQUE SENSO TERMOS QUE ARCAR COM AS RESPONSABILIDADES TANTO FINANCEIRO E LEGAIS	Coerção
290	Não devem ser obedecidas	SE NÃO CONCORDAR COMO VOU SEGUIR FAZENDO ISSO ESTARIA COMPACTADO COM O ERRO	Não devem ser obedecidas
291	Não sabe		Missing
292	Devem ser obedecidas	SE NÃO CONCORDAR E OUTRA PESSOA CONCORDAR A MINHA OPINIÃO NÃO VAI VALER NADA	Resignação
293	Devem ser obedecidas	PORQUE SENÃO POSSO SER PUNIDO PELO CRIADOR DA LEI	Coerção
294	Devem ser obedecidas	NA	Missing
295	Não devem ser obedecidas	SE ESTIVER UMA COISA ERRADA EU NÃO POSSO CONCORDANDO EU ESTARIA COMPACTUANDO COM O ERRO	Não devem ser obedecidas
296	Devem ser obedecidas	PORQUE SE EU NÃO OBEDECER POSSO ME PREJUDICAR. COMO SE EU BEBER E ESTIVER TRABALHANDO PODERIA SER EXONERADO	Coerção

297	Devem ser obedecidas	LEIS FORAM FEITAS PARA SEREM CUMPRIDAS	Consentimento
298	Devem ser obedecidas	PORQUE ELAS FORAM FEITAS PARA SER CUMPRIDAS. SE NÃO OBEDECER VAI DAR MARGEM PARA QUE OUTRAS PESSOAS NÃO CUMPRAM E ISSO PODE VIRAR BADERNA	Consentimento
299	Devem ser obedecidas	NA	Missing
300	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO CONCORDAR A SITUAÇÃO FICA SEMPRE PARA O LADO FOI LADRÃO	Coerção
301	Devem ser obedecidas	NA	Missing
302	Devem ser obedecidas		Missing
303	Devem ser obedecidas	A LEI TEM QUE SER CUMPRIDA MESMO NÃO ACHANDO CERTO/COMO EXEMPLO SE EU AGREDIR UM MENOR EU VOU SER PENALIZADA	Coerção
304	Não devem ser obedecidas	POR CAUSA DOS GOVERNANTES QUE ESTÃO AGORA SÃO SAFADOS	Não devem ser obedecidas
305	Devem ser obedecidas	SOU OBRIGADA A CUMPRIR	Resignação
306	Devem ser obedecidas	A LEI É PARA TODOS SE EXISTE DEVE SER OBEDECIDA NÃO É EU QUE VOU MUDAR	Consentimento
307	Devem ser obedecidas	TEM QUE SEGUIR A REGRA	Consentimento
308	Devem ser obedecidas	PARA NÃO SER PUNIDA E ACABO ME PREJUDICANDO SE EU DESOBEDECER ÀS LEIS	Coerção
309	Devem ser obedecidas	A LEI TEM QUE SER SEGUIDA PORQUE SENSO VIRA DESORDEM	Consentimento
310	Devem ser obedecidas	SOU UMA CIDADÃ TENHO QUE SEGUIR A LEI MESMO NÃO CONCORDANDO COM ALGUMAS COISA	Consentimento
311	Devem ser obedecidas	OS POBRES QUE PODE SER PRESO SE NÃO OBEDECER. OS RICOS FICAM SOLTOS	Coerção
312	Devem ser obedecidas	PORQUE ELA DERA ALI PARA SER CUMPRIDAS MESMO NÃO CONCORDAR	Consentimento
313	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO ESTARIA ERRADO PODENDO INDO PRESO ME PREJUDICANDO CAUSANDO PARA MIM	Coerção
314	Devem ser obedecidas	TEMOS QUE ANDAR DIREITO PARA SER UM CIDADÃO DE BEM	Consentimento
315	Devem ser obedecidas	NA	Missing
316	Devem ser obedecidas	NA	Missing
317	Devem ser obedecidas	NA	Missing
318	Devem ser obedecidas	PORQUE SE ELES FIZERAM A LEI É PARA UM MOTIVO MAIOR	Consentimento
319	Devem ser obedecidas	A LEI FOI FEITA PARA ISSO PARA SER OBEDECIDA	Consentimento
320	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI TEM QUE OBEDECER. EU ACHO ERRADO NÃO OBEDECER COMO SE EU PASSASSE NO FAROL FECHADO	Consentimento
321	Devem ser obedecidas	PARA NÃO CORRER O RISCO DE SER PRESA	Coerção
322	Devem ser obedecidas	NA	Missing
323	Devem ser obedecidas	TEM QUE OBEDECER SENÃO COMO VOU ME EXPLICAR COM A PESSOA DA LEI?/SE CASO FALARAM POUCO COM TOM MAIS ALTO PODE SER ADVERTIDA	Coerção
324	Devem ser obedecidas	PORQUE ELES SÃO AUTORIDADES ELES APOIAM MAIS OS RICOS DO QUE AOS POBRES	Resignação
325	Não sabe		Missing
326	Devem ser obedecidas	PORQUE TEMOS QUE RESPEITAR A LEI MESMO NÃO CONCORDANDO	Consentimento

327	Devem ser obedecidas	TEM QUE SEGUIR UM REGIME	Consentimento
328	Devem ser obedecidas	É O POBRE QUE SOFRE AS CONSEQUÊNCIAS	Coerção
329	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO OBEDECER ACABO SENDO PUNIDO	Coerção
330	Devem ser obedecidas	LEI É LEI APESAR DE NÃO CONCORDAR COM A MAIORIA TODA SOCIEDADE E REGIDA POR ELAS	Consentimento
331	Não sabe		Missing
332	Devem ser obedecidas	NA	Missing
333	Não devem ser obedecidas	PORQUE TEM MUITA COISA ERRADA NAS LEIS	Não devem ser obedecidas
334	Devem ser obedecidas	PORQUE SE A GENTE NÃO FOR A FAVOR DELAS PODEMOS NOS PREJUDICAR	Coerção
335	Devem ser obedecidas	NA	Missing
336	Devem ser obedecidas	PORQUE A GENTE VIVE EM UM ESTADO DE DIREITOS REPRESENTA UM ESTADO DE DIREITO QUE A GENTE VIVE	Consentimento
337	Devem ser obedecidas	NA	Missing
338	Devem ser obedecidas	AS LEIS TEM QUE SER CUMPRIDA POR TODOS ERRADAS OU CERTAS	Consentimento
339	Devem ser obedecidas		Missing
340	Devem ser obedecidas	NA	Missing
341	Devem ser obedecidas	NA	Missing
342	Devem ser obedecidas	SÃO AS REGRAS DA BOA CONVIVÊNCIA COM AS OUTRAS PESSOAS	Consentimento
343	Devem ser obedecidas	NA	Missing
344	Devem ser obedecidas	PORQUE AS REGRAS DEVEM SER RESPEITADO	Consentimento
345	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO VOCÊ PODE SE COMPLICAR MAIS AINDA E PERDER MUITO TEMPO E DINHEIRO	Coerção
346	Devem ser obedecidas		Missing
347	Devem ser obedecidas	LEI É LEI É TEM QUE SER CUMPRIDA	Consentimento
348	Devem ser obedecidas		Missing
349	Devem ser obedecidas	NA	Missing
350	Devem ser obedecidas		Missing
351	Devem ser obedecidas	NA	Missing
352	Devem ser obedecidas	NA	Missing
353	Devem ser obedecidas	ELAS REPRESENTAM A ORDEM DE TODA SOCIEDADE	Consentimento
354	Devem ser obedecidas		Missing
355	Devem ser obedecidas	NEM TODAS PREVALECEM À POPULAÇÃO EM GERAL MAIS NA SUA MAIORIA ELAS SÃO CORRETAS PORTANTO DEVEMOS OBEDECER	Consentimento
356	Devem ser obedecidas	70% DAS LEIS NÃO FUNCIONAM MAS SE NÃO OBEDECER AO VIRA BAGUNÇA GERAL NA SOCIEDADE	Consentimento

357	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI É TODAS AS PESSOAS TEM QUE OBEDECER A ELAS E A REGRA	Consentimento
358	Devem ser obedecidas	APESAR DE NÃO CONCORDAR AS LEIS SÃO REGIDAS E UM BOM CENSO É O QUE PREVALECE	Consentimento
359	Devem ser obedecidas	SE A GENTE AGE CONTRA ESTA SUJEIRA PODE SER PRESA	Coerção
360	Não devem ser obedecidas	PORQUE EU NÃO CONCORDO PORQUE VOU ACATAR?	Não devem ser obedecidas
361	Devem ser obedecidas	NA	Missing
362	Devem ser obedecidas	PORQUE A GENTE VIVE SOBRE UM REGIME DE NORMAL E LEIS QUE VALE PARA TODOS E TODOS TEM QUE SEGUIR	Consentimento
363	Devem ser obedecidas	A LEI TEM QUE SER CUMPRIDA PODENDO TER PUNIÇÃO SE A DESCUMPRIR	Coerção
364	Devem ser obedecidas	SE NÃO OBEDECER QUEM VAI SER PUNIDA SOU EU	Coerção
365	Devem ser obedecidas	PORQUE A LEI É UM CONSENSO E MESMO QUE EU NÃO ESTEJA DE ACORDO EU TENHO QUE ACATAR	Consentimento
366	Devem ser obedecidas	NA	Missing
367	Devem ser obedecidas	NA	Missing
368	Devem ser obedecidas	NA	Missing
369	Devem ser obedecidas	PORQUE É IMPORTANTE SE SEI FOI FEITA DEVE SER CUMPRIDA	Consentimento
370	Devem ser obedecidas	TEM QUE SER OBEDECIDAS E RESPEITADAS PARA ISSO EXISTE A LEI	Consentimento
371	Devem ser obedecidas	SE VEM DA PARTE DE CIMA COMO A PRESIDENTE ENTÃO ALGUMAS COISAS TEM QUE ACATAR	Consentimento
372	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO VIRA UMA CONFUSÃO DANADA	Consentimento
373	Devem ser obedecidas	SE É REGRA TEM QUE OBEDECER, SE NÃO VIRA BALBÚRDIA	Consentimento
374	Devem ser obedecidas	PORQUE SE ELA EXISTE TENHO QUE OBEDECER. ELES VÃO ME PRENDER SE EU NÃO CUMPRIR	Coerção
375	Devem ser obedecidas	NA	Missing
376	Devem ser obedecidas	PORQUE VOU SOFRER PUNIÇÕES EM CIMA DISSO	Coerção
377	Devem ser obedecidas	NA	Missing
378	Devem ser obedecidas	PORQUE SÃO REGRAS PARA FAZER A CIDADE FUNCIONAR	Consentimento
379	Devem ser obedecidas	SE EU NÃO OBEDECER À LEI VAI VIRAR UMA BADERNA, VIVEMOS EM SOCIEDADE	Consentimento
380	Devem ser obedecidas	NA	Missing
381	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO VAI DAR PROBLEMAS PARA MIM	Coerção
382	Devem ser obedecidas	SE FOREM COLOCADAS TEM QUE SER OBEDECIDAS	Consentimento
383	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO OBEDECER PODE ACONTECER UMA REBELIÃO	Consentimento
384	Devem ser obedecidas	PARA NÃO CRIAR NENHUM TIPO DE CONTRAVENÇÃO	Coerção
385	Devem ser obedecidas	PORQUE DE UMA FIRMA GERAL AS LEIS FORAM COLOCADAS PARA SEREM CUMPRIDAS	Consentimento
386	Não devem ser obedecidas	EU TENHO QUE TER ALGUM ADVOGADO QUE FALE POR MIM. ALGUÉM QUE ENTENDA AS LEIS PARA ME ORIENTAR PARA SABER SE TENHO QUE OBEDECER	Não devem ser obedecidas

387	Devem ser obedecidas	PORQUE LEI DEVE OBEDECIDA/LEI NÃO QUESTIONA POSSO SER PUNIDO	Coerção
388	Devem ser obedecidas	PORQUE A LEI É FEITA PARA A MAIORIA. EU POSSO LUTAR CONTRA ELA MAIS DEVO CUMPRI-LA	Consentimento
389	Devem ser obedecidas	POR SER LEI TEM QUE SER OBEDECIDA SE NÃO VIRA BAGUNÇA	Consentimento
390	Devem ser obedecidas	PORQUE SENDO LEI TEM QUE OBEDECER COMO CIDADÃO/ SE EU INFRINGIR A LEI POSSO SER PUNIDO	Coerção
391	Não devem ser obedecidas	NA	Não devem ser obedecidas
392	Devem ser obedecidas	É OBRIGADO PORQUE É LEI / MESMO SE FOR CONTRA UMA LEI TERIA QUE CUMPRIR	Consentimento
393	Devem ser obedecidas	SE TEM A LEI TEM QUE SEGUIR MESMO NÃO ACEITANDO ALGUMAS NORMAS	Consentimento
394	Devem ser obedecidas	TENHO QUE OBEDECER PARA NÃO SOFRER NENHUMA REPREENSÃO	Coerção
395	Não devem ser obedecidas	DEPENDENDO DA LEI	Não devem ser obedecidas
396	Devem ser obedecidas	NA	Missing
397	Devem ser obedecidas	POR SER LEI DEVO OBEDECER SE NÃO POSSUIR PRESO	Coerção
398	Devem ser obedecidas	PORQUE SE EU FOR CONTRA POSSO SER AGREDIDO	Coerção
399	Devem ser obedecidas	PORQUE SENSO POSSO SOFRER AS CONSEQUÊNCIAS	Coerção
400	Devem ser obedecidas	SE FORAM COLOCADAS ÀS LEIS TEMOS QUE OBEDECE-LAS QUERENDO OU NÃO	Consentimento
401	Devem ser obedecidas	PORQUE SEM LEI VIRA ANARQUIA TEM QUE TER UM REFERENCIAL PARA A SOCIEDADE	Consentimento
402	Devem ser obedecidas	PARA NÃO SER PUNIDA	Coerção
403	Devem ser obedecidas	DESDE QUE NÃO PREJUDIQUE OUTRAS PESSOAS	Missing
404	Devem ser obedecidas	FORAM FEITAS AS LEIS PARA SER OBEDECIDAS	Consentimento
405	Devem ser obedecidas	SE É UMA LEI TEMOS QUE SEGUIR SENÃO VIRA BAGUNÇA	Consentimento
406	Devem ser obedecidas	PORQUE SENÃO COMO SERIA ESSES MUNDO VIRARIA UMA BAGUNÇA	Consentimento
407	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI É LEI E SE ELA FOI ESTABELECIDADA TEM QUE RESPEITAR	Consentimento
408	Devem ser obedecidas	NA	Missing
409	Devem ser obedecidas	SE FOR PARA O BEM DO PRÓXIMO, DEVEMOS FICAR DEBAIXO DA LEI É OBEDECER	Consentimento
410	Não devem ser obedecidas	PORQUE NEM TUDO O QUE É REGRA É MELHOR PARA A SOCIEDADE	Não devem ser obedecidas
411	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO OBEDECER ESTARIA indo CONTRA A LEI PODE IR PRESO	Coerção
412	Devem ser obedecidas	SE NÃO OBEDECER À CORDA ARREBENTA PARA OS MAIS FRACOS	Coerção
413	Devem ser obedecidas	SE NÃO VIRA BAGUNÇA	Consentimento
414	Devem ser obedecidas	PORQUE AS PESSOAS DE CERTA FORMA VIVE DE PELA Lei E TEMOS QUE OBEDECER. OBEDECE OU VIVE CONTRA A LEI O QUE NÃO É UM BOM CAMINHO	Consentimento
415	Devem ser obedecidas	PORQUE FOI FEITA A LEI PELOS SUPERIORES E QUEM NOS SOMOS PARA IR CONTRA? TEMOS QUE OBEDECER	Resignação
416	Devem ser obedecidas		Missing

417	Devem ser obedecidas	NA	Missing
418	Devem ser obedecidas	PORQUE TEMOS QUE OBEDECER A LEI FOI CRIADA PARA SER OBEDECIDA	Consentimento
419	Devem ser obedecidas	PORQUE A LEI EXISTE PARA CORRIGIR O ERRADO	Consentimento
420	Devem ser obedecidas	PORQUE TAMBÉM LEI APLICADA A TODOS. TEM QUE SER OBEDECIDA SENÃO SE TORNA UM CAOS	Consentimento
421	Devem ser obedecidas		Missing
422	Não devem ser obedecidas	PORQUE TEM MUITAS COISAS ERRADAS E ALGUMAS PARTES ESTÃO ERRADAS	Não devem ser obedecidas
423	Não devem ser obedecidas	PORQUE TEM MUITA COISA NÃO É CERTA DENTRO DA LEI.	Não devem ser obedecidas
424	Devem ser obedecidas	NA	Missing
425	Devem ser obedecidas	PORQUE AS LEIS FORAM FEITAS PARA SEREM RESPEITADAS E OBEDECIDAS CASO NÃO ESTEJA CONTEMPLANDO DEVE HAVER MUDANÇA NA LEI É NÃO A DESOBEDIÊNCIA	Consentimento
426	Devem ser obedecidas		Missing
427	Devem ser obedecidas	PARA MANTER A ORDEM E OS BONS COSTUMES	Consentimento
428	Devem ser obedecidas	SE É LEI TEM QUE OBEDECER	Consentimento
429	Devem ser obedecidas	PORQUE PODE PREJUDICAR A GENTE .	Coerção
430	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI DEVE OBEDECER.	Consentimento
431	Não devem ser obedecidas	NA	Não devem ser obedecidas
432	Devem ser obedecidas	PORQUE É A LEI É TEMOS QUE FAZER NOSSA PARTE E COBRAR DAS AUTORIDADES	Consentimento
433	Devem ser obedecidas	PORQUE TEM QUE SER CUMPRIDA	Consentimento
434	Devem ser obedecidas	PORQUE LEI FOI FEITA PARA SER CUMPRIDA	Consentimento
435	Devem ser obedecidas	PORQUE TEM QUE TER ORDEM, SEM LEIS FICAM TAMBÉM EM DESORDEM	Consentimento
436	Devem ser obedecidas	NA	Missing
437	Devem ser obedecidas	O QUE FOI DETERMINADO EM LEI NÃO ADIANTA IR CONTRA	Resignação
438	Devem ser obedecidas	POR SER TRATAR DE LEI TEM QUE SER OBEDECIDA	Consentimento
439	Não devem ser obedecidas	PORQUE SE PREJUDICA AS PESSOAS OU A MAIORIA DAS PESSOAS	Não devem ser obedecidas
440	Devem ser obedecidas	PORQUE TEM QUE OBEDECER ÀS LEIS PARA NÃO VIRAR CONTRA VOCÊ	Coerção
441	Devem ser obedecidas	NA	Missing
442	Devem ser obedecidas	NA	Missing
443	Devem ser obedecidas	PORQUE SOFRE PUNIÇÃO SE NÃO CUMPRIR A LEI MESMO QUE NÃO CONCORDE	Coerção
444	Devem ser obedecidas	TEM QUE RESPEITAR LEI. PARA EXIGIR DIREITO VOCÊ TEM QUE RESPEITAR OS DEVERES	Consentimento
445	Devem ser obedecidas	PORQUE MUITAS VEZES PODEMOS NOS ENGANAR COM A OCORRÊNCIA SERIA MAIS FALTA DE INFORMAÇÕES PROFUNDAS	Consentimento
446	Devem ser obedecidas	PORQUE É A LEI TEM QUE OBEDECER. TEM QUE TER LEI PORQUE SE NÃO AS COISAS NÃO FOGEM DO LUGAR	Consentimento

447	Devem ser obedecidas	PORQUE SE É PARA O BEM COMUM DA SOCIEDADE DEVE RESPEITADA	Consentimento
448	Devem ser obedecidas	PORQUE NÃO TEM JEITO, TEM QUE ACATAR SE NÃO OBEDECER TEM PUNIÇÃO	Coerção
449	Devem ser obedecidas	PORQUE É A LEI É TEM Q OBEDECER MESMO ACHANDO ERRADO	Consentimento
450	Devem ser obedecidas		Missing
451	Não devem ser obedecidas		Não devem ser obedecidas
452	Devem ser obedecidas	PORQUE CERTO OU ERRADO ELES QUE MANDAM	Resignação
453	Devem ser obedecidas	PORQUE SE FOI FEITA PARA SER OBEDECIDA TEM QUE SER OBEDECIDA. INFELIZMENTE AS LEIS SÓ FUNCIONA PARA QUEM TEM DINHEIRO QUEM NÃO TEM, OS POBRES, SÓ SE FERRA	Resignação
454	Devem ser obedecidas	PORQUE TEM QUE ANDAR CERTO NA LEI. SE NÃO ANDAR NA LEI PODE ACONTECER MUITAS COISAS DE RUINS	Coerção
455	Não devem ser obedecidas	PORQUE TEM MUITA COISA ERRADA QUE NÃO PUNE DEPUTADOS SENADORES	Não devem ser obedecidas
456	Devem ser obedecidas	PARA NÃO IR CONTRA E ACABAR SENDO PRESA	Coerção
457	Devem ser obedecidas	PORQUE SE A GENTE VIVER SÓ DE ACORDO COM O QUE A GENTE PENSA VIRA UMA BAGUNÇA UMA MISTURA DE OPINIÕES	Consentimento
458	Devem ser obedecidas	PORQUE SE É UMA LEI EU TENHO QUE OBEDECER	Consentimento
459	Devem ser obedecidas	PORQUE ELA É ESTABELECIDADA. PRECISA OBEDECER	Consentimento
460	Devem ser obedecidas	NA	Missing
461	Devem ser obedecidas	POR É LEI TEM QUE SER RESPEITADA MESMO QUE EU NÃO CONCORDO PORQUE SENÃO VIRA BADERNA	Consentimento
462	Devem ser obedecidas	SE FOR CONTRA NÃO MANTEM A ORDEM	Consentimento
463	Devem ser obedecidas	NA	Missing
464	Devem ser obedecidas	NA	Missing
465	Devem ser obedecidas	NA	Missing
466	Devem ser obedecidas	PORQUE SENÃO SEREI PUNIDA POR DESOBEDECER	Coerção
467	Não devem ser obedecidas	PORQUE EU OBEDEÇO A DEUS NÃO A LEI HUMANA	Não devem ser obedecidas
468	Devem ser obedecidas	PORQUE NÃO TEM OPÇÕES	Resignação
469	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO OBEDECER VOU PRESO	Coerção
470	Devem ser obedecidas	SIM PORQUE NÃO SÓ TEM EU MUNDO	Consentimento
471	Não devem ser obedecidas	PORQUE ESTÃO ERRADAS E A GENTE TEM QUE SEGUIR O QUE É CERTO	Não devem ser obedecidas
472	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO POSSO SER PUNIDO POR ELA	Coerção
473	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI PORQUE SE NÃO OBEDECER NÃO ADIANTA NADA, PODE SER PUNIDO	Coerção
474	Devem ser obedecidas	PORQUE EU TENHO QUE DAR EXEMPLO	Consentimento
475	Não devem ser obedecidas	PORQUE NEM SEMPRE ELES TEM RAZÃO	Não devem ser obedecidas
476	Devem ser obedecidas	PORQUE ÀS VEZES O QUE EU CONCORDO NÃO É O CERTO E TAMBÉM POSSO ME PREJUDICAR	Coerção

477	Devem ser obedecidas	NA	Missing
478	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO SOMOS PUNIDOS SE NÃO RESPEITAR AS LEIS	Coerção
479	Devem ser obedecidas	PORQUE REGRAS FORAM FEITAS PARA SER CUMPRIDA E NÃO DISCUTIDA	Consentimento
480	Devem ser obedecidas	PORQUE TEM QUE SEGUIR AS LEIS	Consentimento
481	Devem ser obedecidas	PORQUE TEM QUE SER CORRIGIDO QUANDO EU ACHAR ERRADO	Missing
482	Devem ser obedecidas	NA	Missing
483	Não devem ser obedecidas		Não devem ser obedecidas
484	Devem ser obedecidas	PORQUE LEI FOI FEITA PARA SER OBEDECIDA SE NÃO GERA O CAOS UM PAIS SEM LEI	Consentimento
485	Devem ser obedecidas	AS LEIS TÊM QUE SER OBEDECIDAS E RESPEITADAS PARA NÃO RESPONDEMOS POR ISSO	Coerção
486	Devem ser obedecidas	NÃO POSSO DESACORDAR POIS SOFREREI CONSEQUÊNCIAS SE FIZER ISSO	Coerção
487	Não devem ser obedecidas	NA	Não devem ser obedecidas
488	Devem ser obedecidas	LEI É PARA SER CUMPRIDAS MESMO QUE DEPOIS DE CONTESTE	Consentimento
489	Devem ser obedecidas	PORQUE É EU SOU OBRIGADA A OBEDECER À LEI PARA NÃO SER PUNIDA	Coerção
490	Devem ser obedecidas	INDEPENDENTE DO QUE PENSO TENHO QUE RESPEITAR A LEI	Consentimento
491	Devem ser obedecidas	PORQUE TEM AUTORIDADE PARA PUNIR E A GENTE NÃO CUMPRIR SOFRE PUNIÇÕES	Coerção
492	Devem ser obedecidas	A LEI TEM QUE SER RESPEITADA A OBEDECIDA SEMPRE	Consentimento
493	Devem ser obedecidas	PORQUE ELAS EXISTEM E TEMOS QUE OBEDECER	Consentimento
494	Devem ser obedecidas	PORQUE QUEM MAIS SOFRE COM A LEI É O POBRE PORQUE RICO NÃO FICA PRESO PORQUE TEM DINHEIRO	Coerção
495	Devem ser obedecidas	AS LEIS TEM QUE SER RESPEITADAS PARA E NÃO SER PUNIDO	Coerção
496	Devem ser obedecidas	NA	Missing
497	Devem ser obedecidas	AS LEIS TEM QUE SER SEGUIDAS PARA EU NÃO SOFRER CONSEQUÊNCIAS	Coerção
498	Devem ser obedecidas	PORQUE ACHO QUE O QUE EU PENSO NÃO VAI INFLUIR NA MUDANÇA	Resignação
499	Devem ser obedecidas	PORQUE É A LEI TEM QUE OBEDECER POR SER LEI	Consentimento
500	Devem ser obedecidas	PORQUE SE EU NÃO OBEDECER À LEI POSSO SER PUNIDO POR ELA MESMO	Coerção
501	Devem ser obedecidas	PORQUE SE FOI CRIADA PELO INTERESSE PUBLICO PELA MAIORIA TENHO QUE RESPEITAR MESMO NÃO ACHANDO CORRETO	Consentimento
502	Devem ser obedecidas	PORQUE CONCORDANDO OU NÃO TENHO QUE ACEITAR PORQUE LEIS LEI É TEM QUE OBEDECER	Consentimento
503	Devem ser obedecidas	NA	Missing
504	Devem ser obedecidas	PORQUE LEI É LEI APESAR DE NÃO CONCORDAR COM MUITAS COISAS ELES COLOCAM E A GENTE TEM QUE OBEDECER	Consentimento
505	Não devem ser obedecidas	NA	Não devem ser obedecidas
506	Devem ser obedecidas	PORQUE DEPENDE DA SITUAÇÃO. TEM PESSOA FEZ ROUBA, EMBORA NÃO JUSTIFIQUE PARA DAR DE COMER AO FILHO E TEM QUEM ROUBE POR MALDADE E NÃO ACONTECE NADA	Missing

507	Devem ser obedecidas	NA	Missing
508	Devem ser obedecidas	NA	Missing
509	Não devem ser obedecidas	PORQUE SE ALGUÉM TIRA A VIDA DE ALGUMA PESSOA FICA IMPUNE. VOCÊ VÊ MUITO ISSO NA TELEVISÃO E A PESSOA NÃO FICAR PRESA ISSO É INDIGNAÇÃO,	Não devem ser obedecidas
510	Não devem ser obedecidas	PORQUE ÀS VEZES A LEI PENDE PARA O LADO ERRADO	Não devem ser obedecidas
511	Não devem ser obedecidas	NA	Não devem ser obedecidas
512	Devem ser obedecidas	PORQUE SÃO LEIS E SÃO FEITAS OBEDECIDAS PORQUE SENÃO CRIAREMOS UM CONFLITO	Consentimento
513	Devem ser obedecidas	PORQUE É SEMPRE MELHOR, POSSO SER PREJUDICADO E NA LEI POSSO ME DEFENDER	Consentimento
514	Devem ser obedecidas	PORQUE POSSO SER PUNIDA E TAMBÉM COMO CIDADÃO TEM DEVER A CUMPRIR A LEI	Coerção
515	Não devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO CONCORDO VOU ATÉ AS ÚLTIMAS CONSEQUÊNCIA SE ACHAR CERTO VOU FAZER	Não devem ser obedecidas
516	Devem ser obedecidas	PORQUE É A LEI. A NOSSA PALAVRA NÃO CONTA TEM QUE SER DO JEITO QUE ELES QUEREM	Resignação
517	Não devem ser obedecidas	AS LEIS ESTÃO COMPLETAMENTE ERRADAS NO BRASIL	Não devem ser obedecidas
518	Devem ser obedecidas	NA	Missing
519	Não devem ser obedecidas	NA	Não devem ser obedecidas
520	Devem ser obedecidas		Missing
521	Devem ser obedecidas	PORQUE AS LEIS SÃO FEITAS PARA MANTER A ORDEM, LEIS SÃO FEITAS PARA SER CUMPRIDAS	Consentimento
522	Devem ser obedecidas	SIM TEM QUE CUMPRIR AS LEIS SÓ POR ISSO, SE A GENTE NÃO OBEDECE E PUNIDO	Coerção
523	Devem ser obedecidas	PORQUE É BOM PARA A SOCIEDADE	Consentimento
524	Devem ser obedecidas	NA	Missing
525	Não devem ser obedecidas	PORQUE AS LEIS DO BRASIL ESTÃO TODAS ERRADAS	Não devem ser obedecidas
526	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI É NÃO PODE SER REVOGADA	Consentimento
527	Devem ser obedecidas		Missing
528	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO CUMPRIR A GENTE É PUNIDA	Coerção
529	Devem ser obedecidas		Missing
530	Não devem ser obedecidas	PORQUE DIGAMOS QUE A LEI FAZ LEIS DE ACORDO COM O QUE ELES QUEREM MAS MUITAS VEZES A POPULAÇÃO ESTA CERTA MAS A LEI NÃO ESTA DO NOSSO LADO	Não devem ser obedecidas
531	Devem ser obedecidas	PORQUE SÃO LEIS	Consentimento
532	Devem ser obedecidas	PORQUE A LEI SE A GENTE DESOBEDECER CRIA UMA SITUAÇÃO PIOR	Coerção
533	Devem ser obedecidas	PORQUE SENÃO OBEDECER A CORDA SEMPRE QUEBRA PARA O LADO MAIS FRACO	Coerção
534	Devem ser obedecidas	PORQUE O QUE MANDA É A LEI NÃO ADIANTA IR CONTRA PORQUE A LEI QUE MANDA	Resignação
535	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO OBEDECER VAI TER PUNIÇÃO	Coerção
536	Não devem ser obedecidas	PORQUE É UMA DEMOCRACIA VOCÊ NÃO DEVE FAZER COISA ERRADA	Não devem ser obedecidas

537	Devem ser obedecidas	PORQUE LEI EXISTE PARA CUMPRIR. PENA QUE NINGUÉM CUMPRE	Consentimento
538	Devem ser obedecidas	SE NÃO FOSSEM AS LEIS COMO SE VIVERIA? PORQUE SE NÃO FOSSE A LEI NÃO SABEMOS O QUE SERIA DA GENTE. TUDO IA SER UMA BAGUNÇA	Consentimento
539	Devem ser obedecidas	PORQUE PODE PREJUDICAR A GENTE.	Coerção
540	Não devem ser obedecidas		Não devem ser obedecidas
541	Devem ser obedecidas	NA	Missing
542	Não devem ser obedecidas	NA	Não devem ser obedecidas
543	Não devem ser obedecidas	PORQUE NÃO TENHO QUE CONCORDAR COM ALGO QUE NÃO CONCORDO	Não devem ser obedecidas
544	Devem ser obedecidas	PORQUE FOI FEITA PARA SER OBEDECIDA	Consentimento
545	Não devem ser obedecidas		Não devem ser obedecidas
546	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI É DETERMINADO PELA JUSTIÇA MESMO NÃO CONCORDANDO TENHO QUE ACEITAR PARA IR À CANA	Coerção
547	Devem ser obedecidas		Missing
548	Devem ser obedecidas	NA	Missing
549	Devem ser obedecidas	PORQUE SÃO LEIS ERRADO OU CERTO TEMOS QUE OBEDECER	Consentimento
550	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI É MESMO QUE EU NÃO CONCORDE TENHO QUE OBEDECER POIS ESTOU DEBAIXO DELA INDEPENDENTE DA MINHA OPINIÃO	Consentimento
551	Devem ser obedecidas	PORQUE AS LEIS FORAM CRIADAS PARA MANTER A ORDEM SOCIAL INDEPENDENTE QUE EU CONCORDE OU NÃO	Consentimento
552	Não devem ser obedecidas		Não devem ser obedecidas
553	Devem ser obedecidas		Missing
554	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI É TEM QUE SER OBEDECIDA	Consentimento
555	Devem ser obedecidas	PORQUE A LEI É DOS MAIS FORTES	Resignação
556	Devem ser obedecidas	PORQUE ALGUÉM FEZ A LEI É TEM QUE CUMPRIR A LEI, PORQUE SE EU NÃO CUMPRIR NÃO POSSO DAR UM EXEMPLO AO MEU PRÓXIMO	Consentimento
557	Não sabe		Missing
558	Devem ser obedecidas	PORQUE SE COLOCARAM A LEI DEVE SER OBEDECIDA PORQUE SE NÃO É BOM PARA MIM ÀS VEZES PARA OUTRA PESSOA É BOA	Consentimento
559	Devem ser obedecidas	NA	Missing
560	Devem ser obedecidas	NA	Missing
561	Devem ser obedecidas	NA	Missing
562	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO OBEDECER A POSSO IR PRESO	Coerção
563	Devem ser obedecidas	LEIS TEM QUE SER CUMPRIDAS POSSO SER PENALIZADO SE NÃO CUMPRIR	Coerção
564	Devem ser obedecidas	NA	Missing
565	Devem ser obedecidas	TENHO QUE OBEDECER POIS EU NÃO POSSO RESOLVER O PROBLEMA SOZINHO	Consentimento
566	Devem ser obedecidas	PORQUE É IMPOSIÇÃO E LEI	Resignação

567	Não devem ser obedecidas	PORQUE TEM MUITAS LEIS QUE FORAM CRIADAS E NÃO NUNCA FORAM APLICADAS POR ISSO NÃO DEVEMOS OBEDECER SEMPRE ÀS VEZES TEMOS QUE RECORRER	Não devem ser obedecidas
568	Devem ser obedecidas	NA	Missing
569	Devem ser obedecidas	NA	Missing
570	Devem ser obedecidas		Missing
571	Devem ser obedecidas		Missing
572	Devem ser obedecidas	SE EU NÃO OBEDECER VOU INFRINGIR A LEI É ESTAREI ERRADA	Coerção
573	Devem ser obedecidas	PARA NÃO SOFRER PUNIÇÃO TENHO QUE OBEDECER	Coerção
574	Devem ser obedecidas	DEVO OBEDECER PARA ESTAR DENTRO DA LEI É NÃO SOFRER CONSEQUÊNCIA	Coerção
575	Devem ser obedecidas	PORQUE NÃO POSSO DESRESPEITAR A LEI SE NÃO SEREI PUNIDO	Coerção
576	Não devem ser obedecidas	PORQUE MESMO ESTANDO CERTO A LEI NUNCA ESTA A NOSSO FAVOR DEVEMOS SEMPRE IR ATAS DE NOSSOS DIREITOS	Não devem ser obedecidas
577	Devem ser obedecidas	EU TENHO QUE OBEDECER ÀS LEIS SEMPRE LEI É LEI	Consentimento
578	Não sabe		Missing
579	Devem ser obedecidas	LEI É LEI DEVEMOS CUMPRIR MESMO NÃO ESTANDO DE ACORDO	Consentimento
580	Devem ser obedecidas	LEI É LEI SE NOS OBEDECER À GENTE E PUNIDO	Coerção
581	Não devem ser obedecidas	NÃO POSSO RESPEITAR SE ACHO QUE ESTA ERRADO	Não devem ser obedecidas
582	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO OBEDECIDAS CAUSA MUITO CONFRONTO ENTRE MORADORES	Consentimento
583	Devem ser obedecidas	PORQUE A LEI TEM LÓGICA, CORRETA E SERVE PARA MELHORAR A SITUAÇÃO DAS PESSOAS	Consentimento
584	Devem ser obedecidas	NA	Missing
585	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO SEREI PUNIDO, PORQUE A LEI VEM COM AUTORIDADE E DEVEMOS SEGUI-LA	Coerção
586	Devem ser obedecidas	PORQUE SE EU DESOBEDECER A LEI POSSO SER PRESA	Coerção
587	Devem ser obedecidas	PORQUE TEMOS QUE OBEDECER ÀS LEIS	Consentimento
588	Não sabe		Missing
589	Devem ser obedecidas	PORQUE VAI VIRAR UM CAOS SE VOCÊ NÃO OBEDECER ÀS LEIS	Consentimento
590	Devem ser obedecidas	SIM PORQUE SE EXISTE A LEI É PARA SE OBEDECER	Consentimento
591	Não respondeu		Missing
592	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO OBEDECER É PIOR	Coerção
593	Devem ser obedecidas		Missing
594	Devem ser obedecidas	PORQUE NÃO É SÓ A MINHA OPINIÃO E DE UMA POPULAÇÃO INTEIRA SENDO ASSIM TEM QUE OBEDECER PORQUE É UMA LEI	Consentimento
595	Não devem ser obedecidas	PORQUE EU NÃO VI O FATO PARA CONCORDAR OU NÃO	Não devem ser obedecidas
596	Devem ser obedecidas	PORQUE A LEI FOI FEITA PARA SER CUMPRIDA	Consentimento

597	Não sabe		Missing
598	Devem ser obedecidas	NA	Missing
599	Devem ser obedecidas	PORQUE EU ACHO QUE SE EXISTE LEI É PARA SER OBEDECIDAS	Consentimento
600	Não sabe		Missing
601	Devem ser obedecidas	NA	Missing
602	Devem ser obedecidas	PORQUE SE EU NÃO DESOBEDECER SEREI PUNIDO.	Coerção
603	Devem ser obedecidas		Missing
604	Devem ser obedecidas		Missing
605	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI	Consentimento
606	Não devem ser obedecidas	DEPENDE O MOTIVO	Não devem ser obedecidas
607	Devem ser obedecidas	A GENTE TEM QUE RESPEITAR AS LEIS QUERENDO OU NÃO	Consentimento
608	Devem ser obedecidas		Missing
609	Devem ser obedecidas	PORQUE A LEI TEM QUE SER CUMPRIDAS	Consentimento
610	Devem ser obedecidas	TEM GENTE DESOBEDEIENTE ONDE LEVA AS BRIGAS ENTRE ELES MESMO, ACABA FAZENDO A JUSTIÇA POR CONTA PRÓPRIA	Consentimento
611	Não devem ser obedecidas	PORQUE PREJUDICA MUITA GENTE	Não devem ser obedecidas
612	Não devem ser obedecidas		Não devem ser obedecidas
613	Devem ser obedecidas	PORQUE SENÃO VIRÁ UMA ANARQUIA UMA BAGUNÇA TOTAL	Consentimento
614	Devem ser obedecidas	PORQUE TEM QUE FAZER O CERTO LEI É LEI TEM QUE SER CUMPRIDAS	Consentimento
615	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI É TEMOS QUE RESPEITAR E OBEDECER	Consentimento
616	Devem ser obedecidas	ACHO QUE DEPENDENDO DO GRAU DO PROBLEMA DEVE BUSCAR NA LEI PROTEÇÃO, ACREDITO QUE SEMPRE TERMO SEGUIR A LEI AS INDA QUE NÃO CONCORDE	Consentimento
617	Devem ser obedecidas	PORQUE É UMA LEI SE ESTIVER NA CONSTITUIÇÃO SIM	Consentimento
618	Devem ser obedecidas	NA	Missing
619	Devem ser obedecidas	VOCÊ NÃO PODE IR CONTRA PODE CAUSAR PROBLEMA PARA MIM COMO JUDICIAL	Coerção
620	Não devem ser obedecidas	NA	Não devem ser obedecidas
621	Devem ser obedecidas	PORQUE A LEI NÃO PODE SER CONTRARIADA TEM QUE SE CUMPRIR A LEI	Consentimento
622	Devem ser obedecidas	IR CONTRA TRAZ PROBLEMAS E PREJUDICA A GENTE JUDICIALMENTE PORQUE NÃO TEMOS PODER CONTRA AS LEIS	Resignação
623	Devem ser obedecidas	PARA VER SE MUDA ALGUMA COISA MUDAR PARA MELHOR	Consentimento
624	Devem ser obedecidas		Missing
625	Devem ser obedecidas	É LEI. TEM QUE OBEDECER SENÃO VAMOS PRESOS	Coerção
626	Devem ser obedecidas	NA	Missing

627	Devem ser obedecidas	A LEI FOI FEITA PARA SER CUMPRIDAS	Consentimento
628	Devem ser obedecidas		Missing
629	Devem ser obedecidas	NA	Missing
630	Devem ser obedecidas	NA	Missing
631	Devem ser obedecidas	PARA SER UM BRASIL MELHOR	Consentimento
632	Devem ser obedecidas	É BOM PARA A POPULAÇÃO TEM QUE SER OBEDECIDAS PARA NÃO PODER TER TANTA VIOLÊNCIA	Consentimento
633	Devem ser obedecidas		Missing
634	Devem ser obedecidas	NA	Missing
635	Devem ser obedecidas	PORQUE A GENTE NÃO VAI DESOBEDECER ÀS LEIS PARA NÃO ENTRAR EM CONFLITOS EM BRIGAS E DISCURSÃO	Consentimento
636	Devem ser obedecidas	NA	Missing
637	Devem ser obedecidas	NA	Missing
638	Devem ser obedecidas	PORQUE LEI É LEI SE VOCÊ NÃO CUMPRIR A LEI VOCÊ PODE SER PUNIDO	Coerção
639	Devem ser obedecidas	NA	Missing
640	Devem ser obedecidas	TEM QUE SEGUIR. TEM QUE ACATAR MESMO ESTANDO ERRADA A LEI	Consentimento
641	Devem ser obedecidas	PORQUE SE VOCÊ NÃO CONCORDAR ELES OBRIGAM A CONCORDAR COM ELA	Coerção
642	Devem ser obedecidas	PARA SE TIVER UMA DISCIPLINA PARA MANTER A ORDEM E SE AS PESSOAS NÃO RESPEITAREM VIRA BAGUNÇA	Consentimento
643	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI TEM QUE OBEDECER MESMO NÃO CONCORDA DANDO PARA NÃO CAUSAR CONFLITOS	Consentimento
644	Não devem ser obedecidas	ÀS VEZES AS LEIS NÃO ESTÃO CERTAS	Não devem ser obedecidas
645	Devem ser obedecidas	TENHO QUE CONCORDAR PORQUE NÃO TENHO OUTRA OPÇÃO AS LEIS TEM QUE SER CUMPRIDAS SEMPRE PARA EU NÃO SOFRER CONSEQUÊNCIA POR INFLIGIR A LEI	Coerção
646	Devem ser obedecidas		Missing
647	Devem ser obedecidas	TEM QUE SER OBEDECIDA POR UMA QUESTÃO DE CIVILIDADE INDEPENDENTE DE EU ACHAR CORRETO OU NÃO TENHO SIM QUE OBEDECER	Consentimento
648	Devem ser obedecidas	PARA NÃO HAVER NENHUM CONFLITO. ELAS ESTÃO CERTAS	Consentimento
649	Devem ser obedecidas	NA	Missing
650	Devem ser obedecidas	AS LEIS TEM QUE SER CUMPRIDAS INDEPENDENTE DE EU ACHAR CERTO OU NÃO.	Consentimento
651	Devem ser obedecidas	SIM AS LEIS TEM QUE SER OBEDECIDAS SEMPRE. EU NÃO POSSO INFRINGIR A LEI MAS ACHO QUE ELAS TEM QUE MELHORAR AINDA	Consentimento
652	Devem ser obedecidas	LEIS TEM QUE SER RESPEITADAS	Consentimento
653	Devem ser obedecidas	LEI NÃO SEGUE OS POBRES SÓ OS RICOS	Resignação
654	Não devem ser obedecidas	PORQUE MUITAS VEZES CONDENAM INOCENTES	Não devem ser obedecidas
655	Devem ser obedecidas	LEIS TEM QUE SER SEGUIDAS	Consentimento
656	Devem ser obedecidas	NA	Missing

657	Devem ser obedecidas	AS LEIS TEM QUE SER CUMPRIDAS, SE CADA UM FIZESSEM O QUE QUER FICARIA PIOR	Consentimento
658	Não devem ser obedecidas	NO MEU PONTO DE VISTA NEM TODAS AS LEIS ESTÃO CORRETAS	Não devem ser obedecidas
659	Devem ser obedecidas	PORQUE DEVE EXISTIR REGRAS PARA TODOS PARA QUE SE POSSA TER ORDEM	Consentimento
660	Devem ser obedecidas	PORQUE A SOCIEDADE SE TORNA CAÓTICA, UMA BAGUNÇA GERAL	Consentimento
661	Devem ser obedecidas	PORQUE TEM QUE SER OBEDECIDA PORQUE SE NÃO VOCÊ PAGA PELAS CONSEQUÊNCIAS	Coerção
662	Devem ser obedecidas	NA	Missing
663	Devem ser obedecidas	DEVEM SER OBEDECIDAS PORQUE SÃO AUTORIDADES E EU NÃO POUCO CONTRARIAR AS AUTORIDADES	Consentimento
664	Devem ser obedecidas	NA	Missing
665	Devem ser obedecidas	EU NÃO POUCO FAZER JUSTIÇA COM AS PRÓPRIAS MÃOS ENTÃO TENDO QUE OBEDECER A LEI	Consentimento
666	Devem ser obedecidas	NA	Missing
667	Devem ser obedecidas	PORQUE TODA LEI EXISTE PARA COLOCAR ORDEM NAS COISAS SE DESOBEDECER VIRA UM CAOS	Consentimento
668	Devem ser obedecidas		Missing
669	Devem ser obedecidas	PORQUE EU ACHO QUE AS LEIS SÃO COERENTES	Consentimento
670	Devem ser obedecidas	LEI É FEITA PARA SER OBEDECIDAS MESMO SEM CONCORDAR	Consentimento
671	Devem ser obedecidas	LEIS SÃO FEITAS PARA SER CUMPRIDAS SE EU DESOBEDECER À LEI SEREI PUNIDA POR ISSO	Coerção
672	Devem ser obedecidas	NA	Missing
673	Devem ser obedecidas	PORQUE DESOBEDECER É PIOR VOU ESTAR TÃO ERRADA QUANTO	Consentimento
674	Devem ser obedecidas	PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA	Consentimento
675	Devem ser obedecidas	NA	Missing
676	Devem ser obedecidas	É PRECISO QUE SEJAMOS ESCRAVOS DAS LEIS PARA QUE POSSAMOS SER LIVRES	Consentimento
677	Devem ser obedecidas	SE NÃO OBEDECER VAI TER PUNIÇÃO. MAS, DEVERIA TER LEIS MAIS SEVERAS PARA CRIMES HEDIONDOS	Coerção
678	Devem ser obedecidas	PORQUE TEM QUE SER CUMPRIDAS AS LEIS SE NÃO OBEDECER É PUNIDA DE ALGUMA FORMA	Coerção
679	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO RESPEITARMOS PODE FICAR PIOR	Coerção
680	Devem ser obedecidas	NA	Missing
681	Devem ser obedecidas	PORQUE TEM QUE TER RESPEITO COM AS LEIS PORQUE SE NÃO PODE COMPLICAR NOSSA VIDA	Coerção
682	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO SEGUIR A LEI QUE É AUTORIDADE VOCÊ PODE SER PRESO	Coerção
683	Devem ser obedecidas	NA	Missing
684	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO OBEDECER PODE IR PRESO	Coerção
685	Devem ser obedecidas	SE EU NÃO OBEDECER À LEI POIS POSSO RESPONDER POR ISSO	Coerção
686	Devem ser obedecidas	SE EU NÃO OBEDECER À LEI SEREI PUNIDO	Coerção

687	Devem ser obedecidas	POR SER LEI	Consentimento
688	Devem ser obedecidas	MESMO NÃO CONCORDANDO TENHO QUE RESPEITA PARA NÃO SER PUNIDA	Coerção
689	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI	Consentimento
690	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI	Consentimento
691	Devem ser obedecidas	ELAS EXISTEM PARA SER OBEDECIDAS	Consentimento
692	Devem ser obedecidas	SOFRO CONSEQUÊ NCIA	Coerção
693	Devem ser obedecidas	POR SER LEI DETERMINADA EU NÃO POSSO PASSAR POR CIMA DA LEI PARA NÃO SOFRER CONSEQUÊ NCIAS	Coerção
694	Devem ser obedecidas	POR SER LEI TEM QUE OBEDECER	Consentimento
695	Devem ser obedecidas	POR SER LEI	Consentimento
696	Devem ser obedecidas	LEIS FORAM FEITAS PARA SER CUMPRIDAS	Consentimento
697	Devem ser obedecidas	FOI FEITA PARA SER OBEDECIDA	Consentimento
698	Devem ser obedecidas	SER NÃO OBEDECER CORRO RISCO DE IR PARA A CADEIA MESMO ESTANDO CERTO	Coerção
699	Devem ser obedecidas		Missing
700	Devem ser obedecidas	SE NÃO OBEDECER POSSO SOFRER CONSEQUÊ NCIA	Coerção
701	Devem ser obedecidas	POR SER LEI TEM OBEDECER	Consentimento
702	Devem ser obedecidas	POR SER NÃO PUNIDA	Coerção
703	Devem ser obedecidas	POR SER LEI	Consentimento
704	Devem ser obedecidas		Missing
705	Devem ser obedecidas	TEM QUE OBEDECER PORQUE É AUTORIDADE	Consentimento
706	Devem ser obedecidas	INFELIZMENTE POR SER UM REGIMENTO QUE SE EU TRANSGREDIR EU QUE SOFRER CONSEQUÊ NCIA GRAVES	Coerção
707	Devem ser obedecidas	AS LEIS SÃO FEITAS PARA SER OBEDECIDAS	Consentimento
708	Não devem ser obedecidas		Não devem ser obedecidas
709	Devem ser obedecidas	OBRIGAÇÃO DE O CIDADÃO OBEDECER À LEI	Consentimento
710	Devem ser obedecidas	PARA NÃO SER PUNIDO	Coerção
711	Não devem ser obedecidas	SÃO FALHAS PORQUE NÃO ABRANGE A MAIORIA E SIM A MINORIA	Não devem ser obedecidas
712	Devem ser obedecidas	POR SER DETERMINADA DEVE SER SEGUIDA MESMO DISCORDANDO	Consentimento
713	Devem ser obedecidas	FORAM FEITAS PARA SER CUMPRIDAS	Consentimento
714	Devem ser obedecidas	PORQUE OS OUTROS CONCORDAM	Consentimento
715	Devem ser obedecidas	NA	Missing
716	Devem ser obedecidas	VOCÊ É PUNIDO COM PRISÃO	Coerção

717	Devem ser obedecidas	DEVEMOS OBEDECER AS LEIS	Consentimento
718	Devem ser obedecidas	PORQUE OBEDECER ÀS LEIS E REGRA DA SOCIEDADE	Consentimento
719	Devem ser obedecidas	SE NÃO VOCÊ VAI PAGAR, DIRIGIR BÊ BADO VOCÊ PODE SER PRESO	Coerção
720	Devem ser obedecidas	SE NÃO TIVER LEI VIRA BAGUNÇA, SÃO PESSOAS COM CABEÇAS DIFERENTES E CADA UM VAI FAZER SUA LEI	Consentimento
721	Devem ser obedecidas	PORQUE AS LEIS E O CONTROLADOR DA SOCIEDADE	Consentimento
722	Devem ser obedecidas	NA	Missing
723	Devem ser obedecidas	NA	Missing
724	Devem ser obedecidas	SE É LEI NOS TEMOS QUE CONCORDAR É LEI	Consentimento
725	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI SE TEM A LEI TEM QUE OBEDECER AO QUE É CERTO OU ERRADO	Consentimento
726	Devem ser obedecidas	TEM CERTAS COISAS QUE CONCORDAMOS MAS NEM SEMPRE O QUE EU ACHO QUE É CERTO É O CERTO A LEI É QUE VAI DEFINIR O QUE É CERTO	Consentimento
727	Devem ser obedecidas	NA	Missing
728	Devem ser obedecidas	TEM CASOS QUE O CARA BATE NA MULHER. TEM LEI PARA O CARA NÃO SE APROXIMAR MAS NÃO VAI ADIANTAR DE ALGUMA COISA, MESMO ASSIM TEMOS QUE SEGUIR A LEI	Consentimento
729	Não devem ser obedecidas	PORQUE ELE AS NÃO SÃO FEITAS POR PESSOAS COM BOAS INTENÇÕES	Não devem ser obedecidas
730	Devem ser obedecidas	PORQUE DEIXA O MUNDO MELHOR, QUE AS LEIS GARANTE SEGURANÇA	Consentimento
731	Devem ser obedecidas	PESSOA TEM QUE ANDAR COMO MANDA A LEI, SE NÃO É PRESA	Coerção
732	Devem ser obedecidas	AS LEIS SERVEM PARA TODOS VOCÊ TEM QUE RESPEITA AS AUTORIDADES	Consentimento
733	Devem ser obedecidas	PORQUE SE TEM LEI É PARA SER CUMPRIDA	Consentimento
734	Devem ser obedecidas	FOI FEITA PARA SER OBEDECIDA	Consentimento
735	Devem ser obedecidas	PORQUE EM ALGUMAS SITUAÇÕES SIM, EM OUTRAS NÃO. MUITAS VEZ EU NÃO CONCORDO COM AS ABORDAGEM	Missing
736	Devem ser obedecidas	MESMO A LEI NÃO SENDO CORRETA TEMOS QUE OBEDECER A LEI.	Consentimento
737	Devem ser obedecidas	SE EU NÃO OBEDECER VOU SOFRER CONSEQUÊNCIA PIORES POR ELES SEREM LEI	Coerção
738	Devem ser obedecidas		Missing
739	Devem ser obedecidas	PARA NÃO PREJUDICAR NINGUÉM E NÃO ACABAR SENDO PREJUDICADO. A CORDA SEMPRE ARREBENTA PARA LADO MAIS FRACO	Coerção
740	Devem ser obedecidas	POR SER LEI NÃO SE DISCUTE. SE NÃO PAGA AS CONSEQUÊNCIA	Coerção
741	Devem ser obedecidas	PORQUE A GRANDE MAIORIA DECIDIU ISSO. ÀS LEIS FORAM FEITAS PARA SER OBEDECIDA	Consentimento
742	Devem ser obedecidas	A LEI É FEITA PARA TODOS OBEDECER	Consentimento
743	Devem ser obedecidas	É INTERESSE COLETIVO CONTRA UM INTERESSE INDIVIDUAL	Consentimento
744	Devem ser obedecidas	PORQUE QUEM DESOBEDECE ÀS LEIS ANDA ÀS MARGEM DA SOCIEDADE, MARGINAL	Coerção
745	Devem ser obedecidas	SE VOCÊ DESCUMPRIR AS LEIS ACABA SENDO PUNIDO	Coerção
746	Devem ser obedecidas	NA	Missing

747	Devem ser obedecidas	PELO O BEM DE TODOS. UM BEM MAIOR.	Consentimento
748	Devem ser obedecidas	AS LEIS TEM QUE SER CUMPRIDA	Consentimento
749	Devem ser obedecidas	NA	Missing
750	Devem ser obedecidas		Missing
751	Devem ser obedecidas	ELAS FORAM FEITAS PARA SEREM CUMPRIDAS MESMO TENDO ALGUNS CORRUPITOS NO MEIO	Consentimento
752	Não devem ser obedecidas		Não devem ser obedecidas
753	Devem ser obedecidas	LEI É LEI TEM QUE OBEDECER SE NÃO VAI PRESO	Coerção
754	Devem ser obedecidas	PARA NÃO SE VOLTA CONTRA VOCÊ MESMO	Coerção
755	Devem ser obedecidas	ELES CRIAM AS LEIS A FAVOR DOS PROTEGIDOS E DOS PODEROSOS. OS QUE NÃO SE ENQUADRAM NESTES GRUPOS SOFREM PUNIÇÕES	Coerção
756	Devem ser obedecidas	FORAM CRIADAS POR PESSOAS QUE NÃO TEM INTERESSE DE PREJUDICAR NINGUÉM QUE SÓ PENSA NUMA SOCIEDADE MELHOR	Consentimento
757	Devem ser obedecidas	PORQUE OS PODEROSOS TEM PODER E OS POBRES NÃO	Coerção
758	Devem ser obedecidas	SE FOR A LEI TEM QUE SER CUMPRIDAS	Consentimento
759	Devem ser obedecidas		Missing
760	Devem ser obedecidas	SE NÃO VAI PRESA	Coerção
761	Não devem ser obedecidas		Não devem ser obedecidas
762	Devem ser obedecidas		Missing
763	Não devem ser obedecidas		Não devem ser obedecidas
764	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI TEM QUE SER OBEDECIDA	Consentimento
765	Devem ser obedecidas	PARA NÃO SER AGREDIDA PELAS AUTORIDADES ESPANCADA	Coerção
766	Devem ser obedecidas	SÓ TEM RAZÃO QUEM TEM PODER E GRANA. NÃO SÃO PARA POBRES	Resignação
767	Devem ser obedecidas	PODE SER PRESO	Coerção
768	Devem ser obedecidas	DEVER DO CIDADÃO OBEDECER ÀS LEIS	Consentimento
769	Devem ser obedecidas	AS LEIS FORAM FEITAS PARA SER OBEDECIDAS	Consentimento
770	Não devem ser obedecidas	NA	Não devem ser obedecidas
771	Devem ser obedecidas	POR SER LEI	Consentimento
772	Devem ser obedecidas	PARA NÃO SER PUNIDA	Coerção
773	Devem ser obedecidas	POR SER LEI	Consentimento
774	Devem ser obedecidas	TODO CIDADÃO DEVE OBEDECER ÀS LEIS	Consentimento
775	Devem ser obedecidas	PODE SER PRESO SE NÃO OBEDECER OU RESPONDER PROCESSOS	Coerção
776	Devem ser obedecidas	A LEI FOI DECRETADA PARA SER RESPEITADA	Consentimento

777	Não devem ser obedecidas	NÃO SÃO FEITAS CORRETAMENTE E NEM APLICADAS	Não devem ser obedecidas
778	Não devem ser obedecidas		Não devem ser obedecidas
779	Devem ser obedecidas	PORQUE OS POBRES SÃO AS PARTES FRACAS SE NÃO VÃO PRESOS E ACABAM MORRENDO NA CADEIA	Coerção
780	Devem ser obedecidas	POR SER LEI TEM OBEDECER	Consentimento
781	Devem ser obedecidas	POR SER LEI TEMA OBEDECER COMO CIDADÃOS	Consentimento
782	Devem ser obedecidas	POR ELAS SER IMPOSTAS	Resignação
783	Devem ser obedecidas	PARA NÃO SOFRER VIOLÊNCIA	Coerção
784	Não devem ser obedecidas	PARA ELES PROTEGEM OS DE MENORES DE IDADE FAZENDO VIOLÊNCIAS CRIANDO MONSTROS	Não devem ser obedecidas
785	Devem ser obedecidas	SE É LEI TEM QUE CUMPRIR	Consentimento
786	Devem ser obedecidas	COMO CIDADÃO TEM QUE OBEDECER, O SEU SUPERIOR. A LEI É MAIOR. É AUTORIDADE	Consentimento
787	Devem ser obedecidas	ELAS FORAM CRIADAS PARA SER OBEDECIDAS E COMO CIDADÃ, TENHO O DEVER DE SER OBEDECIDA	Consentimento
788	Devem ser obedecidas	POR RESPEITO E É UMA PRÓPRIA DEFESA. QUEM NÃO RESPEITA SOFRE CONSEQUÊNCIA DE PERDE BENS E IR PRESO	Coerção
789	Devem ser obedecidas		Missing
790	Não devem ser obedecidas	AFETAM AS RELIGIÕES	Não devem ser obedecidas
791	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI É DEVE SER OBEDECIDA AINDA QUE EU NÃO CONCORDE COM A LEI DEVO OBEDECER	Consentimento
792	Devem ser obedecidas	AS LEIS FORAM CRIADAS PARA SER OBEDECIDAS	Consentimento
793	Devem ser obedecidas	PORQUE MESMO COM LEI NÃO RESOLVE NADA. IMAGINA SEM LEI? VAI VIRAR UMA BADERNA	Consentimento
794	Devem ser obedecidas	NA	Missing
795	Devem ser obedecidas	NA	Missing
796	Não devem ser obedecidas	PORQUE A GENTE TEM QUE VER O QUE É CERTO E ERRADO PORQUE OS PIORES ERROS ESTÃO NAS LEIS	Não devem ser obedecidas
797	Devem ser obedecidas		Missing
798	Devem ser obedecidas	A LEI DOS HOMENS TEM QUE CUMPRIR SE NÃO SOMOS PRESOS	Coerção
799	Devem ser obedecidas	PORQUE SIM QUEM FAZ AS LEIS TEM QUE OBEDECER	Consentimento
800	Devem ser obedecidas	PORQUE LEI É LEI FOI FEITA PARA SER CUMPRIDA SE NÃO CUMPRIR É PUNIDO	Coerção
801	Não devem ser obedecidas	NA	Não devem ser obedecidas
802	Devem ser obedecidas	PRECISA RESPEITAR AS LEIS	Consentimento
803	Não sabe		Missing
804	Não sabe		Missing
805	Não sabe		Missing
806	Devem ser obedecidas	PORQUE FORAM FEITAS PARA OBEDECER PARA PRÓPRIA PROTEÇÃO	Consentimento

807	Devem ser obedecidas	NÃO ADIANTA IR CONTRA A LEI	Consentimento
808	Não sabe		Missing
809	Não sabe		Missing
810	Devem ser obedecidas	PORQUE É UMA OPINIÃO GERAL TEMOS QUE OBEDECER ÀS LEIS	Consentimento
811	Não devem ser obedecidas	PORQUE SÃS LEIS NO BRASIL NÃO VALE NA SÓ PROTEGE QUEM TEM DINHEIRO	Não devem ser obedecidas
812	Devem ser obedecidas		Missing
813	Não devem ser obedecidas	NA	Não devem ser obedecidas
814	Devem ser obedecidas	PORQUE E ALEI E PARA OBEDECER	Consentimento
815	Devem ser obedecidas	PORQUE NÃO IRA ADIANTAR DE NADA SE NÃO OBEDECER E SÓ VAI PIORAR A VIDA DA PESSOA	Coerção
816	Devem ser obedecidas		Missing
817	Não sabe		Missing
818	Devem ser obedecidas	E A LEI R TEM QUE SER OBEDECIDA	Consentimento
819	Devem ser obedecidas	PORQUE TEM QUE MANTER A COMUNIDADE COM DIREITO E DEVERES	Consentimento
820	Não sabe		Missing
821	Não sabe		Missing
822	Não sabe		Missing
823	Devem ser obedecidas	PORQUE TEM QUE OBEDECER A LEI	Consentimento
824	Não sabe		Missing
825	Devem ser obedecidas	NA	Missing
826	Não sabe		Missing
827	Devem ser obedecidas	PORQUE TODO ESTADO TEM SUAS LEIS QUE REGEM A CIDADANIA, PRECISAMOS OBEDECER A PENA NO BRASIL, A LEI.	Consentimento
828	Devem ser obedecidas	PORQUE AS LEIS TEM QUE SER OBEDECIDA/ NÃO SABE O PORQUE MAS SABE QUE TEM QUE SER OBEDECIDA	Consentimento
829	Não sabe		Missing
830	Devem ser obedecidas	PORQUE A LEI EXISTE PARA SER OBEDECIDA ESTANDO CERTO OU ERRADO	Consentimento
831	Não sabe		Missing
832	Devem ser obedecidas	EXISTE LEI PARA SEREM OBEDECIDAS	Consentimento
833	Devem ser obedecidas	TEM QUE SEGUIR UMA DISCIPLINA SE CADA UM PENSA VIRA BAGUNÇA	Consentimento
834	Devem ser obedecidas	NA	Missing
835	Devem ser obedecidas	PORQUE MESMO QUE EU NÃO CONCORDE OS OUTROS CONCORDAM	Consentimento
836	Devem ser obedecidas	PORQUE AS LEIS FORAM CRIADAS PARA A POPULAÇÃO DE MODO GERAL VIVER EM HARMONIA COMO SE FOSSEM REGRAS	Consentimento

837	Não sabe		Missing
838	Devem ser obedecidas	PORQUE SÃO LEIS SÃO PARA SER OBEDECIDAS	Consentimento
839	Devem ser obedecidas		Missing
840	Devem ser obedecidas	TEM QUE RESPEITAR PARA IDENTIFICAR O CERTO DO ERRADO	Consentimento
841	Devem ser obedecidas	PORQUE A LEI É SUPERIOR. NÃO SERIA BOM SEM CONVIVER SEM A LEI	Consentimento
842	Devem ser obedecidas	NA	Missing
843	Devem ser obedecidas	PORQUE AS LEIS SÃO PARA SER OBEDECIDA SE NÃO VIRA BADERNA	Consentimento
844	Devem ser obedecidas	NA	Missing
845	Devem ser obedecidas	PORQUE SE É LEI TEM QUE OBEDECER SÃO AUTORIDADES	Consentimento
846	Devem ser obedecidas	NA	Missing
847	Devem ser obedecidas	TEM QUE OBEDECER SE NÃO NOS LEVAM EM CANA	Coerção
848	Devem ser obedecidas	NA	Missing
849	Devem ser obedecidas		Missing
850	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO VIRA ZONA BADERNA	Consentimento
851	Devem ser obedecidas	PODE CAUSAR ALGUM ABORRECIMENTOS SE NÃO OBEDECER	Coerção
852	Devem ser obedecidas	A LEI DEVE SER OBEDECIDA PORQUE É LEI	Consentimento
853	Não sabe		Missing
854	Devem ser obedecidas	PORQUE A LEI ESTANDO NO BRASIL NÃO TEMOS OPINIÃO PRÓPRIA TEMOS QUE NOS CALAR PARA NÃO SOFRER PENALIDADES	Coerção
855	Devem ser obedecidas	PORQUE SE A LEI EXISTE E TEM QUE SER RESPEITADA INDEPENDENTE DA MINHA OPINIÃO	Consentimento
856	Devem ser obedecidas	SE NÃO VOU SOFRER CONSEQUÊNCIAS	Coerção
857	Não sabe		Missing
858	Devem ser obedecidas	A LEI FOI FEITA PARA SER CUMPRIDAS	Consentimento
859	Devem ser obedecidas	LEIS SÃO PODEROSAS O QUE A GENTE FALAR NÃO VAI ADIANTAR EM NADA	Resignação
860	Devem ser obedecidas	PORQUE MESMO QUE VOCÊ NOS ACHA QUE NÃO É CERTA PARA OUTROS SÃO	Consentimento
861	Devem ser obedecidas	O ESTATUTO DEVE SER OBEDECIDO PARA QUE HAJA ORDEM	Consentimento
862	Devem ser obedecidas	NA	Missing
863	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO A SOCIEDADE VIRA UM CAOS, SEM UMA LEI A SEGUIR VOLTARIAM OS ANTEMPOS DAS CAVERNAS, CADA UM POR SI	Consentimento
864	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO A SITUAÇÃO PODE PIORAR, AS PESSOAS SÃO CONDUZIDAS A FAZEREM DE ACORDO COM AS LEIS	Consentimento
865	Devem ser obedecidas	A LEI FOI FEITA PARA SER OBEDECIDA INDEPENDENTE SE CONCORDA OU NÃO COM ELA	Consentimento
866	Devem ser obedecidas	SE FOR UMA LEI, HOUE UM CONSENSO PÚBLICO, E SENDO ASSIM DEVE SER OBEDECIDA MESMO NÃO CONCORDANDO, PORQUE ÀS VEZES VISA UM BEM MAIOR	Consentimento

867	Devem ser obedecidas	PORQUE SE EU NÃO CONCORDO SEMPRE ESTOU ERRADA, SOU OBRIGADA CONCORDAR SEMPRE	Resignação
868	Devem ser obedecidas	NA	Missing
869	Devem ser obedecidas	SE FOR LEI, SÃO AUTORIDADES, ACHANDO CERTO OU NÃO TEM QUE OBEDECER	Consentimento
870	Devem ser obedecidas	PORQUE A LEI FOI CRIADA PARA SER OBEDECIDA SEMPRE	Consentimento
871	Devem ser obedecidas	VOCÊ TEM QUE OBEDECER PORQUE A LEI DEVE SER OBEDECIDA, SE VOCÊ NÃO OBEDECER, VOCÊ QUE VAI SER PUNIDA	Coerção
872	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO OBEDECERMOS ÀS LEIS, QUEM SOFRE E PAGA O PRÓPRIO RISCO	Coerção
873	Devem ser obedecidas	PARA A HUMANIDADE FICAR MELHOR, PORQUE SE NÃO CUMPRIR AS LEIS PODE VIRAR BADERNA	Consentimento
874	Não devem ser obedecidas	EU ACHO QUE NÃO DEVERIA TER AUTORIDADES QUE DECIDEM O QUE É PELA GENTE	Não devem ser obedecidas
875	Devem ser obedecidas	NA	Missing
876	Devem ser obedecidas	NA	Missing
877	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI, E SEMPRE DEVE SER OBEDECIDA	Consentimento
878	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI, MESMO ESTANDO ERRADA ELA DEVE SER OBEDECIDA	Consentimento
879	Devem ser obedecidas	SE FOR UMA LEI, DEVE SER OBEDECIDA, POR PIOR QUE ELA SEJA, É LEI	Consentimento
880	Devem ser obedecidas	PORQUE A LEI SEMPRE PREVALECE. É PODER, AUTORIDADE	Consentimento
881	Devem ser obedecidas	NA	Missing
882	Não devem ser obedecidas	SE A LEI COMPROMETER A NOSSA MORAL, OU RELACIONAMENTO COM DEUS, NÃO DEVE SER OBEDECIDA	Não devem ser obedecidas
883	Não devem ser obedecidas	A LEI NÃO RESOLVE NADA. A LEI FOI FEITA PARA OPRIMIR, A LEI FOI FEITA PARA DEFENDER OS DIREITOS DE A BURGUESIA, DEFENDER A PRIORIDADE PRIVADA, PARA O POBRE NÃO SOBRA NADA	Não devem ser obedecidas
884	Devem ser obedecidas	A LEI FOI FEITA PARA SER OBEDECIDA	Consentimento
885	Devem ser obedecidas	PARA MANTER A ORDEM	Consentimento
886	Devem ser obedecidas	PORQUE EU SOU DO BEM, QUE É CERTO OBEDECER ÀS LEIS	Consentimento
887	Devem ser obedecidas	NA	Missing
888	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO OBEDECER É JULGADO COMO RUIM	Coerção
889	Devem ser obedecidas	É UMA COISA CERTA OBEDECER ÀS LEIS QUANDO TEM REGRAS PARA SEGUIR VOCÊ ACABA SÉ PREJUDICANDO	Consentimento
890	Devem ser obedecidas	PARA MANTER A ORDEM E RESPEITO	Consentimento
891	Devem ser obedecidas	SE VOCÊ VAI DIRIGIR BÊ BADO VOCÊ PODE MATAR ALGUÉM, MAS TEM LEI QUE PROIBE ISSO. TEM QUE SER RESPEITADA	Consentimento
892	Devem ser obedecidas	NA	Missing
893	Não devem ser obedecidas	OS GRANDES FAZEM COISAS E NÃO ACONTECE NADA COM ELES POR ISSO NÃO TEM QUE OBEDECER	Não devem ser obedecidas
894	Devem ser obedecidas	SE FOR LEI SEMPRE TEM QUE SER CUMPRIDA.	Consentimento
895	Devem ser obedecidas	PORQUE TENHO QUE TER MINHA OPINIÃO	Missing
896	Devem ser obedecidas	PORQUE SE DESOBEDECE À LEI TRAZ CONSEQUÊNCIAS DESASTROSAS COMO DIRIGIR EMBRIAGADO	Consentimento

897	Devem ser obedecidas	É LEI, E SENDO ASSIM LEI FOI FEITA PARA SER OBEDECIDA	Consentimento
898	Devem ser obedecidas	PORQUE LEI É LEI, VOCÊ TEM QUE CONCORDAR, A LEI FOI FEITA PARA SER OBEDECIDA, POR ISSO SE CHAMA LEI	Consentimento
899	Devem ser obedecidas	NA	Missing
900	Devem ser obedecidas	ACHO QUE SE A LEI EXISTE, EXISTE A CARTA MAGNA, SE EXISTEM REGRAS ELAS DEVEM SER SEGUIDAS, AS REGRAS SOCIAIS, LEGISLATIVAS E MORAIS DEVEM SER SEGUIDAS	Consentimento
901	Devem ser obedecidas	PORQUE É NORMA E SEMPRE DEVE SER OBEDECIDA	Consentimento
902	Devem ser obedecidas	NA	Missing
903	Devem ser obedecidas	NA	Missing
904	Devem ser obedecidas	EXISTE UM ESTATUTO, E SE EXISTE UMA LEI VOCÊ TEM QUE SEGUIR A LEI, PORQUE SÓ ATRAVÉS DA LEI VOCÊ PODE SER INOCENTADO OU CULPADO OU INOCENTE	Consentimento
905	Devem ser obedecidas	PORQUE TEM DE OBEDECER À LEI MESMO ESTANDO ERRADA	Consentimento
906	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI, TEMOS QUE SEGUIR PORQUE SE NÃO O MUNDO FICA PIOR	Consentimento
907	Não devem ser obedecidas	PORQUE NA LEI TEM COISA QUE SÃO ABSURDAS, LEIS QUE SÃO APROVADAS E NÃO FUNCIONAVAM, DESSA FORMA NÃO TEM QUE OBEDECER	Não devem ser obedecidas
908	Não devem ser obedecidas	DEPENDENDO DA LEI TODO MUNDO DESOBEDECEM, MESMO PORQUE AS LEIS SÃO MITO ANTIGAS, DEVEM SOFRER REFORMULAÇÃO	Não devem ser obedecidas
909	Não sabe		Missing
910	Devem ser obedecidas	PORQUE ASSIM CRIA OS PARÂMETROS DA SOCIEDADE E DESSA MANEIRA IREMOS TODOS VIVER MELHOR, DESDE HAJA O CUMPRIMENTO E O RESPEITO DA LEI	Consentimento
911	Devem ser obedecidas	PORQUE SÃO LEIS E DEPENDENDO DO QUE ELA IMPÕE QUE DEVE SER OBEDECIDA	Consentimento
912	Devem ser obedecidas	PELO FATO DE SER UMA LEI TEM QUE OBEDECER	Consentimento
913	Devem ser obedecidas	PORQUE LEI É LEI E FOI FEITA PARA SER RESPEITADA	Consentimento
914	Devem ser obedecidas	NA	Missing
915	Devem ser obedecidas	PORQUE EU TENHO MEDO DE SOFRER CONSEQUÊNCIA SE NÃO OBEDECER	Coerção
916	Devem ser obedecidas	SE EU NÃO OBEDECER VOU SOFRER PUNIÇÃO	Coerção
917	Devem ser obedecidas	AS LEIS TEM QUE SER CUMPRIDAS PARA AS COISAS NÃO FICAREM PIOR DO QUE ESTÃO	Consentimento
918	Não sabe		Missing
919	Devem ser obedecidas	NA	Missing
920	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI TEM QUE OBEDECER	Consentimento
921	Devem ser obedecidas	PORQUE LEI É PARA SER OBEDECIDA. ELA FOI FEITA PARA ISSO	Consentimento
922	Não sabe		Missing
923	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI, TEM QUE OBEDECER E ACREDITAR NA LEI	Consentimento
924	Devem ser obedecidas	EU TENHO EM MENTE QUE TODA AUTORIDADE DEVE SER OBEDECIDA	Consentimento
925	Devem ser obedecidas	VOCÊ TEM QUE OBEDECER, PORQUE SE VOCÊ NÃO OBEDECER À LEI VOCÊ PODE SER PUNIDO	Coerção

926	Devem ser obedecidas	NA	Missing
927	Devem ser obedecidas	PORQUE A LEI EXISTE PARA REGER UMA SITUAÇÃO NA SOCIEDADE, ELA EXISTE PARA ORGANIZAR, UMA SOCIEDADE SEM LEI, SERIA COMO TERRA DE NINGUÉM	Consentimento
928	Não sabe		Missing
929	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI, E SENDO ELA DEVE SER CUMPRIDA PELO FATO DE SER LEI, INDEPENDENTE DA MINHA OPINIÃO	Consentimento
930	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI É DEVE SER OBEDECIDA SEMPRE	Consentimento
931	Devem ser obedecidas	AS LEIS FORAM FEITAS PARA SER CUMPRIDAS	Consentimento
932	Devem ser obedecidas	PORQUE SE A LEI EXISTE É PARA SER CUMPRIDA	Consentimento
933	Devem ser obedecidas	MESMO QUE EU NÃO CONCORDE, SE FOR PARA O BENEFICIO DE ALGUÉM DEVE SER OBEDECIDO	Consentimento
934	Não sabe		Missing
935	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI É PARA SE OBEDECIDA	Consentimento
936	Não devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO CONCORDO NÃO DEVO OBEDECER	Não devem ser obedecidas
937	Devem ser obedecidas	NÃO SEI	Missing
938	Não devem ser obedecidas	PORQUE CADA UM TEM UM MODO DE VER. SE EU VEJO QUE ESTA ERRADO VOU CONTRA E ASSUMO AS CONSEQUÊNCIAS	Não devem ser obedecidas
939	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI	Consentimento
940	Devem ser obedecidas	PORQUE SÃO LEIS E SENDO ASSIM É PARA SER OBEDECIDA	Consentimento
941	Devem ser obedecidas		Missing
942	Devem ser obedecidas	PORQUE NINGUÉM É MELHOR QUE NINGUÉM E POR ISSO TODOS DEVEM ACATAR AS LEIS	Consentimento
943	Devem ser obedecidas	TEM QUE OBEDECER ÀS LEIS E UMA REGRA A SER CUMPRIDA	Consentimento
944	Devem ser obedecidas		Missing
945	Devem ser obedecidas	AS LEIS FORAM FEITAS PARA SEREM OBEDECIDAS	Consentimento
946	Devem ser obedecidas	PORQUE AS LEIS SÃO MAIORES NO PODER	Consentimento
947	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI	Consentimento
948	Devem ser obedecidas	POR RETALIAÇÃO SE NÃO CUMPRIR DE ALGUMA FORMA VOCÊ VAI PAGAR	Coerção
949	Devem ser obedecidas	PORQUE OBEDECENDO A LEI EVITA PROBLEMA	Coerção
950	Devem ser obedecidas	NA	Missing
951	Devem ser obedecidas	PORQUE SE ELAS FOREM DETERMINADA PELAS AUTORIDADE TEMOS QUE OBEDECER	Consentimento
952	Não sabe		Missing
953	Não devem ser obedecidas		Não devem ser obedecidas
954	Não devem ser obedecidas	SE ESTÃO ERRADO EU NÃO VOU CUMPRIR	Não devem ser obedecidas
955	Devem ser obedecidas	QUEM NÃO CUMPRIR A LEI ELA PERDE TODO O DIREITO DE UM CIDADÃO DE BEM	Coerção

956	Devem ser obedecidas	PORQUE SE SE CUMPRIR AS LEIS QUE EXISTEM AS COISAS MELHORAM	Consentimento
957	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI E A LEI E PARA SER OBEDECIDA	Consentimento
958	Não devem ser obedecidas		Não devem ser obedecidas
959	Devem ser obedecidas	NA	Missing
960	Não sabe		Missing
961	Devem ser obedecidas	PORQUE SE SÃO LEIS TEM QUE SER OBEDECIDAS SE NÃO SOMOS PREJUDICADOS PODEMOS ATÉ SER PRESO	Coerção
962	Devem ser obedecidas	A PARTIR FOI MOMENTO QUE VAI PREJUDICAR OUTRA PESSOA	Consentimento
963	Devem ser obedecidas	SE FOR CRIAR PROBLEMA COMPLICA TUDO	Coerção
964	Devem ser obedecidas	PORQUE SE E LEI TEM QUE SER OBEDECIDO E LEI	Consentimento
965	Devem ser obedecidas		Missing
966	Devem ser obedecidas		Missing
967	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI DEVEMOS CUMPRIR A LEI, PORQUE SE NÃO CUMPRIMOS QUEBRANDO REGRAS	Consentimento
968	Não sabe		Missing
969	Devem ser obedecidas	POR RESPEITO À AUTORIDADE	Consentimento
970	Não sabe		Missing
971	Devem ser obedecidas	NA	Missing
972	Devem ser obedecidas	PORQUE SE EU DESOBEDECER SEREI PUNIDA	Coerção
973	Devem ser obedecidas		Missing
974	Devem ser obedecidas		Missing
975	Devem ser obedecidas	PORQUE SE VOCÊ NÃO OBEDECER VOCÊ PODE SER PUNIDO POR ELA	Coerção
976	Não devem ser obedecidas	PORQUE AS LEIS HOJE EM DIA ESTÃO TUDO ERRADO ELES SÓ PROTEGEM OS RICOS, RICO NÃO VAI PRESO	Não devem ser obedecidas
977	Devem ser obedecidas	PORQUE ELES COLOCAM AS LEIS E OS CIDADÃOS TEM QUE OBEDECER MESMO QUE NÃO CONCORDEM SENÃO SOBRA PARA O POVÃO	Resignação
978	Devem ser obedecidas	PORQUE SENÃO A GENTE ACABA SENDO PUNIDO, SENDO ASSIM E MELHOR E MELHOR OBEDECER	Coerção
979	Devem ser obedecidas	PORQUE O PAU QUEBRA SEMPRE EM CIMA DOS MAIS FRACOS	Resignação
980	Devem ser obedecidas	PORQUE SE É UMA LEI EXISTE UM MOTIVO FOI PENSADO PARA AQUILO ACONTECER	Consentimento
981	Devem ser obedecidas	TEMOS QUE SEGUIR AS LEIS QUERENDO OU NÃO, PORQUE SE NÃO SEGUIDA TEREMOS MEDIDAS DE PRISÃO	Coerção
982	Não sabe		Missing
983	Devem ser obedecidas	NA	Missing
984	Devem ser obedecidas		Missing
985	Devem ser obedecidas	PORQUE DEVEM SER CUMPRIDAS	Consentimento

986	Devem ser obedecidas	TODAS AS LEIS DEVEM SER OBEDECIDAS, REGRAS FORAM FEITAS PARA SER OBEDECIDAS	Consentimento
987	Devem ser obedecidas		Missing
988	Devem ser obedecidas	PORQUE VOCÊ PODE TOMAR UMA ADVERTÊNCIA SE NÃO OBEDECER	Coerção
989	Devem ser obedecidas	PORQUE SE LEI FOI COLOCADA E PARA VOCÊ SEGUIR MESMO QUE EU NÃO CONCORDE COM ELA, PORQUE ACABA PREJUDICADO SE NÃO SEGUIR A LEI	Coerção
990	Não devem ser obedecidas	PORQUE TODO MUNDO TEM O DIREITO A UMA OPINIÃO	Não devem ser obedecidas
991	Devem ser obedecidas	PORQUE SÓ EU NÃO POSSO FAZER A DIFERENÇA	Resignação
992	Devem ser obedecidas	NA	Missing
993	Devem ser obedecidas	POR ELES SEREM FORÇA MAIOR MESMO NÃO CONCORDANDO	Resignação
994	Devem ser obedecidas		Missing
995	Devem ser obedecidas	POR SER LEI ACIMA DAS PESSOAS AUTORIDADES	Consentimento
996	Não sabe		Missing
997	Devem ser obedecidas	PARA ME PROTEGER E QUEM ESTIVER AO MEU REDOR	Coerção
998	Devem ser obedecidas	O NÃO SOFRER CONSEQUÊNCIA SER PUNIDA	Coerção
999	Devem ser obedecidas	DEVO OBEDECER ÀS LEIS SEMPRE PARA QUE HAJA JUSTIÇA E ORDEM NA COMUNIDADE	Consentimento
1000	Devem ser obedecidas	A LEI FOI FEITA PARA OBEDECER SE NÃO VAI VIRAR BAGUNÇA	Consentimento
1001	Não devem ser obedecidas		Não devem ser obedecidas
1002	Devem ser obedecidas	PORQUE SE EXISTE LEIS É PARA SER OBEDECIDAS	Consentimento
1003	Devem ser obedecidas	PORQUE SE EXISTE LEIS E PARA OBEDECERMOS	Consentimento
1004	Não respondeu		Missing
1005	Devem ser obedecidas	PORQUE LEI, SE NÃO SEGUIMOS NOS DAREMOS MAL	Coerção
1006	Devem ser obedecidas		Missing
1007	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO FOSSEM PARA SER OBEDECIDAS NÃO EXISTIRIA LEI	Consentimento
1008	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO ASSINA UM DESACATO À AUTORIDADE	Coerção
1009	Não sabe		Missing
1010	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO OBEDECIDAS VIRA BAGUNÇA	Consentimento
1011	Devem ser obedecidas		Missing
1012	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO OBEDECIDAS SEREMOS PUNIDOS	Coerção
1013	Devem ser obedecidas	SIM DEVEMOS OBEDECER POR QUESTÃO DE RESPEITO ÀS LEIS	Consentimento
1014	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO OBEDECIDAS GERA TRANSTORNO, COMO DESACATO E PAGAR VALORES PARA A AUTORIDADE	Coerção
1015	Devem ser obedecidas		Missing

1016	Devem ser obedecidas	PARA NÃO SER PUNIDOS	Coerção
1017	Devem ser obedecidas	PARA NÃO SER PUNIDA INJUSTAMENTE	Coerção
1018	Devem ser obedecidas	PORQUE É A ÚNICA FORMA DE GARANTIR SEUS DIREITOS	Consentimento
1019	Devem ser obedecidas	POR SER REGRAS DA SOCIEDADE E PARA NÃO SER PUNIDA	Coerção
1020	Devem ser obedecidas	PARA NÃO SER PUNIDO	Coerção
1021	Devem ser obedecidas	PARA MANTER ORDEM E POR SER REGRAS DA SOCIEDADE	Consentimento
1022	Devem ser obedecidas	NÃO SEI DIZER	Missing
1023	Não devem ser obedecidas		Não devem ser obedecidas
1024	Devem ser obedecidas	PARA NÃO SER PUNIDO	Coerção
1025	Devem ser obedecidas		Missing
1026	Devem ser obedecidas	SE SÃO LEIS CABE A NOS OBEDECERMOS	Consentimento
1027	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1028	Devem ser obedecidas	LEI FOI FEITA PARA SER CUMPRIDA COMO CIDADÃO SE EU NÃO OBEDECER SOFRO CONSEQUÊNCIA	Coerção
1029	Devem ser obedecidas		Missing
1030	Não devem ser obedecidas		Não devem ser obedecidas
1031	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO OBEDECER À GENTE PAGA, POSSO SER PRESA OU MULTADAS	Coerção
1032	Devem ser obedecidas		Missing
1033	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1034	Devem ser obedecidas	PORQUE A GENTE PODE SER PRESO POR INFRINGIR A LEI	Coerção
1035	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1036	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1037	Devem ser obedecidas	TEMOS QUE TER REGRAS PARA CONVIVER EM SOCIEDADE, INDEPENDENTE DE NOSSA OPINIÃO.	Consentimento
1038	Devem ser obedecidas	PARA O BEM COMUM E PARA NÃO ACABAR POR SER PUNIDO.	Coerção
1039	Devem ser obedecidas	PRECISAM SER SEGUIDAS PARA O BEM MAIOR DA COMUNIDADE.	Consentimento
1040	Devem ser obedecidas		Missing
1041	Não sabe		Missing
1042	Devem ser obedecidas	PORQUE SENÃO SEREMOS PUNIDOS	Coerção
1043	Devem ser obedecidas		Missing
1044	Devem ser obedecidas	MANTER A PAZ NA COMUNIDADE	Consentimento
1045	Devem ser obedecidas	PARA MANTER A ORDEM, PARA O BEM MAIOR DA MAIORIA	Consentimento

1046	Não respondeu		Missing
1047	Devem ser obedecidas	LEI NÃO SE DISCUTE	Consentimento
1048	Devem ser obedecidas	SE NÃO OBEDECER, VAMOS NOS PREJUDICAR	Coerção
1049	Devem ser obedecidas	INDEPENDENTE DA MINHA CONCORDÂNCIA, LEI É LEI	Consentimento
1050	Devem ser obedecidas	TEM QUER SER OBEDECIDAS PARA QUE OCORRA TODOS CERTO	Consentimento
1051	Devem ser obedecidas	PORQUE NÃO SE PODE IR CONTRA LEI SE SOMOS PUNIDOS	Coerção
1052	Devem ser obedecidas	TEM QUE SER OBEDECIDA PORQUE É LEI	Consentimento
1053	Não respondeu		Missing
1054	Devem ser obedecidas	EMBORA POSSA NÃO CONCORDAR, TEMOS QUE ACATAR AS LEIS	Consentimento
1055	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1056	Devem ser obedecidas	PARA NÃO IR PRESO	Coerção
1057	Devem ser obedecidas	PARA MANTER A ORDEM NO ESTADO	Consentimento
1058	Devem ser obedecidas	AS PESSOAS TEM QUE TER RESPONSABILIDADE, RESPEITAR A LEI. NÃO DIRIGIR BEBADO, NÃO MALTRATAR AS PESSOAS PARA QUE A LEI NÃO AGE COM VIOLÊNCIA	Consentimento
1059	Devem ser obedecidas	AS LEIS SÃO PARA TODOS. SE VOCÊ FEZ ALGO ERRADO VOCÊ TEM QUE PAGAR, SE COMETEU UM CRIME COMO FRAUDE VOCÊ TEM QUE PAGAR POR ESTE CRIME, TIRANDO A VIDA DA PESSOA VOCÊ TEM QUE IR PRESO	Consentimento
1060	Devem ser obedecidas	PARA NÃO SOFRER AS CONSEQUÊNCIAS DE SER PRESO	Coerção
1061	Devem ser obedecidas	DE CERTA FORMA A LEI TEM RAZÃO, POR EXEMPLO, A LEI SECA UMA PESSOA NÃO PODE DIRIGIR BÊBADA	Consentimento
1062	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1063	Devem ser obedecidas	PORQUE É CERTO OBEDECER, SE NÃO OBEDECER ÀS LEIS VAI PRESO	Coerção
1064	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1065	Devem ser obedecidas	PORQUE AGENTE VIVE EM SOCIEDADE E SENDO LEI UM RESPEITA O ESPAÇO DO OUTRO	Consentimento
1066	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1067	Devem ser obedecidas	SE VOCÊ DESOBEDECER À LEI VOCÊ ESTÁ ERRADO E PODE SER PUNIDO	Coerção
1068	Devem ser obedecidas	PORQUE EM FUNÇÃO DAS CONSEQUÊNCIAS DA DESOBEDIÊNCIA	Coerção
1069	Devem ser obedecidas	PORQUE CONTRA ELA PODEM ACARRETAR COISAS RUINS PARA MIM TAMBÉM	Coerção
1070	Devem ser obedecidas	A LEI NÃO SE DISCUTIU SE CUMPRE	Consentimento
1071	Devem ser obedecidas	PORQUE A LEI SE CUMPRE NÃO SE PROTESTA	Consentimento
1072	Não sabe		Missing
1073	Devem ser obedecidas	PORQUE SÃO MEDIDA PARA VIVER BEM COM A SOCIEDADE SE NÃO OBEDECER PODEMOS VIVER EM CONFLITO COM ELA	Consentimento
1074	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1075	Devem ser obedecidas	É UMA FORMA DO GOVERNO COLOCAR ORDEM NO PAÍS	Consentimento

1076	Devem ser obedecidas	PORQUE EXISTE PARA SER OBEDECIDA, EU OBEDEÇO	Consentimento
1077	Devem ser obedecidas	PORQUE VOCÊ PODE SER PREJUDICADO, PODEMOS SER INJUSTOS COM O PRÓXIMO SE TENTAR FAZER A LEI COM AS PRÓPRIAS MÃOS	Consentimento
1078	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1079	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO OBEDECER ÀS LEIS VAMOS SER PRESOS	Coerção
1080	Devem ser obedecidas	LEI É LEI POR CAUSA DE UMA SOCIEDADE	Consentimento
1081	Não sabe		Missing
1082	Não devem ser obedecidas	NA	Não devem ser obedecidas
1083	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1084	Não sabe		Missing
1085	Devem ser obedecidas	PORQUE ESTÃO TRABALHANDO PARA POPULAÇÃO	Consentimento
1086	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1087	Devem ser obedecidas	PORQUE SE EXISTE A LEI TEMOS QUE CUMPRIR PARA NÃO GERAR MAIS VIOLÊNCIA	Consentimento
1088	Devem ser obedecidas	PARA NÃO TER ABORRECIMENTO COM A MINHAS PESSOA. POSSO SER PRESA	Coerção
1089	Não sabe		Missing
1090	Devem ser obedecidas	PORQUE O BEM MAIOR DA SOCIEDADE EVITAR MAIS CONFLITOS E MENOS VIOLÊNCIA	Consentimento
1091	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI SE NÃO OBEDECER VOU PRESO MESMO QUE EU NÃO CONCORDE TENHO QUE OBEDECER	Coerção
1092	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO OBEDECER ELES ACABAM TE PUNINDO TE LEVANDO PRESO	Coerção
1093	Devem ser obedecidas	É A NOSSA OBRIGAÇÃO	Consentimento
1094	Devem ser obedecidas	ÀS VEZES PARA MIM NÃO É BOM, MAS PARA AS OUTRAS PESSOAS SIM	Consentimento
1095	Devem ser obedecidas	ELES COLOCAM AS REGRAS PARA OBEDECER	Consentimento
1096	Devem ser obedecidas	PORQUE TEM QUE ANDAR DIREITO NÃO FAZER COISAS ERRADAS	Consentimento
1097	Devem ser obedecidas	PORQUE SOU UMA PESSOA HONESTA NÃO QUERO SER PRESA	Coerção
1098	Devem ser obedecidas	PORQUE FOI FEITA PARA MANTER A ORDEM.	Consentimento
1099	Não devem ser obedecidas	SE TRATANDO DE BRASIL NÃO AS LEIS SÃO FALHAS	Não devem ser obedecidas
1100	Devem ser obedecidas	EXISTEM AS LEIS PARA A GENTE OBEDECER	Consentimento
1101	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1102	Devem ser obedecidas		Missing
1103	Não sabe		Missing
1104	Não devem ser obedecidas		Não devem ser obedecidas
1105	Devem ser obedecidas		Missing

1106	Devem ser obedecidas		Missing
1107	Devem ser obedecidas	PARA EVITAR PROBLEMAS	Coerção
1108	Devem ser obedecidas		Missing
1109	Devem ser obedecidas	PODE HAVER PUNIÇÃO	Coerção
1110	Devem ser obedecidas		Missing
1111	Devem ser obedecidas	PORQUE FOI FEITAS PARA SER CUMPRIDAS	Consentimento
1112	Devem ser obedecidas	LEI É LEI	Consentimento
1113	Devem ser obedecidas	PARA NÃO SER PUNIDA POR QUE SE NÃO CUMPRIR ELES PRENDEM	Coerção
1114	Não devem ser obedecidas	PORQUE SE ESTOU NA RAZÃO NÃO DEVO ACATAR A TUDO QUE FALAM	Não devem ser obedecidas
1115	Não sabe		Missing
1116	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI TEM QUE MANTER A ORDEM ÀS LEIS SÃO PARA ISSO	Consentimento
1117	Não devem ser obedecidas	NA	Não devem ser obedecidas
1118	Devem ser obedecidas	SE NÃO OBEDECER VAI SER PIOR A GENTE NÃO TEM SEGURANÇA	Consentimento
1119	Devem ser obedecidas	PELA SEGURANÇA E PARA EVITAR QUE ALGO DE PIOR ACONTEÇA	Consentimento
1120	Devem ser obedecidas	PARA NÃO SER PUNIDA	Coerção
1121	Devem ser obedecidas	EXISTEM MUITAS LEIS QUE NÃO SERVE PARA MIM, MAS SERVE PARA A MAIORIA E AJUDA NO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL	Consentimento
1122	Devem ser obedecidas	PORQUE ESTAS LEIS EXISTEM PARA REGULAMENTAR DE UMA MANEIRA GERAL A VIDA EM SOCIEDADE	Consentimento
1123	Devem ser obedecidas		Missing
1124	Devem ser obedecidas		Missing
1125	Devem ser obedecidas	AS LEIS AJUDAM PARA O BEM ESTAR DA MAIORIA, MESMO NÃO CONCORDANDO COM ELAS	Consentimento
1126	Devem ser obedecidas	LEI SEMPRE É LEI E POR ISSO TEM QUE SER OBEDECIDAS	Consentimento
1127	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1128	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1129	Não devem ser obedecidas	PORQUE TEM LEIS QUE NÃO BENEFICIA NINGUÉM	Não devem ser obedecidas
1130	Devem ser obedecidas	PARA O BEM MAIOR DA SOCIEDADE	Consentimento
1131	Devem ser obedecidas	MANTER A ORDEM.	Consentimento
1132	Devem ser obedecidas	SE É UMA LEI PRECISAM SER OBEDECIDAS INDEPENDENTE DA MINHA OPINIÃO.	Consentimento
1133	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO VIRA UM PANDEMIÃO, E VAI HAVER MUITA DESORGANIZAÇÃO.	Consentimento
1134	Devem ser obedecidas		Missing
1135	Devem ser obedecidas	SE FOR CONTRA A LEI, POSSO SER PRESO, POR EXEMPLO. VOU SOFRER CONSEQUÊNCIAS.	Coerção

1136	Devem ser obedecidas		Missing
1137	Devem ser obedecidas		Missing
1138	Devem ser obedecidas		Missing
1139	Devem ser obedecidas		Missing
1140	Não devem ser obedecidas	NA	Não devem ser obedecidas
1141	Devem ser obedecidas	SE NÃO OBEDECE ACABA SENDO PUNIDO	Coerção
1142	Devem ser obedecidas	PORQUE SE TODOS OBEDECERENDO ÀS COISAS O BRASIL CAMINHARIA CORRETAMENTE	Consentimento
1143	Devem ser obedecidas	PORQUE A LEI É PARA SER OBEDECIDA	Consentimento
1144	Devem ser obedecidas	PORQUE SOMOS CIDADÃO SE NÃO OBEDECER VOCÊ VIRA UM MARGINAL	Coerção
1145	Devem ser obedecidas	PORQUE ESTÃO ASSINADAS AS LEIS E TEM QUE RESPEITAR	Consentimento
1146	Não devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO ME PROTEGE DE NADA PORQUE DEVO OBEDECER?	Não devem ser obedecidas
1147	Não devem ser obedecidas	PORQUE QUANDO VOCÊ ACHA UMA LEI ABSURDA VOCÊ NÃO É OBRIGADA A CONTRIBUIR	Não devem ser obedecidas
1148	Devem ser obedecidas	POR SEREM AS AUTORIDADES	Consentimento
1149	Devem ser obedecidas	É A LEI	Consentimento
1150	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI SE NÃO OBEDECER A CHICOTE ESTRALA	Coerção
1151	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1152	Devem ser obedecidas		Missing
1153	Devem ser obedecidas	TANTO FAZ EU CONCORDA OU ELAS VÃO SER OBEDECIDAS DA MESMA FORMA	Resignação
1154	Devem ser obedecidas		Missing
1155	Devem ser obedecidas	PORQUE DO MSM JEITO TEM PUNIÇÃO	Coerção
1156	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1157	Devem ser obedecidas	É UMA ATO DE INIBIR A VIOLÊNCIA E UM PEDIDO DE SOCORRO PELO QUE É CERTO	Consentimento
1158	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1159	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1160	Devem ser obedecidas	PORQUE SENÃO A GENTE VAI PRESO	Coerção
1161	Devem ser obedecidas	PORQUE ACARRETA UM MONTÃO DE COISA SE DESRESPEITAR, ENTÃO A LEI DEVE SER CUMPRIDA MESMO QUE NA CONCORDE	Coerção
1162	Devem ser obedecidas	PORQUE SE A GENTE NÃO OBEDECER PODE TER PROBLEMAS, COMO SETOR PROCESSADA, POR EXEMPLO	Coerção
1163	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1164	Devem ser obedecidas	PORQUE VOCÊ É PUNIDO	Coerção
1165	Devem ser obedecidas		Missing

1166	Devem ser obedecidas		Missing
1167	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1168	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1169	Devem ser obedecidas	POR UMA QUESTÃO DE BOM SENSO	Consentimento
1170	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO VIRA UMA DESORDEM SOCIAL	Consentimento
1171	Devem ser obedecidas	PARA PRESERVAR A ORDEM SOCIAL	Consentimento
1172	Devem ser obedecidas	ELAS DEVEM SER CUMPRIDAS PARA MANTER A ORDEM	Consentimento
1173	Devem ser obedecidas	PORQUE LEI É LEI	Consentimento
1174	Devem ser obedecidas	PORQUE NÃO VOU CONTRA AS LEIS	Consentimento
1175	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1176	Devem ser obedecidas	NÃO ADIANTA AS AUTORIDADES SÃO AUTORIDADES. TEM QUE OBEDECER A AUTORIDADE	Consentimento
1177	Devem ser obedecidas	PORQUE DEVE SER SEMPRE OBEDECIDAS PORQUE É LEI	Consentimento
1178	Devem ser obedecidas	SE NÃO A ORDEM VIRA UM CAOS	Consentimento
1179	Devem ser obedecidas	PARA NÃO SER PUNIDA PELA PRÓPRIA LEI OU SEJA DESACATO	Coerção
1180	Não devem ser obedecidas	PORQUE AS LEIS SÓ FAVORECEM OS PODEROSOS ECONOMICAMENTE	Não devem ser obedecidas
1181	Devem ser obedecidas	PORQUE ELAS FORAM FEITAS PARA PROTEGER A SOCIEDADE	Consentimento
1182	Devem ser obedecidas	EU A RESPEITO MAS DEPOIS VOU PROCURAR MEUS DIREITO	Consentimento
1183	Devem ser obedecidas	PORQUE TEMOS QUE SEGUIR A LEI	Consentimento
1184	Devem ser obedecidas	POIS FORAM CRIADAS PARA SEREM CUMPRIDAS	Consentimento
1185	Devem ser obedecidas	SER FORAM CRIADAS DEVEM SER RESPEITADOS	Consentimento
1186	Devem ser obedecidas		Missing
1187	Devem ser obedecidas	PORQUE TEM QUER SER MESMO	Consentimento
1188	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1189	Devem ser obedecidas	LEI É LEI ESTAMOS NUMA CONSTITUIÇÃO SE NÃO CONCORDE COM ISSO POSSO CONTESTAR DE FORMA JUDICIAL	Consentimento
1190	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1191	Devem ser obedecidas	SE VOCÊ FOR CONTRA ELA VAI SER PUNIDO MESMO QUE VOCÊ NÃO CONCORDE	Coerção
1192	Devem ser obedecidas	CONCORDO MESMO QUE NÃO APROVO A LEI	Consentimento
1193	Devem ser obedecidas	VOCÊ CORRE QUALQUER RISCO SE NÃO OBEDECER	Coerção
1194	Não devem ser obedecidas	SE UMA COISA ESTA ERRADA TEMOS QUE PROTESTAR PARA FAZERMOS O CERTO	Não devem ser obedecidas
1195	Devem ser obedecidas	NA	Missing

1196	Devem ser obedecidas	ORDEM SE OBEDECE NÃO SE DISCUTE	Consentimento
1197	Devem ser obedecidas	PORQUE SÃO LEIS	Consentimento
1198	Devem ser obedecidas	PARA TRILHAR NO CAMINHO CERTO OBEDECENDO	Consentimento
1199	Devem ser obedecidas	É A OPINIÃO DA MAIORIA. TEM QUE OBEDECER	Consentimento
1200	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1201	Devem ser obedecidas	SE EU DESOBEDECER ALGUMA COISA RUIM PODE ACONTECER	Coerção
1202	Devem ser obedecidas		Missing
1203	Não devem ser obedecidas	SE OS QUE FAZEM AS LEIS NÃO AS RESPEITAM, A GENTE TAMBÉM NÃO TEM QUE RESPEITAR	Não devem ser obedecidas
1204	Devem ser obedecidas		Missing
1205	Devem ser obedecidas	PORQUE TEM QUE TER UM SENTIDO, UMA DIRETRIZ SE TIVER LEIS CADA UM FAZ O QUE QUER E VIRA UM CAOS	Consentimento
1206	Devem ser obedecidas	PORQUE O CIDADÃO TEM QUE CUMPRIR AS LEIS, TEM ESSA OBRIGAÇÃO, SENÃO VAI VIRAR O QUE, OLHO POR OLHO DENTE POR DENTE	Consentimento
1207	Devem ser obedecidas	ENQUANTO NÃO MUDAR TEM QUE CUMPRIR, PORQUE LEI É LEI	Consentimento
1208	Devem ser obedecidas	PORQUE EU NÃO POSSO JULGAR POR MIM	Consentimento
1209	Devem ser obedecidas		Missing
1210	Devem ser obedecidas	POR SER LEI	Consentimento
1211	Devem ser obedecidas	TEM QUE OBEDECER SENÃO VIRA UMA BAGUNÇA	Consentimento
1212	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO TEM ALTERNATIVA É MELHOR OBEDECER	Resignação
1213	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO VIRARIA UMA ANARQUIA	Consentimento
1214	Devem ser obedecidas	PORQUE NÃO TEM ALTERNATIVAS	Resignação
1215	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1216	Devem ser obedecidas	PORQUE LEI É LEI, TEM QUE SER OBEDECIDA	Consentimento
1217	Devem ser obedecidas	PORQUE A LEI EXISTE PARA SER CUMPRIDA, SE A GENTE NÃO CONCORDA COM ELAS DEVE LUTAR PARA MUDAR, MAS ENQUANTO NÃO MUDAM TEMOS QUE CUMPRIR	Consentimento
1218	Devem ser obedecidas	PORQUE LEI EXISTE PARA SER OBEDECIDA	Consentimento
1219	Devem ser obedecidas	PORQUE SÃO LEIS PARA NÃO FUGIR A REGRA	Consentimento
1220	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1221	Devem ser obedecidas	PORQUE VOCÊ PODE SER PUNIDA SE DESOBEDECER	Coerção
1222	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1223	Devem ser obedecidas	PORQUE AS LEIS FORAM FORMADAS PARA DEFENDER OS INTERESSES DA MAIORIA	Consentimento
1224	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1225	Devem ser obedecidas	PORQUE FICARIAM TODOS IGUAIS A LEI DEVERIA SER IGUAL A TODOS	Consentimento

1226	Devem ser obedecidas	TEM QUE SEGUIR AS LEIS FAZ PARTE DA CIDADANIA	Consentimento
1227	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI	Consentimento
1228	Devem ser obedecidas	SE EXISTE UMA LEI VOCÊ TEM QUE RESPEITAR COMO CIDADÃO	Consentimento
1229	Devem ser obedecidas	ELES OBRIGAM OBEDECER	Resignação
1230	Devem ser obedecidas	PORQUE É UM MODO DE IMPOR O LIMITE	Consentimento
1231	Devem ser obedecidas		Missing
1232	Não respondeu		Missing
1233	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO VAI PRESO	Coerção
1234	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1235	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO VIRA UMA BAGUNÇA VAI GERAR MAIS VIOLÊNCIA E MAIS DESORDEM	Consentimento
1236	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO OBEDECER INCITA OUTRAS PESSOAS A NÃO OBEDECER E VAI VIRAR UM CAOS	Consentimento
1237	Devem ser obedecidas	DEVEM SER OBEDECIDAS PORQUE FORAM CRIADAS POR PROTEÇÃO DO CIDADÃO	Consentimento
1238	Devem ser obedecidas	PORQUE A PARTIR DO MOMENTO QUE VOCÊ TEM DEPUTADO OU UM VEREADOR QUE IMPÕEM AS LEIS TEM DE SER CUMPRIDAS COM RIGOR	Consentimento
1239	Devem ser obedecidas	PORQUE ELAS BUSCAM O BEM MELHOR PARA TODOS	Consentimento
1240	Devem ser obedecidas	PARA MANTER A ORDEM	Consentimento
1241	Devem ser obedecidas	QUANDO E LEI É VIVEMOS NUMA SOCIEDADE AS LEIS DEVEM SER CUMPRIDAS	Consentimento
1242	Devem ser obedecidas	CREIO QUE AS LEIS REGEM A SOCIEDADE COMO A GENTE VIVE EM UMA DEMOCRACIA TEMOS QUE RESPEITAR PODEMOS ATÉ LUTAR PARA MUDAR A LEI MAS NÃO DESOBEDECER	Consentimento
1243	Devem ser obedecidas	SE NÃO VIRA BAGUNÇA	Consentimento
1244	Devem ser obedecidas	POIS PODEMOS TENTAR MUDAR AS LEIS QUE NÃO NOS REPRESENTAM E NÃO DESOBEDECÊ-LAS	Consentimento
1245	Devem ser obedecidas	PODE SER PRESO	Coerção
1246	Não devem ser obedecidas	A MAIORIA DAS LEIS SÃO FALHAS. DEVERIA TER UMA REFORMULAÇÃO PARA LEIS PARA CRIMES HEDIONDOS	Não devem ser obedecidas
1247	Devem ser obedecidas	PORQUE AS LEIS FORAM FEITAS PARA SEREM CUMPRIDAS	Consentimento
1248	Devem ser obedecidas	PORQUE A GENTE TEM QUE RESPEITAR E FAZER O QUE A LEI MANDA	Consentimento
1249	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO OBEDECER VAI VIRAR DESORDEM	Consentimento
1250	Devem ser obedecidas	PORQUE A GENTE TEM QUE OBEDECER ÀS LEIS. SÃO AUTORIDADES	Consentimento
1251	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1252	Devem ser obedecidas	PORQUE A LEI FOI FEITA PARA SER CUMPRIDA	Consentimento
1253	Devem ser obedecidas	NÃO TEMOS QUE VIVER EM SOCIEDADE E ESSAS SÃO AS REGRAS OBEDECER	Consentimento
1254	Devem ser obedecidas	TODO MUNDO NA VIDA TEM QUE TER REGRAS	Consentimento
1255	Não devem ser obedecidas	NA	Não devem ser obedecidas

1256	Devem ser obedecidas	SE VOCÊ SAI DE UMA SITUAÇÃO GRAVE DEVE OBEDENCIA. TEMOS QUE SER MAIS SENSATOS	Consentimento
1257	Devem ser obedecidas	PARA QUE NÃO VIRE BAGUNÇA, SE E UMA REGRA E PARA SER COMPRIDO	Consentimento
1258	Devem ser obedecidas	SE NÃO OBEDECEMOS ÀS LEIS RECEBEREM OS PUNIÇÃO	Coerção
1259	Devem ser obedecidas	PORQUE SE É LEI É UMA FORMA DE RESPEITO. À LEI DEVE SER RESPEITADA	Consentimento
1260	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO VIRA BAGUNÇA	Consentimento
1261	Devem ser obedecidas	PORQUE É UM DECRETO. AS LEIS DEVEM SER OBEDECIDAS PARA AS COISAS ANDAREM NA ORDEM	Consentimento
1262	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1263	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1264	Devem ser obedecidas	PORQUE POSSO SER PUNIDA	Coerção
1265	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI É TEM QUE SER OBEDECIDA	Consentimento
1266	Devem ser obedecidas	PORQUE NÃO TEM JEITO	Resignação
1267	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1268	Devem ser obedecidas	TEM QUE OBEDECER ÀS LEIS. PARA ISSO QUE ELAS EXISTEM	Consentimento
1269	Devem ser obedecidas	PORQUE FORAM FEITAS PARA AS PESSOAS VIVEREM EM COMUNIDADE, PARA SE MANTER A ORDEM	Consentimento
1270	Devem ser obedecidas	PORQUE SE FOI PROMULGADA TEM QUE SEGUIR	Consentimento
1271	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1272	Devem ser obedecidas	TEM QUE TER LEI SE NÃO VIRA BAGUNÇA . TEM QUE TER LEI PARA PRESERVAR A ORDEM	Consentimento
1273	Devem ser obedecidas	PORQUE ELES TEM O PODER E A GENTE DE OBEDECER	Resignação
1274	Devem ser obedecidas	PORQUE NÃO TEM OPÇÃO OU VOCÊ CUMPRE A LEI OU É PUNIDO	Coerção
1275	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1276	Devem ser obedecidas	SE NÃO ACATAR A LEI PODE SER PUNIDO	Coerção
1277	Devem ser obedecidas	LEI SÓ SÃO PARA OS COITADOS E FAVORECE SÓ OS QUE TÊM CONDIÇÕES, OS RICOS, OS POBRES SE FERRAM	Resignação
1278	Devem ser obedecidas	PORQUE A LEI É A LEI FORAM FEITAS PARA SEREM OBEDECIDAS	Consentimento
1279	Devem ser obedecidas	PORQUE AS DEVEM SEMPRE SER CUMPRIDAS	Consentimento
1280	Devem ser obedecidas	A LEI FOI FEITA PARA SER OBEDECIDA QUEM NOS SOMOS PARA DESOBEDECER	Resignação
1281	Devem ser obedecidas	PORQUE A GENTE TEM QUE ACATAR AS LEIS PARA O BEM DA SOCIEDADE	Consentimento
1282	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI. E A GENTE TEM QUE CONCORDAR MESMO SENDO CONTRA. DEVE-SE RESPEITAR AS LEIS	Consentimento
1283	Devem ser obedecidas	PORQUE LEI É ALGO A SER CUMPRIDA.	Consentimento
1284	Devem ser obedecidas	PORQUE A LEI É BASE DE SE CONVIVER EM SOCIEDADE	Consentimento
1285	Devem ser obedecidas	PORQUE LEI FOI FEITA PARA SE CUMPRIR	Consentimento

1286	Devem ser obedecidas	SÃO LEIS. TEM QUE OBEDECER. SE NÃO DEPENDENDO DO FATOR PODE IR PRESO	Coerção
1287	Devem ser obedecidas	NÃO TEM COMO SER CONTRA, PORQUE VOCÊ FICA DE MÃOS E PÉS ATADOS TEM QUE OBEDECER E PRONTO VOCÊ CONCORDE OU NÃO	Resignação
1288	Devem ser obedecidas	PORQUE SE TUDO MUNDO AGIR CONTRA, IMAGINA COMO VAI FICAR? SE TORNA TUDO VIOLÊNCIA	Consentimento
1289	Devem ser obedecidas	PORQUE SOMOS OBRIGADOS A RESPEITAR AS LEIS	Consentimento
1290	Devem ser obedecidas	PORQUE LEI É UMA REGRA LEI É LEI TEM QUE OBEDECER	Consentimento
1291	Não sabe		Missing
1292	Devem ser obedecidas		Missing
1293	Devem ser obedecidas	Lei do Psiu o estabelecimento aberto com barulho depois do horario permitido tem que fechar	Missing
1294	Devem ser obedecidas	PARA NÃO HAVER DESACORDO OU CONFUSÃO COM A JUSTIÇA	Coerção
1295	Devem ser obedecidas	PORQUE QUEM DESOBEDECE À LEI VAI CAUSAR PUNIÇÃO	Coerção
1296	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO OBEDECERMOS ÀS LEIS SOMOS PUNIDOS	Coerção
1297	Devem ser obedecidas	PORQUE TEM MUITAS COISAS ERRADAS ACONTECENDO E SE NÃO OBEDECER ÀS LEIS AS COISAS NÃO MELHORARAM	Consentimento
1298	Devem ser obedecidas		Missing
1299	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1300	Devem ser obedecidas	PORQUE TEM QUE OBEDECER AO CERTO	Consentimento
1301	Não respondeu		Missing
1302	Não devem ser obedecidas	SE EU ESTOU CERTO NÃO OBEDEÇO AO ERRADO	Não devem ser obedecidas
1303	Devem ser obedecidas		Missing
1304	Devem ser obedecidas	DEVEM SER OBEDECIDAS PARA NÃO INFLIGIR À LEI. A LEI DEVE SER RESPEITADA	Consentimento
1305	Não devem ser obedecidas	PORQUE TEMOS QUE TER OPINIÃO PRÓPRIA	Não devem ser obedecidas
1306	Devem ser obedecidas		Missing
1307	Devem ser obedecidas		Missing
1308	Não devem ser obedecidas		Não devem ser obedecidas
1309	Não devem ser obedecidas	PORQUE CADA UM TEM SUA OPINIÃO	Não devem ser obedecidas
1310	Devem ser obedecidas		Missing
1311	Devem ser obedecidas	SE EXISTE A LEI DEVEMOS RESPEITAR	Consentimento
1312	Não sabe		Missing
1313	Não sabe		Missing
1314	Não sabe		Missing
1315	Devem ser obedecidas	PARA NÃO VIRAR BADERNA	Consentimento

1316	Devem ser obedecidas		Missing
1317	Devem ser obedecidas	ACHO QUE TEM QUE SER OBEDECIDAS. FEITA PARA O NOSSO BEM	Consentimento
1318	Devem ser obedecidas	NÃO TEMOS OPÇÃO TEMOS QUE OBEDECER	Resignação
1319	Devem ser obedecidas	PORQUE SE TODOS DESOBEDECEREM E NÃO FOREM PUNIDOS VIRA BAGUNÇA	Consentimento
1320	Devem ser obedecidas	PORQUE LEI É LEI DEVE SER COMPRIDA , PORQUE ELA FOI CRIADA PARA SER OBEDECIDAS	Consentimento
1321	Não sabe		Missing
1322	Não sabe		Missing
1323	Não sabe		Missing
1324	Devem ser obedecidas	ELAS FORAM FEITAS PARA OBEDECER	Consentimento
1325	Devem ser obedecidas	PORQUE LEI É PARA NÃO SER INFRINGIDA	Consentimento
1326	Devem ser obedecidas	? LEI TEM QUE OBEDECER	Consentimento
1327	Devem ser obedecidas	PORQUE O CERTO E OBEDECER, É LEI TEM QUE OBEDECER	Consentimento
1328	Devem ser obedecidas	PORQUE A LEI FOI CRIADA PARA IMPOR LIMITES ENTRE CERTO E ERRADO E DEVEM SER RESPEITADOS	Consentimento
1329	Devem ser obedecidas	A LEI TEM QUE SER CUMPRIDA ATÉ QUE SE MUDE	Consentimento
1330	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1331	Devem ser obedecidas	? A LEI SENÃO VAI PUNIDO	Coerção
1332	Não devem ser obedecidas	NA	Não devem ser obedecidas
1333	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1334	Devem ser obedecidas	ELA FOI FEITA PARA ISSO, PARA SEREM OBEDECIDAS	Consentimento
1335	Não devem ser obedecidas	PORQUE NÃO TEM LEI PARA A POPULAÇÃO MAIS CARENTE O QUE IMPERA E O DINHEIRO	Não devem ser obedecidas
1336	Devem ser obedecidas	SÃO LEIS TEM QUE SER RESPEITADAS	Consentimento
1337	Devem ser obedecidas	SENÃO PODE SER PRESO	Coerção
1338	Devem ser obedecidas	À CERTO AS REGRAS FORAM FEITAS PARA SE CUMPRIR	Consentimento
1339	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO OBEDECER PUNIDO APANHA	Coerção
1340	Devem ser obedecidas	SE NÃO FOR OBEDECIDA TEMOS QUE PAGAR POR ISSO COM ALGUMA PUNIÇÃO	Coerção
1341	Não devem ser obedecidas	PORQUE EU NÃO CONCORDO COM QUE É ERRADO	Não devem ser obedecidas
1342	Devem ser obedecidas	ACONTECE DESORDEM A LEI TEM QUE SER CUMPRIDA	Consentimento
1343	Devem ser obedecidas	A OBEDENCIA É PRECISO PARA EVITAR CONFLITO COM A LEI É COM A SOCIEDADE	Consentimento
1344	Não sabe		Missing
1345	Devem ser obedecidas		Missing

1346	Não devem ser obedecidas	PORQUE A OPINIÃO POPULAR PREVALECE SEMPRE	Não devem ser obedecidas
1347	Devem ser obedecidas		Missing
1348	Devem ser obedecidas	PORQUE INFELIZMENTE SOMOS SEMPRE PREJUDICADOS POR OBEDECER A LEI	Resignação
1349	Não sabe		Missing
1350	Devem ser obedecidas	INFELIZMENTE DA ORDEM É LEI	Resignação
1351	Não devem ser obedecidas	NÃO. PORQUE MUITAS DESTAS LEIS NÃO SÃO CAPAZES DE ENTENDER AS REALIDADE DO FATO ELAS SIMPLIFICAM AS QUESTÃÔES AO INVÉS DE RESOLVÊ -LAS	Não devem ser obedecidas
1352	Devem ser obedecidas	DEVEM SER OBEDECIDAS MESMO NÃO CONCORDANDO SÃO LEIS DEVEM SER CUMPRIDAS	Consentimento
1353	Não devem ser obedecidas		Não devem ser obedecidas
1354	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1355	Devem ser obedecidas	PORQUE SÃO LEIS VOCÊ DEVE OBEDECER INDEPENDENTE SE CONCORDA OU NÃO	Consentimento
1356	Devem ser obedecidas	POR SER OBRIGAÇÃO	Consentimento
1357	Devem ser obedecidas		Missing
1358	Devem ser obedecidas	AS LEIS SÃO FEITAS PARA SER OBEDECIDA	Consentimento
1359	Devem ser obedecidas	AS LEIS SÃO FEITAS PARA ORDEM DE UMA SOCIEDADE	Consentimento
1360	Devem ser obedecidas	SÃO FEITAS PARA DAR TRANQUILIDADE NO PAIS	Consentimento
1361	Não sabe		Missing
1362	Devem ser obedecidas	TEM QUE ACATAR A LEI	Consentimento
1363	Devem ser obedecidas	SE VOCÊ NÃO OBEDECER ÀS LEIS VAI SER PUNIDOS QUE TEMA DE ACORDO OU NÃO TEM QUE OBEDECER	Coerção
1364	Devem ser obedecidas	SÃO LEIS DEVEM DER CUMPRIDAS NÃO SOMOS NOS QUE AS ESCREVERMOS	Consentimento
1365	Devem ser obedecidas	POR SER LEIS NOS DEVEREMOS VIVER DENTRO DAS LEIS OBEDECÊ -LAS	Consentimento
1366	Devem ser obedecidas	PARA. MANTER A PAZ	Consentimento
1367	Devem ser obedecidas	PORQUE ELAS BENEFICIAM A GENTE	Consentimento
1368	Não devem ser obedecidas		Não devem ser obedecidas
1369	Devem ser obedecidas	AS LEIS FORAM FEITAS PARA SER CUMPRIDAS	Consentimento
1370	Devem ser obedecidas	PARA MANTER A PAZ E O PESSOAL E MORADORES MAIS SEGURO	Consentimento
1371	Não sabe		Missing
1372	Não sabe		Missing
1373	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1374	Devem ser obedecidas	AS LEIS FORAM FEITAS PARA RESPEITAR O DIREITO DOS PRÓXIMOS	Consentimento
1375	Devem ser obedecidas		Missing

1376	Devem ser obedecidas	SE EU DESOBEDECER ALGUMA COISA RUIM PODE ACONTECER	Coerção
1377	Devem ser obedecidas		Missing
1378	Devem ser obedecidas	OS GOVERNANTES MANDAM NOS OBEDECE	Resignação
1379	Não sabe		Missing
1380	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI	Consentimento
1381	Devem ser obedecidas		Missing
1382	Não devem ser obedecidas	NA	Não devem ser obedecidas
1383	Não sabe		Missing
1384	Devem ser obedecidas	PORQUE NÃO TEM COMO MUDAR ESSAS LEIS ENTÃO TEM QUE CONCORDAR SOU OBRIGADO A OBEDECER	Resignação
1385	Devem ser obedecidas	PORQUE SE DISCORDAR NÃO RESOLVE NADA. PIORA A SITUAÇÃO	Coerção
1386	Não devem ser obedecidas		Não devem ser obedecidas
1387	Devem ser obedecidas		Missing
1388	Devem ser obedecidas		Missing
1389	Não devem ser obedecidas	PORQUE TEM QUE LUTAR PELO QUE É CERTO	Não devem ser obedecidas
1390	Devem ser obedecidas	PORQUE FOI FEITA PARA SER CUMPRIDA	Consentimento
1391	Devem ser obedecidas	PORQUE SE LEIS EXISTE TEM QUER OBEDECER	Consentimento
1392	Devem ser obedecidas	PORQUE O QUE ACHO ERRADO NÃO DEVO OBEDECER	Missing
1393	Devem ser obedecidas		Missing
1394	Devem ser obedecidas		Missing
1395	Não devem ser obedecidas	NA	Não devem ser obedecidas
1396	Não sabe		Missing
1397	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI E TEM QUE OBEDECER	Consentimento
1398	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1399	Devem ser obedecidas	PORQUE SE VAI CONTRA A LEI VOCÊ PASSA A SER PUNIDA PELA PRÓPRIA LEI	Coerção
1400	Devem ser obedecidas		Missing
1401	Devem ser obedecidas	PORQUE SE É LEI TEM QUE SER OBEDECIDA	Consentimento
1402	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO OBEDECER ÀS LEIS PIORA AS COISAS, AS SITUAÇÕES, A VIDA DAS PESSOAS	Consentimento
1403	Devem ser obedecidas	PORQUE MESMO NÃO CONCORDANDO TEM QUE OBEDECER PORQUE NÃO POSSO CRIAR A MINHA PRÓPRIA LEI PARA ME DEFENDER	Consentimento
1404	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO OBEDECER A AGENTE ACABA SE FERRANDO	Coerção
1405	Não sabe		Missing

1406	Devem ser obedecidas	PORQUE SÃO LEIS MAS ESTÃO ULTRAPASSADAS	Consentimento
1407	Devem ser obedecidas	AS LEIS SÃO DITADAS PARA SE OBEDECER	Consentimento
1408	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1409	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1410	Devem ser obedecidas	PORQUE SE EVITA CONFLITOS	Consentimento
1411	Não devem ser obedecidas		Não devem ser obedecidas
1412	Devem ser obedecidas		Missing
1413	Devem ser obedecidas	POR QUE ELES SÃO AUTORIDADES SE EU NÃO OBEDECER POSSO SER PRESO	Coerção
1414	Devem ser obedecidas	PORQUE CADA CIDADÃO TEM QUE CUMPRIR UM PAPEL SENÃO É MULTADO	Coerção
1415	Devem ser obedecidas		Missing
1416	Devem ser obedecidas	PORQUE A LEI FALA MAIS ALTO E SENÃO PREJUDICA A GENTE	Coerção
1417	Devem ser obedecidas	POR QUE ELES SÃO AUTORIDADES SE EU NÃO OBEDECER POSSO SER PRESO	Coerção
1418	Devem ser obedecidas		Missing
1419	Não devem ser obedecidas	PORQUE SE A LEI É ERRADA NÃO DEVE OBEDECER	Não devem ser obedecidas
1420	Não devem ser obedecidas	PORQUE EU ESTOU CERTO E A ÀS VEZES ESTA ERRADA	Não devem ser obedecidas
1421	Devem ser obedecidas	PORQUE SE VOCÊ DESACATAR, VOCÊ MORRE	Coerção
1422	Devem ser obedecidas	PORQUE QUEM DECRETOU A LEI TEM UMA VISÃO MELHOR QUE A MINHA	Consentimento
1423	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1424	Devem ser obedecidas	PORQUE TALVEZ NÃO TENHA OUTRA OPÇÃO POR FALTA DE OPORTUNIDADE DE FALAR E DAR OPINIÃO	Resignação
1425	Devem ser obedecidas		Missing
1426	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO OBEDECER AO QUE FOI DETERMINADO VAI SER PUNIDO PORQUE UMA VEZ APLICADA A LEI É PARA TODOS OBEDECEREM	Coerção
1427	Devem ser obedecidas	PORQUE ELES ESTÃO ACIMA DE NÓS	Resignação
1428	Devem ser obedecidas	PORQUE SÃO AS LEIS QUE MANDAM	Consentimento
1429	Devem ser obedecidas	PORQUE LEI TEM QUER SER CUMPRIDA SENÃO TEM PUNIÇÃO	Coerção
1430	Devem ser obedecidas		Missing
1431	Não devem ser obedecidas		Não devem ser obedecidas
1432	Devem ser obedecidas		Missing
1433	Devem ser obedecidas	PORQUE NÃO TEM JEITO	Resignação
1434	Não devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO VAI FAVORECER O SER HUMANO NÃO DEVE SER OBEDECIDA	Não devem ser obedecidas
1435	Devem ser obedecidas	PORQUE É UMA LEI É A GENTE TEM QUE SEGUIR PORQUE AOS OLHOS DELES É CERTO	Resignação

1436	Não devem ser obedecidas	NA	Não devem ser obedecidas
1437	Devem ser obedecidas		Missing
1438	Devem ser obedecidas		Missing
1439	Não devem ser obedecidas	A LEI TEM QUE SER PARA TODAS AS PESSOAS, MAS NEM TODOS OBEDECEM	Não devem ser obedecidas
1440	Devem ser obedecidas		Missing
1441	Devem ser obedecidas	PORQUE SE PASSAR POR CIMA DA LEI POSSO ME PREJUDICAR	Coerção
1442	Devem ser obedecidas		Missing
1443	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1444	Devem ser obedecidas	PORQUE TEM QUE SEGUIR AS LEIS PARA NÃO CORRER O RISCO DE ATÉ SER PRESO	Coerção
1445	Devem ser obedecidas	AS LEIS FORAM FEITAS PARA SEREM OBEDECIDAS	Consentimento
1446	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO OBEDECER PODE SER PRESO OU PAGAR MULTA	Coerção
1447	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1448	Não devem ser obedecidas	NINGUÉM OBRIGA NINGUÉM	Não devem ser obedecidas
1449	Devem ser obedecidas	DEPENDENDO DA SITUAÇÃO	Missing
1450	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1451	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1452	Devem ser obedecidas	PORQUE ERRADO OU NÃO SÃO ORDEM TEM QUE SER OBEDECER EU POSSO SER PRESO	Coerção
1453	Não devem ser obedecidas	PORQUE TEM LEI QUE MUITO RIGOROSO ÀS VEZES E MUITO INJUSTO ÀS VEZES PESSOA PAGAM PELO QUE NÃO FEZ	Não devem ser obedecidas
1454	Devem ser obedecidas	PORQUE A PRÓPRIA LEI PODE PUNIR QUEM NÃO OBEDECER PODE SER PRESA	Coerção
1455	Devem ser obedecidas	PORQUE A GENTE PODE SER PRESO POR NÃO CUMPRIR A LEI	Coerção
1456	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO VIRA BAGUNÇA	Consentimento
1457	Devem ser obedecidas	SE NÃO OBEDECER VAI PRESO	Coerção
1458	Devem ser obedecidas	TEM QUE ACATAR A LEI	Consentimento
1459	Devem ser obedecidas	TEM QUE OBEDECER NÃO PODE SER CONTRARIO	Consentimento
1460	Devem ser obedecidas	POR SER LEI TEM QUE OBEDECER	Consentimento
1461	Devem ser obedecidas	PARA NÃO PERDER SEUS DIREITOS E SER PRESO	Coerção
1462	Devem ser obedecidas	SE NÃO OBEDECER VAI PRESO POIS AS LEIS ESTÃO CERTAS	Coerção
1463	Devem ser obedecidas	PORQUE TEM LEIS QUE É PARA O BEM DAS PESSOAS	Consentimento
1464	Devem ser obedecidas	POR SER LEI EU ACHO QUE A GENTE TEM QUE OBEDECER	Consentimento
1465	Devem ser obedecidas	NA	Missing

1466	Devem ser obedecidas		Missing
1467	Devem ser obedecidas	PORQUE A LEI FOI FEITA PARA A GENTE OBEDECER E SEGUI-LAS, E SE ELAS ESTÃO NO PAPEL À GENTE TEM QUE SEGUIR E OBEDECER QUERENDO OU NÃO	Consentimento
1468	Devem ser obedecidas	PORQUE LEI É LEI É GENTE TEM QUE RESPEITAR	Consentimento
1469	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO RESPEITAR AS LEIS POSSO ATÉ SER PRESO OU PROCESSADO	Coerção
1470	Devem ser obedecidas		Missing
1471	Não sabe		Missing
1472	Devem ser obedecidas	PORQUE A CORDA SEMPRE ARREBENTA DO LADO MAIS FRACO	Resignação
1473	Devem ser obedecidas	PORQUE A QUEBRA DA LEI GERA QUEBRA DO CONTRATO SOCIAL, O QUE ACARRETA A PERDA DA RAZÃO	Consentimento
1474	Devem ser obedecidas	POR SER UMA LEI, A GENTE MESMO NÃO CONCORDANDO E PRECISO RESPEITAR PORQUE É UMA LEI	Consentimento
1475	Devem ser obedecidas	PORQUE É PARA DAR MAIS SEGURANÇA	Consentimento
1476	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1477	Não sabe		Missing
1478	Não devem ser obedecidas	PORQUE ELES FAZEM AS LEIS E NÃO OBEDECEM	Não devem ser obedecidas
1479	Devem ser obedecidas	PARA DAR MORAL, PORQUE SE EXISTE LEI TEM QUE OBEDECER	Consentimento
1480	Devem ser obedecidas	PORQUE SE VOCÊ FOR CONTRA A LEI VOCÊ É PRESO, VOCÊ ACABA DESACATANDO A AUTORIDADE	Coerção
1481	Não devem ser obedecidas	PORQUE TEM QUE REVER CASO A CASO PORQUE AS VEZES AS LEIS NÃO AGEM JUSTAMENTE	Não devem ser obedecidas
1482	Devem ser obedecidas	PORQUE UMA VEZ QUE NOSSA CONSTITUINTE DECRETA UMA LEI, ELA DEVE SER RESPIRADA, SE NÃO VIRA DESORDEM	Consentimento
1483	Devem ser obedecidas	PORQUE A GENTE É OBRIGADA, POR SER UMA IMPOSIÇÃO	Resignação
1484	Devem ser obedecidas	É PORQUE LEI É LEI, E VOCÊ TEM QUE RESPEITAR, NÃO TEM COMO NÃO RESPEITAR	Consentimento
1485	Não devem ser obedecidas	NA	Não devem ser obedecidas
1486	Devem ser obedecidas	PORQUE A GENTE VIVE EM SOCIEDADE	Consentimento
1487	Devem ser obedecidas	PORQUE QUANDO SE PASSA A SER LEI É OBRIGADO A CUMPRIR ELA, POR ISSO QUE EXISTE O VOTO PARA QUE APROVEM AS LEIS	Consentimento
1488	Devem ser obedecidas	POR SE A LEI EXIGE TEM QUE OBEDECER	Consentimento
1489	Devem ser obedecidas		Missing
1490	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI É PORQUE PARA TUDO TEM UMA ORDEM	Consentimento
1491	Devem ser obedecidas	PORQUE TEMOS QUE OBEDECER A LEI	Consentimento
1492	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO OBEDECER ÀS LEIS VAI VIRAR UM CAOS	Consentimento
1493	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1494	Devem ser obedecidas	LEI É LEI MESMO QUE VOCÊ NÃO CONCORDE SE FOR AO CONTRARIO VOCÊ VAI PAGAR	Coerção
1495	Devem ser obedecidas	PORQUE AS LEIS EXISTEM PARA MANTER A ORDEM, O FATO DE EU CONCORDAR OU NÃO, NÃO SIGNIFICA QUE ELAS NÃO TENHAM QUE SER CUMPRIDAS, INDEPENDENTE DE EU CONCORDAR OU NÃO COM AS REGRAS ELAS TEM QUE SER CUMPRIDAS	Consentimento

1496	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI É TEM QUE CUMPRIR	Consentimento
1497	Devem ser obedecidas	POR QUE SE VOCÊ NÃO OBEDECE E PUNIDO. ELAS SÃO AUTORIDADES	Coerção
1498	Devem ser obedecidas	ACREDITO QUE TEM QUE OBEDECER PORQUE É UMA REFERÊNCIA, SE NÃO VIRA BAGUNÇA	Consentimento
1499	Devem ser obedecidas	PORQUE CONCORDANDO OU NÃO TEM QUE OBEDECER PORQUE É LEI E FOI FEITA PARA OBEDECER	Consentimento
1500	Devem ser obedecidas	SE É LEI TEM QUE SER OBEDECIDA	Consentimento
1501	Não devem ser obedecidas		Não devem ser obedecidas
1502	Devem ser obedecidas	ÀS VEZES A LEI NÃO CONDIZ COM O EU ACHO CERTO MAS TEMOS O DEVER DE CUMPRIR-LA	Consentimento
1503	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO VIRA BAGUNÇA E PORQUE TUDO TEM QUE TER DIRETRIZ E AS PESSOAS TEM QUE TER BOM SENSO E RESPEITAR UNS AOS OUTROS	Consentimento
1504	Devem ser obedecidas	PORQUE É PARA MELHOR A VIDA DAS PESSOAS	Consentimento
1505	Não devem ser obedecidas	PORQUE AS LEIS SÓ FAVORECEM OS RICOS, POBRE NÃO TEM DIREITO ÀS LEIS	Não devem ser obedecidas
1506	Devem ser obedecidas	POR SER NÃO PUNIDA	Coerção
1507	Devem ser obedecidas	PARA EVITAR MUITA VIOLÊNCIA	Consentimento
1508	Devem ser obedecidas	PORQUE A PESSOA TEM QUE DANÇAR CONFORME A MÚSICA, PORQUE TEM QUE SEGUIR A LEI MESMO NÃO CONCORDANDO	Consentimento
1509	Devem ser obedecidas	PORQUE FOI ESTABELECIDO PELO GOVERNO E PELO CONGRESSO E PELO SENADO FEDERAL QUE TEM QUE SER OBEDECIDA	Consentimento
1510	Devem ser obedecidas	PARA NÃO VIRAR BAGUNÇA E TEM QUE TER UM PONTO DE PARTIDA	Consentimento
1511	Devem ser obedecidas	PORQUE SERIA O CERTO	Consentimento
1512	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1513	Devem ser obedecidas	RESPEITANDO A CONSTITUIÇÃO E AS LEIS DOS PAIS	Consentimento
1514	Devem ser obedecidas	PORQUE SE VOCÊ NÃO CUMPRIR PODE MORRER OU SER PRESO	Coerção
1515	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO CONCORDAR COM AS LEIS VIRAM UM TIPO DE BAGUNÇA	Consentimento
1516	Devem ser obedecidas	PORQUE TEM QUE SEGUIR AQUILO QUE TEM QUE SER FEITO	Consentimento
1517	Devem ser obedecidas	PARA NÃO GERAR CONFLITO E DIMINUIR A VIOLÊNCIA	Consentimento
1518	Não devem ser obedecidas		Não devem ser obedecidas
1519	Devem ser obedecidas	PORQUE SE ELAS FORAM CRIADAS VOCÊ TEM QUE SEGUIR-LAS	Consentimento
1520	Devem ser obedecidas	PORQUE FORAM FEITAS PARA SEREM OBEDECIDAS, TEMOS QUE SEGUIR SEM DIREITO A RECLAMAÇÃO	Resignação
1521	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1522	Não devem ser obedecidas		Não devem ser obedecidas
1523	Devem ser obedecidas	PORQUE SENÃO PODE SER PRESA	Coerção
1524	Devem ser obedecidas	PORQUE É A LEI. A GENTE QUE OBEDECER SE NÃO OBEDECER VEM À PUNIÇÃO	Coerção
1525	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI	Consentimento

1526	Não sabe		Missing
1527	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI TEM QUE OBEDECER TEM QUE SEGUIR AS LEIS, SE NÃO VIRA BAGUNÇA	Consentimento
1528	Devem ser obedecidas	PORQUE SE AS PESSOAS PASSAREM NÃO OBEDECER SERÃO PUNIDAS	Coerção
1529	Devem ser obedecidas	PORQUE SENÃO OBEDECER POSSO SER PRESA	Coerção
1530	Devem ser obedecidas	PORQUE TEM QUE SEGUIR AS LEIS, PORQUE SÃO LEIS FORAM CONTADAS COMO LEIS	Consentimento
1531	Devem ser obedecidas	PORQUE O CIDADÃOS TEM DIREITOS E DEVERES E O DEVER DO CIDADÃO É SEGUIR AS LEIS QUE SÃO IMPOSTAS A ELE	Consentimento
1532	Devem ser obedecidas	PORQUE SEM ORDEM VIRA CAOS, TODOS TEM QUE SEGUIR UMA REGRA PARA NÃO VIRAR BAGUNÇA	Consentimento
1533	Devem ser obedecidas	PORQUE É UMA LEI, DEVE SER OBEDECIDA	Consentimento
1534	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1535	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO OBEDECER VAI PRESO	Coerção
1536	Não devem ser obedecidas	PORQUE ÀS VEZES É INJUSTA, MUITAS PESSOAS QUE MERECEM ESTAR NA CADEIA NÃO ESTÃO	Não devem ser obedecidas
1537	Devem ser obedecidas	PORQUE SÃO LEIS E LEIS FORAM FEITAS PARA SEREM OBEDECIDAS	Consentimento
1538	Não devem ser obedecidas	PORQUE TEM MUITA CORRUPÇÃO, PORQUE A PROPINA COMPARA TUDO, TENDO DINHEIRO PODE SE MUDAR A INTERPRETAÇÃO DA LEI	Não devem ser obedecidas
1539	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI, PORQUE É O CERTO, TEM QUE OBEDECER A LEI, TEM QUE CUMPRIR AS LEIS	Consentimento
1540	Não devem ser obedecidas	PORQUE NEM SEMPRE A LEI É JUSTA, A LEI É INJUSTA PARA MUITOS, GERALMENTE A LEI DESFAVORECE MUITO OS POBRES	Não devem ser obedecidas
1541	Não devem ser obedecidas	PORQUE MUITAS LEIS SÃO COMO OS POLICIAIS QUEREM E NÃO COMO A POPULAÇÃO QUER	Não devem ser obedecidas
1542	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO OBEDECER TORNA SE UM REBELDE SEM LEI	Consentimento
1543	Devem ser obedecidas	QUERENDO FAZER A JUSTIÇA COM AS PRÓPRIAS MÃOS ESTAREMOS ERRADOS	Consentimento
1544	Devem ser obedecidas	PORQUE É O CERTO, DEVO OBEDECER ÀS LEIS, ELA É FEITA PARA OBEDECER	Consentimento
1545	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI, PORQUE SEMPRE EXISTE UMA SANÇÃO PENALIZAR QUANDO ELAS SÃO OBEDECIDAS	Coerção
1546	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO TIVER UMA DIRETRIZ, PRECISA HAVER UM PONTO DE PARTIDA PARA GERALMENTE ORDEM E ESSE PONTO DE PARTIDA TALVEZ SEJA AS LEIS	Consentimento
1547	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1548	Devem ser obedecidas	PORQUE PODE ACONTECER UMA TRAGÉDIA SE NÃO OBEDECER	Coerção
1549	Devem ser obedecidas	É PORQUE O GOVERNO IMPÕE UMAS LEIS QUE A GENTE TEM QUE OBEDECER	Resignação
1550	Devem ser obedecidas	LEGISLADORES FIZERAM ISSO PARA O BEM DA PRÓPRIA SOCIEDADE	Consentimento
1551	Devem ser obedecidas	SE A GENTE NÃO ATENDE A ELES NOS OBRIGAM	Resignação
1552	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1553	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1554	Devem ser obedecidas		Missing
1555	Devem ser obedecidas	SÃO AUTORIDADES. TEM QUE SER OBEDECIDAS	Consentimento

1556	Devem ser obedecidas	SE VOCÊ NÃO CONCORDAR COM AS LEIS VAI VIRAR UMA BAGUNÇA, PODE GERAR MAIS VIOLÊNCIA	Consentimento
1557	Devem ser obedecidas	PARA MANTER A HUMANIDADE. PARA QUE CONTINUE A PAZ EM TODOS OS LUGARES	Consentimento
1558	Devem ser obedecidas	PORQUE A LEI É BOA, PORQUE É LEI É TEMOS QUE CUMPRIR	Consentimento
1559	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1560	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1561	Devem ser obedecidas	PRA MANTER A ORDEM EM GERAL TEM QUE SER A FAVOR DE UM BEM COMUM E NÃO INDIVIDUAL AS LEIS	Consentimento
1562	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1563	Devem ser obedecidas	PORQUE SE TEM UMA LEI É VOCÊ NÃO CUMPRE VOCÊ PODE SER PRESO E PUNIDO	Coerção
1564	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO OBEDECER PODE ACONTECER COISAS RUINS PARA GENTE	Coerção
1565	Devem ser obedecidas	PORQUE SE A LEI DETERMINADO MOMENTO VOCÊ TEM QUE ESTAR CUMPRINDO AS LEIS	Consentimento
1566	Devem ser obedecidas	SE A GENTE FOR CONTRA A LEI AI VAI FICAR MAIS ERRADA AINDA	Consentimento
1567	Devem ser obedecidas	PORQUE SE TODOS OBEDECEREM ÀS LEIS TALVEZ A GENTE FACA UM BRASIL MELHOR	Consentimento
1568	Devem ser obedecidas	POR EXEMPLO SE EU NÃO CONCORDAR COM A VELOCIDADE ESTABELECIDADA EM UMA VIA SE EU ULTRAPASSAR VAI TOMAR UMA MULTA	Coerção
1569	Devem ser obedecidas		Missing
1570	Devem ser obedecidas	LEIS SÃO LEIS E FEITAS PARA SER OBEDECIDAS	Consentimento
1571	Devem ser obedecidas	PORQUE SÃO LEIS TEM QUE SER OBEDECIDAS	Consentimento
1572	Devem ser obedecidas	PORQUE AS LEIS ATUAIS EMBORA NÃO CONFIRA COM QUE NÓS VIVEMOS ATUALMENTE, SOMOS OBRIGADOS A OBEDECER	Consentimento
1573	Não sabe		Missing
1574	Devem ser obedecidas	PORQUE O NÃO CUMPRIMENTO DAS LEIS PODE PREJUDICAR OUTRAS PESSOAS	Consentimento
1575	Devem ser obedecidas		Missing
1576	Devem ser obedecidas		Missing
1577	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1578	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO VOU PRESA	Coerção
1579	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1580	Devem ser obedecidas	PORQUE É OBRIGADO OBEDECER	Resignação
1581	Não devem ser obedecidas		Não devem ser obedecidas
1582	Devem ser obedecidas	INFELIZMENTE E A LEI TEM QUE OBEDECER	Resignação
1583	Devem ser obedecidas	PORQUE LEI DEVE SER CUMPRIDA	Consentimento
1584	Não devem ser obedecidas	PORQUE EU TENHO QUE TER A MINHAS OPINIÃO	Não devem ser obedecidas
1585	Devem ser obedecidas		Missing

1586	Devem ser obedecidas	PORQUE TEM QUE OBEDECER SE NÃO É XADREZ	Coerção
1587	Não sabe		Missing
1588	Devem ser obedecidas		Missing
1589	Devem ser obedecidas		Missing
1590	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO OBEDECE VAMOS SER PUNIDO	Coerção
1591	Não devem ser obedecidas	PORQUE MUITAS LEIS SÃO INJUSTAS	Não devem ser obedecidas
1592	Devem ser obedecidas		Missing
1593	Devem ser obedecidas	PORQUE SÃO LEIS	Consentimento
1594	Devem ser obedecidas	PORQUE A LEI É PARA SER CUMPRIDA E NÃO SER DESOBEDECIDA	Consentimento
1595	Devem ser obedecidas	PORQUE TUDO TEM QUE TER LIMITE NA SOCIEDADE	Consentimento
1596	Devem ser obedecidas		Missing
1597	Devem ser obedecidas		Missing
1598	Devem ser obedecidas	PORQUE QUEM MANDA É A LEI	Consentimento
1599	Não devem ser obedecidas	PORQUE NEM SEMPRE ELES ESTÃO CERTOS	Não devem ser obedecidas
1600	Devem ser obedecidas		Missing
1601	Devem ser obedecidas		Missing
1602	Devem ser obedecidas		Missing
1603	Não devem ser obedecidas		Não devem ser obedecidas
1604	Devem ser obedecidas		Missing
1605	Devem ser obedecidas	PORQUE É A LEI	Consentimento
1606	Devem ser obedecidas		Missing
1607	Devem ser obedecidas	PORQUE SE VOCÊ NÃO OBEDECER À LEI O RESULTADO NÃO VAI SER BOM	Coerção
1608	Não devem ser obedecidas	PORQUE EU TENHO A OPINIÃO DIFERENTE	Não devem ser obedecidas
1609	Devem ser obedecidas		Missing
1610	Devem ser obedecidas		Missing
1611	Devem ser obedecidas	POIS,AS REGRAS SÃO REGRAS	Consentimento
1612	Devem ser obedecidas	QUE ELAS QUE REGULAM O COMPORTAMENTO DA SOCIEDADE, ELAS QUE ESTABELECEM OS LIMITES DO QUE SE PODE OU NÃO FAZER	Consentimento
1613	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1614	Devem ser obedecidas	SÃO REGRAS E SE A GENTE NÃO CUMPRIR PAGA O PREÇO	Coerção
1615	Devem ser obedecidas	PARA TER SEGURANÇA TEM QUE TER LEIS E TEM QUE CUMPRIR AS LEIS.	Consentimento

1616	Não devem ser obedecidas	DEPENDE DO CASO. SE PREJUDICAR ALGUÉM PRÓXIMO NÃO DEVEMOS OBEDECER	Não devem ser obedecidas
1617	Devem ser obedecidas	PORQUE SENÃO VIRA BADERNA SE É LEI É PARA TODOS OBEDECEREM	Consentimento
1618	Não devem ser obedecidas	AS LEIS NEM SEMPRE CONDIZEM COMO QUE EU VIVO E VEJO, PORQUE AS LEIS SÃO FEITAS PARA QUEM É POBRE E SÓ VALE PARA OS POBRES, AS LEIS SÓ FAVORECEM QUEM TEM DINHEIRO	Não devem ser obedecidas
1619	Devem ser obedecidas	PARA TER UM POUCO DE CIVILIZAÇÃO, VIVER MAIS CORDIALMENTE, NÃO VIRAR BAGUNÇA	Consentimento
1620	Devem ser obedecidas	SE NÃO OBEDECER EU SOU PUNIDA	Coerção
1621	Devem ser obedecidas	PORQUE SENÃO CUMPRIR ALGUÉM TEM QUE PAGAR, VAI PAGAR ALGUMA PUNIÇÃO	Coerção
1622	Não devem ser obedecidas	PORQUE EU ESTOU NA MINHA RAZÃO, EU TENHO DIREITOS COMO CIDADÃO	Não devem ser obedecidas
1623	Não devem ser obedecidas	AS LEIS SÃO INTERPRETADAS PARA FAVORECER QUEM TEM DINHEIRO	Não devem ser obedecidas
1624	Devem ser obedecidas	PORQUE AS LEIS DEVEM SER CUMPRIDAS SE TEM LEI É PARA SEREM CUMPRIDAS	Consentimento
1625	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1626	Devem ser obedecidas	PORQUE É O CERTO, TEMOS QUE RESPEITAR AS LEIS, SÓ	Consentimento
1627	Devem ser obedecidas	PORQUE POSSO SER PUNIDO CASO NÃO OBEDEÇA	Coerção
1628	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO OBEDECER TEM PUNIÇÃO, A PESSOA SOFRE SANÇÕES A LEI	Coerção
1629	Devem ser obedecidas	PARA AS COISAS FICAREM MAIS ORGANIZADAS, PARA NÃO TER BAGUNÇA, SE TODOS PASSAREM A DESOBEDECER ÀS LEIS VIRA ZONA	Consentimento
1630	Devem ser obedecidas	PARA EVITAR PROBLEMAS, PARA NÃO TER QUE RESPONDER PROCESSO	Coerção
1631	Devem ser obedecidas	É A LEI TEM QUE OBEDECER SEM ERRAR	Consentimento
1632	Devem ser obedecidas	PARA TER ORDEM NO SISTEMA	Consentimento
1633	Não devem ser obedecidas	NA	Não devem ser obedecidas
1634	Devem ser obedecidas	LEI É CONSTITUCIONAL E DEVE SER OBEDECIDA	Consentimento
1635	Devem ser obedecidas	PORQUE A MAIORIA VOTOU POR ESSA LEI	Consentimento
1636	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1637	Devem ser obedecidas	PORQUE É NÃO OBEDECIDAS É DESACATO	Coerção
1638	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1639	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO FOREM CUMPRIDA VOCÊ ACABA SENDO PENALIZADO	Coerção
1640	Devem ser obedecidas	OBRIGADO A OBEDECER E DEPOIS CONTESTA	Consentimento
1641	Não sabe		Missing
1642	Devem ser obedecidas	SEMPRE BOA PARA SOCIEDADE	Consentimento
1643	Devem ser obedecidas	LEI DEVE SER OBEDECIDA	Consentimento
1644	Devem ser obedecidas	É COMANDADO PELA LEI	Consentimento
1645	Devem ser obedecidas	SE AS LEIS FORAM CRIADAS, ALGUM MOTIVO EXISTE E DEVEM SER OBEDECIDAS	Consentimento

1646	Devem ser obedecidas	SE NÃO ACABO SENDO PREJUDICADO	Coerção
1647	Devem ser obedecidas	PARA NÃO SER PUNIDO PELA LEI	Coerção
1648	Não sabe		Missing
1649	Devem ser obedecidas	SE NÃO PODEMOS NOS PREJUDICAR	Coerção
1650	Devem ser obedecidas		Missing
1651	Devem ser obedecidas	DEVE SER OBEDECIDA	Consentimento
1652	Devem ser obedecidas	A LEI VENCE SEMPRE	Consentimento
1653	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI MESMO SEM EU CONCORDAR EU SEGUIRIA	Consentimento
1654	Não devem ser obedecidas	PORQUE SÃO CORRUPTOS	Não devem ser obedecidas
1655	Devem ser obedecidas	PORQUE SE A PESSOA NÃO CUMPRI VAI TER PUNIÇÃO	Coerção
1656	Devem ser obedecidas	PORQUE A LEI NUNCA VAI AGRADAR TODA SOCIEDADE	Consentimento
1657	Devem ser obedecidas	PORQUE SE É ESTIPULADAS TEM QUE ACATAR PORQUE É PRA ISSO QUE SERVEM AS LEIS PARA SEREM CUMPRIDAS	Consentimento
1658	Devem ser obedecidas	PORQUE TEM QUE CUMPRIR A LEI PARA A ORDEM E PROGRESSO SE NÃO O BRASIL NÃO VAI PRA FRENTE	Consentimento
1659	Devem ser obedecidas	PORQUE SE É LEI TEM QUE RESPEITAR	Consentimento
1660	Devem ser obedecidas	QUEM NÃO OBEDECE À LEI E PUNIDO	Coerção
1661	Devem ser obedecidas	PORQUE LEI É O MANDAMENTO FINAL QUE O SER HUMANO TEM E NÃO TEM MUITO QUE SE FAZER	Resignação
1662	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1663	Devem ser obedecidas	PORQUE SE ELAS EXISTEM TEM QUE SER OBEDECIDAS E SEM AS LEIS GOSTANDO OU NÃO FICARIA BEM PIOR	Consentimento
1664	Devem ser obedecidas	PORQUE É QUESTÃO DE CIDADANIA	Consentimento
1665	Devem ser obedecidas	PORQUE SE É LEI TEM QUE SER CUMPRIDA	Consentimento
1666	Devem ser obedecidas	PORQUE SE DESOBEDECER PODE SER PRESO OU APANHAR	Coerção
1667	Não devem ser obedecidas	PORQUE SÓ TEM CORRUPTOS NÃO FUNCIONA	Não devem ser obedecidas
1668	Devem ser obedecidas	PORQUE SE E JUSTIÇA NÃO PEDE FAZER NADA SE NÃO VAI PRESO	Coerção
1669	Devem ser obedecidas	PORQUE SE É LEI TEM QUE ACOMPANHAR	Consentimento
1670	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO TIVER LEI NADA FUNCIONA	Consentimento
1671	Devem ser obedecidas	MESMO ERRADAS TEM QUE CUMPRIR PORQUE FORAM FEITAS PARA OBEDECER	Consentimento
1672	Devem ser obedecidas		Missing
1673	Não devem ser obedecidas	PORQUE ESTOU NA MINHA RAZÃO NÃO PRECISO OBEDECER À LEI	Não devem ser obedecidas
1674	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO VOU SER PUNIDA SER MULTADA O PRESA	Coerção
1675	Devem ser obedecidas	LEI TEM QUE OBEDECER	Consentimento

1676	Devem ser obedecidas	PORQUE É FEITA PELA CIDADANIA, PARA UM BEM EM COMUM	Consentimento
1677	Devem ser obedecidas	PORQUE ELES ME PRENDERIAM SE NÃO CONCORDAR	Coerção
1678	Devem ser obedecidas	NÃO SABE DIZER NADA	Missing
1679	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI É TEM QUE SER CUMPRIDA SE ALGUÉM FEZ ISSO E PORQUE TEM ALGUMA RAZÃO	Consentimento
1680	Devem ser obedecidas	PORQUE SE EU NÃO CONCORDO A GENTE NÃO PODE CONCORDA COM ALGO QUE NÃO ACHO CERTO	Missing
1681	Devem ser obedecidas	PARA AS PESSOAS NÃO FAZER COISAS ERRADAS PARA NÃO SER PUNIDAS	Coerção
1682	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI TEM QUE OBEDECER PORQUE ELES SÃO AS AUTORIDADES	Consentimento
1683	Devem ser obedecidas	PORQUE SÃO LEIS TEM QUE OBEDECER	Consentimento
1684	Não devem ser obedecidas	PORQUE MESMO AS LEIS ERRAM OU FALHAM SÓ ISSO	Não devem ser obedecidas
1685	Devem ser obedecidas	PORQUE LEIS TEM QUE SER OBEDECIDAS E CUMPRIDAS	Consentimento
1686	Devem ser obedecidas	PORQUE UM TEM DIREITO NO BRASIL E QUEM NÃO TEM QUE OBEDECER A LEI	Consentimento
1687	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NA VAI PRESO	Coerção
1688	Devem ser obedecidas	PORQUE SE É LEI TEM QUE OBEDECER	Consentimento
1689	Não devem ser obedecidas	PORQUE SE ESTOU CERTO EU ACHO QUE NÃO DEVO ACATAR	Não devem ser obedecidas
1690	Devem ser obedecidas	PORQUE SE A GENTE INFRINGIR A LEI ACABA SENDO PRESO	Coerção
1691	Devem ser obedecidas	VOCÊ E OBRIGADA A CUMPRIR SE NÃO CUMPRE VOCÊ PODE SER PUNIDO POR ISSO	Coerção
1692	Não devem ser obedecidas	PORQUE É A MINHA OPINIÃO. A LEI NÃO DECIDE O QUE É CERTO OU ERRADO E TEM QUE SER UMA LEI JUSTA	Não devem ser obedecidas
1693	Não devem ser obedecidas	NA	Não devem ser obedecidas
1694	Devem ser obedecidas	PORQUE SE É LEI TEM QUE SER CUMPRIDA	Consentimento
1695	Devem ser obedecidas	PORQUE LEI É LEI E O NÃO CUMPRIMENTO EU POSSO SER PUNIDA	Coerção
1696	Devem ser obedecidas	PORQUE SOU MINORIA	Resignação
1697	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1698	Devem ser obedecidas		Missing
1699	Devem ser obedecidas	POÇO SER PUNIDA SE NÃO OBEDECER ÀS LEIS	Coerção
1700	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1701	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI TEM QUE SER OBEDECIDOS SE NÃO SOBRA PARA VOCÊ	Coerção
1702	Devem ser obedecidas	PORQUE SE É LEI É PARA OBEDECER	Consentimento
1703	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1704	Devem ser obedecidas	PORQUE ELA EXISTE ATÉ NÃO SER MUDADA DEVE OBEDECER	Consentimento
1705	Devem ser obedecidas	TEMOS QUE OBEDECER A ESSAS MESMO PORQUE SE NÃO OCORRE UMA DESOBEDIÊNCIA CIVIL	Consentimento

1706	Devem ser obedecidas	PELO SIMPLES FATO SE VOCÊ NÃO OBEDECE À LEI VOCÊ ACABA SENDO PREJUDICADO NA MAIORIA DAS VEZES	Coerção
1707	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1708	Devem ser obedecidas	PORQUE A LEI NÃO ADIANTA QUERER IR CONTRA	Resignação
1709	Não devem ser obedecidas	PORQUE CRIMINOSOS SÃO SOLTOS RAPIDAMENTE	Não devem ser obedecidas
1710	Devem ser obedecidas	PORQUE EXISTEM LEIS PARA SEREM CUMPRIDAS	Consentimento
1711	Não sabe		Missing
1712	Não devem ser obedecidas	PORQUE TEM MUITA COISA ERRADA	Não devem ser obedecidas
1713	Não sabe		Missing
1714	Não sabe		Missing
1715	Não sabe		Missing
1716	Devem ser obedecidas	PORQUE LEI É LEI É DEVE SER CUMPRIDAS GOSTANDO OU NÃO	Consentimento
1717	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1718	Devem ser obedecidas	PORQUE SE VOCÊ NÃO CUMPRIR A LEI VOCÊ SOFRE ALGUM TIPO DE PUNIÇÃO	Coerção
1719	Devem ser obedecidas	PORQUE VOCÊ PODE SER PUNIDA	Coerção
1720	Devem ser obedecidas	PORQUE A LEI TEM QUE SER OBEDECIDAS SE NÃO VIRA BAGUNÇA	Consentimento
1721	Devem ser obedecidas	PORQUE AS LEIS SÃO TEORICAMENTE O QUE REGE A CONVIVÊNCIA EM COMUNIDADES	Consentimento
1722	Devem ser obedecidas	PORQUE A LEI É A BASE DA SOCIEDADE COMO TODO	Consentimento
1723	Devem ser obedecidas	PORQUE NÃO SEI EXPLICAR	Missing
1724	Não devem ser obedecidas	PORQUE ACHO ERRADO	Não devem ser obedecidas
1725	Devem ser obedecidas	PORQUE AS LEIS FORAM FEITAS PARA MELHORAR A CONVIVÊNCIA COM AS PESSOAS	Consentimento
1726	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1727	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1728	Não sabe		Missing
1729	Devem ser obedecidas	PORQUE A GENTE TEM ACATAR PORQUE É A LEI	Consentimento
1730	Devem ser obedecidas	PORQUE FOI FEITA PARA OBEDECER	Consentimento
1731	Devem ser obedecidas	PORQUE TEM PESSOAS QUE NÃO SÃO IGUAIS. A LEI SERVE PARA PUNIR OS QUE SÃO BANDIDOS	Consentimento
1732	Devem ser obedecidas	PORQUE NOS TEMOS QUE OBEDECER A AUTORIDADE	Consentimento
1733	Devem ser obedecidas	PORQUE É O PODER	Consentimento
1734	Não devem ser obedecidas	NÃO SEI	Não devem ser obedecidas
1735	Não devem ser obedecidas	PORQUE EU ACHO QUE TEM LEIS QUE FAVORECEM APENAS A POUCOS	Não devem ser obedecidas

1736	Devem ser obedecidas	PORQUE SÃO LEIS	Consentimento
1737	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1738	Devem ser obedecidas	TEM QUE SER RESPEITADA MESMO NÃO CONCORDANDO COMO POR EXEMPLO O DE NÃO FUMAR DENTRO DE UM RECINTO	Consentimento
1739	Devem ser obedecidas	LEIS OFICIALIZADA TEM QUE RESPEITAR	Consentimento
1740	Devem ser obedecidas	PORQUE TEM QUE OBEDECER PARA TER UMA SOCIEDADE MELHOR	Consentimento
1741	Devem ser obedecidas	A LEI SERVE PARA EVITAR QUALQUER TIPO DE ACIDENTE , POR EXEMPLO, SE FOR UMA LEI DE TRÂNSITO	Consentimento
1742	Devem ser obedecidas	A LEI FOI FEITA PARA SER CUMPRIDA	Consentimento
1743	Devem ser obedecidas	AS LEIS FORAM ELABORADAS A PARTIR DA OPINIÃO POPULAR. SE SÃO FEITAS É PARA ATENDER TODA POPULAÇÃO	Consentimento
1744	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1745	Devem ser obedecidas	AUTORIDADE	Consentimento
1746	Devem ser obedecidas		Missing
1747	Devem ser obedecidas	PORQUE A LEI FOI FEITA PARA SER CUMPRIDA	Consentimento
1748	Devem ser obedecidas	DEVE SER IGUALMENTE CUMPRIDA POR TODAS DIFERENTES DE RAÇA	Consentimento
1749	Devem ser obedecidas	POR AS LEIS TEM QUE SER CUMPRIDAS SEMPRE PARA MANTER A ORDEM	Consentimento
1750	Devem ser obedecidas	PORQUE SE É LEI ESTABELECIDADA EU TENHO QUE OBEDECER	Consentimento
1751	Devem ser obedecidas	PORQUE SE EU NÃO CONCORDO POSSO SER PRESO	Coerção
1752	Devem ser obedecidas	PORQUE PODE ME PREJUDICAR SE NÃO OBEDECER. TENHO RECORRER SE ESTOU CERTO	Coerção
1753	Devem ser obedecidas	PORQUE AS LEIS TEM O PODER E SE EU FOR CONTRA ISSO FICAREI DESFAVORECIDA	Coerção
1754	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1755	Não devem ser obedecidas		Não devem ser obedecidas
1756	Não devem ser obedecidas	NÃO CONCORDO E NÃO VOU RESPEITAR	Não devem ser obedecidas
1757	Não devem ser obedecidas	NEM SEMPRE AS LEIS ESTÃO DE ACORDO COM O QUE AS PESSOAS PENSAM	Não devem ser obedecidas
1758	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1759	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1760	Devem ser obedecidas	PORQUE EU TENHO QUE FAZER MINHA PARTE PARA NÃO SOFRER CONSEQUÊNCIAS	Coerção
1761	Devem ser obedecidas	TEMOS QUE CUMPRIR AS LEIS PARA NÃO SOFRER CONSEQUÊNCIAS	Coerção
1762	Devem ser obedecidas	SE EU NÃO OBEDECER A POSSO IR PRESA	Coerção
1763	Devem ser obedecidas		Missing
1764	Devem ser obedecidas	AS LEIS EXISTEM PARA SEREM CUMPRIDAS	Consentimento
1765	Devem ser obedecidas	DEVEM SIM. É NOSSO DEVER. MAS TEM BRECHAS NAS LEIS QUE SÃO FEITAS PARA FAVORECER OS PODEROSOS E DESFAVORECER OS POBRES	Consentimento

1766	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1767	Devem ser obedecidas	PORQUE EXISTEM LEIS PARA SEREM CUMPRIDAS	Consentimento
1768	Devem ser obedecidas	DEVEM SER OBEDECIDAS, PORQUE SE NÃO NEM HAVERIA NECESSIDADE DE LEIS	Consentimento
1769	Devem ser obedecidas	PORQUE É UMA LEI É DEVE SER CUMPRIDA	Consentimento
1770	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1771	Devem ser obedecidas	PORQUE FORAM CRIADAS PARA CONTROLAR A SOCIEDADE	Consentimento
1772	Devem ser obedecidas	AS LEIS DEVEM SER OBEDECIDAS PARA O BEM DA COMUNIDADE	Consentimento
1773	Devem ser obedecidas	SEM LEIS VAI VIRAR UMA DESORDEM E CADA UM VAI AGIR DE UMA FORMA PESSOAL SEM SE IMPORTAR COM O OUTRO	Consentimento
1774	Devem ser obedecidas	PORQUE QUEM NÃO OBEDECE À LEI PODE SOFRER A UMA PUNIÇÃO	Coerção
1775	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO CUMPRIR O BICHO PEGA	Coerção
1776	Devem ser obedecidas	PORQUE SENÃO VOCÊ VAI SER PRESA	Coerção
1777	Devem ser obedecidas	PORQUE TEM QUE TER RESPEITO	Consentimento
1778	Devem ser obedecidas	PORQUE PODE SER DESACATO A LEI	Coerção
1779	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO É OBEDECIDA VOCÊ SAI LEI É PODE SE PUNIDO	Coerção
1780	Não sabe		Missing
1781	Devem ser obedecidas	DEVEM SER CUMPRIDAS. TEM DE ACATAR PARA NÃO FICAR PIOR	Coerção
1782	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1783	Devem ser obedecidas	NA	Missing
1784	Devem ser obedecidas	PORQUE É UM MODO DOS CIDADES RESPEITAR UM AOS OUTROS NA SOCIEDADE	Consentimento
1785	Devem ser obedecidas	LEI É LEI	Consentimento
1786	Devem ser obedecidas	POR MAIS IMPERFEITAS QUE SEJAM É O ÚNICO JEITO DE CONVIVEMOS BEM EM SOCIEDADE	Consentimento
1787	Devem ser obedecidas	PORQUE ELAS SÃO AUTORIDADES	Consentimento
1788	Devem ser obedecidas	PORQUE QUALQUER INFRAÇÃO QUE VOCÊ COMETE VOCÊ PODE SER PUNIDO	Coerção
1789	Devem ser obedecidas	PORQUE AS LEIS SÃO FEITAS PELO CONGRESSO E ELES VISÃO GARANTIR A SEGURANÇA DA GENTE	Consentimento
1790	Não devem ser obedecidas	PORQUE NEM SEMPRE A PUNIÇÃO É IGUAL	Não devem ser obedecidas
1791	Devem ser obedecidas	PORQUE EM ALGUMAS SITUAÇÕES	Missing
1792	Devem ser obedecidas	AS LEIS SÃO APROVADAS PELOS GOVERNANTES E DEVEMOS OBEDECER SE NÃO SOFRERMOS SANÇÕES E MULTAS	Coerção
1793	Devem ser obedecidas	PORQUE A LEI FOI FEITA PARA SER OBEDECIDA	Consentimento
1794	Não devem ser obedecidas	PORQUE TEM LEIS INJUSTAS. COMO A REDUÇÃO DA MAIOR IDADE PENAL QUE NÃO É APROVADA	Não devem ser obedecidas
1795	Não devem ser obedecidas	PORQUE ALGUMAS VEZES ESSAS LEIS PODE BENEFICIAR ALGUNS GRUPOS DA SOCIEDADE	Não devem ser obedecidas

1796	Não devem ser obedecidas	NA	Não devem ser obedecidas
1797	Devem ser obedecidas		Missing
1798	Devem ser obedecidas	PORQUE SE MORA EM UM PAIS QUE TEM LEGISLAÇÃO TEM QUE CUMPRIR OU SE ADAPITAR	Consentimento
1799	Devem ser obedecidas	PARA TER PAZ	Consentimento
1800	Devem ser obedecidas	PORQUE SE NÃO OBEDECEMOS SOMOS PUNIDOS	Coerção
1801	Devem ser obedecidas	PORQUE SOMOS MAIS FRACOS FINANCEIRAMENTE. POBRES	Resignação
1802	Devem ser obedecidas	PORQUE É O CORRETO	Consentimento
1803	Não devem ser obedecidas	NÃO SEI	Não devem ser obedecidas
1804	Devem ser obedecidas	PORQUE É LEI DEVEM SER OBEDECIDAS	Consentimento
1805	Não sabe		Missing
1806	Devem ser obedecidas	SE NÃO OBEDECER POSSO SER PREJUDICADA	Coerção